



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

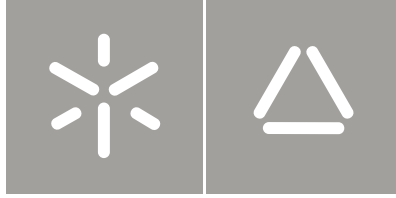
Sara Catarina Gomes da Silva

Geografia da (in)segurança
no município de Guimarães

Sara Catarina Gomes da Silva
Geografia da (in)segurança
no município de Guimarães

UMinho | 2013

Outubro de 2013



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sara Catarina Gomes da Silva

Geografia da (in)segurança
no município de Guimarães

Tese de Mestrado
Planeamento e Gestão do Território / Geografia

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora
Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo

Declaração

Nome: **Sara Catarina Gomes da Silva**

Endereço eletrónico: sara.catarina.g@gmail.com

Telefone: 913169597

Título da tese: **Geografia da (in)segurança no município de Guimarães**

Orientadora: Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo

Ano de Conclusão: 2013

Ramo do Conhecimento: Mestrado em Geografia

Área de especialização em Planeamento e Gestão do Território

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura:

(Sara Catarina Gomes da Silva)

Ao Nuno, e a Deus...

Agradecimentos

De um modo especial gostaria de agradecer à Professora Doutora Paula Cristina Cadima Remoaldo por toda a sua disponibilidade, ajuda, e principalmente incentivo demonstrado ao longo de toda a investigação.

À instituição da Guarda Nacional Republicana representada pelo Tenente Mendes e Capitão Fernandes, que ao longo de toda a investigação se mostraram disponíveis para responder a todas as solicitações.

À instituição da Polícia de Segurança Pública representada pelo Subintendente Daniel Mendes e Subcomissário Ricardo Amaral, pela ajudada e disponibilidade.

À Professora Doutora Alina Esteves da Universidade de Lisboa pela sua disponibilidade em fornecer elementos da sua pesquisa.

A todos os responsáveis pelas farmácias onde fiz a aplicação dos inquéritos o meu agradecimento pela ajuda e cooperação.

Gostaria de sobressair de modo especial o apoio dado, a Sara, a Carina, a Carolina, a Rita, o Sérgio, o Jorge Leão, o Rui, o Jorge Nunes, e a todos aqueles que me foram incentivando e apoiando.

Aos meus pais e sogros, estou-lhes grata pelo apoio, incentivo, ânimo e amor demonstrados nesta etapa da minha vida.

À minha irmã Quitéria, e a ti, Sílvia por toda a ajuda e paciência.

A ti, Nuno pelo apoio incondicional, amor, carinho e perseverança.

Muito Obrigada!

Resumo

A criminalidade em meio urbano é um tema relevante para a população portuguesa, conduzindo a alterações mais ou menos significativas das suas rotinas diárias, de modo a sentir-se mais segura. O município de Guimarães tem sido estudado em vários domínios sociais e culturais, mas sabe-se muito pouco sobre a problemática da criminalidade e sobre o sentimento de insegurança. Atualmente pode-se afirmar que a criminalidade pode ser atenuada ou inconscientemente potencializada, pela disposição da malha urbana, como comprovaram Jacobs (1961), Newman (1972), Jeffery (1971, 1977) e Crowe (1991), nos seus estudos desenvolvidos sobre o espaço urbano e a sua dinâmica organizacional.

Tendo em consideração esta perspetiva, resolvemos investigar a atual situação do município de Guimarães face aos crimes de furto e roubo, tentando compreender de que modo estes comportamentos infratores influenciam as rotinas dos cidadãos. Todos os indivíduos desenvolvem mapas mentais dos espaços em que se deslocam frequentemente e o objetivo é perceber quais são os espaços considerados por eles como perigosos para a população.

Para tal, dividimos a nossa investigação em duas partes de investigação. A primeira está relacionada com a análise de 9.970 queixas/denúncias deportadas à Guarda Nacional Republicana, bem como à Polícia de Segurança Pública, entre os anos de 2009 e 2012. A segunda parte refere-se à análise de 200 inquéritos feitos em 2013 à população do município de Guimarães.

Os inquéritos realizados permitem-nos concluir que a noção de aumento de criminalidade está bem patente na perceção dos cidadãos vimaranenses em relação aos últimos anos.

Abstract

The criminality in the urban environment is a relevant theme to Portuguese population, leading to more or less significant alterations of their daily routines, in order to feel more secure. The municipality of Guimarães has been studied in various social and cultural domains, but very little is known about the problems of crime and the feeling of insecurity. Currently it can be affirmed that the crime can be mitigated or unconsciously potentized by the urban grid, as proved Jacobs (1961), Newman (1972), Jeffery (1971, 1977) and Crowe (1991) in their studies about the urban space and its organizational dynamics.

Taking in consideration this perspective we decided to investigate the current situation of the municipality of Guimarães comparing crimes of burglary and theft, and trying to understand how the crime can influence the routines of citizens. All individuals develop mental maps of spaces they use and the goal of this dissertation is to understand which areas are considered by population as dangerous.

For this end, we have divided our investigation into two parts. One is related, to the analysis of 9,970 complaints/complaints recorded by the National Republican Guard as well as by the Public Security Police, between 2009 and 2012. The second part refers to the analysis of 200 surveys applied in 2013 to population of the municipality of Guimarães.

The surveys allowed us to conclude that the notion of crime increase is evident in the perception of Guimarães citizens taking into account the more recent years.

Índice Geral

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Índice Geral	vii
Índice de Figuras	xi
Índice de Quadros.....	xiii
Siglas	xvi

Introdução	17
-------------------------	-----------

PARTE I DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO DO CRIME CONTRA A PROPRIEDADE EM PORTUGAL.....	22
--	-----------

Capítulo 1. Portugal e o Crime.....	23
--	-----------

1.1. Conceito de Crime	24
1.2. Fontes estatísticas no estudo da criminalidade	27
1.3. Entidades públicas responsáveis pelo Sistema de Segurança Interno Português	29
1.4. Propriedade vs. Criminalidade.....	33
1.4.1. Propriedade - enquadramento ideológico e jurídico.....	33
1.5. Criminalidade – evolução socioeconómica vs. evolução da criminalidade participada.....	37
1.5.1. Primeiros estudos sobre a criminalidade	37
1.5.2. Evolução da sociedade Portuguesa	39
1.6. Notas conclusivas	46

Capítulo 2. A influência da criminalidade para o sentimento de insegurança	47
---	-----------

2.1. Interpretação do espaço pelo indivíduo	48
2.2. Interpretação do espaço pela comunidade	52
2.3. Criminalidade como comportamento Humano.....	55
2.4. Prevenção da criminalidade através do espaço edificado.....	58
2.5. Notas Conclusivas	62

PARTE II PERCEÇÃO DOS RESIDENTES FACE AO CRIME CONTRA O PATRIMÓNIO. 64

Capítulo 3. Caracterização do município de Guimarães no contexto da NUT III Ave 65

3.1. Enquadramento do município de Guimarães	66
3.2. Caracterização demográfica.....	67
3.3. Caracterização económica	72
3.4. Caracterização da criminalidade em termos globais.....	75
3.4.1. Enquadramento nacional do município de Guimarães	75
3.4.2. Enquadramento do município de Guimarães dentro da NUT III Ave.....	83
3.5. Notas Conclusivas	88

Capítulo 4. Pressupostos metodológicos 90

4.1. Objetivos e problemáticas da investigação	90
4.2. Opções metodológicas	93
4.3. Elementos em estudo	94
4.3.1. Base de dados	96
4.3.2. Inquéritos	96
4.3.2.1. Pré-teste	98
4.4. Dificuldades ao longo do estudo.....	99
4.5. Notas Conclusivas	102

Capítulo 5. Caraterização no período entre 2009 e 2012 de alguns dos tipos de crime contra património 103

5.1. Crimes registados junto da G.N.R. e da P.S.P. entre 2009 e 2012	104
5.1.1. Número de crimes registados entre 2009 e 2012.....	105
5.1.1.1. Contextualização global	105
5.1.1.2. Origem da vítima.....	108
5.1.2. Categorias de crimes com maior número de registos	109
5.1.2.1. Análise dos crimes de furto em residências.....	111
5.1.2.2. Análise aos crimes de furto em edifícios comerciais e/ou industriais	116
5.1.2.3. Análise aos crimes de furto em/de veículo motorizado.....	119
5.1.2.4. Análise do crime de roubo por esticção.....	123

5.1.3. Informações dos crimes de furto e roubo.....	126
5.1.3.1. Mês.....	127
5.1.3.2. Período do dia.....	130
5.1.3.3. Dia da semana.....	133
5.1.3.4. Dia do mês.....	134
5.1.4. Notas conclusivas.....	136
Capítulo 6. A percepção dos vimaranenses sobre o crime contra a propriedade...	140
6.1. Breve caracterização da amostra.....	141
6.2. Identificação dos inquiridos vítimas de roubo e/ou furto.....	143
6.3. Opinião/percepção dos inquiridos face à criminalidade no município de Guimarães	149
6.4. Percepção do sentimento de segurança dos inquiridos face à sua área de residência	155
6.5. Opinião dos inquiridos face à criminalidade bem como à sua prevenção.....	156
6.6. Notas Conclusivas.....	158
Considerações Gerais.....	159
Bibliografia.....	163
Livros e Artigos.....	163
Publicações e Estatísticas.....	168
Legislação.....	170
World Wide Web.....	170
ANEXOS.....	175
ANEXO 1. Inquérito aplicado à população vimaranense.....	176
ANEXO 2. Primeira carta enviada ao Comandante Territorial da G.N.R. de Guimarães	178
ANEXO 3. Insistência junto do Comandante Territorial da G.N.R. de Guimarães.....	179
ANEXO 4. Insistência junto do Comandante do Comando Territorial de Braga da G.N.R.....	180
ANEXO 5. Declaração de Confidencialidade (G.N.R.).....	181
ANEXO 6. Termo de Compromisso (G.N.R.).....	183

Geografia da (in)segurança no município de Guimarães

ANEXO 7. Primeira carta enviada à P.S.P. de Guimarães	184
ANEXO 8. Insistência enviada à P.S.P. de Guimarães	185
ANEXO 9. Primeira carta enviada ao presidente do Tribunal da Comarca de Guimarães	186
ANEXO 10. Resposta obtida do Tribunal à primeira carta enviada.....	187
ANEXO 11. Insistência ao Tribunal de Guimarães.....	188
ANEXO 12. Taxa de desemprego nas freguesias de Guimarães segundo os censos de 2001 e 2011.....	189
ANEXO 13. População residente por freguesia (N.º) no ano de 2001 e 2011, bem como a população desempregada em 2011 (N.º).....	190

Índice de Figuras

Figura 1. Número de crimes por 100 000 habitantes.....	38
Figura 2. Número de crimes contra a propriedade por 100 000 habitantes.....	39
Figura 3. Densidade populacional entre 1527-32 e 1981	40
Figura 4. Número de crimes registados pelas autoridades de segurança pública em Portugal entre 1998 e 2011 segundo o tipo de crime	44
Figura 5. Processos de perceção	50
Figura 6. Modelo concetual das motivações do medo/receio.....	63
Figura 7. Enquadramento do município de Guimarães na região Norte	66
Figura 8. Enquadramento do município de Guimarães na NUT III – Ave	66
Figura 9. Tipologia das Áreas Urbanas por freguesia	67
Figura 10. Densidade populacional por freguesias em 2011 no município de Guimarães	68
Figura 11. Taxa de Variação da População 2001 – 2011 nas freguesias do município de Guimarães.....	69
Figura 12. Pirâmide etária de Portugal, NUT Ave e Guimarães de 2001	70
Figura 13. Pirâmide etária de Portugal, NUT Ave e Guimarães de 2012	71
Figura 14. Ranking nacional do total de crimes registados pelas Forças de Segurança em 2001	76
Figura 15. <i>Ranking</i> nacional do total de crimes registados pelas Forças de Segurança em 2011	77
Figura 16. <i>Ranking</i> nacional do total de crimes registados pela G.N.R. em 2001	81
Figura 17. <i>Ranking</i> nacional do total de crimes registados pela G.N.R. em 2011	81
Figura 18. Métodos quantitativos e qualitativos na investigação científica.....	93
Figura 19. Esquema metodológico adotado	95
Figura 20. Localização das farmácias onde foram aplicados os inquéritos.....	97
Figura 21. Enquadramento das áreas de patrulha da G.N.R. e P.S.P, por posto	104
Figura 22. Total de crimes registados pela P.S.P. e G.N.R. por ano de registo da queixa	106
Figura 23. Total de tipo de crimes registados pela P.S.P. e G.N.R. por ano de registo	107
Figura 24. Mapa de furto a residência por freguesia no ano de 2009 e 2012.....	114
Figura 25. Mapa de furto a edifícios comerciais e/ou industriais por freguesia no ano de 2009 e 2012	118

Figura 26. Crimes registados pela P.S.P. e G.N.R. por categoria e ano de registo	119
Figura 27. Mapa de furto em veículo motorizado por freguesia no ano de 2009 e 2012	121
Figura 28. Mapa dos furtos de veículos motorizados por freguesia no ano de 2009 e 2012	122
Figura 29. Total de crimes de furto e roubo registados pela G.N.R. e P.S.P.	127
Figura 30. Crimes de furto e roubo registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por período do dia e ano de ocorrência do crime	130
Figura 31. Total crimes de furto e roubo registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por dia da semana	133
Figura 32. Total crimes de furto e roubo registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por dia do mês	135
Figura 33. Total de crimes de furto registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por dia do mês	136
Figura 34. Total de crimes de roubos registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por dia do mês	136
Figura 35. Localização das farmácias e freguesia de residência dos inquiridos	143
Figura 36. Creixomil - Rua Associação Artística Vimaranesense (14.10.2013)	154

Índice de Quadros

Quadro 1. Esquema do Código Penal Português dos crimes contra o património	36
Quadro 2. Total de crimes participados à polícia Judiciária (em %) por tipo de crime (1984-1993)	42
Quadro 3. População residente nos municípios da NUT III Ave em 2001 e 2012	68
Quadro 4. Taxa de Crescimento Migratório nos municípios da NUT III - Ave.....	72
Quadro 5. População total empregada por sector de atividade económica	73
Quadro 6. Taxa de desemprego total por sexo nos municípios da NUT III Ave	74
Quadro 7. Taxa de desemprego por grupo etário nos municípios da NUT III Ave nos anos de 2001 e 2011	75
Quadro 8. <i>Ranking</i> parcial do total de registos de furto em residência em 2001 e 2011	79
Quadro 9. <i>Ranking</i> parcial do total de registos de furto em edifício comercial e/ou industrial em 2001 e 2011	79
Quadro 10. <i>Ranking</i> parcial do total de registos de furto em veículo motorizado em 2001 e 2011	80
Quadro 11. <i>Ranking</i> parcial do total de furtos registados pela P.S.P. em 2001 e 2011..	82
Quadro 12. Total de crimes registados por todas as forças de segurança nos municípios da NUT III Ave entre 2008 e 2012.....	84
Quadro 13. Rácio do total crimes registados pelas Forças de Segurança por mil habitantes nos municípios da NUT III Ave	85
Quadro 14. Total de crimes registados pela P.S.P. dentro da sub-região do Ave entre os anos de 2009 e 2011	86
Quadro 15. Total de crimes registados pela G.N.R. dentro da sub-região do Ave entre os anos de 2009 e 2011	87
Quadro 16. Enquadramento das áreas de patrulha da G.N.R. e P.S.P.....	105
Quadro 17. Origem das vítimas de crimes de furto e roubo.....	109
Quadro 18. Número de crimes registados pela G.N.R. e P.S.P. por ano de registo da queixa-crime e categoria.....	111
Quadro 19. <i>Ranking</i> das freguesias onde ocorreram maior número de furtos a residências registados pela P.S.P.....	112
Quadro 20. <i>Ranking</i> das freguesias onde ocorreram maior número de furtos a residências registados pela G.N.R.	113

Quadro 21. <i>Ranking</i> das freguesias onde ocorre maior número de furtos em edifícios comerciais e/ou industriais registados pela P.S.P.....	116
Quadro 22. <i>Ranking</i> das freguesias onde ocorre maior número de furtos em edifícios comerciais e/ou industriais registados pela G.N.R.	117
Quadro 23. Crimes de roubo por esticção declarados à P.S.P. entre 2009 e 2012, freguesia onde ocorreu o crime e freguesia de residência da vítima	123
Quadro 24. Crimes de roubo por esticção declarados à P.S.P. entre 2009 e 2012, freguesia onde ocorreu o crime e freguesia de residência da vítima (Cotinuação)	124
Quadro 25. Crimes de Roubo por esticção declarados à P.S.P. entre 2009 e 2012, freguesia onde ocorreu o crime e freguesia de residência da vítima (Conclusão)	125
Quadro 26. Número de vítimas de roubo por esticção nas freguesias patrulhadas pela P.S.P. registadas entre 2009 e 2012.....	126
Quadro 27. Categorias de furtos registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R.....	128
Quadro 28. Categorias de furtos registados entre 2009 e 2012 pela P.S.P.....	129
Quadro 29. Categorias de furtos registados entre 2009 e 2012 pela P.S.P. por mês da ocorrência do crime	131
Quadro 30. Categorias de furtos registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. por mês da ocorrência do crime de furto.....	132
Quadro 31. Crimes de roubo e furto registados pela G.N.R. e P.S.P. por dia da semana	134
Quadro 32. Crimes de roubo por categoria no dia de sábado entre 2009 e 2012	134
Quadro 33. Sexo dos inquiridos	141
Quadro 34. Idade e sexo dos inquiridos	142
Quadro 35. Nível de instrução dos inquiridos	142
Quadro 36. Número de indivíduos que responderam "sim" à pergunta "Já alguma vez na sua vida foi vítima de furto ou de roubo?"	144
Quadro 37. Identificação por sexo das vítimas de roubo e/ou furto.....	145
Quadro 38. Características da ocorrência do crime de roubo.....	146
Quadro 39. Características da ocorrência do crime de furto	148
Quadro 40. Perceção dos inquiridos sobre a evolução dos crimes de furto e roubo desde 2009 até agora no município de Guimarães nas ruas, residências, veículos e lojas.....	149
Quadro 41. Sentimento de segurança face ao município dos indivíduos que já foram vítimas e dos que não foram	150

Quadro 42. Opinião dos inquiridos sobre a segurança do município de Guimarães, durante o período do dia, da noite, à semana ao fim de semana, no inverno e no verão	150
Quadro 43. Locais/espacos/freguesias que os inquiridos consideram perigosos para circular de carro ou a pé de dia ou à noite	152
Quadro 44. Classificação por parte dos inquiridos da sua área de residência no que concerne à segurança	155
Quadro 45. Opinião dos inquiridos face ao problema da criminalidade no município	156
Quadro 46. Classificação por parte dos inquiridos da atuação e o trabalho das forças de segurança na prevenção e no combate ao crime no município.....	157

Siglas

- A.P.A.V. - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
C.D.S.P. - Código Deontológico do Serviço Policial
C.E.E. - Comunidade Económica Europeia
C.P. - Código Penal
C.P.T.E.D. - *Crime Prevention Through Environmental Design*
E.F.T.A. - Associação Europeia de Comércio Livre
F.S. - Forças de Segurança (G.N.R. e P.S.P.)
F.S.S. - Forças e Serviços de Segurança
G.N.R. - Guarda Nacional Republicana
I.N.E. - Instituto Nacional de Estatísticas
M.A.I. - Ministério da Administração Interna
N.C.P.I. - *American National Crime Prevention Institute*
O.N.U. – Organização das Nações Unidas
P.J. - Polícia Judiciária
P.S.P. - Polícia de Segurança Pública
S.E.F. - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
S.I.S. - Serviço de Informações de Segurança
S.S.I. - Sistema de Segurança Interna

Introdução

“The geographical study of crime seeks to:
Explain the spatial clustering of criminal behaviour; consider how the construction and monitoring of spaces might reduce the incidence of criminality; and explain how wider social and political dynamics shape the fear of crime and societal responses to it”.

Gregory *et al.* (2009: 120)

A expansão das urbes acarreta inúmeros desafios e oportunidades para quem as gere e as habita. Na contemporaneidade, um dos maiores desafios no planeamento urbano, a nível europeu e mundial, prende-se com a necessidade de oferecer um espaço físico agradável para ser vivido, e para tal, vão sendo planeados modelos de cidades sustentáveis que garantam o equilíbrio físico e social. Este tipo de preocupação é transversal a todas as sociedades, independentemente do seu poder de crescimento económico.

Durante as décadas de 60 e de 70 do século XX, ocorreu um crescimento acelerado e pouco ordenado um pouco por todos os centros urbanos europeus. Em Portugal foram as cidades costeiras, e em especial, a cidade de Lisboa, que viu alterado o seu tecido urbano devido à afluência em grande volume populacional vindo das localidades do interior do país em busca de melhores salários e consequentemente de melhores condições de vida. O grande problema era que as cidades não estavam preparadas para acolher tanta gente, o que provocou o fenómeno da construção ilegal desenfreada nas periferias das cidades. O crescimento desordenado do tecido urbano acarretou impactos diretos no modo de vida das populações associados ao aumento do consumo e ao crescimento económico.

A evolução acelerada da economia europeia foi de igual modo acompanhada pelo aumento acentuado da criminalidade e violência, trazendo para o debate por toda a Europa o tema da insegurança. No final da década de 70 do século XX, o tema da insegurança passou a gozar de uma importância central nos discursos políticos, nos órgãos de comunicação social e a ser falada pelos cidadãos em geral (Lourenço, 2010a).

A partir da mesma década a segurança das urbes passou a ser considerada como um dos vários *itens* a ter em consideração quando se pretende atingir um grau de satisfação social elevado. Segundo Esteves (1999: 11), a criminalidade “paralelamente às questões da degradação ambiental, do trânsito, da habitação, e outras, é um dos maiores problemas urbanos que urge combater e resolver”.

O crescente aumento de insegurança dentro das áreas urbanas tem sido um facto, sendo muitas das vezes apontado como uma consequência do desequilíbrio entre a procura de melhores condições de vida e a oferta de empregos, acesso à habitação, aos transportes, aos serviços de saúde, à educação, que são disponibilizados, tanto pelo Estado, como pelo patronato. A ausência de adesão às normas sociais, e os sinais externos de abandono habitacional, poderão dar origem a sentimentos como a insegurança e o descontentamento (Heitor, 2007; Fernandes e Rêgo, 2011).

Tal como é referido no Projeto Cíbele (2001-2002) desenvolvido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (A.P.A.V.), as áreas de maior densidade populacional estão associadas a elevados índices de delitos, enquanto no espaços rurais, o número de delitos tende a ser mais baixo por existir nestes espaços um “controlo informal” por parte da população. Tal acontece por se conhecerem as rotinas dos vizinhos, conduzindo, de forma inconsciente, a uma vigilância dos bens da comunidade.

Na “cidade tradicional” deixou de existir os perigos que outrora estavam para lá dos limites das muralhas, mas na “cidade contemporânea” os cidadãos têm de conviver diariamente com eles (Le Goff, 1999 citado por Heitor, 2007).

Os “perigos” e “medos” associados às cidades foram percecionados, nos últimos séculos, de forma distinta pelos transeuntes. Para Fernandes e Rêgo (2011) os sentimentos associados à cidade foram sofrendo algumas mutações à medida que a urbe ia crescendo e os “espaços predatórios” aumentando. O medo que existia em relação ao núcleo urbano da sociedade portuguesa oitocentista era distinto daquele gerado na época pré-moderna. Os autores balizam o medo à cidade oitocentista, entre a ligação da cidade à epidemia, e às tragédias associadas à ira divina, consideram *grosso modo*, a partir do século XIX a existência de elementos que despontam a configuração dos perigos atuais sinalizados pelas populações, como a existência de pessoas mendicantes a vaguear pelas ruas, a evidente ociosidade de grupos da população muitas vezes associada a meretrizes, arrumadores de carros ou delinquentes de rua.

Os sentimentos associados aos espaços dependem de um modo ecuménico muito da forma como são coabitados pelas populações. O aumento do investimento nas forças de segurança pública e de legislação por si só não têm constituído uma solução para este problema (Heitor, 2007). São vários os autores internacionais que nas últimas décadas têm vindo a trabalhar o tema da insegurança (*e.g.*, Jane Jacobs, 1961; Shlomo Angel, 1968; Ray Jeffery, 1969; Oscar Newman, 1973; Paul Bratingham e Patricia Bratingham,

1975; Cohen e Felson, 1979; James Q. Wilson e George L. Kelling, 1982; Timothy Crowe, 1991) relacionando-a com a malha urbana, contribuindo os seus conhecimentos empíricos de forma direta para os modelos práticos de segurança. Um dos casos é o exemplo de Timothy Crowe durante o período em que foi diretor do *American National Crime Prevention Institute* (N.C.P.I.) e em que desenvolveu um programa de formação em *Crime Prevention Through Environmental Design* (C.P.T.E.D.), para as formas de segurança americanas.

A implementação, na prática, das ideias teorizadas pelos mais variados autores estão a ser adotadas por várias instituições e países, como é o exemplo da *European Designing Out Crime Association* do Reino Unido, da *CPTED Netherlands*, *International CPTED Association* e *Design Center for CPTED* do Canadá, entre vários outros exemplos que poderiam ser enunciados (Machado e Neves, 2011).

Partilhando da opinião de Vítor Campos (2012), Diretor-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, “a questão da segurança não pode ser reduzida à dimensão policial”. A segurança das populações advém do equilíbrio entre as relações sociais e o meio físico onde se deslocam e residem. Sendo intrínseca a relação entre o Homem e o espaço físico, a disposição da malha urbana surge nesta relação como um mediador de comportamentos. Na existência de espaços planeados de forma pensada a caucionar o equilíbrio das relações sociais, o sentimento de insegurança acaba por ser amenizado, bem como o número efetivo de crimes de rua (Machado e Neves, 2011).

Mas para além dos factos precedentemente relatados, a segurança ou insegurança de um espaço não depende apenas do planeamento do mobiliário urbano ou da forma como os edifícios estão dispostos em relação às praças ou jardins públicos e/ou privados. As imagens mentais que vão sendo criadas sobre determinado quadrante do espaço físico “podem não corresponder ao que na realidade ocorre em termos de atos que ponham em causa a integridade dessas mesmas pessoas” (Esteves, 1999: 11). Outra das áreas que está quase sempre associada à criminalidade é a cidade, tal como afirma Sá (2000: 4), “Quando falamos de sentimento de insegurança, associamos também quase automaticamente esse sentimento à cidade”.

É precisamente a partir do estudo realizado até ao momento da problemática da criminalidade que partimos para esta investigação com duas questões de partida e quatro objetivos de investigação. As duas questões foram as seguintes:

- *Qual é a atual situação do município de Guimarães no que diz respeito ao crime contra a propriedade?*
- *Quais são as percepções dos vimaranenses relativamente aos crimes de furto e roubo que ocorrem em Guimarães?*

No que concerne aos objetivos centramo-nos nos seguintes:

- Caracterizar os crimes contra o património existentes no município de Guimarães;
- Aferir os fatores propiciadores e impeditivos à ocorrência do crime no município de Guimarães;
- Avaliar os impactos do crime de furto e roubo no espaço;
- Aferir a percepção dos residentes sobre o crime contra a propriedade mais representativo no município de Guimarães.

Tendo em consideração as nossas questões de partida bem como os objetivos consideradas foram consideradas três hipóteses de trabalho:

- A primeira hipótese está relacionada com a crença da população vimaranense de que a criminalidade no município tem vindo a aumentar, mas o sentimento de insegurança não afeta as suas rotinas.
- A segunda hipótese está relacionada com a maior ocorrência dos crimes de furto e roubo em residência durante a noite e/ou de madrugada.
- A terceira hipótese prende-se com a crença de que onde existe uma maior oferta de bens e serviços há um risco maior de ocorrência de crimes.

Tentar-se-á ao longo da presente dissertação validar estas três hipóteses. Para tal, recorreremos a métodos indiretos e diretos de recolha de informação.

As informações estatísticas utilizadas prendem-se de uma forma geral com os dados disponíveis no portal da Direcção-Geral da Política de Justiça, bem como da PORDATA que contem informação numérica absoluta fornecida pela Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) e pela Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) responsáveis pela patrulha do município de Guimarães. A restante informação deriva das publicações do Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.). Em termos de métodos diretos de recolha

de informação importa ressaltar a realização de inquéritos à população em diferentes freguesias do município de Guimarães no ano de 2013.

Com a presente dissertação pretende-se, em última instância sistematizar a informação recolhida diariamente pelas autoridades de segurança e ajudá-las no combate ao crime. Pretende-se ainda discernir qual é a construção mental realizada pelos residentes do município de Guimarães em relação à criminalidade, em especial no domínio do furto e roubo. As ilações retiradas na investigação realizada serão dadas a conhecer às forças da G.N.R. e P.S.P. através de uma sessão pública.

PARTE I.
DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO DO CRIME CONTRA A
PROPRIEDADE EM PORTUGAL

Capítulo 1. Portugal e o Crime

Nota introdutória

O presente capítulo é essencialmente de carácter teórico, tendo por objetivo sistematizar as várias abordagens conceptuais. A especificidade deste primeiro capítulo permite obter uma contextualização da amplitude temporal, jurídica ou conceptual da noção de crime. São várias as fontes tanto a nível nacional como internacional que procuram retratar e estudar a criminalidade e que indagam soluções ou padrões de criminalidade. Mas para que os estudos tenham parâmetros de pesquisa e de comparação é necessário a necessidade de perceber juridicamente o que é o conceito de crime, que alcance jurídico tem e é necessário compreender o que determina que um ato é criminoso. Sendo considerado o crime um ato que vai contra a conduta de vida em sociedade é necessário que existam mediadores de conflitos, que neste caso são as entidades públicas responsáveis pelo Sistema de Segurança Interno Português, às quais nos reportamos também neste capítulo.

Na última parte do capítulo será feita uma perspectiva evolutiva da criminalidade participada em Portugal, serão abordados os primeiros estudos feitos em Portugal e nas escolas, que a nível internacional, possuem maior tradição académica. Paralelamente, será feito um exercício de descrição da evolução da sociedade portuguesa passando pelos aspetos mais marcantes à medida que se traça uma noção da criminalidade declarada existente em igual período.

1.1. Conceito de Crime

“Não pode haver crime nem transgressão onde não existe lei, e por conseguinte, não há um comportamento que seja universalmente aceite como criminoso”.

Fonseca (1984: 172)

Crime ou delito é qualquer ato que vai contra as leis ou normas da sociedade, sendo este, praticado de forma consciente ou inconsciente, acarretando conseqüentemente consigo custos para a sociedade ou para o indivíduo. O papel do geógrafo é relevante na análise do tema da criminalidade porque explica “the spatial clustering of criminal behaviour; consider how the construction and monitoring of spaces might reduce the incidence of criminality; and explain how wider social and political dynamics shape the fear of crime and societal responses to it” (Gregory *et al.*, Ed., 2009: 120). Sendo o crime considerado um fenómeno humano e cultural, transversal a etnias ou padrões sociais, este é um comportamento desviante de negação às normas socioculturais (Esteves, 1999; Dias, 2001; Leal, 2010). A geografia diligência, há várias décadas, explicações para este tipo de fenómeno, através do levantamento das características demográficas das áreas problemáticas e subsequente construção de padrões de incidência criminosa. Este tipo de trabalho tem vindo a ajudar na construção de uma base cartográfica por tipos de crime, facilitando a sinalização de áreas problemáticas (Gregory *et al.*, Ed., 2009).

Facto comprovado é a complexidade da definição do conceito de crime. No entanto existem três elementos considerados básicos para que se possa definir um ato como crime. Tem de ser praticado contra uma ou mais vítimas e causar prejuízo (Dano); o ato praticado tem de ser considerado condenável pela sociedade (Consenso Social); por fim é obrigatória a existência de legislação que criminalize o ato, tanto na classificação das características do crime, bem como na pena a aplicar ao infrator (Respostas Oficiais) (Machado, 2008).

Émile Durkheim (1895), citada por Machado (2008), define crime como sendo um comportamento descrito legalmente e como tal dispõe de medidas sancionatórias, considerando a não existência de crime quando o ato não contém enquadramento jurídico-penal. Para Thorsten Sellin (1938), citado por Machado (2008), o conceito de crime não engloba necessariamente a perspectiva jurídico-penal. Considera como definição ideal de crime a união da simultaneidade sociocultural, podendo ser balizado entre as normas de conduta, que são estabelecidas pela sociedade e as categorias

universais, constituindo padrões de gravidade transversais a diferentes sociedades como é o caso do crime de homicídio ou abuso sexual de menores. Já Paul Tappan (1941) , citado por Machado (2008), defendia que o conceito de “crime” era objetivo, preciso e operacional não deixando margem para dúvidas que apenas poderiam ser considerados atos criminosos comportamentos que levariam a uma condenação.

Segundo Machado (2008: 29) a aplicação da lei, nem sempre é objetiva e neutra, existindo um desfasamento entre a legislação e a aplicação da mesma. Não reunindo consensualidades, a socióloga divide a definição de crime em três elementos:

“(1) *os danos*, que remetem para a natureza, dimensão e severidade dos prejuízos (...); (2) *o consenso social* sobre os impactos criados (...); (3) *as respostas oficiais*, que implicam a existência de legislação criminal (...)”.

Para Bitencourt (2007: 61) o conceito de crime também se divide em três conceitos distintos, que apesar de diferentes podem-se complementar com os de Machado (2008): o formal que ocorre quando existe uma omissão à lei; o material que acontece quando o valor da omissão tem valor ou é de interesse social; por fim o conceito analítico que é o crime em si. Os dois primeiros conceitos são insuficientes para a existência de uma sentença punitiva, existindo sempre a necessidade de analisar os elementos preponderantes do crime.

De forma genérica, segundo o Dicionário de Língua Portuguesa, crime é “todo o delito previsto e punido por lei penal” (Porto Editora, 2008), sendo que este ato é reprovável, seja ele praticado individualmente ou em grupo. O crime é, deste modo, um comportamento humano/conduita com relevância para o direito penal.

Os Códigos Penais de 1852 e de 1886 no capítulo I art.º 1º definem crime ou delito, como um “facto voluntário, declarado punível pela lei penal”. O Código Processual Penal aprovado pelo Decreto-Lei nº 78/87 e republicado pela Lei nº 48/2007 no art.º1º das disposições preliminares e gerais define como sendo crime “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais”. O Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1997.01.15, considera como sendo um crime um facto que seja descrito na lei, participado às autoridades e que tenha algum interesse protegido juridicamente.

Pode-se então afirmar que crime é um ato humano voluntário e intencionado que causa prejuízo ou põe em perigo bens jurídicos protegidos pela ordem jurídica. Em termos transversais são quatro os elementos que constituem as categorias globais na

generalidade dos crimes: Ação (Humana); Tipicidade; Ilicitude; Culpabilidade. Importa salientar que quando um fator se ajusta a algum dos tipos legais, poderá afirmar-se que se trata de um fator típico e não pode ser considerado como crime sem se conseguir avaliar o tipo de crime prático e se este é punível por lei, está aqui presente o princípio da legalidade (Bitencourt, 2007).

Apesar de ser considerado um comportamento humano, apenas são classificados como criminosos aqueles cujas atividades desenvolvidas prejudicam e lesam outrem. De forma avaliativa poderá afirmar-se que para ser crime o fator tem de ser típico, tem de ser ilícito, tem de ser culpável e punível. Só respondendo a tais características é que ocorrerá consequência do ato praticado, que poderá culminar na pena de prisão ou numa medida de coação, ambas determinadas pelo tribunal (princípios gerais, art.º 1º do Código Penal (C.P.): 4). O art.º 13º do C.P. (p. 7) explicita que apenas pode existir a atribuição de pena se existir uma culpa concreta, ou seja a consagração do princípio *nula poena sine culpa*: “Só é punível o facto praticado com dolo ou, nos casos especiais previstos na lei, com negligência”.

Importa salientar que o dolo só é consumado quando o indivíduo tem conhecimento de que está a praticar um crime e ao mesmo tempo tem vontade de o realizar – elemento cognitivo e elemento volitivo. Segundo o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1999.04.14 o móbil/elemento volitivo do crime é a ligação emocional que determina ação do delinquente, e a intenção/elemento cognitivo define-se pela relação à infração. Para que exista a aprovação de que o crime foi consumado nem sempre o móbil do crime é provado. O art.º 14º do C.P. divide o dolo em três formas, quanto ao momento do móbil do crime: direto ou indireto; dolo necessário; dolo eventual.

Apesar de todas as questões de pendur jurídico-penal ligadas ao crime, nem todos os crimes são punidos de igual forma por todos os países ou culturas. Temas como o aborto, a prostituição, a bigamia, a ingestão de bebidas alcoólicas, o consumo de alguns estupefacientes, detêm em muitos países enquadramento jurídico sancionatório, mas noutros são praticados de forma liberalizada (Esteves, 1999; Valente, 2004).

Também a questão das condenações é variável de país para país. Em Portugal a atribuição de uma pena tem como objetivo: indemnizar a vítima; ser exemplo para a sociedade; ou admoestação para o infrator. Tem sempre o limite máximo de 25 anos

como pena de privação de liberdade. Nos E.U.A. ou no Brasil tal não acontece, sendo permitido nestes países a acumulação de penas de vários crimes chegando em muitos casos a ultrapassar a idade média de vida humana (Esteves, 1999; Bitencourt, 2007).

Definir um ato como crime é um processo complexo, que implica sempre a relatividade da gravidade da transgressão, sendo que esta varia no tempo (dependendo dos princípios morais e regras da época), no espaço físico onde decorre, bem como de sociedade para sociedade (Fonseca, 1984; Esteves, 1999). Abordar o tema do crime, é articular a complexidade e o dualismo do que pode ser delituoso, bem como a complexidade da determinação da punição sobre a infração, e da lei. Inclui também a articulação da circunspeção dos comportamentos humanos, tendo em consideração todo o processo de mutação da sociedade, que progride e se readapta à conjuntura económico-social vigente (Valente, 2004).

1.2. Fontes estatísticas no estudo da criminalidade

“Em Portugal, a *leitura oficial* da evolução da criminalidade passou, aliás, a assentar quer nas estatísticas criminais quer em inquéritos de vitimação”.

Lourenço e Lisboa (2000: 27)

Antes mesmo de partir para uma análise da evolução da criminalidade e salientar alguns dos fatores que eventualmente poderão estar associados, importa explicar a evolução das fontes estatísticas em Portugal e as potencialidades e exequibilidade para os estudos realizados até ao momento sobre a criminalidade. Segundo Lourenço e Lisboa (1996: 17) “as estatísticas criminais, mais do que medir a criminalidade, referem-se à capacidade do Estado em reprimir os atores transgressores do sistema jurídico-penal”.

As primeiras informações estatísticas sobre o tipo de crimes cometidos datam do período de 1891 a 1895 do século XIX. A publicação foi feita por Alfredo Lopes (1897) no “Estudo da criminalidade em Portugal nos anos de 1891 a 1895” (Esteves, 1999). Para além desta publicação, outras fontes foram publicando informação sobre a criminalidade, como é o caso do Boletim do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça ou as Estatísticas de 1878, e da Administração da Justiça Criminal nos Tribunais de Primeira Instância do Reino de Portugal e das Ilhas Adjacentes (Esteves, 1999).

As publicações estatísticas sobre a justiça penal e criminal, lançadas pelo Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.), iniciaram-se em 1936 (dispondo de informação desde 1878) com a designação de “Estatísticas Judiciárias” e mantiveram-se como publicações anuais até 1942. Nos anos 40 do século XX ocorreu uma interrupção de seis anos na publicação, retomando a periodicidade anual entre 1948 e 1954. A partir desta data e até 1980 as publicações passaram a ser de dois em dois anos, voltando em 1983 a ser anuais. No entanto, desde 1968 passaram a chamar-se “Estatísticas da Justiça”.

Outra fonte de informação sobre as vítimas são os inquéritos de vitimação, que infelizmente apenas foram feitos dois em Portugal. O primeiro data de 1989 e foi realizado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça a 16 concelhos da área metropolitana de Lisboa tendo sido publicado em 1992. O segundo inquérito foi realizado em 1992 à escala nacional e publicado em 1993 (Fonseca, 1984; Esteves, 1999).

As estatísticas oficiais, tanto publicadas pelo I.N.E. como por outra qualquer instituição governamental sofrem de um problema, pois apenas dizem respeito à criminalidade aparente, aquela em que as vítimas apresentaram queixa ou as autoridades presenciaram o delito. Existe, porém, a verdadeira ou real criminalidade que não é participada às autoridades pela vítima (Carvalho, 2006).

Os sociólogos Lourenço e Lisboa (1996) distinguem três níveis de realidade quando se estudam os números da criminalidade: “a criminalidade real” que é a que efetivamente acontece e é vivenciada pela população, independentemente da existência ou não da posterior apresentação de queixa às autoridades; “a criminalidade aparente ou participada” estando neste nível o número de participações feitas às autoridades, ou aqueles crimes que são conhecidos das mesmas; por fim, “a criminalidade legal” que é o resultado final de casos resolvidos ou julgados pelo tribunal.

A informação recolhida pelas Forças de Segurança é fundamental para o reconhecimento dos padrões de criminalidade. No entanto, a recolha da informação muitas vezes não é feita de forma eficiente, acarretando problemas principalmente associados à informatização da informação. As instituições recolhem as características do crime estritamente necessárias, tendo em conta a futura resolução dos crimes que recebe, ou com o objetivo de criar posteriores estratégias internas de combate à criminalidade, o que dificulta a análise longitudinal da criminalidade. Outro problema

sinalizado é o facto de que nem todos os registos feitos pelas Forças de Segurança serem devidamente registados ou até mesmo registados, por serem considerados pouco importantes (Lourenço e Lisboa, 1996; 2000).

Nos três níveis atrás citados, as estatísticas oficiais englobam os números dos dois últimos níveis, o que acarreta um grau de incerteza menor no resultado final das estatísticas oficiais, não podendo assim conferir a “qualificação de amostra representativa da criminalidade” (Lourenço e Lisboa, 1998: 24; 2000: 27).

É difícil contabilizar os valores reais das cifras do crime. Segundo o II Inquérito de vitimação realizado em Portugal em 1992, 74% dos inquiridos não denunciaram às autoridades que foram vítimas, revelando valores muito elevados de omissão dos crimes (Esteves, 1999; Lourenço e Lisboa, 1998, 2000). Em muitos casos, o comportamento das vítimas, ficar-se-á a dever ao facto de nalguns casos a vítima avaliar o ato como não sendo grave para denunciar às autoridades. Noutros casos não acreditam que as autoridades possam solucionar o problema, ou simplesmente as vítimas querem manter o acontecimento do crime apenas no seio familiar (Lourenço e Lisboa, 1998).

A criminalidade é um fenómeno social complexo e dinâmico, tornando-se difícil a tarefa de o compreender. No entanto, o volume dos crimes participados poderá ajudar a perceber qual a tendência do tipo de crime.

1.3. Entidades públicas responsáveis pelo Sistema de Segurança Interno Português

“Poor people want to feel safe and secure just as much as they need food to eat, clean water to drink and a job to give them an income. Without security there cannot be development”.

Secretary of State for International Development (2006: 45)

O reconhecimento por parte dos cidadãos das entidades responsáveis pela sua segurança é fundamental para a criação de redes de partilha de conhecimento e experiências. “O significado de segurança equivale nas sociedades contemporâneas Ocidentais ao estatuto de bem público e de direito fundamental, sendo percecionada como um fator de desenvolvimento económico, coesão social e estabilidade política” (Lourenço *et al.*, 2006: 23). Para Niklaus (2012), a polícia, para além de ser um sistema ao serviço da sociedade, está principalmente ao serviço dos políticos. Segundo o autor,

os governantes utilizam as Forças de Segurança (F.S.) para de forma direta controlar e influenciar os comportamentos dos cidadãos.

Em Portugal, a segurança está atualmente regulamentada pela Lei de Segurança Interna n.º 53/2008, de 29 de agosto onde se estabelece que a segurança interna do país é uma atividade exercida pelo Estado, através do Ministério da Administração Interna (M.A.I.) e das F.S. com o objetivo de “garantir a ordem, a segurança e tranquilidade públicas, de proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade (...)” (Art. 1º, Capítulo I, Lei n.º 53/2008). Os órgãos responsáveis pelo S.S.I. são o Concelho Superior de Segurança Interna, o Secretário-Geral e o Gabinete Coordenador de Segurança (Art. 11º, Capítulo III, Lei n.º 53/2008). As entidades responsáveis pela aplicação do S.S.I. são designadas de Forças e Serviços de Segurança (F.S.S.), sendo estas constituídas, pela Guarda Nacional Republicana (G.N.R.), a Polícia de Segurança Pública (P.S.P.), a Polícia Judiciária (P.J.), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (S.E.F.), o Serviço de Informações de Segurança (S.I.S.), os órgãos de Autoridade Marítima Nacional e o órgão do Sistema da Autoridade Aeronáutica, no caso dos órgãos cumprem funções específicas distintas das restantes F.S.S. (Art. 25º, Capítulo IV, Lei n.º 53/2008).

Para a presente dissertação, importa analisar de forma especial as entidades G.N.R. e P.S.P., visto serem estas as F.S.S. responsáveis principais pela segurança do município de Guimarães. A G.N.R. segundo a sua orgânica aprovada pela Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa” (Art. 1º, Capítulo I, Lei n.º 63/2007). A natureza da P.S.P. também segundo a orgânica firmada pela Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto é “uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa” (Art. 1º, Capítulo I, Lei n.º 53/2007). Ambas as F.S.S. são tuteladas pelo M.A.I., tendo ambas atribuições análogas na garantia da ordem e tranquilidade pública, de prevenir a criminalidade em geral, de proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos defendendo e preservando os seus bens. As áreas de intervenção são distintas, pois enquanto a P.S.P. está mais vocacionada para a intervenção em áreas urbanas, a G.N.R. desenvolve a sua atuação nas áreas rurais. No caso da existência de atribuições de defesa simultâneas entre a P.S.P. e a G.N.R. as respetivas áreas são

determinadas por portarias do ministério da tutela (Art. 5º, Capítulo I, Lei n.º 53/2007; Art. 5º, Capítulo I, Lei n.º 63/2007).

Os profissionais da P.S.P. e da G.N.R., após a Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de fevereiro de 2002 passaram a obedecer ao Código Deontológico do Serviço Policial (C.D.S.P.), código este, previsto na Resolução n.º 690, de 8 maio de 1979 pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e também na Resolução n.º 34/169, de 17 de dezembro de 1979 da Assembleia Geral da O.N.U.. No art. 2º do C.D.S.P. correspondente aos “princípios fundamentais”, as duas entidades são designadas apenas por Forças de Segurança (F.S.), tendo estas o dever de zelar “pelo cumprimento da Lei, (...) Cultivam e promovem os Valores do Humanismo, da Justiça, Integridade, Honra, Dignidade, Imparcialidade, Isenção, Probidade e Solidariedade” (Art.º 1 do Código Deontológico do Serviço Policial). Este código complementa e reafirma os direitos e funções dos profissionais de segurança já estabelecidos pelas suas leis orgânicas. Este código foi mais um dos passos no sentido da aproximação entre os cidadãos e as F.S..

Para os profissionais é fundamental o reconhecimento por parte da comunidade da sua importância e das suas competências, e por contra partida, tendo os cidadãos consciência do trabalho das F.S. predispõem-se com maior facilidade para cooperar e trabalhar em conjunto para a resolução dos problemas. As F.S. são mediadoras de comportamentos entre os Homens, ao mesmo tempo que estabelecem a ponte entre o Governo e os Cidadãos (Stewart, 2002 citado por Broudeus, 2002; Lourenço *et al.*, 2006). No entanto é importante salientar um aspeto muito positivo das F.S., que é muitas vezes esquecido. A “patrulha apeado” praticada de forma diária pelas ruas da sua área de intervenção concede aos elementos das F.S. conhecimentos concretos topográficos e observacionais, e quando aleado a estes dois conhecimentos acontece interação comunicativa entre as F.S. e os cidadãos, o profissional produz um conhecimento empírico da área de extrema relevância. No entanto este conhecimento muitas vezes fica apenas circunscrito ao profissional, acabando por se perder aquele conhecimento quando o profissional muda de Posto ou de Esquadra (Durão, 2011).

Como inicialmente foi referido, o Estado tem a função de garantir a segurança dos cidadãos, pela mão das F.S. portuguesas. Em 2008 o Governo vigente deu início a uma nova política de segurança. Primeiramente com a alteração à Lei de Segurança Interna, depois com o surgimento da ideia de formar e treinar as F.S. para aplicar

políticas de Policiamento de Proximidade. Este conceito de policiamento ou patrulhamento surgiu durante os anos de 1960 e 1970, tendo por objetivo a aproximação das F.S. dos cidadãos. Esta nova filosofia obriga a uma maior sensibilização para o conhecimentos das minorias da população, por força a evitar eficazmente os conflitos (Stewart, 2002 citado por Broudeus, 2002).

O programa especial português de “Policiamento de Proximidade” tem por objetivo a criação de laços de cooperação entre a comunidade e as F.S. por forma a resolver os seus problemas. O Policiamento de Proximidade é uma filosofia, cuja aplicação no terreno é feita através de projetos como: o Programa Escola Segura; Apoio 65 – Idoso em Segurança; Comércio Seguro; Viver a Serra em Segurança; ou Verão Seguro. Mas para além dos programas especiais de estimulação de relação com grupos específicos da sociedade, o Governo através da iniciativa *Simplex2007* atribuiu ao M.A.I. a responsabilidade de regular um balcão eletrónico de apresentação de queixas. Este balcão único virtual intitulado de “Sistema de Queixas Eletrónico” (<https://queixaselectronicas.mai.gov.pt>) permite ao público em geral em todo o território nacional apresentar queixas ou denúncias à G.N.R., à P.S.P. e ao S.E.F.. Todos estes programas visavam uma relação de cooperação entre as F.S.S. e as comunidades por forma a resolver os manifestos problemas das populações.

Dentro do programa da segurança estabelecido pelo Governo, o M.A.I. em parceria com o Município de Loures, criou em 2008 também o projeto-piloto “Contracto Local de Segurança”, no qual é prevista a criação de um sistema de segurança comunitária. Segundo os fundamentos estabelecidos no protocolo de celebração do contracto: “Os Contractos Locais de Segurança consubstanciam um instrumento fundamental no reforço objetivo da segurança e na confiança das populações, através do aprofundamento dos níveis de articulação entre a ação das Forças de Segurança e os anseios dos cidadãos (...)” (Protocolo de celebração do contracto Local de Segurança no Município de Loures – projeto-piloto, 12 de setembro de 2008). Na primeira cláusula do contracto, referente à área de intervenção, são enunciados os seguintes pontos de intervenção: a delinquência juvenil; a pequena criminalidade; a violência doméstica; comportamentos antisociais; fenómenos de insegurança. A ideia é usar as estruturas já existentes no município para a implementação de projetos que visem a resolução dos objetivos anteriormente citados.

Este modelo de promoção de segurança pode ser subscrito por qualquer município que tenha disposição para assinar contracto de parceria com o M.A.I..

1.4. Propriedade vs. Criminalidade

1.4.1. Propriedade - enquadramento ideológico e jurídico

“Property is a political instrument, an element in social struggle, an object of consumption and a site for identity formation”.

Gregory *et al.* (2009: 594)

A propriedade é um tema que foi sendo merecedor de interesse e debate ao longo dos vários séculos e das várias gerações, não existindo uma definição única de propriedade. Em linhas gerais, poder-se-á dizer que é tudo que nos pertence (bens materiais ou imateriais) sobre o qual temos o direito de dispor livremente, e o dever de proteger (Gregory *et al.*, 2009).

Marnoco e Souza (1910) refere a controvérsia existente em Portugal em 1910 para definir propriedade: os economistas consideravam-na como um direito do Homem sobre o produto do seu trabalho pessoal, sendo assim proprietário das coisas que criasse; os juristas defendiam ser uma faculdade que o Homem tem de aplicar à conservação e melhoramento da coisa que adquiriu e que pode por isso dispor dela; para os historiadores a propriedade englobava todos os atos da relação natural com as coisas, tirando proveito económico delas.

As primeiras referências que legislam a propriedade remontam ao período romano com as XII Taboas. A legislação existente à época que abrangia o tema da propriedade não só atribuía direitos mas também deveres aos titulares de bens móveis ou imóveis. Tal como atualmente os direitos e deveres eram definidos e moldados à luz da época da sua vigência, conferindo ao titular dos bens o pleno direito de usufruto. As coisas definidas como sendo propriedade do indivíduo dividiam-se entre *cousas Mancipi* que eram os prédios, os terrenos, os escravos, os animais de uso doméstico ou de trabalho; as *nec Mancipi* eram tudo o resto das coisas inanimadas excetuando os imóveis que se situavam nas províncias (Marnoco e Souza, 1910).

Tal como atualmente “a property right gives the owner of an asset the right to the use and benefits of the asset, and the right to exclude others from them. It also, typically, gives the owner the freedom to transfer these rights to others. Roman law

referred to these elements as *usus* (the right to use), *abusus* (the right to encumber or transfer), and *fructus* (the right to the fruits)” (Segal e Whinston, 2010: 2).

O direito romano foi a base de inspiração de forma direta ou indireta das leis instauradas nos códigos que regem atualmente os países (Marnoco e Souza, 1910). A problemática da propriedade teve sempre uma grande importância para o Homem, provocando em muitos casos a ganância e a guerra entre vizinhos ou até mesmo entre países. Sendo esta uma questão tão importante, foi debatida por muitos filósofos, tais como John Locke ou Karl Marx (Locke, 1764; Machado, 2008). Estes questionavam o direito à propriedade muito para além da mera legislação, debatendo a sua importância para a sociedade.

Locke (1764) na 6ª edição do livro *The Second treatise of Civil Government* explica que a propriedade deveria ser considerada apenas como um apêndice à sobrevivência do Homem, e não um meio de atingir o poder ou a superioridade. Sendo o trabalho o único caminho para a obtenção da propriedade, só o fruto do esforço poderia ser considerado seu. Defendia que se Deus nos outorgou o Mundo, apenas o fez para o ser humano poder sobreviver e com tal deveria explorar os recursos de forma equitativa, racional e justa (Kuntz, 1997). Locke (1764, §48) defende que num lugar onde existam bens de sobrevivência provenientes da natureza ou do cultivo da terra, só a ganância do Homem justifica a necessidade de ampliar as suas posses para além do estritamente necessário para a sobrevivência. Para o autor existe uma relação direta entre o número populacional a economia de um aglomerado e a forma como se organiza legal e institucionalmente. Conclui que quanto maior for a dimensão populacional, maior é o desequilíbrio existente dentro da comunidade, provocando o desequilíbrio, a ambição e o conflito. Uma de entre muitas críticas apontada a Locke, refere-se ao facto de considerar a propriedade como sinónimo de liberdade (Kuntz, 1997).

Já para Marx a propriedade, em especial a privada, era impulsionada pelo capitalismo e provocava a desigualdade social. A desigual repartição da riqueza potencia a prática de crimes por parte dos menos favorecidos na tentativa de alcançarem as vidas de luxo dos ricos. Muitos críticos da sociedade capitalista, à época, acreditavam que a “property rights in a negative light, pointing to the manner in which privatized property rights instrumentally and ideologically underpin class rule, patriarchy and colonialismo” (Gregory *et al.*, 2009: 594). Marx satiriza a Revolução Francesa por acreditar que apenas foi provocada com o objetivo de atingir interesses particulares e de

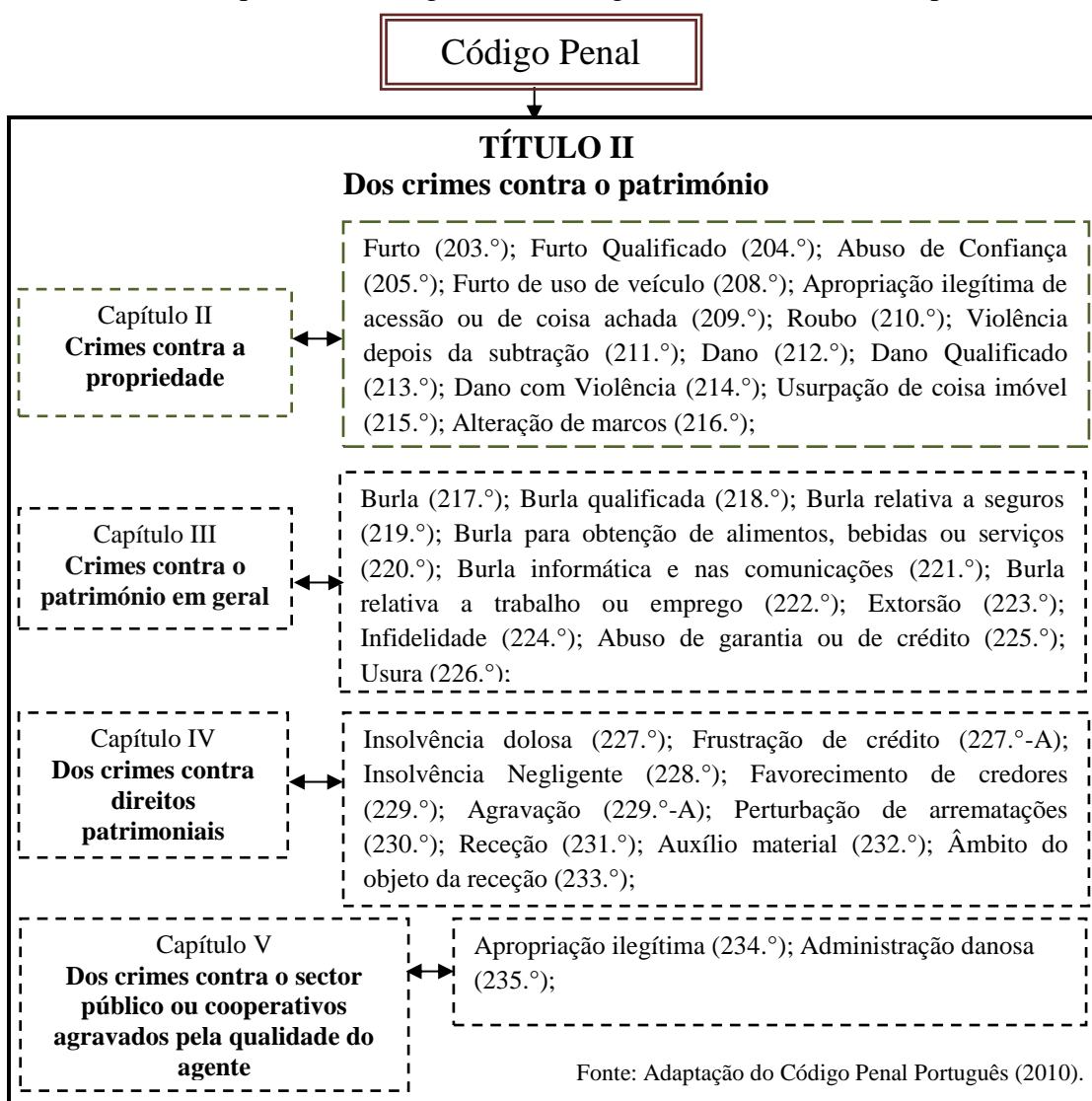
caracter individual, não existindo efetivas preocupações com a comunidade. Para ele, a verdadeira revolução social só acontece quando o primordial interesse é a comunidade, e para tal um dos passos a dar é a abolição da propriedade privada e do individualismo social, pois, só assim, segundo Marx, é possível ajudar o Homem na sua emancipação (Callinicos, 2004; Machado, 2008). As ideias utópicas de Marx foram a fonte de inspiração para o impulsionador da revolução Russa (1917). Lenine procura construir na União Soviética uma sociedade socialista perfeita onde não existia desigualdades na distribuição dos meios de produção nem da riqueza, passando a propriedade privada a ser considerada como um bem comum. Segundo o ideal socialista a comunidade vivia em perfeito equilíbrio social. Mas da utopia leninista à realidade ia uma grande distância e na sociedade real russa continuavam a existir crimes e diferenças socioeconómicas (Machado, 2008).

Enquanto se iniciam os motins pela igualdade na União Soviética no resto da Europa, no mesmo período de tempo, milhares de cidadãos perdem diariamente o direito à propriedade, liberdade e principalmente à vida, devido à primeira Guerra Mundial (1914-1918). A proclamação dos direitos à liberdade, propriedade, igualdade não fora suficiente para impedir a ocorrência de uma segunda calamidade mundial (1939-1945). É nos períodos de sobressalto geral, que as regras naturais da comunidade estão mais frágeis e o desrespeito dos direitos do “Outro” são permanentes. Para sobreviver muitas são as pilhagens aos bens dos vizinhos ou desconhecidos. Só com o fim da segunda Guerra Mundial é que foi possível assinar um acordo universal de salvaguarda dos direitos do ser Humano. Inspirada nos ideais da Revolução Francesa (1789) a O.N.U. concebe a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), onde entre muitos direitos enuncia no art.º 17 – 1. e 2. a salvaguarda internacional à propriedade: “Toda a pessoa individual ou coletiva, tem direito à propriedade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade”.

A ressalva do direito à propriedade independentemente de ser privada ou pública de forma direta ou indireta acaba sempre por ser estabelecida por leis criadas pelos órgãos que governam o país, determinando a forma como o indivíduo pode controlar e definir aquilo que considera seu. A propriedade é um direito universal que faz parte da vida quotidiana do Homem de forma natural, dependendo dela a sua sobrevivência e bem-estar (Sagal e Whinston, 2010).

Atualmente, em Portugal o direito à propriedade tem suporte constitucional no n.º 1 do art.º 62º da Constituição da República Portuguesa: “A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição”. O direito à propriedade pode ser de índole privado, coletivo, público ou cooperativo seja qual for a expressão usada ou o conteúdo subjacente corresponde ao direito romano *plena in potestas* “um direito inviolável e sagrado (...)” (Villey, 1993: 84; Justo, 1999: 109-114 citados por Martins, 2003: 20). As infrações ao direito à propriedade estão descritas no Código Penal dos art.º 203º ao 235º (Quadro 1), caso se comprove em tribunal a violação do direito de propriedade o arguido é punido por lei.

Quadro 1. Esquema do Código Penal Português dos crimes contra o património



Tal como anteriormente exposto, a proteção dos bens dos cidadãos é um tema complexo e dinâmico. As sociedades vão estabelecendo normas jurídico-penais de

preservação e punição da propriedade, que vão sofrendo mutações à medida que a sociedade e o tipo de crime evoluem. A discussão da propriedade é merecedora de especial atenção na contenda da sociedade. As relações estabelecidas entre pessoas ou pessoa/coisa influenciam as relações sociais. O interesse por este tema por parte de muitos profissionais, em especial os geógrafos, não é recente, existindo um fascínio pelo modo como as relações socio-espaciais evoluem em detrimento de interesses próprios ou coletivos de preservação ou aquisição de propriedade e esta afigura-se como um dos muitos elementos influenciadores de comportamentos sociais. A convergência entre o interesse privado e público é sustentado por uma linha ténue de relações cordiais estabelecidas pelas leis naturais da comunidade. O modo como a comunidade preserva e se apropria da propriedade coletiva e/ou privada, influencia a imagem individual dos espaços.

Cada ser Humano constrói a sua própria imagem mental dos espaços, no entanto, existem alguns elementos comuns a um grande grupo de pessoas. Os espaços públicos no seu todo são as paisagens mais marcantes, no entanto se descermos a escala de análise, a atenção na seleção das imagens do mobiliário urbano que compõem a paisagem dividem-se muito, dependendo das experiências diretas ou indiretas com os locais, da idade, do género, da profissão (Esteves, 1999; Silva, 2006; Fernandes *et al.*, 2012).

1.5. Criminalidade – evolução socioeconómica vs. evolução da criminalidade participada

1.5.1. Primeiros estudos sobre a criminalidade

“A evolução da criminalidade acompanha sempre a evolução da sociedade, as suas regras sociais e jurídicas, os seus valores morais e éticos, os seus princípios”.

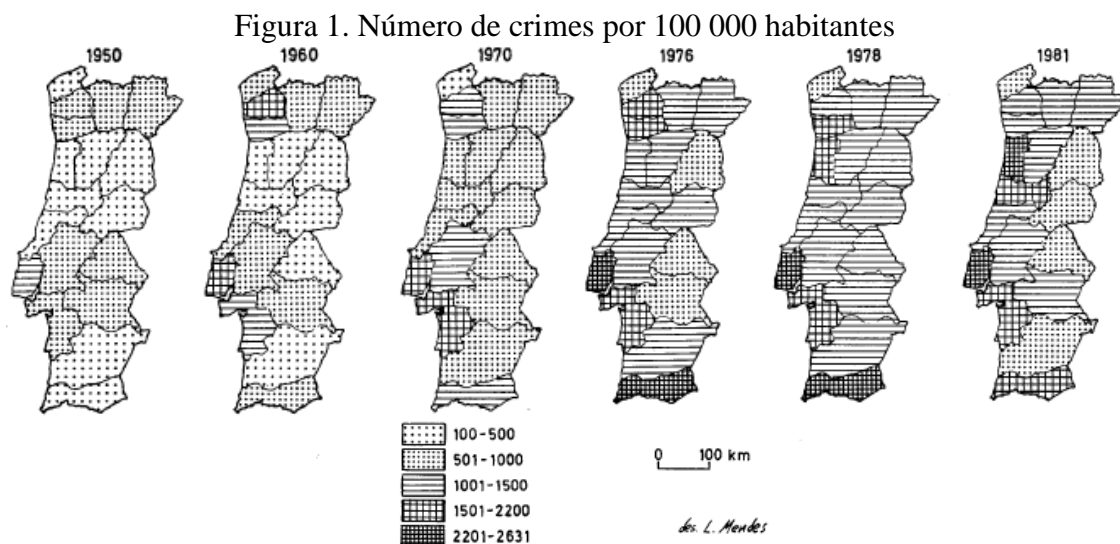
Valente (2004: 283)

Os primeiros estudos conhecidos sobre a geografia do crime em Portugal remontam aos anos 40 do século XX. O primeiro estudo foi feito por Maria José Gomes dos Santos, que num manuscrito aborda a variação dos condenados por tipo de crime à escala distrital, concluindo que os vários padrões de criminalidade existentes no território advêm das diferenças de rotinas e de fatores ecológicos. A segunda referência

escrita é do geógrafo Aristides de Amorim Girão que, aquando da segunda edição do Atlas de Portugal em 1958, incluiu um mapa com a análise do padrão espacial dos condenados com pena maior no Continente por cada 100 000 habitantes, correlacionando os resultados obtidos com as características sociais da população (Santos, 1982; Fonseca, 1984; Esteves, 1999).

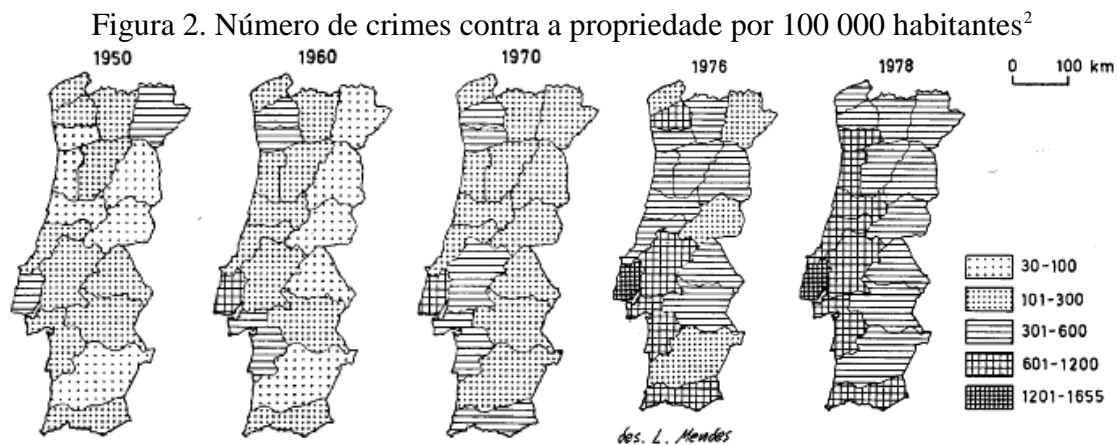
Cerca de duas décadas depois, Maria Lucinda Fonseca, geógrafa da Universidade de Lisboa escreveu um artigo intitulado “Notas para uma Geografia do Crime em Portugal entre 1950-1981”, onde faz uma análise do padrão espacial à escala distrital da evolução do número de condenados pelos tribunais comuns de primeira instância e a variação regional da criminalidade em Portugal Continental.

Quanto à distribuição regional do número de crimes por 100 000 habitantes (Figura 1) poder-se-á afirmar, que nos anos 50 do século XX a distribuição geográfica nacional apresentava-se baixa, com a exceção do distrito de Lisboa que atinge o escalão entre os 1001 e os 1500 crimes por 100 mil habitantes. Segundo Fonseca (1984: 191) é na década de 60 que se começam a evidenciar as diferenças entre “rural e urbano-industrial” destacando-se um crescimento da criminalidade nos distritos do litoral, como o Porto e Braga, a norte, e Lisboa, Setúbal e Faro, a sul. A partir de 1978 os distritos de Aveiro e Coimbra evidenciam-se no panorama nacional em termos de ocorrências de crimes.



Fonte: Fonseca (1984: 188).

Uma das componentes avaliadas incide sobre o crime contra a propriedade¹ (Figura 2), que segundo Fonseca (1984: 196) se trata de um tipo de crime que regista a maior taxa de crescimento tendo-se passado de 190,5 crimes por 100 000 habitantes em 1950 para 816,3 em 1981. Ao longo do período estudado, a partir dos anos 60, o distrito de Lisboa assumiu maior destaque.



Fonte: Fonseca (1984: 188).

A conclusão geral que se retira deste estudo de Maria Lucinda Fonseca é a existência de uma relação positiva entre o número de crimes praticados com o nível médio de rendimentos da população e o grau de desenvolvimento urbano (Esteves, 1999).

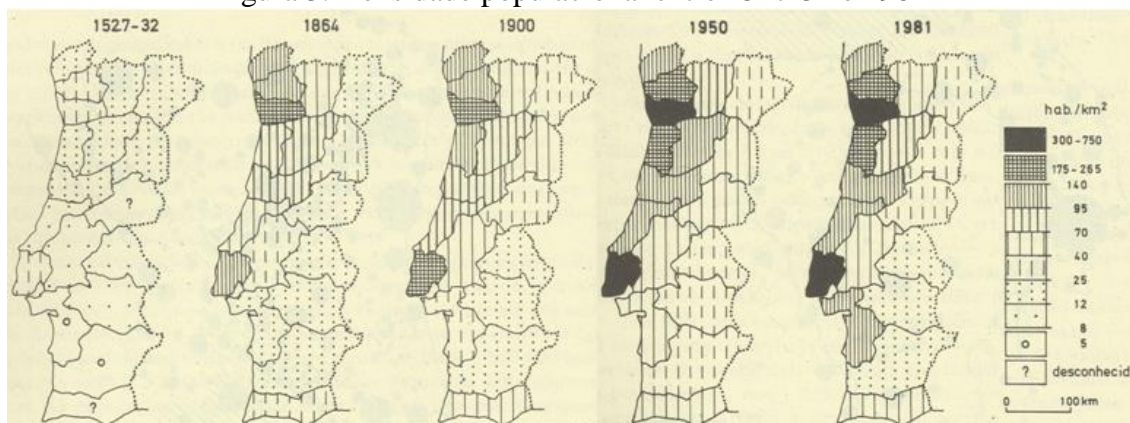
1.5.2. Evolução da sociedade Portuguesa

Paralelamente ao crescimento dos índices de ocorrências de criminalidade está associado o crescimento populacional das regiões antes citadas. Segundo Daveau (1999: 804) “em 1950 os distritos de Lisboa/Setúbal e do Porto agrupavam já um terço da população do país; em 1981 suportavam quase metade da população (46 por cento)”, a juntar a estes distritos sucedem-se Braga e Aveiro com uma densidade populacional entre 175 a 265 hab./Km² (Figura 3) como sendo as segundas áreas mais populosas. Em 1981 os distritos de Lisboa, Setúbal, Porto, Braga e Aveiro agregavam 60% da população continental (Daveau, 1999).

¹ Os crimes contra a propriedade estão inseridos no Código Penal dentro dos crimes contra o património.

² Fonseca (1984) para os períodos intercensitários utilizou a estimativa da população residente, o que pode induzir nos cálculos finais alguns desvios no valor da taxa de criminalidade.

Figura 3. Densidade populacional entre 1527-32 e 1981



Fonte: Daveau (1999: 786).

Entre 1527-32 e 1981 a população portuguesa aumentou cerca de oito vezes mas este crescimento não foi homogéneo por todo o país.

Outro fator que acentuou o peso da litoralização do continente foi a forte emigração e imigração na década de 60 do século XX por parte da população portuguesa. Alguns deslocavam-se impulsionados pelo desejo de melhores salários, outros, pela necessidade de “fugir” à guerra colonial que tinha despoletado em 1961 em Angola. Em busca de melhores salários, melhores condições de vida ou de sobrevivência, as migrações faziam-se no sentido interior-litoral e Portugal-Mundo (Rêgo, 2007). “Houve uma forte diminuição da população em várias áreas do Interior, tanto a Norte como a Sul do Tejo” (Lema e Rebelo, 1996: 241).

A adesão de Portugal em 1958 à Associação Europeia de Comércio Livre (E.F.T.A.) impulsionou a criação de um novo modelo de desenvolvimento industrial voltado para a Europa e para as exportações, principalmente após a promulgação da Lei do Condicionamento Nacional. Segundo Lema e Rebelo (1997: 212) “de 1959 a 1964 a taxa de crescimento médio do produto subiu em relação ao período precedente da década de 50, atingindo 6,0% ao ano, mas o desequilíbrio sectorial e espacial acentuou-se”. Este desequilíbrio foi de tal ordem que a população a trabalhar na indústria na década de 70 ultrapassou a população ativa do sector primário.

Esta realidade transformou por completo a planta das cidades costeiras em especial a do Porto e Lisboa, e a desordem e a insalubridade habitacional reinavam nas áreas periféricas das cidades. Nos “Trabalhos preparatórios do III Plano de Fomento - Relatório do grupo de trabalho nº 8 - Habitação e Urbanização” (dezembro de 1966) da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, integrada dentro do Plano Intercalar de Fomento de 1965/67, chama atenção para a necessidade de equipar

condignamente as áreas de habitação com os elementos essenciais à digna atividade diária.

“Assim, no referente aos estudos de programação, reafirmou-se o conceito generalizado de que as necessidades e condições de habitação não poderiam aferir-se somente pelas relativas à casa ou edificação, importando com igual peso as referentes ao meio em que se localiza, tanto na sua estrutura como no seu equipamento. A existência de infraestruturas urbanísticas (água potável, acessos, saneamento e eletricidade), a proximidade de escolas e espaços livres ou dos locais de trabalho, os transportes obrigatórios e outros fatores, que permitem aferir do grau de rentabilidade social e económica dos investimentos efetuados neste sector” (Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, 1966: 1).

No mesmo documento a comissão extrapolou a análise para o patamar europeu, afirmando que a carência habitacional é mais proeminente nos países mais pobres da Europa. Em 1960 estimava-se que a Europa carecia de cerca de 11 milhões de fogos, sendo que 8 milhões se enquadravam na parte meridional e oriental e cerca de 3 milhões na parte ocidental e setentrional. No caso português, em 1954, estimava-se que existiam 2,5 fogos para 1000 habitantes, aumentando para 5 fogos para 1000 habitantes em 1965.

Passada a primeira década de adaptação aos padrões europeus e de crescimento económico, a década de 70 foi marcada por grandes alterações sociais, políticas e financeiras, provocadas, por um lado, pelas crises petrolíferas que atingiram Portugal (1ª crise petrolífera em 1973 e a 2ª em 1979) e pelo aumento crescente da dependência externa da indústria energética e agroalimentar (facto derivado do aumento da tecnologia na indústria e do abandono da agricultura). Por outro lado, ocorreu o regresso entre 1974-76, de cerca de meio milhão de portugueses das ex-colónias e de muitos portugueses espalhados pela Europa e pelo mundo (Lema e Rebelo, 1997).

Após a queda da ditadura salazarista em 25 de abril de 1974 a justiça e as forças policiais passaram a operar de forma independente do Estado, deixando de ser opressoras para passarem a ser aliadas da população. Este ideal passou a ser um direito dos cidadãos e estes passaram a poder recorrer livremente à justiça de forma a poder defender os seus direitos. O poder judicial passou a ter uma postura de prevenção, tendo como objetivo a recuperação do delinquente e prova desta readaptação é o Código Penal de 1982. Neste a atribuição de uma pena de prisão como resultado da sentença não é vista como a solução para o problema, defendendo a “redução da pena de prisão ao

mínimo indispensável e se for possível a sua substituição por pena não privativa da liberdade” (Valente, 2004: 287).

Os padrões sociais, económicos, judiciais, políticos e territoriais dos portugueses no período compreendido entre 1950 e 1980 sofreram profundas alterações, o que de um modo direto influenciou os modos de vida dos portugueses e a sua distribuição espacial. “Nenhum outro país europeu conseguiu liquidar o campesinato, alterar a taxa de fecundidade, mudar os padrões de consumo, diminuir a mortalidade infantil, instaurar o sufrágio universal, transformar as relações Estado-Igreja, criar uma classe média, abrir as fronteiras, à velocidade a que o fez Portugal. Na Economia como nas almas, o país está irreconhecível” (Mónica, 1996: 224).

A crescente litoralização da população aumentou a probabilidade de ocorrerem maiores taxas de criminalidade. Quanto maior era o núcleo populacional maior se revelava a probabilidade de ocorrência de um crime. A tendência evolutiva da criminalidade e em especial, a dos crimes contra o património, segundo Lourenço e Lisboa (2000: 31) continuaram a assumir uma tendência de crescimento entre 1984 e 1993, sempre superior a 50%. O tipo de crimes que mais contribuiu para a formação do sentimento de insegurança (para além dos referenciados no Quadro 2) são os crimes contra o património (Lourenço e Lisboa, 2000; Valente 2004).

Quadro 2. Total de crimes participados à polícia Judiciária (em %) por tipo de crime (1984-1993)

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Contra as Pessoas	3,82	3,62	3,43	3,16	2,92	2,96	2,70	2,33	2,14	2,60
Contra valores e interesses da vida em Sociedade	8,19	8,19	6,42	6,19	7,79	8,86	7,43	9,33	8,53	9,92
Contra o património	55,39	55,23	59,28	63,12	62,04	59,49	59,42	59,22	66,84	65,87
Contra o Estado	8,58	8,17	8,17	7,11	2,00	2,07	1,70	1,06	1,00	1,16
Legislação avulsa	23,98	24,74	22,65	20,37	25,23	26,57	28,66	27,98	21,41	20,27
Outros + Viação	0,05	0,04	0,06	0,05	0,05	0,06	0,06	0,08	0,08	0,17

Fonte: Lourenço e Lisboa (2000: 30).

Nos anos de 1987-88 e de 1992-93 os crimes contra o património atingiram um patamar superior a 60%, com especial gravidade em 1992 com 66,8%. Tal como foi anteriormente referenciado, ao longo da década de 80 e até inícios da de 90, os distritos de Aveiro e Setúbal apresentaram elevada incidência da criminalidade. Em parte, este prolongar no tempo do número de registos de crimes pelas autoridades, deve-se à

expansão urbanística e industrial que Aveiro sofreu a partir de meados de 1970, e à proximidade física ao distrito do Porto. No caso de Setúbal poder-se-á ficar a dever também ao forte crescimento urbano, mas também ao facto de parte do distrito servir de dormitório para quem trabalha em Lisboa, o que deixa aquela área desprotegida do controlo social (Lourenço e Lisboa, 1998).

A crescente urbanização associada ao aumento do número de crimes participados às autoridades é uma constatação de Lourenço e Lisboa (1996). Os crimes contra o património rotulados pelos autores como sendo fundamentalmente urbanos, registam percentagens nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (1984-1993) de cerca de 80%, face a 20% no resto do país. Estes valores tão elevados, devem-se maioritariamente aos crimes de roubo e de furto.

Durante as décadas de 70 e 80 do século XX, Portugal viveu sob o efeito das crises petrolíferas mundiais e do impacto de uma sociedade com o desejo de liberdade política e social. Este período de transição foi impulsionado pela adesão de Portugal à C.E.E. a 1 de janeiro de 1986, sendo esta encarada, na altura, com grandes expectativas de mudanças e de desenvolvimento. O reflexo transitório na nossa economia foi quase imediato. Voltou-se a dar importância à indústria, em especial àquela voltada para o mercado de exportação. O Estado pretendia uma economia internacional, não apenas dependente do mercado interno.

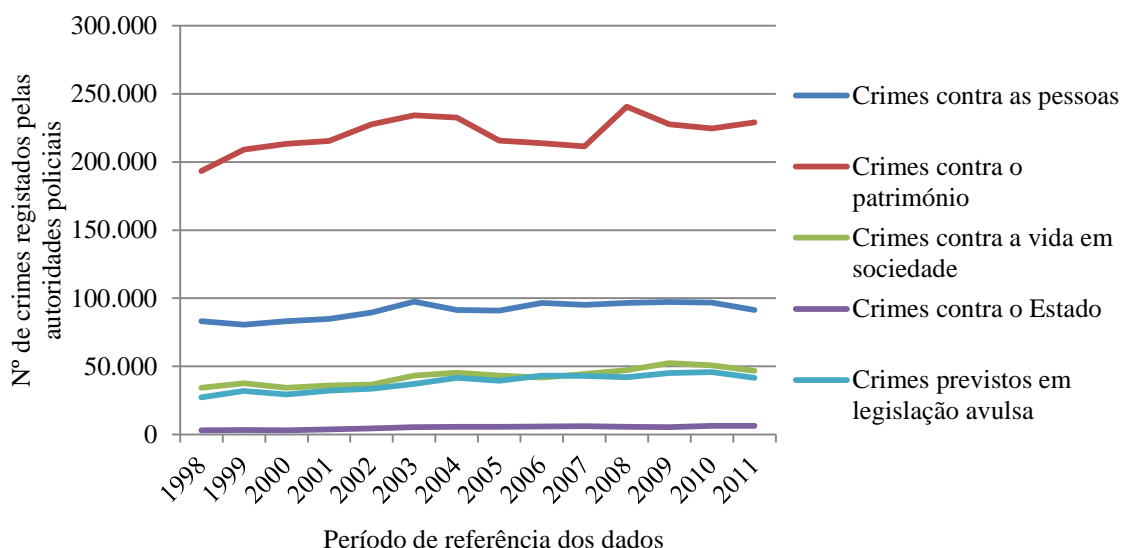
Neste período os fundos que Portugal recebia no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, foram importantes para o aumento de equipamentos e infraestruturas a nível nacional. A população, segundo os censos de 1991, revelou um crescimento próximo de 0,23%, o que demonstra a estabilização do ritmo de crescimento da população apresentado nas décadas anteriores. Neste período inicia-se o escalar da inversão da pirâmide etária, a taxa de natalidade sofre uma redução, e por consequência, nos anos seguintes reduz-se o número de jovens. Paralelamente os idosos aumentam, acarretando com isso a tendência futura de uma sociedade envelhecida (Lema e Rebelo, 1997).

Após 1974, a população portuguesa foi gradualmente adquirindo a proteção do Estado, garantindo-lhe os benefícios e obrigações da Segurança Social, a gratuidade da escolaridade e a igualdade ao acesso ao sistema de saúde. O Estado-Providência foi-se tornando cada vez mais forte na tentativa de garantir melhores condições de vida às populações. As preocupações com a sociedade e com o seu bem-estar marcam as diretrizes do Estado, dando-se especial importância ao estudo e à integração das

minorias na sociedade. Como tal, o Código Penal volta a ser revisto em 1995, tendo como principal preocupação a prevenção da criminalidade através da eliminação das disparidades sociais, económicas e culturais que provocam o incentivo à criminalidade, principalmente entre as minorias étnicas (Valente, 2004).

A maioria das disparidades sociais encontram-se nos meios urbanos, que encerram todo o tipo de agregados familiares em busca de melhores condições de vida. Analisando como exemplo os anos de 1998 a 2000, só em Lisboa, em 1998, registaram-se 60.637 crimes contra o património o que representou uma taxa de 67%; descendo em 1999 para 64,5% e no ano seguinte manteve-se nos 64,4%. No Porto, em 1998, registaram-se 37.888 crimes contra o património, o que representa 71%, subindo para 1999 para 72,8% e voltando a descer em 2000 para 71,2% (Valente, 2004). De todos os crimes registados, os categorizados contra o património obtêm maior peso a nível nacional, graças à maior incidência nas metrópoles de Lisboa e Porto (Figura 4). No período compreendido entre 1998 e 2011 a criminalidade aumentou em termos gerais, salvo em anos excepcionais, como é exemplo a diminuição do número de crimes registados nos anos 2007 e 2005 nos crimes contra o património, e os anos de 2004 e 2005 nos crimes contra as pessoas.

Figura 4. Número de crimes registados pelas autoridades de segurança pública em Portugal entre 1998 e 2011 segundo o tipo de crime



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística e da Direcção-Geral da Política de Justiça.

Normalmente associa-se a criminalidade a fatores de crise económica, mas o nível de criminalidade não depende apenas do fator crise. Esta apenas contribui para prolongar no tempo o número de crimes. Lourenço e Lisboa (1998: 19) explicam o quão difícil é compreender a evolução da criminalidade, independentemente do tipo de crime que se avalie: “A leitura da evolução do crime entre os anos 50 e meados da década de 90 indica que, embora o aumento da criminalidade seja anterior ao início da crise económica, o prolongamento desta desempenha um papel essencial na situação presente”.

Fatores como o crescimento nacional do desemprego (principalmente nos jovens), o desenraizamento da sociedade e em especial daqueles que residem nas cidades, a solidão na velhice, o crescente aumento de famílias monoparentais, uma conseqüente desagregação social e não adesão às normas, são fatores proporcionadores do aumento da criminalidade que Portugal viveu no passado e volta a viver no presente (Lourenço e Lisboa, 1998; Esteves, 1999).

Como forma de combate à criminalidade foram-se estudando e utilizando as mais diversas ferramentas informáticas, sociais ou de planeamento. O aparecimento dos Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.) nos anos 90 do século XX veio ajudar à espacialização dos padrões de criminalidade de forma mais rápida e descritiva facilitando estratégias de monitorização, prevenção e combate da criminalidade (Esteves, 1999). No entanto, os Sistemas de Informação Geográfica apenas tratam números da criminalidade aparente e apenas demonstram padrões espaciais dos crimes participados, o que conduz a imprecisões e à necessidade de alguma precaução quando se trata a temática da criminalidade.

1.6. Notas conclusivas

Como anteriormente foi explicado, a criminalidade é um fenómeno complexo ao qual não se pode atribuir apenas uma causa. São múltiplos os motivos de um criminoso, que podem coincidir ou não, com os motivos de outros criminosos. Não obstante, a sociedade tem de saber responder às necessidades dessa mesma sociedade, tem de saber e estar interessada nos problemas do “vizinho”. Temos de ter consciência que a criminalidade não tem fronteiras, não tem cor, nem raça, e que tanto é praticada por cidadãos portugueses como por estrangeiros, por mulheres como por homens, por crianças como por adultos.

Os caminhos de um país constroem-se com os modos de vida de toda a sociedade e “nós somos feitos de cálculos como de sonhos” (Gersão, 2000: 13). Fomos capazes de mudanças extraordinárias em algumas décadas, mudámos os rumos da história de Portugal. As visões que temos sobre Portugal são várias dependendo sempre da vida de quem as têm. Como tal quem se predispõe ao estudo da sociedade tem de o fazer com a mente aberta e sempre pronta a evoluir.

Capítulo 2. A influência da criminalidade para o sentimento de insegurança

Nota introdutória

Ao longo do segundo capítulo são explorados uma série de conceitos ligados ao sentimento de insegurança por forma a criar um conhecimento teórico mais aprofundado da complexidade que envolve o sentimento de (in)segurança ao nível individual e/ou coletivo.

Em termos históricos o comportamento do criminoso e da vítima sempre suscitou interesse por parte dos médicos, dos psicólogos ou até mesmo dos geógrafos. Os seus comportamentos sempre foram estudados e muitas teorias foram desenvolvidas com explicações mais ou menos plausíveis das motivações que conduzem um indivíduo a cometer um ato criminoso.

A influência do sentimento de insegurança pode determinar o bem-estar de uma comunidade e inibir um indivíduo ao ponto de o fazer alterar as rotinas levadas a cabo durante o seu dia-a-dia de modo a sentir-se mais seguro. Tendo em conta que este sentimento causa inibição e restrição ao usufruto dos espaços bem como à quebra de ligações entre os indivíduos da comunidade, muitos projetos foram construídos e teorias desenvolvidas em torno da edificação de um espaço de modo a prevenir a ocorrência de crimes e a transmitir aos seus utilizadores o sentimento de segurança, comodidade e bem-estar.

Ao longo deste capítulo são estas as temáticas que aprofundaremos, e também serão abordadas algumas das perspetivas por nós consideradas importantes, e que ajudam a perceber a dimensão social das relações humanas que são postas em causa devido ao sentimento muitas vezes “fantasma” que influencia o usufruto das cidades, ruas ou lugares.

2.1. Interpretação do espaço pelo indivíduo

“O sentimento de insegurança pode ser definido como um conjunto de manifestações, de perturbações ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime”.

Lourenço (2010a: 28)

A insegurança é um sentimento desenvolvido pela nossa consciência fomentado por inúmeros fatores internos e externos a cada indivíduo. Está associado à liberdade condicionada causada pela percepção de perigo, podendo este ser real ou ficcionado, evidenciando uma relação direta entre a construção social do crime e a sensação de insegurança por parte da população. Esta relação causa/efeito é muitas vezes expressa pela percepção do medo de se ser vítima de um ato criminoso.

Esta “neurose” está fortemente associada aos indivíduos urbanos, podendo variar de intensidade dependendo, por um lado, da forma como os indivíduos reagem à pressão social associada ao sentimento de insegurança, e por outro lado, do núcleo populacional onde está inserido (Lourenço, 2010; Fernandes e Rêgo, 2011). Nunca se pode generalizar a existência de um mesmo sentimento de insegurança ou percepção de medo a todos os núcleos populacionais. São diferentes as dinâmicas de organização e espacialização das várias comunidades, em especial as urbanas, que em muitos casos agregam diferentes grupos étnicos e culturais, o que pode derivar em comunidades mais heterogêneas e noutros casos mais homogêneas (Sá, 2000, Gregory *et al.*, Eds., 1999; Felix, 2009).

Para Leal (2010: 394) não existe um sentimento de insegurança e os indivíduos têm “uma pluralidade de formas de expressar os receios construídos a partir do cruzamento de variáveis como: o tipo de solidariedade dominante na comunidade ou no local de residência; a proximidade residencial de locais vinculados pela exclusão e por assimetrias socioculturais e económicas; a experiência de vitimação direta ou emocionalmente próxima”. Independentemente da avaliação de ser ou não ser um sentimento, a percepção de insegurança é uma construção mental de um estado de espírito individual fomentado pela opinião social, provocando inquietação no indivíduo e causando-lhe transtornos e perturbações na sua rotina diária (Medina, 2003; Felix, 2009; Rêgo e Fernandes, 2012).

“O medo é, tal como outros estados emocionais, dependente de uma mesma base biológica comum. Sabemos da sua existência através da nossa própria experiência do dia-a-dia e da daqueles que nos rodeiam. Contudo, é também inteira e

irremediavelmente social” (Rêgo e Fernandes, 2012). Este medo sentido pelos indivíduos divide-se, segundo Esteves (1999), em dois patamares. O primeiro tipo está relacionado com os medos concretos, como é exemplo o facto de podermos ser vítimas de algum ato criminoso na circulação efetuada em espaços públicos durante a noite, onde não existe grande iluminação nem movimentação de pessoas. A segunda ramificação do medo relaciona-se com a noção de que existe o perigo de sermos vítimas mas este é hipotético, como por exemplo o facto de o indivíduo recear estar sozinho em casa ou sair sozinho à noite (estes sentimentos de receio são provocados pela incerteza de se ser vítima).

Os medos mais assinalados pelos portugueses, nem sempre coincidem com a real criminalidade que decorre na sua área de residência ou de deslocação. O período do dia mais temido é o noturno, mas os registos comprovam que é durante este período que menos delitos ocorrem. Outro dos grandes receios é de serem vítimas de ofensas corporais no ato e/ou após a subtração dos bens, mas os valores mais elevados de criminalidade são os relacionados com os crimes “contra a propriedade” (Fernandes e Rêgo, 2011).

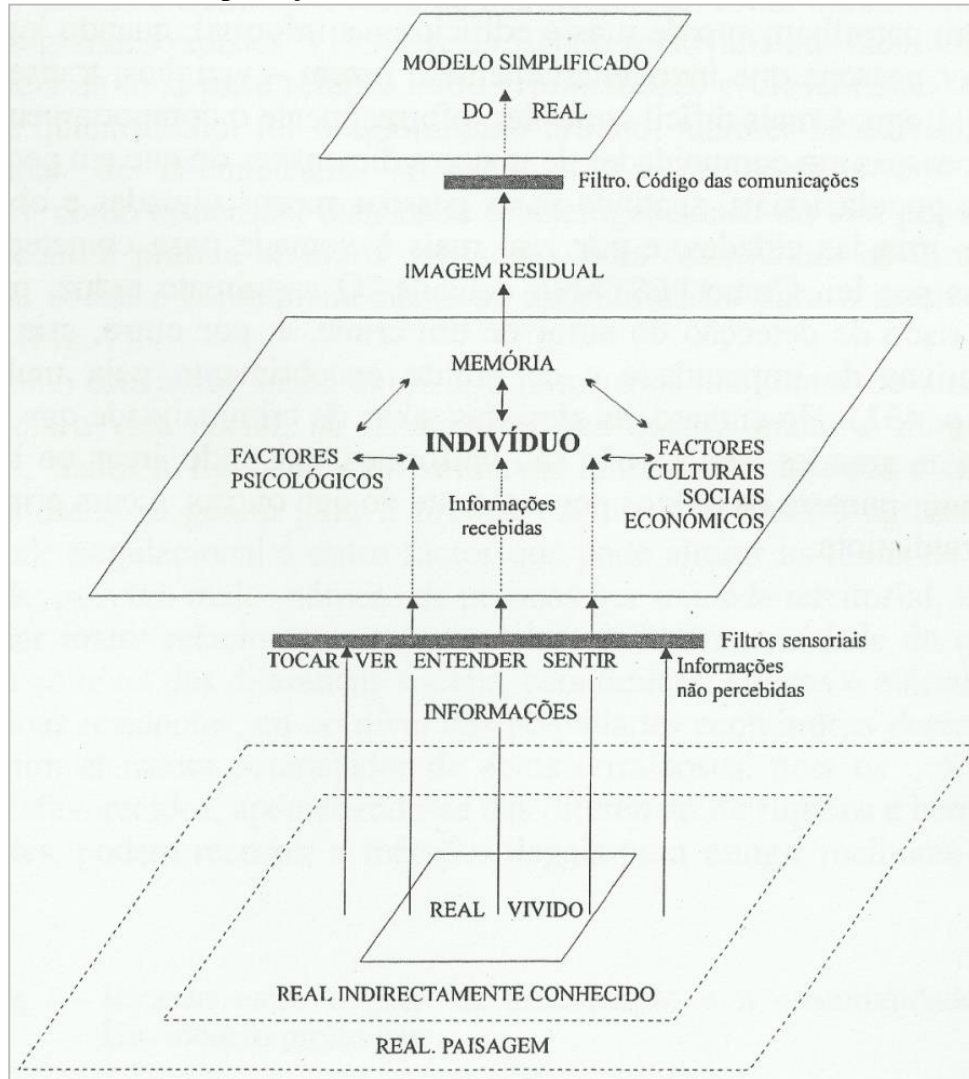
O estágio de espírito e a criação de imagens mentais negativas de um indivíduo sobre o espaço vivido são promovidos pelos efeitos da sociedade em que vive. Cada indivíduo cria a sua própria imagem mental sobre o espaço em consequência das suas capacidades cognitivas de o interpretar. No entanto esta imagem mental é lentamente moldada e reconstruída (Figura 5) à medida que o indivíduo recolhe mais informação junto dos familiares, amigos, conhecidos, meios de comunicação, publicações oficiais ou representações cartográficas (Bailly, 1981; Esteves, 1999; Oliveira *et al.*, 2000; Fernandes *et al.*, 2012).

O Homem interpreta o mundo que o rodeia através dos seus sentidos e alia-os às suas experiências emocionais ou afetivas e à sua cultura, construindo uma imagem multissensorial na sua memória, sendo que para cada indivíduo a verdadeira imagem do espaço é a que é por ele criada. A partir de então, a imagem difundida junto de outros indivíduos advém dos seus juízos de valor. Se a interpretação do espaço não for positiva a informação transmitida também não será positiva (Tuan, 1980; Bailly, 1981; Esteves, 1999; Oliveira *et al.*, 2000; Fernandes *et al.*, 2012).

Os fatores económicos, sociais e culturais, a profissão ou o tipo de ocupação do indivíduo, os transportes utilizados para as suas deslocações, o seu grupo

socioeconómico, e os meios de comunicação que ouve, vê e lê, são fontes de informação privilegiadas para a recriação mental do espaço (Esteves, 1999).

Figura 5. Processos de percepção



Fonte: Bailly, 1977, Adaptado por Esteves, 1999.

Dentro dos fatores antes citados, existe um, merecedor de especial atenção por se apresentar de fácil acesso à esmagadora maioria da população que são os meios de comunicação, entre estes os audiovisuais. A rádio e em especial a televisão vieram revolucionar o modo como vemos o mundo passando a fazer parte da vida quotidiana da maioria da população, como um novo elemento do agregado familiar e sendo muito importante para os indivíduos que não exercem uma vida ativa profissional ou social (Esteves, 1999; Oliveira *et al.*, 2000; Surette, 2007).

Segundo Esteves (1999: 38) “os anos de vida de uma pessoa e o seu género ligam-se de uma forma direta à situação perante o trabalho, pois um estudante, um

ativo, uma doméstica ou um reformado veem o mundo com olhos diferentes”. Esta diferença de imagens mentais criadas, como anteriormente foi dito, deve-se à forma como fazem as suas deslocações pelos espaços, ao nível cultural dos indivíduos, aos lugares onde residem e ao estatuto socioeconómico que possuem. O conhecimento e o poder de aquisição influenciam de forma direta o volume de informação (meios de comunicação social) que consomem (Tuan, 1980; Medina, 2003).

A obtenção de informação implica um custo. Se a informação for direta implica a deslocação ao local, a interação com o espaço e a comunidade (caso de viagens pelo mundo ou pelo país). Se a aquisição de informação for indireta implica deslocações curtas, como ir comprar o jornal, a revista ou livro, ligar a televisão, o rádio, aceder à internet. A aquisição de informação indireta é mais facilmente adquirida e consumida nos estratos socioeconómicos mais baixos (salvo as exceções de indivíduos de baixos rendimentos que devido à sua profissão se deslocam por todo o país ou pelo mundo, adquirindo uma imagem mental diferente da do resto da população do seu estrato socioeconómico) (Esteves, 1999).

No estudo efetuado por Esteves (1999) sobre quais os meios de comunicação que mais difundiam informação sobre violência, dos 420 inquiridos oriundos da cidade de Lisboa, 97,6% responderam ser a televisão. Este facto não é de estranhar por ser um meio de comunicação privilegiado pela sua atratividade de unir ao som a imagem decorrente da ação do acontecimento a uma escala, local, regional, nacional e mundial. Seja qual for a escala do sucedido as imagens entram em casa dos indivíduos propagandeadas com acontecimentos em direto, verdadeiros e, muitas das vezes, sem filtros. Em muitos casos a comunicação social mostra-se parcial na forma como propagandeia a informação (em especial a relacionada com crimes), aleando à “verdade dos acontecimentos” a sua perspetiva, que em alguns casos é de condenação da conduta ou de crítica de determinado ato. Este tipo de postura informativa promove de forma direta e imediata o sentimento de insegurança dentro da comunidade onde ocorreu o crime (Esteves, 1999; Medina, 2003; Rodrigues, 2010; Fernandes *et al.*, 2012; Oliveira *et al.*, 2012).

O despoletar de uma imagem negativa sobre um território leva frequentemente a reações *topofóbicas* por parte dos indivíduos. Segundo o geógrafo Yi-Fu Tuan (1980) a imagem que os indivíduos constroem sobre o seu espaço vivido ou conhecido pode ser de afeição (*topofilia*) ou rejeição (*topofobia*). As palavras *topofilia* e *topofobia* são

neologismos criados por Tuan de forma a expressar a sua verdadeira definição da relação do Homem com o meio que o envolve. Neste caso, topofilia significa uma relação simbiótica entre pessoa e lugar ou o ambiente físico. Já a topofobia é o inverso e a reação dos indivíduos é de repulsa ao lugar ou ao meio físico. As imagens *topofóbicas* incidem na esmagadora maioria dos casos sobre espaços das cidades ou de áreas periféricas.

2.2. Interpretação do espaço pela comunidade

“Urban crime and the perception of urban insecurity have been reflected in attempts to formulate exclusionary policies, increasing urban surveillance and the separation of the wealthy from other urban residents”.

Thutchison, Ed. (2010: 192)

Nos anos 60/70 do século XX o tema da insegurança surgiu na Europa como sendo uma das grandes preocupações sociais e políticas. A partir de meados dos anos 60 a Europa passou a viver um período de crescimento económico associado ao aumento do consumo, ao crescimento das cidades, alterando e degradando o tecido urbano que acarretou impactos diretos no modo de vida das populações. Para além desta alteração na malha urbana, existiu uma outra mudança profunda, a de valores humanos e sociais. As sociedades ocidentais defrontavam-se com o aumento da desestruturação familiar, da pobreza, da exclusão social e da toxicodependência. Os valores sociais passaram a girar em torno da posse de bens e este requisito representava um símbolo de prestígio dentro da comunidade (Lourenço, 2010a; 2010b; Zauberman, 2010).

Estas alterações rápidas de comportamentos influenciaram a imagem mental das comunidades sobre o espaço. Na década de 60 as cidades, um pouco por toda a Europa estavam a passar por um processo galopante de mutação na sua arquitetura. “O crescimento acelerado das cidades, grandemente justificado pelas migrações em busca de oportunidades de trabalho, significou o fim dos laços sociais tradicionais, e a nova força de trabalho, recém-chegada à urbe, foi caracterizada como desordeira, eventualmente criminosa e potencialmente revolucionária.” (Rêgo, 2007: 1). As áreas periféricas cresciam descontroladamente e sem condições de habitabilidade. A desintegração física e degradação vivencial eram evidentes, construindo-se assim uma imagem de espaços de pobreza, mendicidade e criminalidade. Era evidente que o vigente processo de desenvolvimento urbano não era sustentável, evidenciando a

discrepância socioeconómica entre a periferia e o centro das cidades. Esta situação social dentro das comunidades periféricas favorecia o aparecimento de fenómenos de marginalidade e de delinquência, motivados pela falta do sentimento de pertença a toda uma comunidade que constituía a cidade (Esteves, 1999; Heitor, 2007; Leal, 2010; Lourenço, 2010a; 2010b).

No entanto, este tipo de reações delituosas não é recente. Já no século XIX, nas cidades de maior dimensão, existiam elementos perturbadores da ordem pública. Segundo Fernandes e Rêgo (2011) os medos associados às cidades portuguesas oitocentistas mudaram em relação ao período pré-moderno. As cidades expandiram-se para lá das muralhas assumindo proporções cada vez maiores. Os medos deixaram de dizer respeito às catástrofes de índole divina ou aos encontros indesejados nas encruzilhadas ou nos caminhos que cruzavam povoações. Os medos dos indivíduos das cidades do século XX prendiam-se com o surgimento de novos tipos de criminalidade associados às franjas periféricas e pobres da sociedade. A pequena criminalidade de rua passou a alimentar o espírito intranquilo dos cidadãos. Os rumores de perigo amplificado pelas notícias dos tabloides foram invadindo os cidadãos, primeiramente nas cidades de grande dimensão, depois nas médias e por fim nos núcleos populacionais de menor dimensão (Heitor, 2007; Fernandes e Rêgo, 2011). Ao longo do tempo a apreensão pela cidade transformou-se em sentimento de insegurança, passando a ser “um objeto problematizado no e pelo discurso das ciências sociais e humanas, reentrando assim rebatizado na linguagem ordinária dos meios de comunicação social e no falar comum da cidade” (Fernades e Rêgo, 2011: 170).

A noção de perigo ultrapassou as fortificações e na cidade contemporânea o símbolo de segurança que as “muralhas” representavam readaptou-se. A segurança passou a ser símbolo de sistemas complexos de vigilância ou de videovigilância. As cidades confrontam-se atualmente com inúmeros problemas dentro das suas “muralhas”, cuja solução vai muito para além dos sistemas de segurança. A génese dos problemas das cidades está na perda da sua vida e da sua alma, principalmente nas cidades do interior continental português. As fronteiras passaram a ser penetráveis deixando sair os jovens e permanecendo os mais velhos. A vida e as relações de proximidade que os centros usufruíam nas cidades medievais quebraram-se deixando em muitos casos de existir. Este tipo de relações estabelecidas com os espaços tem vindo a fomentar a proliferação do medo ao delito, especialmente entre os indivíduos mais vulneráveis ao

sentimento de insegurança. As relações estabelecidas pelos indivíduos com o espaço têm repercussão direta nas relações entre a comunidade, afetando os seus laços e em casos mais graves a própria economia local (Medina, 2003; Heitor, 2007).

Não obstante, há algo a destacar em relação ao risco efetivo e ao medo, pois “o risco, ao contrário do medo, não está democraticamente distribuído” (Rêgo e Fernandes, 2012: 55). O risco de serem alvos predatórios recai mais recorrentemente sobre indivíduos de classe média/baixa, onde os níveis de segurança são mais baixos. No caso português a insegurança coletiva é alentada pelos casos de criminalidade de rua, enquanto no Brasil o sentimento é alimentado pelos crimes violentos de agressão ou até a morte (Caldeira, 2000; Rêgo e Fernandes, 2012).

Existe a noção coletiva de que a criminalidade, em especial a urbana, está a aumentar paralelamente à emergência da criminalidade organizada, à crescente violação dos Direitos do Homem, à quebra das relações de vizinhança que em muitos casos culmina em relações conflituosas. Estas são algumas premissas fomentadoras do sentimento de desconforto, medo e insegurança. Esta imagem coletiva negativa sobre as relações humanas, que incide sobretudo sobre os grandes aglomerados populacionais contribui para a construção do estereótipo de que a insegurança é sinónimo de cidade (Adorno, 2002).

As classes mais altas que residiam tradicionalmente nas áreas nobres das cidades usam como justificação para a saída desses espaços, a falta de segurança, o sentimento da existência de uma desordem social que lhes causa medo de permanecer naqueles espaços. Cidades como Miami e Buenos Aires nos Estados Unidos, Joanesburgo na África do Sul, Budapeste na Europa Central, a Cidade do México na América Central e São Paulo na América do Sul, são algumas das cidades em que as classes ricas vivem em enclaves dentro das próprias cidades equipadas com os sistemas de segurança de ponta. Dentro dessa área podem ser feitas todas as suas atividades diárias, desde trabalhar, ir às compras ou realizar atividades de lazer. Nestas cidades a segregação do espaço é encarada como um ato de sobrevivência, onde uns tentam afastar-se das “classes problemáticas da sociedade” e outros tentam atingir o usufruto da vida de luxo e riqueza que é proporcionada pelos enclaves (Caldeira, 2000).

Em Portugal não existem casos tão notórios que deram origem a enclaves das classes mais ricas motivadas pela insegurança ou pelo medo do crime. No entanto deu-se o inverso, até há algum tempo atrás as políticas de reabilitação social agrupavam num

só espaço (Bairros Sociais) os indivíduos que usufruíam de habitação social, provocando de igual modo uma segregação social. “A forma generalista como as especificidades destes espaços têm sido tratadas reflete-se na crescente incapacidade para gerir as suas relações internas. Por outro lado, a habitação social não tem contribuído para uma lógica, nem de integração, nem de inserção urbana dos grupos mais desfavorecidos” (Augusto, 2000: s.p.).

São apontados inúmeros malefícios aos tradicionais agrupamentos habitacionais sociais, desde estarem afastados do centro da cidade, de agregarem apenas pessoas da mesma classe social, de serem espaços em que os indivíduos não reconhecem serem seus e como tal estão desenraizados do espaço. A união destes fatores provoca em alguns casos o fomento de comportamentos antisociais como o tráfico de droga ou de armas. A guetização dos indivíduos menos favorecidos não favorece a integração dos mesmos na sociedade. Este grupo da sociedade vive numa esfera limitada territorialmente e facilmente reconhecida em termos arquitetónicos (Augusto, 2000).

As diferenças culturais nem sempre são bem aceites por parte da comunidade, sejam diferenças do foro comportamental, relacional ou até mesmo os laços que são estabelecidos entre indivíduos. São muitos os indivíduos que habitam em comunidade mas vivem marginalizados das grandes massas por livre vontade, optando por uma postura de anonimato. Mas também há as pessoas que cultivam as relações de convivência entre amigos, e existe ainda outro grupo que, para além das relações de amizade, tentam criar laços de vizinhança e de entre ajuda. No entanto e infelizmente são em maior número aqueles que vivem sob o signo da individualização relacional. Este tipo de posturas sociais dificulta a criação de laços sociais e por consequência o natural controlo social (Sá, 2000; Adorno, 2002).

2.3. Criminalidade como comportamento Humano

“Como satisfazer o elevado grau de aspirações suscitadas pela sociedade moderna? O roubo e todas as formas de delinquência de corrupções a ele associadas é o caminho”.

(Costa, 2000: 46)

O fenómeno da criminalidade não é um facto novo na história da sociedade e, como tal, o crime foi punido e encarado de distintas formas no decorrer das várias épocas. Muitas foram as leis sancionatórias criadas para os atos desviantes que à luz da

época enquadravam como sendo transgressores dos princípios morais e das normas da sociedade. Estas medidas permitiam ao Estado “controlar os cidadãos”, garantindo a padronizada justiça social (Fonseca, 1984).

A definição de crime e os estudos sobre os transgressores passaram por períodos de transformações. No período grego, Platão, nas suas obras “A República” e posteriormente “As Leis”, descreve o crime como sendo a consequência de uma doença, cujo estímulo para o ato poderia ser de índole amorosa como a inveja, a cobiça ou a cólera, ou do foro psicológico, relacionado com o prazer da adrenalina. Mais tarde na Idade Média, o crime passa a ser visto como um pecado, cujas punições estavam envoltas de um requinte de crueldade. Motivado pelo forte peso da igreja, nesta época acreditava-se na existência de uma ligação entre a esfera demoníaca e o indivíduo criminoso. Só com o aparecimento da chamada criminologia clássica é que começaram a aparecer teorias contrárias às da Idade Média. Os criminologistas clássicos defendiam que o ato praticado pelo criminoso era de livre vontade e espontânea iniciativa, tendo por objetivo adquirir o seu bem-estar e minimizar o seu sofrimento. Voltaire (1694-1778) acreditava na relação direta entre a pobreza e o número de crimes relacionados com o roubo ou o furto (Machado, 2008).

No século XIX, surge o chamado positivismo criminologista. Nesta época os sujeitos que tinham comportamentos desviantes às regras e que se enquadravam judicialmente como criminosos, eram estudados pelos médicos em termos das suas características físicas, psíquicas e biológicas, pois estes acreditavam que se um ser humano tinha comportamento de criminoso era devido ao determinismo imposto pela sua proveniência genética/hereditariedade. O indivíduo delincente tinha características análogas ao homem primitivo, cujo comportamento de idoneidade estaria predestinado para a criminalidade. Acreditavam ainda, que um indivíduo dotado com tais características não sabia controlar os seus ímpetos de delincente. Este pensamento positivista despoletou a criação de dois postos médicos (Lisboa e Porto) para o estudo da antropologia criminal, sendo que estes foram fundados com o objetivo de estudar a criminalidade em Portugal (Dias, 2001; Fausto, 2001; Martins, 2003; Leal, 2007; Machado, 2008).

O modelo positivista era transversal a todas as áreas da ciência, surgindo também neste período o positivismo jurídico. A escola positivista influenciou as doutrinas jurídicas, resultando na criação de uma nova mentalidade. Sobre esta

influência positivista das ciências naturais Von Liszt criou a teoria do delito, em que adota métodos descritivos e de classificação, enquadrando as características do comportamento delituoso e deixando de parte as contribuições filosóficas, psicológicas e sociais até então estudadas sobre a criminalidade. O pensamento jurídico positivista vai de encontro com o pensamento da medicina sobre os delinquentes: “a *ação*, concebida de forma puramente naturalista, estruturava-se com um tipo objetivo-descritivo, a *antijuridicidade* era puramente objetivo-normativa e a *culpabilidade*, por sua vez apresentava-se subjetivo-descritiva” (Bitencout, 2007: 24).

O modelo positivista explica o comportamento delincente como sendo uma conduta vinculativa ao indivíduo, cujo comportamento é explicado por características genéticas. Este modelo jurídico positivista acabou mais tarde por ser abandonado devido à sua rigidez e tratamento demasiado formal do comportamento humano.

Também na mesma época surge outro modelo, o racionalista que acrescenta novos pontos para debate e vem refutar os princípios do positivismo. Para os racionalistas a explicação para o fenómeno da criminalidade assenta no que a lei define como sendo crime. O crime assume valor normativo quando se encontra determinado pelas leis, e pelos padrões sociais de comportamento dominantes, existindo o enquadramento do comportamento de transgressão. A análise criminologista passa para o patamar da configuração construtivista, em que os delinquentes agem com consciência de que está a infringir as estruturas normativas da comunidade (Leal, 2007).

Ao longo do tempo foi-se assistindo a uma tentativa de explicação para a existência dos delatores. Atualmente não se pode estereotipar um delator pelas suas características de personalidade ou físicas. As infrações às normas da sociedade ocorrem muitas das vezes como consequência do meio onde o indivíduo reside e das experiências vivenciadas ao longo do seu percurso de vida (Leal, 2007). Os crimes, em especial os contra o património, surgem como consequência das condições sociais de vida do delinquente. A fragilidade das relações familiares, a crescente debilidade dos laços da comunidade, a instabilidade profissional, o constante apelo ao consumo (principalmente entre os jovens), provoca o sentimento de “frustrações e revolta” que por consequência culmina na infração das normas morais e sociais (Costa, 2000).

2.4. Prevenção da criminalidade através do espaço edificado

“Crime prevention through environmental design is effective in reducing both crime and fear of crime in the community”.

Cozens *et al.* (2005: 328)

Para que possa existir o sentimento de insegurança ou de medo é necessária a compilação de um leque vasto de variáveis externas e internas às rotinas diárias dos indivíduos. Uma das variáveis tidas em conta como fomentadora dos medos são os espaços de atividade pública, e estes são considerados os principais influenciadores do agudizar dos “medos”, devido, em especial, à perceção do indivíduo de não controlo daquilo que os rodeia.

Os lugares podem ser polos de atratividade ou expulsão, contribuir por um lado para exacerbar a insegurança ou pelo contrário proporcionarem a sensação de bem-estar e de conforto para o indivíduo e/ou comunidade. Todos os espaços acarretam sobre si o conceito de *Genius Loci*, associados ou a períodos históricos, económicos, ou até mesmos geográficos. O tecido urbano na qual se aglomeram espaços construídos intercalados com espaços livres assume uma lógica própria que vai ao encontro das características físicas do terreno. É nesta teia de relações entre indivíduos e o seu habitat que se procura o equilíbrio saudável para um crescimento próspero (Alves *et al.*, 1994; Arrabaça, 2003, Heitor, 2007).

O rápido crescimento das cidades nem sempre foi bem gerido, e esta realidade aconteceu um pouco por toda a Europa. A rápida mudança de estilos e comportamentos teve uma influência direta no desequilíbrio das relações populacionais provocando alterações significativas nos comportamentos. “In 1969, Shaw and Henry McKay concluded that delinquency is closely associated with the process of urban change” (Hutchison, Ed., 2010: 191). Estas mudanças foram estudadas e vários modelos criados, tendo por objetivo planearem espaços mais seguros, numa tentativa de atenuar o galopante desordenamento, e controlar o sentimento de insegurança associado à situação de degradação das áreas urbanas. Foram muitos os autores que ao longo das últimas décadas se debruçaram sobre o tema da criminalidade associando-o ao desenho urbano e à gestão dos espaços públicos, estando entre eles arquitetos, antropólogos, geógrafos, sociólogos, urbanistas e economistas, assumindo “(...) a existência de uma relação direta entre o meio, os frequentadores que o ocupam e o seu comportamento” (Machado e Neves, 2011: 34).

A subcomissária da P.S.P. Fernandes (2011) baliza como sendo os mais importantes estudos sobre a influência da disposição e organização do mobiliário urbano na criminalidade os lançados a partir de 1950, e em especial aqueles desenvolvidos por Jacobs (1961), Newman (1972), Jeffery (1971, 1977) e Crowe (1991). Estes investigadores foram os promotores do desenvolvimento de estudos sobre o espaço urbano e a sua dinâmica de ocupação, tendo como objetivo perceber até que ponto a organização de uma área poderá potencializar ou inibir a prática do crime.

Jacobs (1992) é uma das grandes defensoras dos valores da vida pública moderna, que são retratados e explorados no seu livro *Life and Death of American Cities* (1961-1ª edição), onde defende que os espaços urbanos deveriam ser locais de acesso fácil, amplos e organizados, em que a disposição dos edifícios garantisse uma relação segura entre estranhos. A diversidade cultural, económica e étnica das populações que habitam as urbes garante de forma natural a sua revitalização e controlo. O ideal à luz da época seria restabelecer os mecanismos de controlo natural. Este controlo era exercido pelos próprios residentes ou habituais usufruidores dos espaços, mas para que isso pudesse acontecer existia a necessidade de uma clara demarcação entre o que é público e o que é privado de modo a garantir a segurança dos moradores (Caldeira, 2000; Beato *et al.*, 2004). O ideal de cidade teria de cumprir o requisito de um certo equilíbrio entre o privado e o particular, “a vida pública civilizada” teria de se basear em relacionamentos formais, de respeito e reserva, de modo a garantir a “indispensável” privacidade dos cidadãos (Jacobs, 1961: 58, citado por Caldeira, 2000). O modelo de hierarquização ideal seria a união do comércio tradicional com os núcleos residenciais e desta forma seria garantida a vivacidade dos espaços e de forma natural era garantido o seu controlo. Jacobs condenava a forma de planeamento utilizada nas cidades americanas. As entidades gestoras autorizavam a construção sem ter em consideração a população menos favorecida e de forma aleatória desapropriavam-na e ordenavam a construção de edifícios novos destinados às classes mais altas. As classes pobres eram lançadas à sua sorte acabando por se juntarem nos locais onde os terrenos eram mais baratos. Esta postura levou à criação do sentimento de revolta e de injustiça causando conflitos (Jacobs, 1992).

Newman com as suas inúmeras obras, sobressaindo *Defensible Space* (1972) e *Creating Defensible Space* (1996), dá a conhecer ao mundo a importância do edificado no bem-estar das populações (Saboya, 2009). Newman cria e comprova a importância

da teoria do *defensible space*, à medida que ia acompanhando a evolução do projeto em Pruitt-Igoe (1955). Newman era na altura professor na Universidade de Washington em St. Louis e foi acompanhando o fracasso que foi o projeto dos arquitetos mais conceituados. Os princípios modernistas de planeamento de Le Corbusier e do Congresso Internacional de Arquitetos Modernos falharam. Após alguns anos os bairros criados começaram a crescer descontroladamente provocando a insegurança e a instabilidade social. Os espaços comuns dos apartamentos ficaram destruídos (elevadores, lavandaria, salas de convívio), o lixo era acumulado ao longo das escadas dos apartamentos e as mulheres tinham de se juntar em grupos para poderem sair em segurança para levar os filhos à escola. O projeto foi um fracasso, nunca ultrapassou os 60% de ocupação, e em 10 anos aquele espaço tornou-se um local precário e inseguro (Newman, 1996).

Newman após o estudo da dinâmica do bairro de Pruitt-Igoe concluiu que a união de pessoas desconhecidas, com a falta de vigilância e a configuração labiríntica dos edifícios, promove o surgimento de comportamentos antisociais (Souza e Compans, 2009). Para Newman (1996) deve existir uma clara demarcação entre o que é o espaço público e o privado, garantindo assim aos residentes a certeza de que aquele espaço é seu e que o pode tratar e cuidar como seu. A existência de espaços sem “apropriação” provoca o abandono e degradação.

Outro conceito fundamental é o de *Crime Prevention Through Environmental Design* (C.P.T.E.D.), que se baseia na prevenção do crime através do ambiente construído, de modo a reduzir o sentimento de medo e insegurança. Ray Jeffrey da *State University* com o livro *Crime Prevention Through Environment Desing* (1971) deu início ao pensamento preventivo da criminalidade (C.P.T.E.D.), relacionando a sua base de formação académica com a ideia da alteração das características arquitetónicas dos espaços internos e externos da malha urbana, de modo a criar espaços seguros e confortáveis. Esta visão não era nova, pois já vários autores tinham abordado o tema do sentimento de pertença em relação aos espaços e a influência que estes têm sobre os indivíduos. Ray Jeffrey diferenciou-se dos outros ao conseguir compilar as mais diversas perspetivas e aplicá-las ao sistema social vigente. O autor tinha como base de trabalho a conceção de que o “ambiente interno do cérebro humano é tão importante como o ambiente físico e externo na determinação de comportamentos criminais” (Machado e Neves, 2011: 32).

Ray Jeffery em 1973 no seu livro *Crime Prevention Through Environment Desing* (C.P.T.E.D.) desenvolve a teoria de que a apropriação do espaço por parte da população pode levar à redução do medo de ser vítima de crime, bem como pode diminuir a incidência de ocorrência de crimes. Mas para que isso possa ocorrer é necessária uma correta utilização das áreas construídas de modo a garantir uma melhor qualidade de vida (Crowe, 2000). Para que se atinga a correta utilização de um espaço é necessário que seja evidente para o utilizador de qual é a função desse espaço. Caso o propósito inicialmente projetado não seja cumprido, é necessário avaliar qual é a utilização dada e perceber o que falhou. Outra premissa fundamental prende-se com a clara demarcação dos espaços. O utilizador deve perceber através de sinalética ou barreiras arquitetónicas quais são os espaços públicos, os semipúblicos e os privados. O espaço “fala” por si só e os seus utilizadores, independentemente das suas limitações, têm de conseguir perceber qual é a utilidade que lhe pode dar de modo a sentirem-se seguros. O cerne do C.P.T.E.D. está na introdução no espaço de medidas dissuasoras dos comportamentos antissociais e criminais, de modo a garantir a diminuição da oportunidade dos atos criminosos (Crowe, 2000; Machado e Neves, 2011).

Estes ideais influenciaram o trabalho de Timothy Crowe que, em 1991, lança a sua primeira edição do livro *Crime Prevention Through Environment Desing: applications of architectural design and space management concepts*. Apesar de ter um título semelhante ao do livro de Ray Jeffery, o autor salienta que o objetivo é apenas quer trazer ideias novas sobre uma base teórica já existente (Crowe, 2000). A “2ª geração C.P.T.E.D.” lançada por Crowe veio aperfeiçoar o conceito de C.P.T.E.D. onde apresenta um modelo que assenta numa organização adequada e apropriada do espaço público, impulsionando assim a qualidade de vida dos cidadãos (Souza e Compans, 2009; Fernandes, 2011; Machado e Neves, 2011). O conceito da territorialidade surgiu desta nova estruturação, comprovando que a apropriação do espaço por parte de quem o usufrui cria uma relação de identidade entre indivíduo e lugar, o que garante uma fruição cívica e transmite ao utilizador esporádico do espaço que aquela área tem uma forte influência dos usufruidores habituais. Ligado ao reforço territorial surge o conceito de gestão e manutenção. Tal como indica o seu nome, a existência de um espaço cuidado apela a que outros utilizadores também o tratem do mesmo modo, *id est*, a manutenção do espaço transmite a noção de que é usado e respeitado. Todos estes

conceitos ligados a espaços pensados para a segurança do seu utilizador garantem um ambiente de conforto e bem-estar (Machado e Neves, 2011).

Os processos de evolução mencionados foram concretizados de uma forma mais ou menos intensa um pouco por todo o mundo. A partir dos anos 60/70 do século XX a cidade e os edifícios passaram a ser pensados e projetados tendo em conta as características de segurança arquitetónica, de modo a criar condições preventivas de estabilidade social, contribuindo com uma das muitas ajudas possíveis para a diminuição da criminalidade.

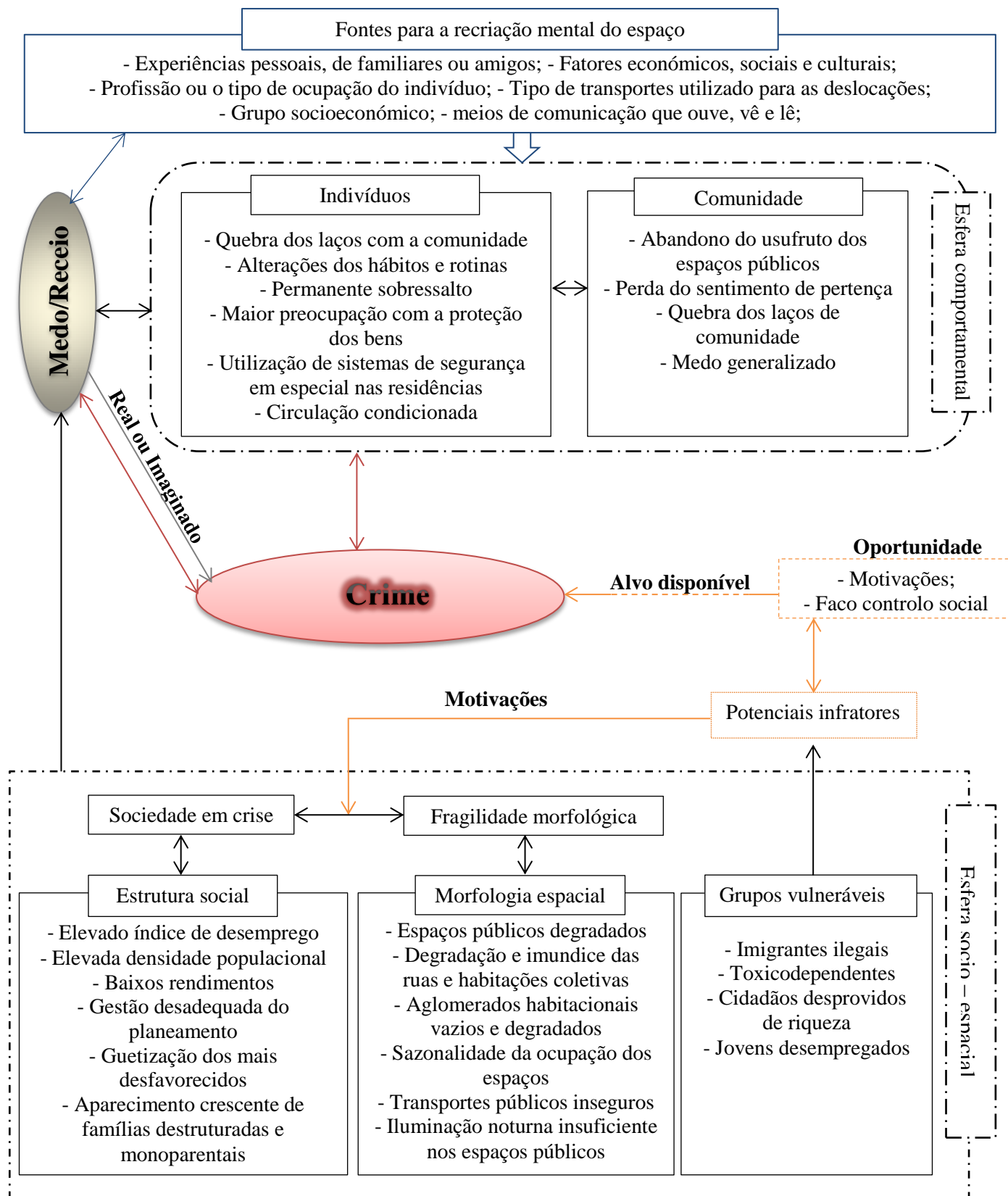
2.5. Notas Conclusivas

O crime apresenta-se complexo e pressupõem uma exigente explicação. Atinge a esfera íntima dos cidadãos, que por consequência se reflete no modo de estar e agir em comunidade. Em Portugal os primeiros estudos de carácter científico sobre o sentimento de insegurança surgem na década de 90 do século XX. Inicialmente pela mão de Luís Fernandes que em 1994 publica o artigo “Topografia urbana do medo: os ‘espaços perigosos’” na Revista do Ministério Público, e mais tarde com a criação do Observatório Permanente de Segurança do Porto que entre meados de 1996 e 2001 lançou uma série de investigações sobre o tema do medo à cidade (Fernandes e Rêgo, 2011). O tema da criminalidade suscita o interesse das mais variadas áreas académicas, mas também é analisado pela população de forma mais ou menos crítica.

A existência de tabloides frequentes sobre a criminalidade na comunicação, as experiências dos amigos e familiares e as vivências quotidianas influenciam de forma espontânea o surgimento do sentimento de medo/receio. Sentimento este muitas vezes alimentado pelas estruturas urbanas da área de residência de cada indivíduo ou de frequente deslocação. Os espaços degradados surgem como consequência do abandono e descuido por parte das entidades proprietárias ou gestoras do espaço. A negligência do asseio das áreas comuns à comunidade influenciam os atos transgressores como também provoca o receio de circulação (Figura 6).

O modelo concetual representado na Figura 6 foi elaborado a partir da reflexão sobre os vários estudos e autores abordados ao longo da primeira parte da presente dissertação. Pretende-se que constitua um elemento fundamental para a explicação do fenómeno da criminalidade estudado ao longo da segunda parte da presente dissertação.

Figura 6. Modelo concetual das motivações do medo/receio



Elaboração própria.

PARTE II.
PERCEÇÃO DOS RESIDENTES FACE AO CRIME
CONTRA O PATRIMÓNIO

Capítulo 3. Caracterização do município de Guimarães no contexto da NUT III Ave

Nota introdutória

Neste terceiro capítulo são abordadas as características socioeconómicas da área de estudo (município de Guimarães) selecionada para a abordagem empírica do crime e da insegurança, comparando-a com a sub-região da NUT III Ave. A contextualização do município de Guimarães tendo como base comparativa os municípios de Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela, possibilita obter uma noção do contexto das áreas envolventes ao município de Guimarães garantindo uma abordagem territorial mais holística. A noção do contexto envolvente permite perceber padrões evolutivos e entender quais as dinâmicas que podem estar a ocorrer no município de Guimarães e se estas se estendem aos restantes.

Também se faz uma abordagem evolutiva da criminalidade que ocorre no município de Guimarães comparando-a com o número de registos de queixas em todos os municípios portugueses (308 municípios) e com os municípios que compõem a NUT III Ave (7 municípios).

Ao longo desta caracterização temos por objetivo especificar e perceber o número de queixas existentes em cada tipo de crime nestes últimos anos. Este cruzamento de dados permite-nos perceber o real número de queixas apresentadas assim como a posição do município de Guimarães no contexto nacional e da sub-região Ave, na qual se insere.

3.1. Enquadramento do município de Guimarães

O município de Guimarães encontra-se situado na região Norte de Portugal (Figura 7) e insere-se na NUT III Ave (Figura 8) e no distrito de Braga.

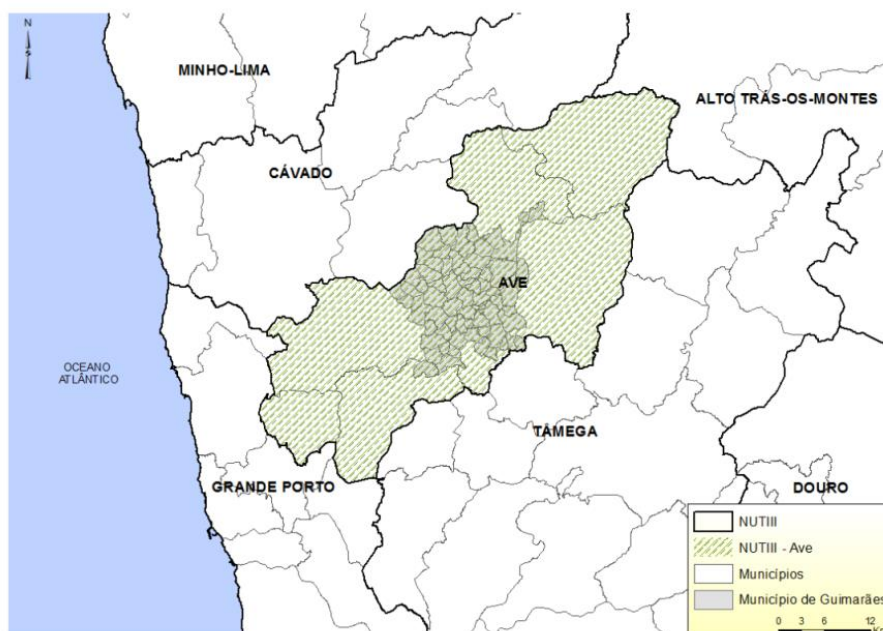
Figura 7. Enquadramento do município de Guimarães na região Norte



Fonte: Elaboração própria a partir da Carta Administrativa Oficial Portuguesa (C.A.O.P.) de 2012.

A NUT III Ave também compreende, além de Guimarães, os municípios de Vila Nova de Famalicão, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vizela, Santo Tirso e Trofa.

Figura 8. Enquadramento do município de Guimarães na NUT III – Ave

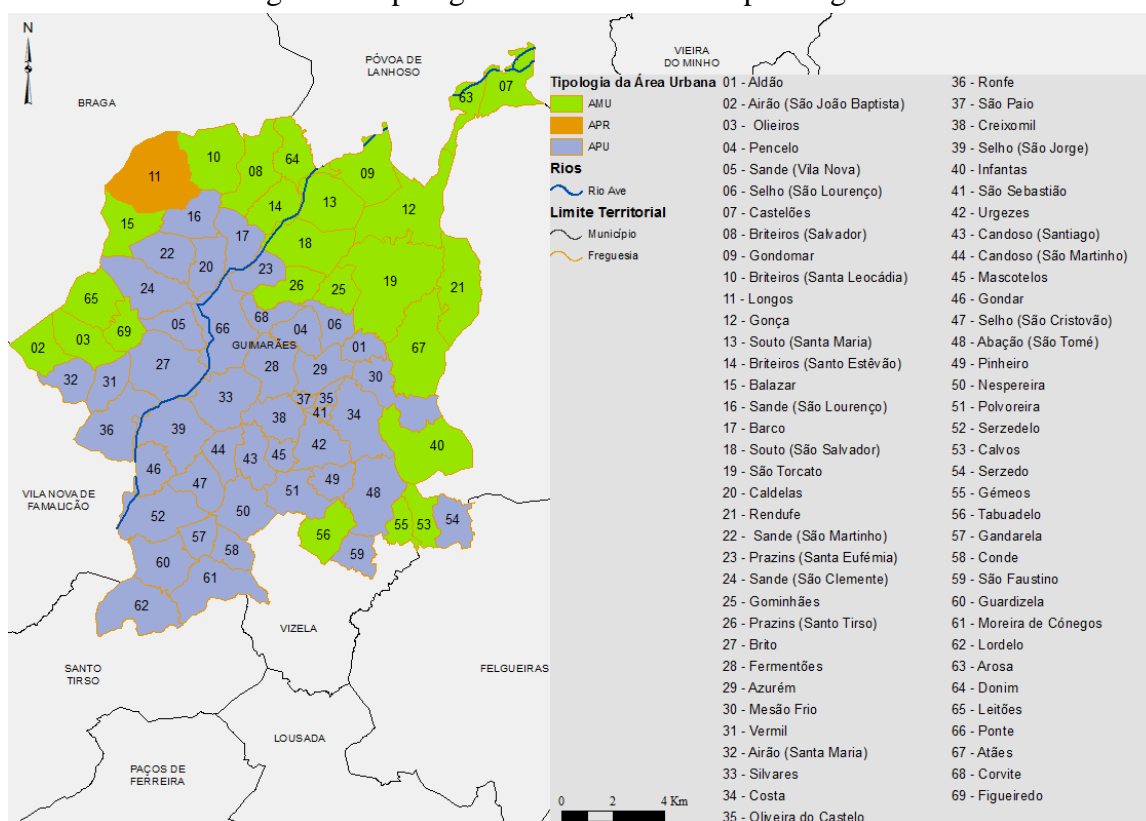


Fonte: Elaboração própria a partir da C.A.O.P. de 2012.

O município de Guimarães faz fronteira a Norte com Póvoa de Lanhoso, a Este com Fafe, a Sul com os municípios de Felgueiras, Vizela e Santo Tirso, a Oeste com Vila Nova de Famalicão e a Noroeste com Braga.

Este município abrange uma área de 241 km², subdividindo-se em 69 freguesias, das quais 44 freguesias, segundo a Tipologia das Áreas Urbanas (T.I.P.A.U. referente a 2009), são Predominantemente Urbanas (A.P.U.), 24 Mediamente Urbanas (A.M.U.) e 1 freguesia é considerada como sendo Predominantemente Rural (A.P.R.) (Figura 9). As freguesias que apresentam maior dinamismo industrial e de serviços estão localizadas no quadrante Centro/Sul do município (Gravato, 2011: 36/37).

Figura 9. Tipologia das Áreas Urbanas por freguesia



Fonte: Elaboração própria a partir da C.A.O.P. de 2012 e 2011: 36/37.

3.2. Caracterização demográfica

Em 2012, residiam 157.214 habitantes no município de Guimarães, segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatística (I.N.E., 2012), sendo o município mais populoso da sub-região do Ave, seguido pelo município de Vila Nova de Famalicão (n=133.974).

De salientar o ganho de população que os municípios de Vila Nova de Famalicão, Trofa e de Vizela conseguiram de 2001 para 2012, enquanto os cinco restantes municípios perderam população, em especial, o município de Vieira do Minho, aumentando ainda mais os problemas sociais já existentes.

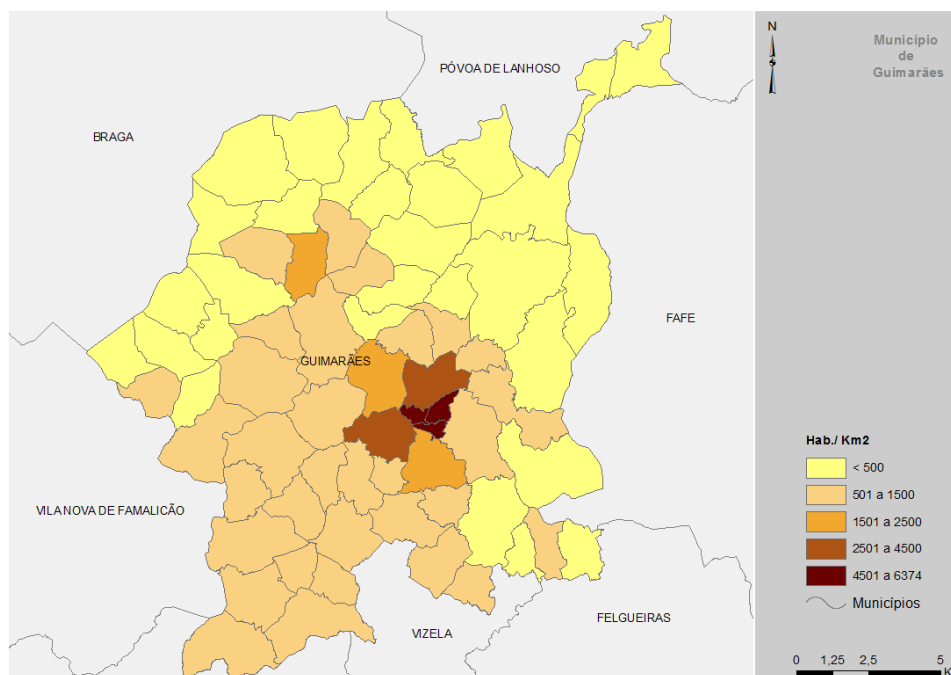
Quadro 3. População residente nos municípios da NUT III Ave em 2001 e 2012

Municípios	2001	2012
Fafe	52.736	50.249
Guimarães	159.915	157.214
Póvoa de Lanhoso	22.735	21.889
Santo Tirso	72.562	70.992
Trofa	37.808	38.843
Vieira do Minho	14.614	12.719
Vila Nova de Famalicão	128.508	133.974
Vizela	22.753	23.851

Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Estatísticos do I.N.E..

O município de Guimarães possuía à data dos Censos de 2011 uma densidade populacional de 655,3 hab./km², só ultrapassada dentro da NUT III Ave, pelos municípios de Vila Nova de Famalicão (n=662,7 hab./km²) e de Vizela (n=959,9 hab./km²).

Figura 10. Densidade populacional por freguesias em 2011 no município de Guimarães

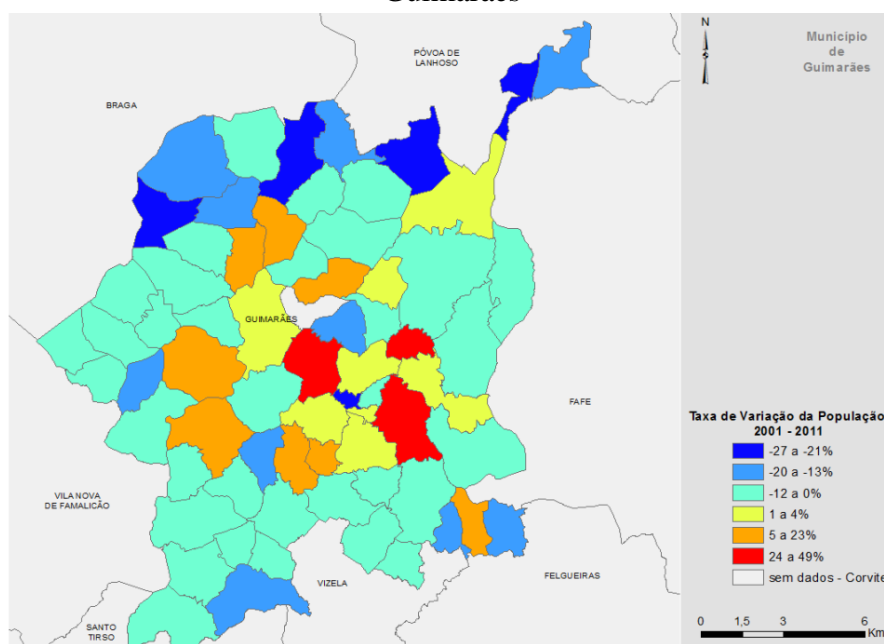


Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Estatísticos do I.N.E. - Censos 2011.

As freguesias que se destacam com maior densidade populacional por quilómetro quadrado são as pertencentes ao casco histórico do município, São Paio (n = 6.374), São Sebastião (n=4.849) e Oliveira do Castelo (n=4.712), seguidas pelas freguesias de Creixomil (n=3.206) e Azurém (n=2.878). As que apresentam uma menor densidade populacional são Castelões (n=87), seguindo-se Gondomar (n=110) e Balazar (n=127) (Figura 10).

Quanto à Taxa de Variação da População entre os anos de 2001 e 2011, no município de Guimarães, as freguesias de Gondomar (n=-26,7%), São Paio (n=-26,1%), Arosa (n=-25,9%), Balazar (n=-22,1%) e Briteiros (Salvador) (n=-21,5%), são as que apresentam pior *performance*. Pela positiva é de realçar as freguesias de Fermentões (n=37,9%), Aldão (n=40,8%) e a freguesia da Costa (n=49,4%) (Figura 11).

Figura 11. Taxa de Variação da População 2001 – 2011 nas freguesias do município de Guimarães

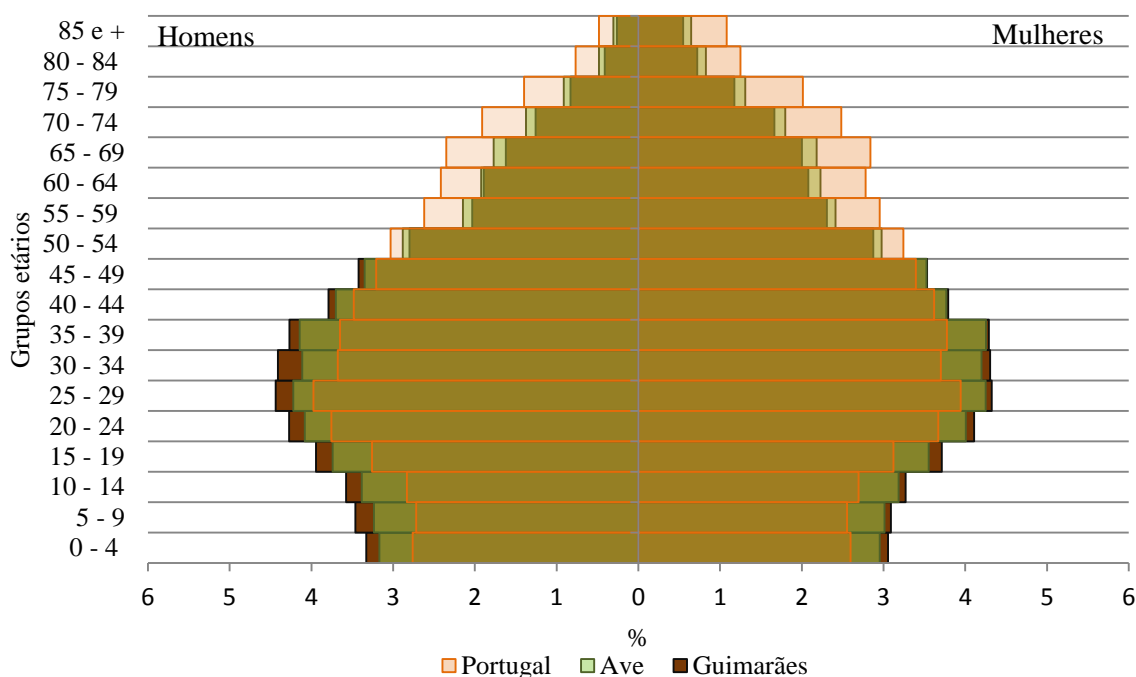


Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Estatísticos do I.N.E..

Comparando estes números com os da densidade populacional, pode-se concluir que a freguesia de São Paio, pertencente ao casco histórico, apesar de ser a que apresenta mais população por km², é uma das freguesias com mais perdas de população. O mesmo sucede no agravamento da situação entre 2001 e 2011 das freguesias de Gondomar e Balazar. Atualmente estas freguesias fazem parte do grupo das menos populosas do município.

Quanto à estrutura etária da população, importa salientar a presença de uma população regressiva, evidente a partir da análise da pirâmide etária de 2001, em especial das classes etárias compreendidas entre os 0 e os 19 anos. É conhecida a diminuição do número de nados-vivos nas últimas décadas a nível nacional. A sub-região do Ave tem vindo a registar a mesma tendência, mas o município de Guimarães ainda mantém, em 2001, um volume populacional nas faixas etárias mais jovens superior ao apresentado a nível nacional (Figura 12).

Figura 12. Pirâmide etária de Portugal, NUT Ave e Guimarães de 2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Estatísticos do I.N.E. - Censos 2001.

A nível nacional a regressão da base (classe dos jovens) é superior à do município de Guimarães, mas o topo da pirâmide de Portugal apresenta valores superiores aos das pirâmides para o Ave e Guimarães, evidenciando uma estrutura etária nacional envelhecida, em especial no grupo das mulheres.

Em 2011, prevalece a pirâmide etária do tipo regressivo nas três entidades em estudo. O agravamento da diminuição da Taxa de Natalidade, em especial do município de Guimarães, que se reflete na diminuição dos grupos etários dos 0 aos 9 anos a percentagem passou de 3,3% nos homens em 2001 para 2,2% em 2011, e no caso das mulheres em 2001 registou-se uma percentagem de 3,1 que passou para 2,0% em 2011, valores inferiores aos apresentados a nível nacional. O estrangulamento da base, bem

como o empolamento do topo da pirâmide são evidentes. A maioria da população concentra-se no centro da pirâmide em especial entre os 35 e os 54 anos (idade ativa) (Figura 12). A nível nacional continua-se a observar um baixo número de jovens e um elevado número de idosos. O número crescente de população é notório entre os 35 e os 84 anos no caso dos homens, e os 35 aos 85 ou mais anos no caso das mulheres.

Figura 13. Pirâmide etária de Portugal, NUT Ave e Guimarães de 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Estatísticos do I.N.E..

Segundo o Índice de Envelhecimento de 2001, no município de Guimarães por cada 100 jovens existiam 52 idosos, subindo o número de idosos em 2011 para 88 por 100 jovens revelador de uma população envelhecida (Dados estatísticos do I.N.E. - Censos 2011 e 2001).

Dentro da NUT III Ave a Taxa de Crescimento Migratório tem vindo a mostrar uma tendência negativa (Quadro 4). No ano de 2000 os municípios apresentavam, em geral, taxas positivas, com a exceção de Vieira do Minho ($n=-0,24\%$). O município de Guimarães, no início da década, apresentava uma taxa de $0,25\%$, passando para $-0,60\%$ em 2012, uma diferença de 13 anos em cerca de $0,35\%$. Em 2012 todos os municípios denunciavam valores negativos e apenas o município de Póvoa de Lanhoso se aproximava da taxa com valor zero ($n=-0,02\%$). Vieira do Minho ($n=-0,63\%$) e

Guimarães (n=-0,60%) registavam valores mais negativos, deparando-se com uma saída mais pronunciada de habitantes para outros municípios ou para o estrangeiro. Em termos gerais a população do município de Guimarães apresenta um elevado número de freguesias no patamar negativo da Taxa de Crescimento Migratório que influencia a Taxa de Variação da População bem como a estrutura etária do município.

Quadro 4. Taxa de Crescimento Migratório nos municípios da NUT III - Ave

Município	Ano			
	2000	2004	2008	2012
Fafe	0,49%	-0,50%	-0,69%	-0,45%
Guimarães	0,25%	-0,41%	-0,61%	-0,60%
Póvoa de Lanhoso	0,51%	-0,61%	-0,75%	-0,02%
Santo Tirso	0,10%	-0,10%	-0,28%	-0,44%
Trofa	0,84%	0,08%	-0,10%	-0,55%
Vieira do Minho	-0,24%	-0,81%	-1,00%	-0,63%
Vila Nova de Famalicão	0,55%	0,12%	-0,06%	-0,24%
Vizela	0,47%	0,06%	-0,14%	-0,13%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Estatísticos do I.N.E..

A perda de população aleada a uma pirâmide etária cada vez mais envelhecida tem vindo a provocar desequilíbrios na dinâmica social do município. A diminuição de população jovem inviabiliza uma mais elevada Taxa de Natalidade e uma renovação das gerações. Em 2001, existia no município de Guimarães uma Taxa de Natalidade de 12,7‰, descendo em 2011 para 8,9‰, ou seja, um decréscimo de 3,8‰. Numa década, a Taxa de Mortalidade sofreu um acréscimo de 0,6‰. Esta diferença sustenta-se no envelhecimento progressivo da população do município de Guimarães (I.N.E., 2003, 2012).

3.3. Caracterização económica

A situação económica do município de Guimarães à data dos Censos de 2011 caracterizava-se pela concentração da população ativa nos sectores secundário e terciário. Entre 2001 e 2011, o sector primário registou a maior percentagem de perda de trabalhadores (n=-53,6%). O sector secundário também apresentou uma variação negativa (n=-32,4%) e o sector terciário foi o único sector a crescer (n=22,8%), sendo que, enquanto no ano de 2001 existiam 27.359 funcionários, passou-se para os 33.401

em 2011. No entanto, o município de Guimarães continua a ser o maior empregador nos sectores secundários e terciários dentro da sub-região do Ave.

Os restantes municípios da NUT III Ave registaram o mesmo perfil, com perdas nos dois primeiros sectores e ganhos no sector terciário. Os municípios de Vizela (n=-64,5%) e Fafe (n=-1,4%) foram os que mais perderam população empregada no sector primário. No sector secundário os municípios que apresentaram maiores diminuições foram os de Vieira do Minho (n=-41,7%) e de Santo Tirso (n=-36,3%). Por último, no sector terciário, todos registaram um aumento de trabalhadores, em especial em Vizela (n=38,5%) e em Vila Nova de Famalicão (n=27,1%).

Quadro 5. População total empregada por sector de atividade económica em 2001 e em 2011

	Primário			Secundário			Terciário		
	2001		2011	2001		2011	2001		2011
	Nº	TxV	Nº	Nº	TxV	Nº	Nº	TxV	Nº
Ave	5.079	-49,7%	2.557	158.025	-31,1%	108.812	86.343	22,7%	105.962
Fafe	902	-71,4%	258	14.092	-30%	9.870	8.420	15,8%	9.752
Guimarães	1.260	-53,6%	585	52.685	-32,4%	35.629	27.359	22,8%	33.401
Póvoa de Lanhoso	540	-52%	259	5.224	-31,4%	3.585	3.563	21,4%	4.326
Santo Tirso	466	-47,6%	244	22.702	-36,3%	14.450	12.536	18,7%	14.875
Trofa	443	-30%	310	11.807	-31,6%	8.079	6.795	24,9%	8.480
Vieira do Minho	374	-47,3%	197	2.228	-41,7%	1.298	2.256	10,5%	2.494
Vila Nova de Famalicão	953	-31,4%	654	40.545	-28,3%	29.062	22.545	27,1%	29.652
Vizela	121	-64,5%	50	8.742	-21,8%	6.839	2.869	38,5%	3.974

Nota: TxV – Taxa de Variação 2001 – 2011

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

Os valores dos censos de 2011 vieram demonstrar a evidente terciarização da sub-região do Ave, em especial nos municípios de Guimarães (n=33.401), seguindo-se Vila Nova de Famalicão (n=29.652) e Santo Tirso (n=14.875).

A Taxa de Desemprego registada na sub-região do Ave é gritante, em especial nas mulheres (Quadro 6). Todos os municípios, sem exceção, depararam-se com um crescimento significativo do número de desempregados. O município de Santo Tirso registou a maior taxa de desemprego (n=17,4%), subindo 10,7 pontos percentuais numa

década. O município da Trofa regista em 10 anos o maior aumento, passando de 4,4% para 16,8%, uma subida de 12,4 pontos percentuais. Este município deparou-se com o aumento da taxa de desemprego em especial entre as mulheres passando em 2001 de 5,4% para 21,2% em 2011. Estes números são preocupantes demonstrando a grave crise pela qual Portugal está a atravessar e que tem vindo a afetar o sector empresarial em especial na da sub-região do Ave.

O município de Guimarães apresentava uma Taxa de Desemprego em 2001 de 5,3% subindo 9% numa década. À data da realização dos Censos em 2011 o município encontrava-se em 8º lugar a par de Vizela. Dentro do município o desemprego é superior nas mulheres com 15,1% *versus* 13,4% nos homens.

Quadro 6. Taxa de desemprego total por sexo nos municípios da NUT III Ave

	Total			Masculino			Feminino		
	2001	2011	≠	2001	2011	≠	2001	2011	≠
Ave	5,6 %	15,1 %	+9,5%	4,8 %	13,6 %	+8,8%	6,4 %	16,8 %	+10,4%
Fafe	6,5 %	14,8 %	+8,3%	6,2 %	14,1 %	+7,9%	6,9 %	15,6 %	+8,7%
Guimarães	5,3 %	14,3 %	+ 9%	4,9 %	13,4 %	+8,5%	5,7 %	15,1 %	+9,4%
Póvoa de Lanhoso	4,5 %	13,2 %	+8,7%	3,5 %	12,1 %	+8,7%	6,2 %	14,5 %	+6,3%
Santo Tirso	6,7 %	17,4 %	+10,7%	5,3 %	15,4 %	+10,1%	8,2 %	19,4 %	+11,2%
Trofa	4,4 %	16,8 %	+12,4%	3,7 %	12,9 %	+9,2%	5,4 %	21,2 %	+15,8%
Vieira do Minho	9,2 %	16,3 %	+7,1%	5,5 %	14 %	+8,5%	15,6 %	19,4 %	+3,8%
Vila Nova de Famalicão	5,2 %	14,9 %	+9,7%	4,6 %	13 %	+8,4%	6 %	17 %	+11%
Vizela	4,9 %	14,3 %	+9,45	4,7 %	13,7 %	+9%	5,2 %	15 %	+9,8%

Nota: ≠ - diferença percentual entre os anos de 2001 e 2011

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

As Taxas de Desemprego registam valores mais elevados nas classes dos 15 aos 24 anos e dos 55 aos 64 anos na generalidade da sub-região (Quadro 7). O município com maior taxa de desemprego entre os jovens é Vieira do Minho (n=30,7%), seguindo-se Fafe e Póvoa de Lanhoso (n=24%). Na classe trabalhadora entre os 55 e os 64 anos é muito elevada a Taxa de Desemprego em 2011, em especial nos municípios de Santo Tirso (n=29,3%) e de Vizela (n=29,1%).

O município de Guimarães deparou-se, entre 2001 e 2011, com a subida da Taxa de Desemprego em todos os grupos etários. A facha dos 15 aos 24 anos a subida foi de 14,4 pontos percentuais, manifestando o valor mais alto face aos outros grupos. No

grupo seguinte, dos 25 aos 34 anos, a percentagem de subida foi de 6,5%, a mais baixa tendo em conta o número de trabalhadores ativos. Entre os 45 e 54 anos foi registado um aumento de 10,1%, passando de uma Taxa de Desemprego em 2001 de 6,3% para os 16,4% em 2011. O grupo etário mais próximo da idade da reforma (55-54 anos) apresentava uma Taxa de Desemprego em 2011 de 29,3%, a mais elevada de todos os grupos.

Quadro 7. Taxa de desemprego por grupo etário nos municípios da NUT III Ave nos anos de 2001 e 2011

		Grupos etários					
		15 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 54	55- 64	65 e +
Ave	2011	21,6%	11,1 %	11,5 %	17,1 %	25,8 %	0,3 %
	2001	6,7 %	4 %	4,4 %	6,8 %	11,5 %	0,7 %
Fafe	2011	24 %	11,9 %	11,1 %	14,8%	24,6 %	0%
	2001	8,0 %	4,9 %	5,1 %	8,8 %	9,9 %	0,6 %
Guimarães	2011	20,7 %	10,4 %	11,1 %	16,4 %	23 %	0 %
	2001	6,3 %	3,9 %	4 %	6,3 %	11,9 %	0,7 %
Póvoa de Lanhoso	2011	24,0 %	12 %	10,1 %	12,2 %	16,3 %	0 %
	2001	6,4 %	4,2 %	3,9 %	3,9 %	3,5 %	0 %
Santo Tirso	2011	21,8 %	12 %	12,7 %	20,9 %	29,3 %	0,4 %
	2001	6,7 %	4 %	5,4 %	9,0 %	14,5 %	1,0 %
Trofa	2011	22,2 %	12,2 %	14,5 %	18,9 %	25 %	1,1 %
	2001	5,3 %	3,2 %	4 %	4,3 %	7,8 %	0,6 %
Vieira do Minho	2011	30,7 %	15,9 %	13,7 %	13,6 %	17,6 %	2,2 %
	2001	13,7 %	8,1 %	8,7 %	7,9 %	7,2 %	0 %
Vila Nova de Famalicão	2011	21,9 %	10,5 %	11 %	16,7 %	28,7 %	0 %
	2001	6,5 %	3,9 %	3,9 %	6,3 %	11,7 %	0,7 %
Vizela	2011	15,4 %	9,8%	10 %	19,1 %	29,1 %	0 %
	2001	4,4 %	3,3 %	3,6 %	7,5 %	14,7 %	1,6 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

3.4. Caracterização da criminalidade em termos globais

3.4.1. Enquadramento nacional do município de Guimarães

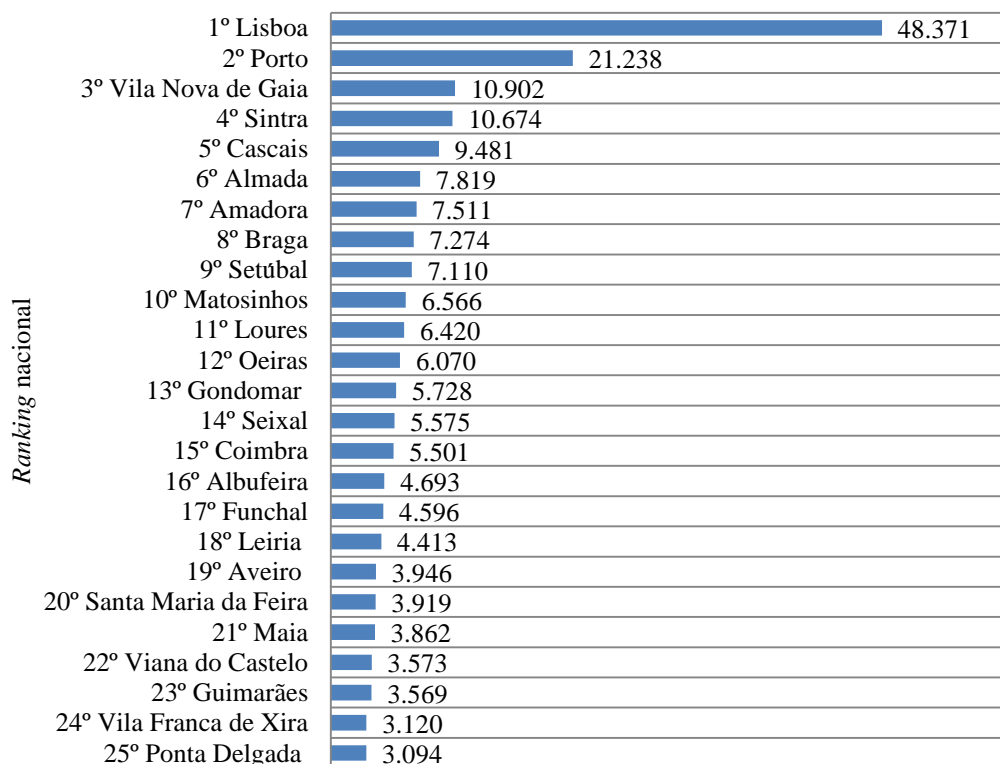
O município de Guimarães está inserido numa rede nacional de 308 municípios, tendo em consideração o continente e as ilhas. É sobre esta base que se realizará a

comparação do município de Guimarães em termos de *ranking* nacional. Este esforço tem por objetivo perceber o panorama dos municípios portugueses, em especial o de Guimarães.

Antes de partir para uma análise por município importa perceber o panorama nacional. Segundo os dados publicados pela Direção-Geral da Política de Justiça, a criminalidade registada pelas Forças de Segurança entre 2007 e 2011 a nível nacional revelou um gradual decréscimo a partir do ano de 2008 (2007 = 400.222; 2008 = 431.918; 2009 = 427.687; 2010 = 424.150; 2011 = 415.193) (Direção-Geral da Política de Justiça, 2012: 28). Os dados do PORDATA dão-nos conta que a nível nacional, em 2001, existia um rácio de 35,9 crimes por mil habitantes, subindo em 2011 para os 39,3 crimes por cada mil habitantes.

Descendo à escala municipal, observa-se uma disparidade entre os municípios dos grandes centros urbanos e os que se encontram na periferia urbana ou no interior do país. O município de Lisboa destaca-se, aparecendo em primeiro lugar (n=48.371), seguindo-se o Porto (n=21.238) com uma diferença de 27 mil crimes. Em terceiro lugar encontra-se Vila Nova de Gaia (n=10.902), seguido de Sintra (n=10.674).

Figura 14. Ranking nacional do total de crimes registados pelas Forças de Segurança em 2001

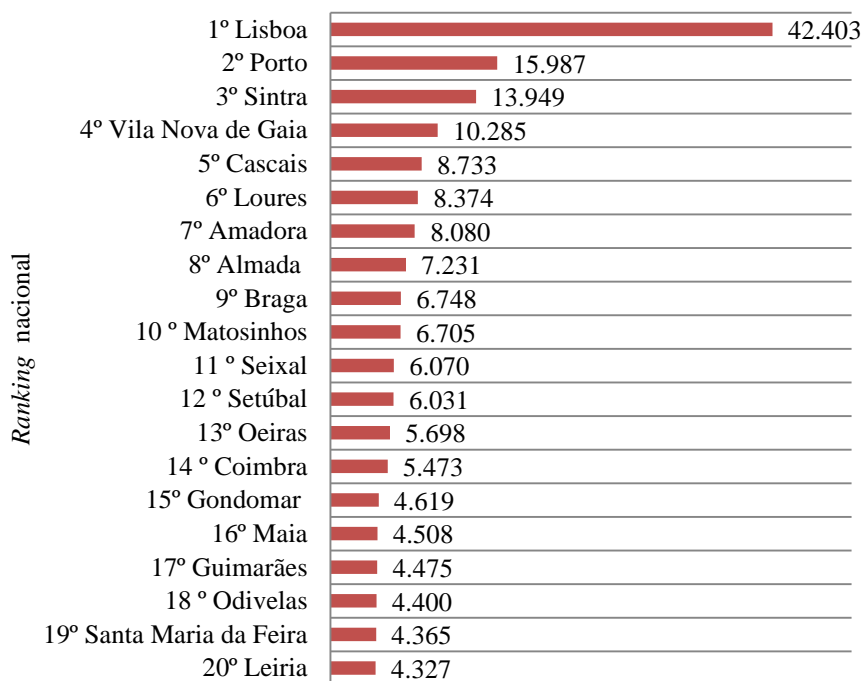


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

Em 2011 os municípios de Lisboa (n=42.403) e Porto (n=15.987), permanecem no topo do *ranking*, ainda que tenham registado uma descida de cerca de 5 mil queixas apresentadas (Figura 15).

O município de Guimarães encontrava-se em vigésimo terceiro lugar (n=3.569) em 2001, passando, em 2011 para o décimo sétimo lugar (n=4.471), mais 906 crimes registados, logo abaixo do município da Maia (n=4.475) e acima de Odivelas (n=4.400). Os dados demonstram a concentração da criminalidade nos municípios que compõem as áreas mais populosas a nível nacional. Os dez lugares cimeiros são compostos por municípios pertencentes na maioria dos casos às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Figura 15. *Ranking* nacional do total de crimes registados pelas Forças de Segurança em 2011



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

No que diz respeito à análise quanto ao tipo de crime, a base de dados da PORDATA disponibiliza dados sobre 4 tipos de crimes:

- O crime contra as pessoas, em 2001, o município de Guimarães no ranking nacional encontrava-se em vigésimo lugar (n=890), à frente de Aveiro (n=879) e atrás do município do Barreiro (n=901). Em 2011 o município de Guimarães registou a descida de um lugar, mas esta não acompanhou o decréscimo do número de denúncias/queixas, registando-se um aumento em 132 ocorrências.

- Os **crimes contra o património** são os que contêm um maior registo de queixas apresentadas. A nível nacional, no ano de 2001, este tipo de crimes registou um número de queixas de 215.528, subindo para 229.078 em 2011. Ao nível dos municípios é também este, o tipo de crime que mais registos detêm, seguindo-se os crimes contra as pessoas. No de Guimarães foram registados no ano de 2011, 2.574 crimes contra o património (21.º do *ranking* nacional), acima de Palmela (n=2.379) e abaixo de Leiria (n=2.621). Em 2001 foram assinaladas menos 553 queixas/denúncias, o que lhe garantiu o vigésimo segundo lugar do ranking nacional.
- Os **crimes contra a vida em sociedade** foram registados em Guimarães no ano de 2001, 300 queixas ou denúncias (25.º do *ranking* nacional), abaixo de Castelo Branco (n=315) e acima do município de Vila Franca de Xira (n=259). Em 2011 os registos subiram para os 439 crimes (13.º do *ranking* nacional), mais dois que em Viana do Castelo (n=491) e menos dez registos que em Santa Maria da Feira (n=503).
- Os **crimes contra o Estado** são os que menos registos de ocorrência têm a nível nacional (2001=3.663; 2011=6.382). Em Guimarães em 2001, o município registou 42 crimes (18.º do *ranking* nacional), mantendo o mesmo lugar em 2011, ainda que o registo de crimes contra o Estado tenha subido para os 64.

Tendo em consideração o tipo de crime abordado durante a presente dissertação, consideramos ser conveniente a exploração de três categorias no que concerne ao tipo de crimes contra o património: furto em residência, furto em edifício comercial e/ou industrial e furto em veículo motorizado. Estas são as categorias que mais se destacam a nível municipal sendo conveniente perceber se este padrão é igual a nível nacional.

➤ **Furto em residência**

O total nacional em 2001 era de 20.806, passando para 28.307 em 2011, registando uma subida de 26% (n=7.501) (Quadro 8). O município que mais se destaca em 2001 e 2011 é o de Lisboa (n=1.944; n = 1.155). O município do Porto (n=1.799) aparece em segundo lugar no *ranking* nacional, mas em 2011 devido ao decréscimo de cerca de 700 crimes é remetido para o quinto lugar na posição nacional.

O município de Guimarães, em 2001, posicionava-se no vigésimo quinto lugar (n=182) abaixo do município de Olhão (n=205). Em 2011 (n=455) o município de Guimarães deparou-se com a subida de 60% no número de crimes registados, o que lhe garante o décimo segundo lugar do *ranking* nacional, logo abaixo do município de Matosinhos (n=476).

Quadro 8. *Ranking* parcial do total de registos de furto em residência em 2001 e 2011

2001		2011	
1º Lisboa	1.944	1º Lisboa	1.115
2º Porto	1.799	2º Loulé	872
3º Albufeira	910	3º Albufeira	839
(...)	(...)	(...)	(...)
24º Olhão	205	11º Matosinhos	472
25º Guimarães	182	12º Guimarães	455
26º Maia	178	13º Sesimbra	435

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

Estes números e oscilações de crimes comprovam que o crime deixou de estar ligado apenas a grandes centros urbanos. Em dez anos a criminalidade diminuiu nos centros urbanos, aumentando nos municípios periféricos.

➤ **Furto em edifício comercial e/ou industrial**

No que diz respeito aos anos de 2001 (n=16.845) e 2011 (n=15.437), o número de queixas apresentadas ou registadas pelas Forças de Segurança desceram cerca de 1.400 registos (Quadro 9). Tal como sucedeu nos crimes de furto em residência e no furto em edifício comercial e/ou industrial, os municípios de Lisboa e Porto ocupam os lugares cimeiros. É de salientar a descida do registo de furtos em Lisboa e Porto do ano de 2011 em relação a 2001.

Quadro 9. *Ranking* parcial do total de registos de furto em edifício comercial e/ou industrial em 2001 e 2011

2001		2011	
1º Porto	1.436	1º Lisboa	695
2º Lisboa	1.322	2º Porto	509
3º Vila Nova de Gaia	644	3º Vila Nova de Gaia	487
(...)	(...)	(...)	(...)
16º Setúbal	238	9º Cascais	269
17º Guimarães	235	10º Guimarães	265
18º Santo Tirso	234	11º Matosinhos	262

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

O município de Guimarães não obteve decréscimo do número de denúncias/queixas, antes pelo contrário, deparou-se com uma subida de 11,3% do número de crimes. Em 2001 ocupava o décimo sétimo lugar (n=235), passando em 2011 para o décimo lugar do ranking nacional (n=265).

➤ **Furto em veículo motorizado**

Os crimes em Portugal no ano de 2001 (n=47.984), desceram em 26% em relação ao ano de 2011 (n=38.232). Entre 2001 e 2011 registaram-se descidas no número de queixas apresentadas entre os lugares cimeiros do *ranking* nacional, soma do total do número de perdas nos lugares cimeiros é de 26% (n=4.821).

Quadro 10. *Ranking* parcial do total de registos de furto em veículo motorizado em 2001 e 2011

2001		2011	
1º Lisboa	8.402	1º Lisboa	5.425
2º Porto	4.402	2º Porto	2.776
3º Sintra	1.778	3º Sintra	1.625
(...)	(...)	(...)	(...)
26º Vila Nova de Famalicão	371	19º Loulé	439
27º Guimarães	356	20º Guimarães	424
28º Viseu	354	21º Mafra	404

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

A nível nacional, os restantes 305 municípios partilham menos 4.931 registos de crimes, o que significa que foram mais os municípios que viram aumentar o número de furtos do que aqueles que diminuíram. No município de Guimarães aumentaram em 19% o número de queixas/denúncias de 2001 (n=356) para 2011 (n=424).

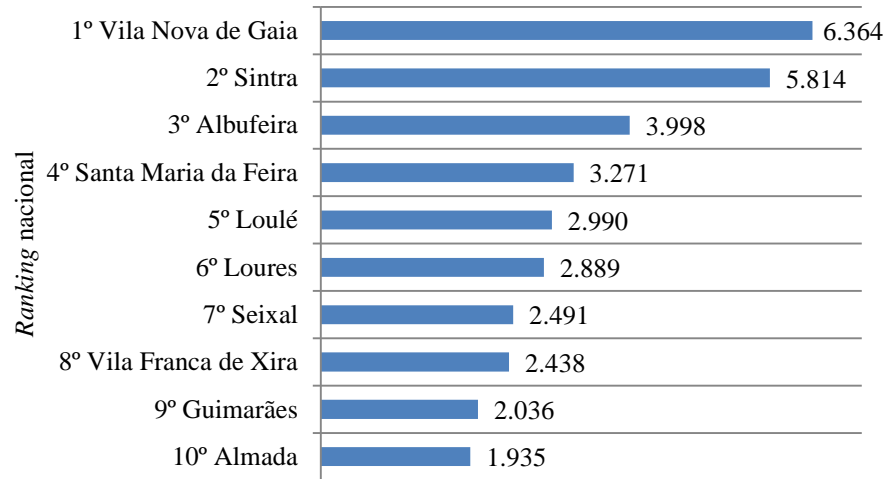
Outra análise efetuada através dos dados da PORDATA está relaciona-se com a quantidade de crimes registados pelas forças de segurança segundo o município de atuação.

➤ **Guarda Nacional Republicana**

Dentro do *ranking* nacional a G.N.R. registou em 2001 um total de 140.485 crimes, subindo para os 187.808 crimes registados em 2011, um acréscimo de 92%. Vila Nova de Gaia (n=6.3649) encontrava-se em primeiro lugar em 2001, seguindo-se o

município de Sintra (n=5.814). O município de Guimarães posicionava-se em nono lugar com um registo total de 2.036 crimes (Figura 16).

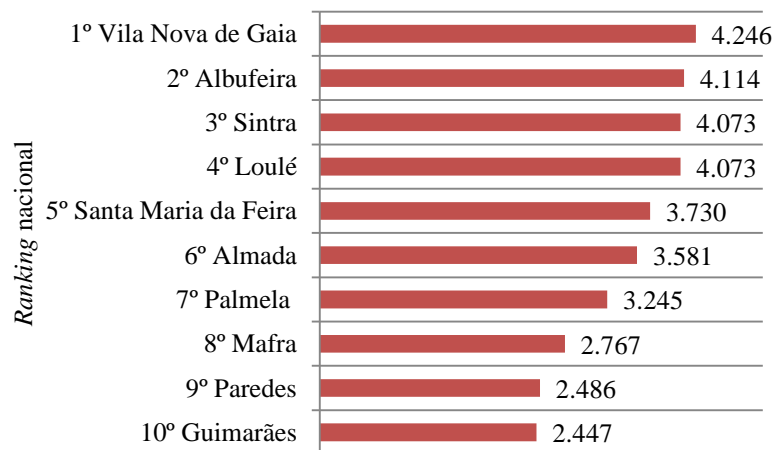
Figura 16. *Ranking* nacional do total de crimes registados pela G.N.R. em 2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

Em 2011 os municípios de Vila Nova de Gaia (n=4.246), Albufeira (n=4.114) e Sintra (n=4.073), permanecem nos lugares cimeiros. Guimarães desceu uma posição no *ranking* nacional, mas os registos de crimes feitos pela G.N.R. aumentaram numa década em 17% (Figura 17).

Figura 17. *Ranking* nacional do total de crimes registados pela G.N.R. em 2011



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

➤ **Polícia de Segurança Pública**

Quanto aos crimes registados a nível nacional temos como base de comparação 102 municípios, sendo que estes correspondem a municípios considerados urbanos como o caso de Lisboa, ou parcialmente urbanos o que acontece no município de Guimarães, em que parte da sua área é patrulhada pela G.N.R. e a restante pela P.S.P..

Tal como seria previsto os dois primeiros lugares do *ranking* nacional são ocupados pelos municípios de Lisboa e Porto. Em destaque, encontra-se Lisboa pela elevadíssima quantidade de crimes registados. Entre 2001 e 2011, o município de Guimarães subiu do trigésimo primeiro lugar para o vigésimo sétimo, registando assim uma subida de 22% de queixas/denúncias (Quadro 11).

Quadro 11. *Ranking* parcial do total de furtos registados pela P.S.P. em 2001 e 2011

2001		2011	
1º Lisboa	44.521	1º Lisboa	40.472
2º Porto	18.540	2º Porto	15.372
3º Amadora	7.363	3º Sintra	9.536
(...)	(...)	(...)	(...)
30º Évora	1.479	19º Faro	2.050
27º Guimarães	1.462	20º Guimarães	1.864
28º São João da Madeira	1.258	21º Évora	1.605

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

Em suma, o município de Guimarães de entre os 308 municípios, tem registos de queixas que em quase todas as categorias ou tipo de crimes lhe permite posicionar-se entre os 25 primeiros lugares, a nível nacional. Este tipo de posicionamento não é favorável ao município e vem demonstrar as fragilidades existentes e a tendência progressiva do agravamento da criminalidade.

3.4.2. Enquadramento do município de Guimarães dentro da NUT III Ave

Após uma análise global do panorama nacional, em especial a posição de Guimarães entre os 308 municípios, importa agora perceber qual é a posição que o município de Guimarães ocupa na sub-região do Ave.

Para a análise destes municípios, temos como intenção, sempre que nos seja possível, analisar a informação disponível desde o ano de 2009 até 2012. É de extrema importância este abrangimento para que no capítulo 5 a análise da base de dados recolhida junto da G.N.R. e da P.S.P., possa ser abordada de forma mais clara e interligada com os territórios envolventes.

➤ Total de crimes registados

Entre 2008 e 2012, na NUT III Ave (Quadro 12) o município de Guimarães sobressai pela quantidade de crimes registados bem como pelas oscilações entre os vários anos em análise. Estas oscilações tão acentuadas não se verificam nos restantes municípios.

No entanto, temos a salientar que na generalidade dos municípios existiu um decréscimo no número de queixas apresentadas do ano de 2010 para 2011. Os municípios com menor registo de queixas são aqueles cujo número de população residente também é inferior (Quadro 12).

Segundo o tipo de crime, o município de Guimarães destaca-se pelo número de queixas registadas, à exceção dos crimes contra a vida em sociedade. No ano de 2012 o município de Vila Nova de Famalicão registou 401 queixas/denúncias *versous* as 354 de Guimarães. Os crimes contra o Estado são os que menos registos de queixas detêm na generalidade dos vários tipos de crimes. Já o tipo de crime com mais registos são os relacionados com os crimes contra o património, destacando-se, mais uma vez, o município de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão.

Quadro 12. Total de crimes registados por todas as forças de segurança nos municípios da NUT III Ave entre 2008 e 2012

		Ano	Fafe	Guimarães	Póvoa de Lanhoso	Santo Tirso	Trofa	Vieira do Minho	Vila Nova de Famalicão	Vizela
Categoria do crime	Total	2012	1.402	3.467	750	1.612	1.013	553	3.327	679
		2011	1.370	4.475	652	1.772	998	577	3.176	824
		2010	1.822	5.367	698	1.944	1.037	666	3.460	910
		2009	1.657	5.104	647	2.017	1.202	661	3.622	728
		2008	1.484	4.226	688	1.813	1.311	542	4.022	484
	Crimes contra as pessoas	2012	321	902	143	488	238	130	904	155
		2011	364	1.022	130	501	302	143	845	182
		2010	390	1.075	135	587	292	185	893	206
		2009	439	1.003	104	556	267	116	861	162
		2008	422	937	123	525	277	164	877	124
	Crimes contra o património	2012	748	1.944	314	734	544	221	1.669	275
		2011	626	2.574	302	784	510	280	1.679	383
		2010	894	3.051	289	881	533	313	1.661	530
		2009	753	3.030	290	986	662	294	1.893	452
		2008	744	2.762	368	928	850	262	2.649	291
	Crimes contra a vida em sociedade	2012	191	354	232	258	109	176	401	142
		2011	246	493	129	349	92	112	369	142
		2010	376	674	195	330	96	135	476	102
		2009	329	591	206	316	169	216	492	62
		2008	176	261	119	190	82	91	243	40
	Crimes contra o Estado	2012	40	26	14	14	12	7	44	16
		2011	23	64	13	27	9	6	34	16
		2010	24	74	11	13	12	6	68	13
		2009	20	33	7	11	11	9	37	3
		2008	19	44	12	11	7	-	29	-
Crimes previstos em legislação avulsa	2012	102	241	47	118	110	19	309	91	
	2011	111	322	78	111	85	36	249	101	
	2010	138	493	68	133	104	27	362	59	
	2009	116	447	40	148	93	26	339	49	
	2008	123	222	66	159	95	-	224	-	

Nota: O total contempla os dados da Polícia Judiciária (PJ), da Polícia de Segurança Pública (PSP), da Guarda Nacional Republicana (GNR), da Autoridade Tributária Aduaneira (ATA), da Polícia Marítima (PM), da Polícia Judiciária Militar (PJM), do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE). Inclui crimes de localização desconhecida ou não classificável, registados por entidades que operam a nível nacional - Polícia Judiciária (PJ), Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Autoridade Tributária Aduaneira (ATA), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Unidade Especial de Polícia e Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), Comando Territorial, Unidade Nacional de Transito, Unidade Segurança e Honras de Estado, Unidade de Intervenção, Unidade de Controlo Costeiro e Unidade de Ação Fiscal da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Estatísticos do I.N.E..

➤ Rácio de crimes por mil habitantes

Apesar do município de Guimarães ou de Vila Nova de Famalicão registarem um maior número de crimes, estes não têm um peso tão significativo por mil habitantes

como em Vieira do Minho ou Vizela, municípios com uma densidade populacional muito baixa (Quadro 13).

Quadro 13. Rácio do total crimes registados pelas Forças de Segurança por mil habitantes nos municípios da NUT III Ave

	2009	2010	2011
Ave	30,4	31,0	27,0
Fafe	32,3	35,8	27,1
Guimarães	32,0	33,8	28,3
Póvoa de Lanhoso	29,3	31,8	29,7
Santo Tirso	28,0	27,1	24,8
Trofa	30,9	26,6	25,6
Vieira do Minho	49,5	50,7	44,5
Vila Nova de Famalicão	27,1	25,9	23,7
Vizela	30,7	38,3	34,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

O município de Vieira do Minho apresenta o rácio mais elevado de crimes por mil habitantes, enquanto o município de Vila Nova de Famalicão apresenta os valores mais baixos nos três anos em análise.

O município de Guimarães em 2009 registava um rácio de 32 crimes por mil habitantes, subindo em 2010 para os 33,8 e em 2011 desceu para os 28,3.

➤ **Total de crimes registados pela P.S.P.**

Dentro da sub-região do Ave, entre 2009 e 2011, apenas temos para análise os municípios de Guimarães, de Santo Tirso e de Vila Nova de Famalicão, que são os únicos onde existe a força de segurança da P.S.P. (Quadro 14).

Entre 2009 e 2010 o município de Guimarães apresentou um aumento de 1,2 pontos percentuais no número de registos. Entre os anos de 2010 (n=2.209) e 2011 (n=1.864) o número baixou em -18,5% ou seja menos 345 registos.

Os crimes contra o património são os que maior peso têm de todos os tipos de crime. O número de registos deste tipo de crime no município de Guimarães baixou em 3,4% de 2009 para 2010. De 2010 para 2011 a taxa de variação volta a descer em 19,3%. Apesar das descidas progressivas e significativas, em especial de 2010 para 2011, o número total de crimes continua a ser o mais elevado de todos os municípios que compõem a sub-região do Ave.

Quadro 14. Total de crimes registados pela P.S.P. dentro da sub-região do Ave entre os anos de 2009 e 2011

		Ano	Fafe	Guimarães	Póvoa de Lanhoso	Santo Tirso	Trofa	Vieira do Minho	Vila Nova de Famalicão	Vizela
Categoria do crime	Total	2009	-	2.182	-	683	-	-	928	-
		2010	-	2.209	-	677	-	-	917	-
		2011	-	1.864	-	547	-	-	943	-
	Crimes contra as pessoas	2009	-	423	-	217	-	-	295	-
		2010	-	465	-	247	-	-	331	-
		2011	-	415	-	200	-	-	303	-
	Crimes contra o património	2009	-	1.626	-	315	-	-	468	-
		2010	-	1.570	-	323	-	-	417	-
		2011	-	1.315	-	277	-	-	516	-
	Crimes contra a vida em sociedade	2009	-	63	-	80	-	-	62	-
		2010	-	63	-	36	-	-	75	-
		2011	-	64	-	48	-	-	60	-
	Crimes contra o Estado	2009	-	9	-	6	-	-	13	-
		2010	-	8	-	6	-	-	21	-
		2011	-	7	-	3	-	-	14	-
	Crimes previstos em legislação avulsa	2009	-	61	-	65	-	-	90	-
		2010	-	103	-	65	-	-	73	-
		2011	-	63	-	19	-	-	50	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

O município de Vila Nova de Famalicão é o único que no total de crimes registados apresenta uma tendência inversa. Em 2009 foram registadas 468 queixas/denúncias, menos 10,9% que em 2010. De 2010 para 2011 os registos subiram para os 516, ou seja, mais 99 queixas.

O município de Guimarães destaca-se com um total de crimes significativamente superior aos restantes dois municípios, em todos os tipos de crime e na generalidade dos anos apresenta valores superiores aos restantes municípios. A única exceção acontece nos crimes contra o Estado em que o município de Vila Nova de Famalicão apresenta mais registos de crimes em todos os anos.

➤ Total de crimes registados pela G.N.R.

O município de Guimarães apresenta o maior número de registos de queixas de todos os municípios. Em 2010 (n=2.682) foram registados mais 10% de crimes que em 2009 (n=2.985) e menos 11% que em 2011 (n=2.447).

Quadro 15. Total de crimes registados pela G.N.R. dentro da sub-região do Ave entre os anos de 2009 e 2011

		Ano	Fafe	Guimarães	Póvoa de Lanhoso	Santo Tirso	Trofa	Vieira do Minho	Vila Nova de Famalicão	Vizela
Categoria do crime	Total	2009	1.595	2.682	606	1.266	1.140	615	2.522	706
		2010	1.790	2.985	675	1.213	994	657	2.402	890
		2011	1.323	2.447	623	1.167	959	559	2.086	804
	Crimes contra as pessoas	2009	431	561	101	331	259	114	549	180
		2010	386	597	131	333	287	184	543	203
		2011	354	587	125	288	294	140	524	181
	Crimes contra o património	2009	742	1.352	283	649	643	293	1.390	447
		2010	891	1.457	282	549	525	312	1.218	529
		2011	613	1.227	295	497	501	279	1.134	380
	Crimes contra a vida em sociedade	2009	291	369	178	199	135	173	315	49
		2010	353	479	184	256	67	128	311	86
		2011	223	325	112	269	72	98	211	126
	Crimes contra o Estado	2009	19	24	6	4	11	9	24	3
		2010	24	65	10	7	11	6	43	13
		2011	23	56	13	22	8	6	20	16
	Crimes previstos em legislação avulsa	2009	112	376	38	83	92	26	244	47
		2010	136	387	68	68	104	27	287	59
		2011	110	252	78	91	84	36	197	101

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PORDATA.

No que diz respeito aos crimes contra as pessoas, na generalidade dos municípios da sub-região do Ave, desceu o número de registos de queixas e a única exceção é o município da Trofa que em todos os anos apresenta um número maior de registos.

Nos crimes contra o património o número de registos deste tipo de crimes são superiores na área de intervenção da P.S.P.. Mas, tal como acontece com os registos da P.S.P., também neste tipo de crimes o número de queixas foi revelando uma tendência de decréscimo de 2009 para 2011. Em 2009 na área da P.S.P. foram registados 1.626 crimes mais 274 crimes que na área da G.N.R., enquanto em 2010 foram registados 1.570 crimes pela P.S.P., mais 113 registos que a G.N.R. e em 2011 a P.S.P. registou 1.315 e a G.N.R. 1.227, ou seja, mais 88 crimes. De realçar que, ao longo dos três anos, as duas forças de segurança foram registando menos queixas e, paralelamente, a diferença do número de queixas entre elas foi descendo.

Em suma, o município de Guimarães destaca-se pelo elevado número de crimes registados, em especial nos crimes contra o património. Este destaque era evidente devido à posição que o município detinha nos diversos *rankings* apresentados. Como era espectável os municípios com menos população são os que registam menos crimes. Todavia, quando se calcula o rácio do número de crimes por mil habitantes é nos municípios com menos população que se verifica um maior peso da criminalidade registada. Verificando-se em todos os municípios estas tendências. Outro fator em comum é o menor registo de queixas do tipo de crime contra o Estado.

Temos também a realçar que com este tipo de análise não estamos a afirmar que ocorrem mais ou menos crimes na área de intervenção da P.S.P. do que na da G.N.R., pois existem casos de pessoas que apresentam o seu registo de queixa junto de uma força de segurança que não patrulha a área da ocorrência do crime. Este tipo de fenómeno foi por nós registado aquando da análise dos dados fornecidos pelas Forças de Segurança em estudo. A análise em questão apenas tem por objetivo perceber a dinâmica dos registos de crimes e não os locais em que acontecem os crimes.

3.5. Notas Conclusivas

Como nota de conclusão considerámos pertinente abordar a dimensão económica que envolve a criminalidade. Como foi demonstrado ao longo deste terceiro capítulo, o município de Guimarães apresenta valores elevados de criminalidade e em especial no tipo de crime contra o património. A atual realidade já era espectável, pois segundo Lourenço (2010b), vivemos numa sociedade de abundância em que o consumismo e o capitalismo são fatores propiciadores do aumento do crime patrimonial. O crime, como foi abordado no segundo capítulo, acarreta danos económicos e psicológicos para a vítima e para os seus amigos e familiares. A prevenção, o controlo e a aplicação da lei, que são as bases da segurança nacional, acarretam muitos custos. O aumento de efetivos para as patrulhas diárias, o aumento de funcionários judiciais, a monitorização e gestão dos estabelecimentos prisionais, o ressarcir as vítimas pelos danos causados na sequência dos crimes, provoca o desvio de “recursos essenciais ao desenvolvimento e à riqueza dos países e ao bem-estar dos seus cidadãos” (Lourenço, 2010b: 55).

“Em Portugal, a despesa pública com a justiça medida em percentagem do PIB está acima da média europeia. São cerca de 0,98%, quando nos nossos parceiros da

Zona Euro esse valor anda em média nos 0,46%” (Lança, 2013:s.p.). As despesas com a justiça e as Forças de Segurança são elevadas. No entanto as populações continuam a queixar-se da demora da resolução dos casos em tribunais, sentem que existe uma imparcialidade quanto às decisões judiciais, favorecendo os mais ricos. Esta é a ponta do “*iceberg*” que é o sentimento de insegurança. Se as despesas com a segurança do país são muitas e não dão frutos existe a necessidade de rever as estratégias das políticas públicas quanto à segurança e “o conhecimento dos custos económico e social do crime é também um instrumento valioso para a avaliação e monitorização das políticas públicas de segurança” (Lourenço, 2010b: 51).

Com base no cenário obtido para o município de Guimarães optou-se por realizar um enfoque empírico relacionado com a insegurança e o crime, que se abordará nos capítulos seguintes.

Capítulo 4. Pressupostos metodológicos

Nota introdutória

A presente dissertação usou métodos diretos e indiretos de recolha de informação na componente mais empírica. Fomos ao longo do período de elaboração da presente dissertação procurando resolver/ultrapassar os sucessivos obstáculos que em alguns casos nos obrigaram a rever os métodos de trabalho inicialmente previstos.

Apesar dos sucessivos acontecimentos nem sempre terem favorecido o alcance das propostas e metas delineadas, também estes *handicaps* serviram para podermos perceber as reais dificuldades pelas quais passa um investigador quando se propõe realizar uma pesquisa relacionada com o tema da insegurança e da criminalidade. À medida que a pesquisa foi sendo aprofundada, demos conta da existência de falta de estudos a nível nacional, principalmente fora dos habituais circuitos como Lisboa ou Porto. Muito poucos são os trabalhos de geógrafos sobre a criminalidade, em especial de furtos sobre municípios/cidades de média ou pequena dimensão.

Apesar de todas as dificuldades, fomos sentindo particular gratificação em explorar um tema que até então não tinha sido pesquisado para o município de Guimarães.

4.1. Objetivos e problemáticas da investigação

Partimos para esta investigação com duas questões de partida e quatro objetivos de investigação. As duas questões foram as seguintes:

- *Qual é a atual situação do município de Guimarães face ao crime contra a propriedade?*
- *Quais são as perceções dos vimaranenses relativamente aos crimes de furto e roubo que ocorrem em Guimarães?*

No que concerne aos objetivos centramo-nos nos seguintes:

- Caraterizar os crimes contra o património existentes no município de Guimarães;

- Aferir os fatores propiciadores e impeditivos à ocorrência do crime no município de Guimarães;
- Avaliar os impactos do crime de furto e roubo no espaço;
- Aferir a percepção dos residentes sobre o crime contra a propriedade mais representativo no município de Guimarães.

Estas foram as nossas metas de trabalho e pelas quais nos fomos guiando ao longo do processo de recolha/pesquisa de informação, bem como mais tarde na fase de levantamento de dados.

Para podermos prosseguir com a investigação, e a par da escolha dos objetivos e da problemática, também delineamos estratégias de trabalho baseadas em métodos de recolha de informação através de fontes primárias e secundárias. No caso das fontes primárias começamos por recorrer à recolha e tratamento do número de queixas de crime contra o património (em particular os crimes de furto e roubo) declarados ao Tribunal da Comarca de Guimarães.

Iniciamos em 2011 os primeiros contactos com o Tribunal de Guimarães. No dia 17 de novembro 2011 dirigimo-nos através de carta ao Senhor Presidente do Tribunal da Comarca de Guimarães solicitando os dados pretendidos (Anexo 9). Foi-nos respondido inicialmente que não existia nenhuma informação disponível, resposta esta que nos pareceu um pouco vaga, decidindo voltar a insistir e explicitando todos os dados que pretendíamos (Consultar Anexo 10). A esta segunda carta não nos foi remetida qualquer resposta, decidindo enviar uma terceira carta a 12 de março de 2011, mas também sem resposta (Consultar Anexo 11).

Visto estarmos perante um problema de comunicação, dirigimo-nos ao Tribunal de Guimarães solicitando a informação pretendida, mas foi-nos respondido que a informação existia mas que não estava em formato digital, o que obrigaria à recruta de um funcionário para recolher os dados. Visto se tratar de um razoável período temporal de recolha de informação (2009 a 2012) tal não era possível de concretizar.

Fechada esta possibilidade de obtenção de informação tivemos de equacionar outro método de recolha de informação, decidindo contactar as duas forças policiais com maior atividade no município, a Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) e a Polícia de Segurança Pública (P.S.P.). No dia 13 de outubro de 2011 enviamos as primeiras cartas às duas Forças de Segurança (Consultar Anexos 2 e 7). Durante cerca de 1 ano

mantivemos negociações, até que nos foi dada a autorização por parte das duas forças policiais para podermos ter acesso aos dados referentes às queixas-crime apresentadas pelas vítimas entre os anos de 2009 e 2012 (Consultar Anexos 3, 4, 5, 6 e 8).

O acesso ao número de vítimas/crimes de furto praticados no município constitui a principal base do trabalho prático realizado. Só a análise das características da ocorrência do crime nos pode fornecer padrões de atividade criminosa, e ajudar a perceber as dinâmicas da criminalidade no município. Os dados em bruto do número de crimes estão disponíveis no portal das Estatísticas Oficiais da Justiça da Direção-Geral da Política da Justiça, mas o nosso interesse era ir mais longe na investigação. O nosso objetivo era aferir os fatores propiciadores e impeditivos à ocorrência do crime no município de Guimarães. Era perceber, de que modo, os munícipes, de forma inconsciente, se tornavam agentes de segurança. Os vários estudos que lemos de Newman (1972), Jacobs (1961), Jeffery (1971, 1977), Fonseca (1984), Crowe (1991), Alves *et al.* (1994), Esteves (1999), Leal (2007), Machado (2008), todos eles defensores de várias teorias têm em comum o seguinte: a população sendo ela residente, turista ou transeunte, influencia, de algum modo, a forma de estar, ver, sentir e imaginar os espaços. Com base neste pressuposto quisemos perceber a influência do povo vimaranense nos espaços.

Aliado ao conceito da influência da comunidade, decidimos explorar a importância da componente urbanística e o peso que esta exerce na conceção de criminalidade nos mapas mentais positivos e negativos dos munícipes. Para tal tínhamos como objetivo, a par do levantamento das várias características do crime, obter junto das Forças de Segurança o local/rua do crime de forma a perceber até que ponto o mobiliário urbano e a sua disposição influenciam o comportamento dos transeuntes e dos criminosos. Este objetivo não pôde ser alargado a todo o município devido à existência de várias falhas nas duas bases de dados obtidas. Então optamos por selecionar a freguesia com maior número de crimes e dentro desta, a rua com maior incidência de um tipo de crimes, de modo a podermos através do exemplo de uma rua explorar os possíveis fatores propiciadores do tipo de crime em causa.

Apesar dos anteriores objetivos delineados, ainda existia a necessidade de dar voz aos munícipes, de modo a tentar perceber o que eles sentem/pensam sobre a problemática da criminalidade (furtos/roubos) no município. Aplicámos um inquérito aos munícipes de Guimarães usando um questionário com questões maioritariamente

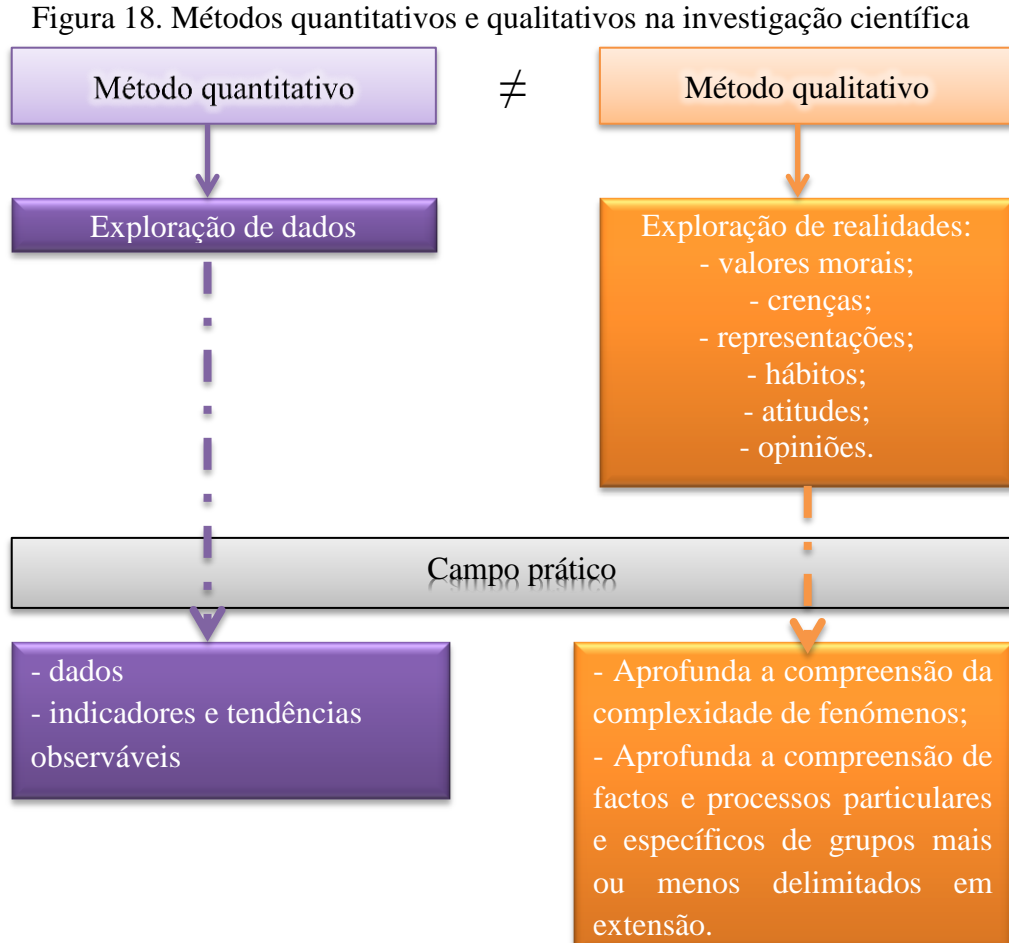
fechadas quanto à forma, seguindo a estrutura usada por Esteves (1999) num inquérito de vitimização aplicado no município de Lisboa, aquando da sua dissertação de mestrado realizada em 1995. Foi solicitado à autora o questionário usado bem como foi pedida autorização para o aplicar ao município de Guimarães. Posteriormente, foi elaborado um questionário mais curto e com outra orientação.

4.2. Opções metodológicas

“O conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação. O método tem, pois, uma função fundamental: além do seu papel instrumental, é a “própria alma do conteúdo”, como dizia Lenin (1965)”.

Minayo e Sanches (1993: 240)

Quando partimos para a elaboração do nosso plano de trabalho já tínhamos como objetivo a articulação do método qualitativo com o método quantitativo (Figura 18). Estando cientes das limitações dos dois métodos, pretendemos, acima de tudo, unir as potencialidades de conhecimento científico obtidas através das duas técnicas de trabalho.



Ao longo de toda a dissertação tivemos o cuidado de tentar introduzir uma sequência coerente dos sucessivos capítulos por forma a criar uma harmonia dos factos, de modo a garantir que o leitor percebesse a extensão que o tema da criminalidade alcança. Foi devido à elevada complexidade com que nos deparamos, que decidimos criar três patamares de exploração e análise do tema em estudo: um primeiro patamar relacionado com a compreensão histórica do tema a nível nacional e internacional; um segundo patamar de exploração simbólica, explicando a influência recíproca exercida entre espaço e indivíduo/comunidade; por fim a análise dos números de furtos/roubos bem como a análise das opiniões, hábitos e representações do município de Guimarães por parte da comunidade vimaranense.

“Um trabalho de conhecimento social tem que atingir três dimensões: a simbólica, a histórica e a concreta. A dimensão simbólica contempla os significados dos sujeitos, a histórica privilegia o tempo consolidado do espaço real e analítico, e a concreta refere-se às estruturas e aos atores sociais em relação” (Nicole Ramognino, 1982 citada por Minayo e Sanches, 1993: 246).

A união do método quantitativo com a sua objetividade e do método qualitativo com a sua subjetividade permitiu-nos aprofundar hipóteses que foram levantadas aquando da análise quantitativa, numa análise qualitativa dirigida e aprofundada. Só abrangendo os dois métodos de trabalho é que poderíamos ligar a realidade dos números à subjetividade das opiniões sobre o tema da criminalidade no município de Guimarães (Minayo e Sanches, 1993; Creswell, 1994).

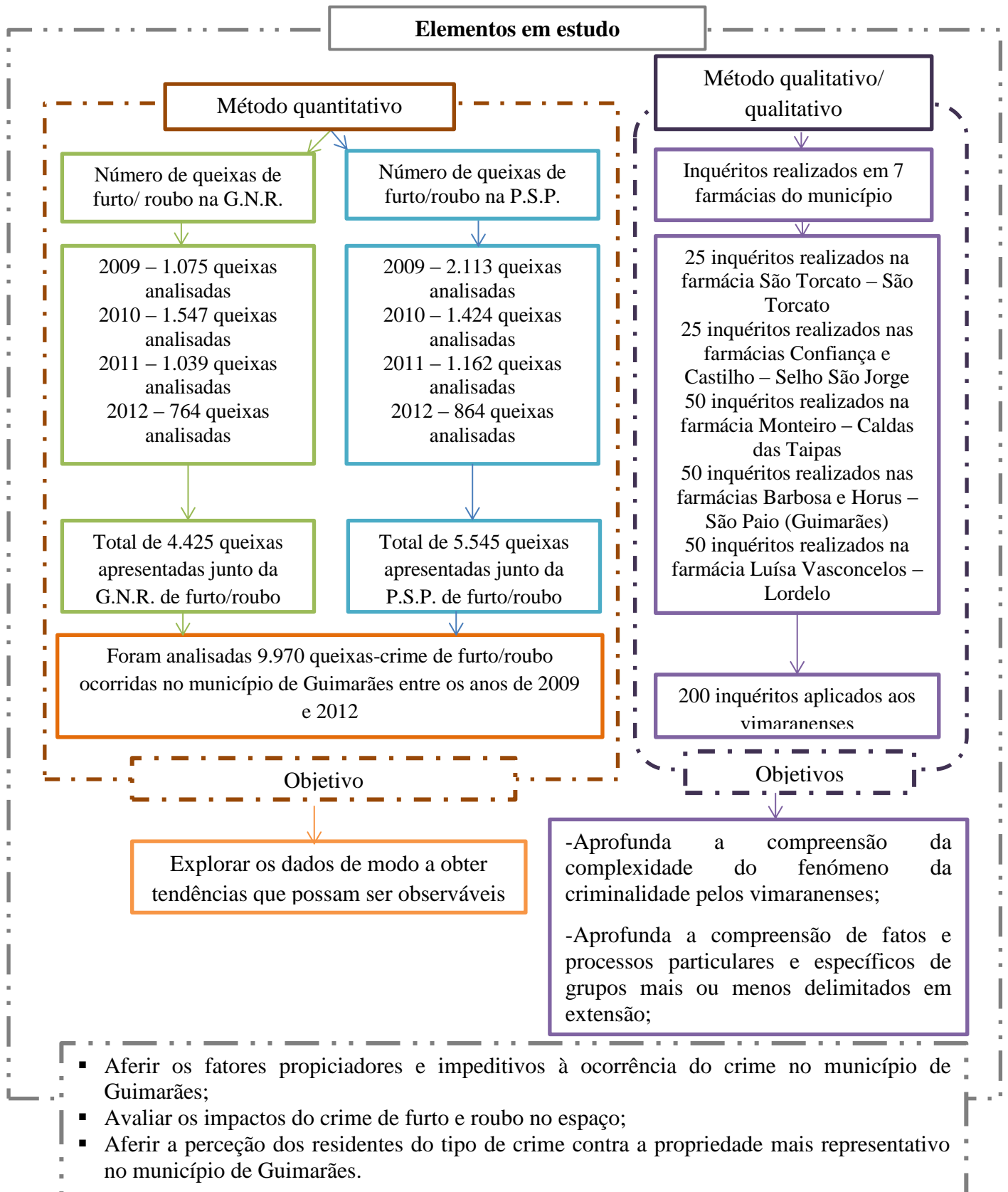
4.3. Elementos em estudo

“(...) mixed methods researchers look to many approaches to collecting and analyzing data rather than subscribing to only one way (e.g. quantitative or qualitative). Truth is what works at the time: it is not based in a strict dualism between the mind and reality completely independent of the mind”.

Creswell (1994: 13/14)

Para a elaboração da presente dissertação foram tidos em conta vários elementos de estudo. A análise e levantamento de queixas-crime de furto e roubo, bem como a aplicação de um inquérito com estrutura semifechada. A abordagem pretende-se holística de modo a criar um fio condutor ao longo de toda a análise dos elementos em estudo (Figura 19).

Figura 19. Esquema metodológico adotado



Elaboração própria.

4.3.1. Base de dados

Tal como foi no esquema metodológico apresentado anteriormente, para a presente dissertação recorreremos à análise de duas bases de dados sobre o número de queixas-crime apresentadas entre os anos de 2009 e 2012, por mês, dia da semana, hora do crime, local do crime, entre outras variáveis disponíveis nas bases de dados.

A base de dados correspondeu às queixas apresentadas junto de um dos três postos da G.N.R. do município de Guimarães, aglomerando um total de 4.425 crimes de furto e roubo registados entre os anos de 2009 e 2012. Individualizando a informação, o posto de Guimarães recebeu 2.294 queixas de furto e roubo, o posto de Lordelo recebeu 916 queixas-crime e por fim o posto das Taipas registou a existência de 1.215 crimes de furto e roubo (Figura 19).

A segunda base de dados em análise foi a da P.S.P., com um total de 5.545 queixas-crime de furto e roubo entre os anos de 2009 e 2012. No caso específico dos dados da P.S.P. existe uma distinção entre o ano de registo da queixa e o ano de ocorrência do crime, havendo referência da ocorrência de um crime no ano 2000, quatro crimes ocorridos no ano de 2001, um crime com ocorrência no ano de 2006, e vinte e uma queixas de crimes ocorridos no ano de 2008. Os 28 crimes ocorridos antes de 2009, mas registados entre os anos de 2009 e 2012 estão contabilizados nas análises referentes a tratamento de informação que invoquem o ano de registo de queixa. No entanto, quando é apenas invocado na análise dos dados o ano de ocorrência do crime não são tidos em consideração os crimes ocorridos antes de 2009.

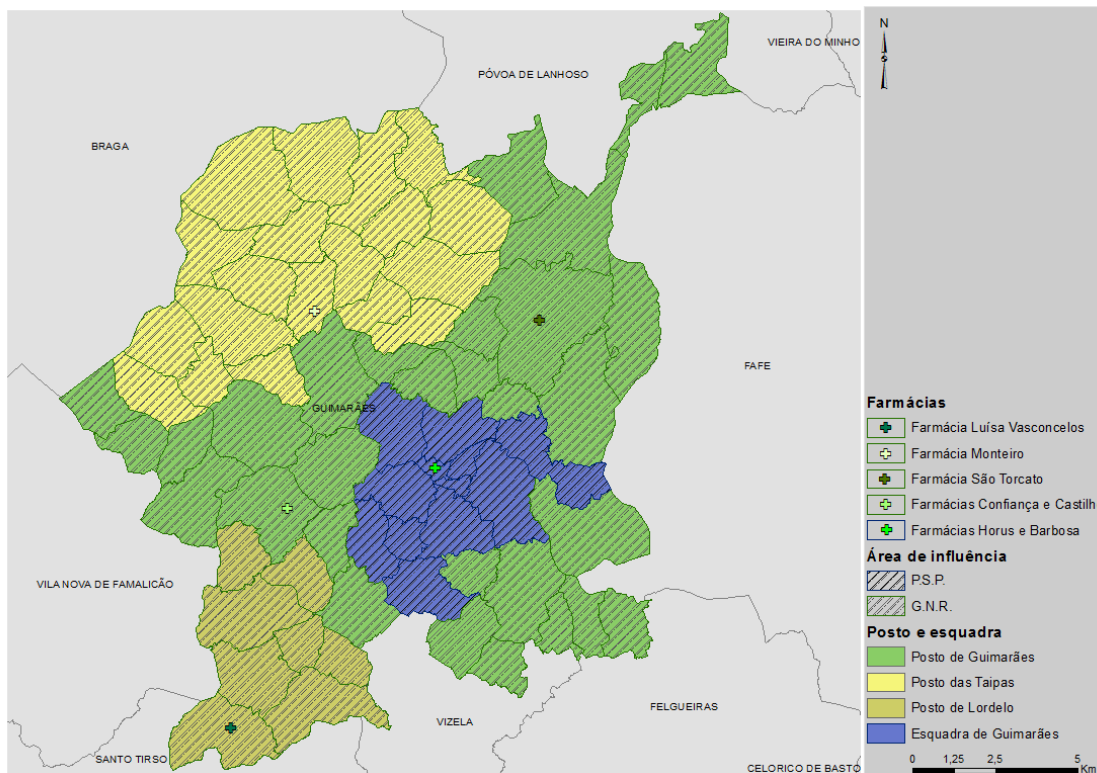
4.3.2. Inquéritos

Tal como mencionado anteriormente, o inquérito aplicado aos munícipes vimezanenses surgiu da necessidade de lhes dar voz de modo a percebermos quais são as suas opiniões sobre o tema da criminalidade. Assim sendo a área em estudo foram as 69 freguesias que compõem o município de Guimarães, com uma área de 241 Km², e uma população de 157.214 habitantes (I.N.E., 2012).

Para o presente estudo foram inicialmente selecionados cinco pontos de aplicação dos inquéritos. Foi escolhida a Farmácia Monteiro na freguesia de Caldelas, a Farmácia São Torcato na freguesia de São Torcato, a Farmácia Horus em São Paio (Guimarães), a Farmácia Confiança em Selho (São Jorge) e por fim a Farmácia Luísa

Vasconcelos em Lordelo (Figura 20). O nosso objetivo era aplicar os inquéritos aos utentes das farmácias no período de espera que antecipa o seu atendimento. Pretendíamos abranger todos os utentes do município de Guimarães de todas as classes etárias e estratos socioeconómicos.

Figura 20. Localização das farmácias onde foram aplicados os inquéritos



Fonte: Elaboração própria a partir da CAOP 2012, de informação disponibilizada pela G.N.R. e P.S.P., bem como das páginas amarelas on-line.

A escolha destes locais, prendeu-se com o facto de querermos abranger todas as áreas de patrulhamento de cada posto da G.N.R. bem como da esquadra da P.S.P.. Para tal, escolhemos freguesias com influência central dentro das três áreas de patrulhamento da G.N.R., sendo selecionada a freguesia de Caldelas dentro da área de patrulhamento do posto das Taipas, a freguesia de Lordelo dentro da área de influência do posto de Lordelo, e duas freguesias - São Torcato e São Jorge de Selho - do posto da G.N.R. de Guimarães. Dentro da área de patrulhamento do posto de Guimarães decidimos escolher duas freguesias centrais devido à elevada extensão da área (abrange 30 freguesias, ou seja cerca de metade do total de freguesias que compõem o município de Guimarães). No caso da P.S.P. optamos por escolher um dos muitos espaços centrais da área citadina do município, como é o caso da freguesia de São Paio.

Os inquéritos foram realizados entre os dias 27 de julho e 9 de agosto de 2013, no período da manhã, entre as 9h -12h:30m, e no período da tarde entre as 14h e as 19h. No entanto, à medida que avançamos para a aplicação dos inquéritos foram surgindo alguns percalços, estando entre eles a necessidade de escolher uma outra farmácia para aplicação dos inquéritos na freguesia de São Jorge de Selho. No dia 1 de agosto de 2013, às 9h, dirigimo-nos às responsáveis da Farmácia Confiança pedindo autorização para a aplicação dos inquéritos aos utentes da sua farmácia, explicando os procedimentos necessários, e apresentado um dos exemplares dos questionários que iríamos aplicar (estes procedimentos foram concretizados em todas as farmácias).

No caso da escolha de uma segunda farmácia na freguesia de São Paio esta prendeu-se apenas com as condições logísticas, visto ser a Farmácia Horus um espaço pequeno e ter muito movimento não permitindo a presença de 2 inquiridores para a aplicação dos inquéritos. Foi então que optamos por escolher na mesma área (Praça do Toural) a Farmácia Barbosa, pois os responsáveis pela Farmácia Horus mostraram-se recetivos e disponíveis à aplicação dos inquéritos aos seus utentes.

4.3.2.1. Pré-teste

O pré-teste do questionário foi realizado na Farmácia Monteiro no dia 23 de julho de 2013, entre as 15h e as 18h a 10 utentes da farmácia. A aplicação do pré-teste serviu para aperfeiçoar o questionário de modo a torná-lo mais simples e compreensível pela população.

O questionário definitivo dividiu-se em 5 partes, sendo que a primeira correspondeu ao dados pessoais do inquirido, a segunda parte correspondeu à indagação sobre a existência de ocorrência de algum furto ou/e roubo sobre o inquirido. Nesta segunda parte as perguntas versavam sobre as características da ocorrência do crime, se tinha sido de dia ou de noite, em que mês decorreram bem como o dia da semana, entre outras questões mais específicas caso o crime tenha sido de roubo (consultar questionário no Anexo 1).

No terceiro grupo de questões era interrogada a opinião/perceção dos inquiridos sobre a evolução da criminalidade no município de Guimarães a partir do ano de 2009. Para esta questão foi utilizada uma escala de Likert de cinco níveis variando entre “aumentaram muito” e “diminuíram muito”, os crimes de roubos e furtos nas ruas, em residências, em/de veículos e a lojas. No mesmo grupo uma outra questão relacionava-

se com a percepção dos munícipes em relação ao crime de furto e roubo e se consideravam o município de Guimarães um espaço seguro ou não. Mais uma vez balizado por uma escala de Likert de cinco níveis questionamos o seu sentimento de segurança em relação ao período do dia, da noite, da semana, do fim de semana, na estação do verão ou no inverno. A última pergunta deste grupo prendia-se com a tentativa de perceber se os inquiridos consideravam alguma freguesia/rua perigosa para circular de dia ou de noite.

No quarto grupo pretendeu-se a classificação em termos de segurança da sua área/rua de residência, onde similarmente à segunda pergunta do grupo três procura-mos perceber se os inquiridos se sentiam seguros no local onde residem. Por fim, o grupo cinco, foi criado de modo a indagar a opinião dos inquiridos sobre o problema da criminalidade no município de Guimarães, e como classificava a atuação e o trabalho das forças policiais de segurança na prevenção e no combate ao crime no município.

4.4. Dificuldades ao longo do estudo

Quando partimos para a elaboração deste estudo estávamos conscientes das dificuldades pelas quais poderíamos passar, principalmente pelo facto de dependermos de terceiros para a obtenção dos dados pretendidos. Foi com esta consciência que decidimos iniciar os nossos contactos com os intervenientes um ano antes da data do início oficial da dissertação de mestrado. Apesar dos contactos com as entidades ter sido bastante antecipado a informação foi-nos cedida de forma distinta e no caso da P.S.P. com algum atraso.

Obtivemos a informação sobre número de queixas registadas pela G.N.R. em meados de novembro de 2012. Quando nos dirigimos ao Comando Territorial de Guimarães foi-nos transmitido que, apenas a partir de abril de 2010, existiam em formato digital as queixas registadas. Este facto obrigou-nos a reorganizar a nossa investigação. Foi então decidido que o levantamento da informação no Destacamento Territorial de Guimarães ficaria pendente até à conclusão e entrega da parte teórica da dissertação. Foi por tal facto que iniciamos o levantamento dos dados apenas em fevereiro de 2013.

Entre o mês de fevereiro e março fizemos o levantamento de 1.723 queixas relacionadas com crimes de furto e roubo, das quais 1.075 pertencem ao ano de 2009 e 648 aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2010. As queixas-crime estavam

arquivadas em suporte de papel, por mês de ocorrência, e subdivididas por posto de apresentação da queixa. Para podermos fazer o levantamento, tivemos de criar uma base de dados em formato Excel com 16 campos:

- posto onde foi registado o crime;
- freguesia da vítima;
- freguesia da ocorrência do crime;
- rua da ocorrência do crime;
- categoria do crime;
- dia do mês do crime;
- mês do crime;
- ano do crime;
- dia da semana do crime;
- hora do crime;
- período do dia do crime;
- sexo da vítima;
- idade da vítima;
- estado civil da vítima;
- profissão da vítima;
- outras Informações.

O nosso objetivo era a obtenção de uma elevada qualidade da informação, mas à medida que o tempo foi avançando percebemos que nem todos os campos tinham sido preenchidos. Existiam muitas omissões de informação, visto que cada posto preenche um auto de notícia com formatos distintos. Apesar das evidências que íamos constatando o facto era que aqueles autos de notícia/denúncia não estavam voltados para a investigação científica, mas voltados para o cumprimento do trabalho dos militares. Quando chegamos ao fim do levantamento, deparamo-nos com outro problema. Para além dos inúmeros campos que já em 2009 não eram possíveis de preencher a base de dados fornecida de 2010 até ao ano de 2012 não estava padronizada. Ao analisarmos inicialmente a base constatamos a existência de inúmeras falhas. No caso do campo pertencente ao “nome da rua da ocorrência do crime” nem sempre estava preenchido da mesma forma. Os campos pertencentes às características das vítimas são os que revelaram mais falhas de descrição. As sucessivas falhas obrigaram-nos a reorganizar toda a base de dados de modo a alcançar a melhor qualidade de dados possível.

No caso da P.S.P. os dados foram fornecidos muito tardiamente, já que tivemos acesso aos dados apenas a 3 de maio de 2013. Tal como a base da G.N.R., a da P.S.P. também tinha alguns aspetos que precisaram de ser avaliados. O mais moroso foi a união da base que nos reportava as queixas-crime exercidas só sobre uma vítima e a base que detinha várias vítimas mas contabilizado como um crime. A união das duas bases obrigou-nos à construção de uma nova base com a referência ao número de vítimas associadas ao crime em causa. Este processo foi feito para as 5.545 queixas-crime apresentadas junto da P.S.P..

Estes acontecimentos foram atrasando sucessivamente as datas de trabalho propostas inicialmente, inclusive a aplicação dos inquéritos. Sentimos necessidade de trabalhar as bases de dados de forma prudente, porque tínhamos consciência de que as bases de dados disponibilizadas foram criadas para a utilização interna das forças de segurança e não para análise ou estudo científico e como tal tivemos de as retrabalhar sem pôr em causa a veracidade da informação.

Tratados e trabalhados os dados, partimos para a fase seguinte, e nesta fase o nosso principal problema prendia-se com o local da aplicação dos inquéritos. Foram várias as possibilidades consideradas: aplicar nos correios, nas farmácias, nas escolas, nas ruas, em praças, em cafés?

No caso das escolas teríamos de esperar até ao início do ano letivo de 2013/2014, mas aí colocava-se a questão: de que modo se poderia implementar o inquérito? Entregava-mos aos jovens adolescentes para levarem para casa e, além destes, pedindo aos pais e avós para responderem? Aparentemente parecia ser exequível, mas a falta de tempo não nos permitia esperar até ao início das aulas (setembro) para podermos aplicar os inquéritos. Então consideramos a aplicação em ruas e praças aos transeuntes vimaranenses. No entanto colocava-se o problema de não se tornar abrangente a toda a população nem a todas as classes económicas, bem como a existência de uma certa relutância à resposta de inquéritos de rua que nós já sentimos na aplicação de inquéritos realizados noutros estudos. Além disso, seria necessário encurtar o questionário a aplicar, pois não é exequível realizar um inquérito na rua que exceda os cinco minutos. Por outro lado, será que uma problemática tão complexa, como o crime e a insegurança, poderia ser avaliada em poucas questões?

Foi então que nos restou a possibilidade das farmácias e dos correios. Ambos os serviços que estas infraestruturas possibilitam são usados pela população em geral, das

várias classes económicas e sociais, e para além deste facto, nestes locais existe a probabilidade de espera antes da pessoa ser atendida, o que nos daria tempo para a aplicação do inquérito.

Após alguma ponderação sobre os prós e contras de cada possibilidade sugerida optamos, em primeiro lugar, pela aplicação dos inquéritos nos correios, mas a permissão dependia de pedido de autorização prévia à central dos C.T.T. de Lisboa. Atendendo ao risco que se corria de não se conseguir receber resposta atempada optámos pela aplicação em farmácias. Segundo Ribeiro (2012) a aplicação de inquéritos à população nas farmácias acarreta uma oportunidade de alcançar todas as classes etárias e socioeconómicas, bem como possibilita, mais facilmente, o alcance de todos os municípios, visto se tratar de um serviço essencial para quem quer aviar uma receita médica ou para quem pretende algum fármaco. Para a obtenção de 200 inquéritos foram abordados 331 vimaranense o que se traduz numa taxa de recusas de 40%.

4.5. Notas Conclusivas

As fontes de informação privilegiadas foram as 9.970 queixas/denúncias deportadas à G.N.R. e P.S.P. de Guimarães, bem como os inquéritos feitos a 200 vimaranenses.

A análise das queixas/denúncias foi uma das principais dificuldades, devido principalmente ao elevado número de elementos de caracterização das vítimas bem como do local da ocorrência sem informação ou com erros de redação. A construção de um modelo de auto de notícia com a limitação da escolha do nome das ruas ou das freguesias onde ocorrem os crimes ajudaria a não existir erros no nome atribuído ao local da ocorrência.

A segunda grande dificuldade esteve relacionada com o entrave colocado por parte dos homens à aplicação do inquérito, o que resultou numa taxa de recusas de 40%. Apesar deste obstáculo, de um modo geral, a aplicação do inquérito foi bem aceite por parte dos inquiridos devido principalmente ao facto de as pessoas estarem com tempo para nos responder. A opção pelas farmácias mostrou-se bastante vantajosa e os responsáveis pelos espaços criaram condições de aplicabilidade a todo o tipo de população que usou as farmácias.

Capítulo 5. Caracterização no período entre 2009 e 2012 de alguns dos tipos de crime contra património

Nota introdutória

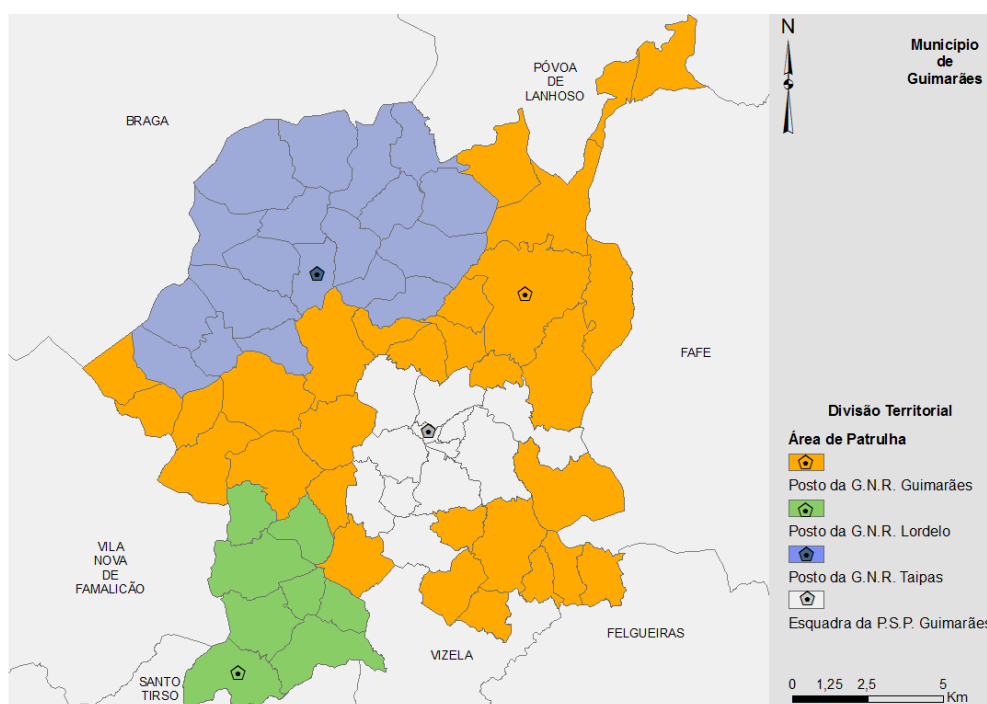
Antes de iniciar a exploração da base de dados, importa salientar um aspeto fundamental, que já foi abordado no primeiro capítulo. O tipo de crime contra a propriedade divide-se em várias categorias dentro do Código Penal - Furto (203.º); Furto Qualificado (204.º); Abuso de Confiança (205.º); Furto de uso de veículo (208.º); Apropriação ilegítima de acessão ou de coisa achada (209.º); Roubo (210.º); Violência depois da subtração (211.º); Dano (212.º); Dano Qualificado (213.º); Dano com Violência (214.º); Usurpação de coisa imóvel (215.º); Alteração de marcos (216.º).

A base de dados que criamos e que ao longo deste capítulo iremos analisar apenas diz respeito às categorias dos crimes de furto e roubo, visto que o nosso objeto de estudo era apenas os crimes que ocorrem nas áreas de maior usufruto dos cidadãos, tais como a sua residência, o local de trabalho e os espaços onde se deslocam. É dentro deste tipo de áreas que a construção dos mapas mentais de insegurança se baseia (Esteves, 1999, Rêgo e Fernandes, 2012).

5.1. Crimes registados junto da G.N.R. e da P.S.P. entre 2009 e 2012

A Guarda Nacional Republicana assegura a patrulha de 57 freguesias repartindo-se por três postos (Figura 21). O posto com maior área de influência no município de Guimarães está fisicamente localizado na freguesia de São Torcato, sendo a partir desta que os militares da G.N.R. se deslocam ao longo de 30 freguesias com uma população de 56.107 habitantes, de modo a garantir a manutenção e salvaguarda da sua área de intervenção.

Figura 21. Enquadramento das áreas de patrulha da G.N.R. e P.S.P., por posto



Fonte: Elaboração própria a partir da CAOP 2012, e da informação disponibilizada pela G.N.R. e P.S.P..

Localizado na freguesia de Caldelas (também conhecida por Caldas das Taipas ou Taipas), encontra-se o posto da G.N.R. das Taipas, que assegura a manutenção e salvaguarda de 19 freguesias (total de população residente = 25.314). Por último, o posto de Lordelo localizado na freguesia de Lordelo garante a vigilância e salvaguarda de 8 freguesias (total de população residente = 22.994) (Figura 21).

Os três postos da G.N.R. garantem a segurança de 104.415 vimeanenses, correspondendo a uma área de 214,76 km², ou seja, cobrem a maior área física e populacional do município. A Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) patrulha as

restantes 12 freguesias, correspondentes às áreas mais urbanas do município com um aglomerado populacional de 53.709 habitantes (Quadro 16).

Quadro 16. Enquadramento das áreas de patrulha da G.N.R. e P.S.P.

Ano 2011	Total de freguesias (Nº)	Área (Km ²)	Total população residente (N.º)
Posto de Guimarães	30	119,02	56.107
Posto das Taipas	19	69	25.314
Posto de Lordelo	8	26,74	22.994
Total	57	214,76	104.415
Esquadra da P.S.P.	12	26,24	53.709

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011.

5.1.1. Número de crimes registados entre 2009 e 2012

5.1.1.1. Contextualização global

No presente subcapítulo são explorados os dados de crimes de furto e roubo fornecidos pela G.N.R. e P.S.P. do município de Guimarães. Toda a análise recai sobre as 69 freguesias do município de Guimarães, com as várias divisões administrativas de policiamento/patrulhamento. Serão analisados os crimes registados pelos profissionais nos vários postos da G.N.R., e pela esquadra da P.S.P.. Como nos referimos a duas instituições com métodos de trabalho distintos e em permanente renovação dos formulários dos autos de notícia/denúncia, foi necessário reajustar as duas bases de dados fornecidas, de modo a poder cruzar os dados dos vários crimes. Desse modo e como consequência do reajuste tivemos de deixar cair ou adequar informações inerentes ao queixoso/vítima ou ao local/hora exata do crime. Também sentimos necessidade de criar novas variáveis de análise que eram possíveis de calcular/saber com os dados existentes como é o caso do reajuste de algumas categorias de crimes de modo a centrar a análise e torná-la mais assertiva.

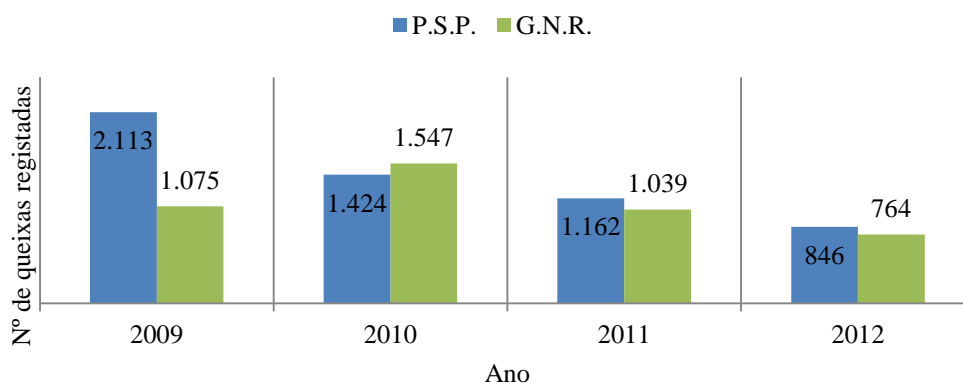
Estão incluídas na análise várias categorias de furtos/roubos, como é o caso dos crimes relacionados com bens pessoais de cariz privado pessoal ou público. De entre as categorias analisadas estão os furtos/roubos realizados diretamente sobre o indivíduo (roubo por esticção e furto por carteiristas), e os crimes praticados de forma indireta à vítima, como é o caso dos crimes de furto em veículos ou furto de veículo motorizado e o furto em residências ou em estabelecimento comercial e/ou industrial. Devido à

amplitude da amostra e às várias possibilidades de exploração dos dados, decidimos focar a análise nas categorias de crimes de maior incidência, como é o caso de furto em/de veículo motorizado, furto em residência e furto em edifício comercial e/ou industrial, cruzando estas categorias de crimes com uma série de parâmetros temporais e locais de modo a tentar perceber os padrões decorrentes ao longo da escala temporal em análise.

➤ Total de furtos e roubos

Assim sendo, temos em análise o registo de 4.425 crimes registados pela G.N.R., e 5.545 de igual tipo registados pela P.S.P. entre os anos de 2009 e 2012. O posto da G.N.R. de Guimarães registou 2.294 crimes, o posto das Taipas registou 1.215 e por fim o de Lordelo registou 916.

Figura 22. Total de crimes registados pela P.S.P. e G.N.R. por ano de registo da queixa



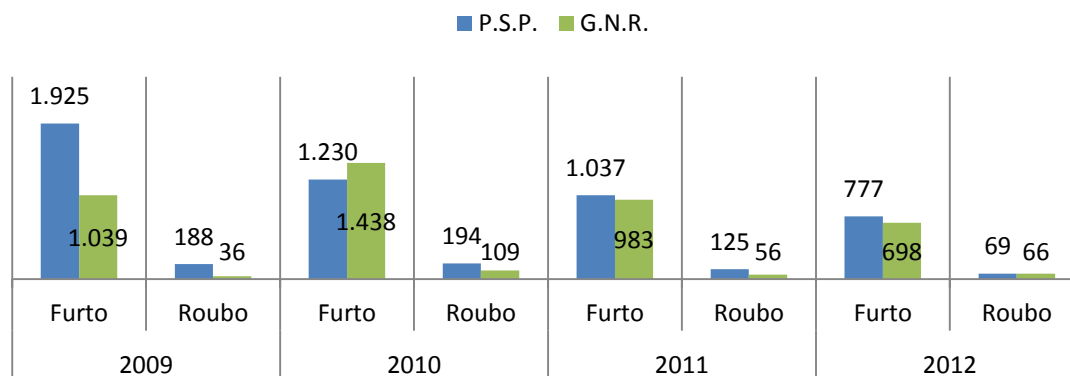
Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

Quanto ao total do tipo de crimes registados pelas duas forças de segurança, temos várias oscilações ao longo dos anos, com uma tendência evidente no decréscimo do registo de queixas ao longo dos 4 anos em análise. No ano de 2009 a G.N.R. registou em Guimarães um total de 1.075 queixas, das quais 1.039 são referentes aos crimes de furtos e 36 aos crimes de roubo. A partir de então, o número de queixas de crimes de furto e roubo foi reduzindo até às 698 queixas/denúncias de furto e 66 de roubo.

Os registos da P.S.P. diminuíram entre os anos de 2009 e 2012 em 1.267 queixas/denúncias de crimes de furto e roubo (Figuras 22 e 23). Nos quatro anos em análise existe uma tendência de decréscimo quanto ao número de queixas registadas. No ano de 2011, o total de queixas voltou a diminuir em relação a 2010 e o mesmo sucedeu

em 2012 em relação a 2011. A diminuição é realizada ao mesmo ritmo nos dois tipos de crime em análise (roubo/furto) dentro das duas forças de segurança.

Figura 23. Total de tipo de crimes registados pela P.S.P. e G.N.R. por ano de registo da queixa



Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

Uma das hipóteses que poderá ser levantada explica esta situação está relacionada com o megaevento Capital Europeia da Cultura (C.E.C.) que foi realizado ao longo do ano de 2012 em Guimarães, com particular destaque para as freguesias do centro da cidade, onde se realizou a maioria das atividades culturais e artísticas que decorreram com a marca da C.E.C..

No jornal regional *on-line* “Guimarães Digital” era relatado a 20 de janeiro de 2012 que havia um empenho na garantia da segurança dos participantes da C.E.C., confirmando que a “Operação C.E.C. 2012 da P.S.P. [contou] com duas centenas de agentes”. No corpo da notícia podemos ler num comunicado da P.S.P. que para a abertura do megaevento foi “preparada a ‘maior’ operação alguma vez realizada pelo Comando Distrital de Braga para a abertura oficial da Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012” (<http://www.guimaraesdigital.com/index.php?a=noticias&id=47031> – consultado a 12 de agosto de 2013).

As notícias lançadas ao longo desse ano, bem como o número de efetivos na cidade demonstram uma evidente preocupação com a segurança dos espaços, em especial os de maior movimentação. Numa notícia do jornal regional “O Conquistador” do dia 10 de fevereiro de 2012, informam-se os vimaranenses do aumento de 20 novos agentes da Polícia Municipal (P.M.), passando assim a perfazer à altura um total de 52 agentes (<http://www.oconquistador.com/noticia.asp?idEdicao=219&id=5808&idSeccao=1039&Action=noticia> – consultado a 12 de agosto de 2013). A P.M. não pode ser

comparável em termos de trabalho e competência territorial com as outras Forças de Segurança em análise. No entanto, a chamada de atenção para esta notícia é importante, visto que para o comum cidadão a importância da presença de um militar da G.N.R. ou a presença de um agente da P.S.P. ou da P.M. é semelhante e o interesse principal da população é sentir a presença de um elemento que lhes transmita segurança.

Este reforço de patrulhamento poderá explicar a diminuição do número de queixas de crimes de furtos e de roubos por parte da P.S.P., mas importa tornar a referir que os dados em análise dizem respeito ao número de queixas apresentadas e os números reais de crimes de furto e roubo podem ser superiores aos registados.

5.1.1.2. Origem da vítima

Com este sub-*item* queremos perceber qual a origem da vítima dos crimes, ou seja, se são maioritariamente do município de Guimarães ou indivíduos residentes noutros municípios.

O número de crimes em estudo não corresponde a um igual número de vítimas, *id est*, existem casos de ocorrência de um único crime com várias vítimas. Esta questão apenas acontece com a base da P.S.P. em que num crime são identificadas todas as vítimas envolvidas aquando da ocorrência do crime. Esta situação causou-nos alguns constrangimentos aquando do tratamento da informação. Neste caso concreto a base de dados disponibilizada pela P.S.P. explora a informação do local de residência das vítimas nos quatro anos em análise, já o mesmo não conseguimos em relação à informação disponível para análise por parte da G.N.R.. O único ano completo para análise foi o de 2009, e três meses de 2010 (janeiro/fevereiro/março). Este contratempo deve-se à forma como os militares da G.N.R. preenchem os autos de notícia e ao facto da informação estar disposta para uma análise e trabalho interno. O que acontece na esmagadora maioria dos casos é o não preenchimento completo em formato digital de toda a informação sobre a vítima bem como as características do crime. Apesar de alguma falta de informação decidimos avançar com uma análise da informação disponível, em especial a informação fornecida pela P.S.P..

Feitas as considerações de ressalva à análise, no período dos quatro analisados, a esquadra da P.S.P. de Guimarães registou a existência de 7.288 vítimas de crimes de furto e roubo.

O ano de 2009 é o que mais registo de vítimas possui (Quadro 17). Nos anos seguintes, o número de vítimas com identificação de residência foi baixando, acompanhando a descida do número de crimes registados. Na base da P.S.P. o número de vítimas com residência identificada é de 3.604, contra 3.684 vítimas sem informação do local de residência.

Quadro 17. Origem das vítimas de crimes de furto e roubo

Anos em análise	P.S.P.		G.N.R.	
	Vimaranenses	Visitantes	Vimaranenses	Visitantes
2009	1.002	259	914	126
2010	774	209	266*	42*
2011	609	155	--	--
2012	488	108	--	--
Total	2.873	731	1.180	168
Total de dados sem informação	3.684		3.077	

*Dados apenas referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março.

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

Os dados disponíveis da G.N.R., não têm grande representatividade, visto apenas se referirem ao ano de 2009 e a três meses de 2010. No entanto, juntando as duas informações, podemos concluir de forma prudente, da existência de uma tendência ao longo dos quatro anos em análise. O número de vítimas vimaranenses é superior, ao número de vítimas com residência fora do município. Esta premissa poderá estar relacionada com as extensões de deslocação dos munícipes bem como do número de furtos aos imóveis.

5.1.2. Categorias de crimes com maior número de registos

As várias categorias de crime de furto e de roubo que estão em causa e que foram exploradas são as que se seguem:

- furto de combustível em depósitos/máquinas agrícolas ou industriais;
- furto de metais não preciosos;
- furto de oportunidade/objetos não guardados;
- furto de veículo motorizado;
- furto em área anexa a residência;
- furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chave falsa;

- furto em edifício comercial ou industrial sem arrombamento, escalamento ou chave falsa;
- furto em estabelecimento de ensino com arrombamento, escalamento ou chave falsa;
- furto em outros edifícios com arrombamento, escalamento ou chave falsa;
- furto em residência com arrombamento, escalamento ou chave falsa;
- furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chave falsa;
- furto em supermercado;
- furto em veículo motorizado;
- furto por carteirista;
- outros furtos;
- outros roubos;
- roubo a pessoas na via pública (exceto esticção);
- roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito;
- roubo a ourivesarias;
- roubo a farmácias;
- roubo a outros edifícios comerciais ou industriais;
- roubo a posto de abastecimento de combustível;
- roubo a residência;
- roubo de viatura;
- roubo por esticção;
- roubo a transportes de valores;
- roubo em transportes públicos.

Foram analisadas 15 categorias de furto e 12 de roubo. Perante o vasto leque de variáveis exploradas, optamos por separar os dados dos crimes que foram registados entre 2009 e 2012, e compilar a informação num quadro tendo em conta as categorias de crimes com maior número de registos de queixas (Quadro 18).

A categoria dos crimes de furto em residência tem em consideração a soma do número de queixas com a categoria de furto em área anexa à residência, furto em residência com arrombamento, escalamento ou chave falsa e furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chave falsa. A união destas três categorias deve-se ao facto de todas elas estarem relacionadas com o espaço de habitação independentemente

do modo como foi operado o crime ou do local exato onde estava o(s) bem(s) furtado(s).

A outra categoria em que existiu compilação de informação foi a de furto em edifício comercial e/ou industrial, em que unimos o número de queixas existentes de furtos em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chave falsa e o furto em edifício comercial sem arrombamento, escalamento ou chave falsa. As restantes categorias foram trabalhadas individualmente visto não existir divisão semelhante da informação noutras categorias.

Quadro 18. Número de crimes registados pela G.N.R. e P.S.P. por ano de registo da queixa-crime e categoria

		Categoria do furto	G.N.R.	P.S.P.	Total
2009	Furto	Residência	254	274	528
		Edifícios	154	126	280
		De veículo	108	299	407
		Em veículo	372	723	1095
	Roubo	Por estição	15	49	64
		A pessoa na via pública		92	92
2010	Furto	Residência	371	163	534
		Edifícios	241	126	367
		De veículo	238	341	579
		Em veículo	415	397	812
	Roubo	Por estição	97	79	176
		A pessoa na via pública		94	94
2011	Furto	Residência	259	205	464
		Edifícios	160	140	300
		De veículo	152	267	419
		Em veículo	190	219	409
	Roubo	Por estição	43	43	86
		A pessoa na via pública		65	65
2012	Furto	Residência	227	175	402
		Edifícios	134	130	264
		De veículo	103	165	268
		Em veículo	85	195	280
	Roubo	Por estição	44	32	76
		A pessoa na via pública		30	30

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

5.1.2.1. Análise dos crimes de furto em residências

Os crimes de furto em residência seguidos dos crimes contra veículos motorizados são os que mais se destacam. Em 2009 existiam 528 registos de crimes de furto em residência no município de Guimarães, não existindo nesse ano relevante

diferença quanto ao número de queixas entre as duas F.S.. Na análise efetuada evidenciase que os registos/denúncias de queixas de furto em residências foram progressivamente diminuindo ao longo dos 4 anos em análise, salvo o ano de 2010 para a G.N.R. e o ano de 2011 para a P.S.P..

➤ **Polícia de Segurança Pública**

Se observarmos os dados relativos às freguesias, podemos verificar que existe um diferente volume de queixas entre a área da P.S.P. e da G.N.R.. Das doze freguesias patrulhadas pela P.S.P. existem quatro que se destacam (Quadro 19).

É o caso de Creixomil que ao longo dos anos tem variado entre o 1º lugar do *ranking* e o 2º lugar. A freguesia da Costa e de Fermentões que vêm posicionando-se ao longo dos anos em lugares cada vez mais cimeiros. A freguesia de Azurém merece uma chamada de atenção devido à sua constante variação, passando do 3º lugar em 2009, para o 1º em 2010, e em 2011 não apresenta valores elevados, mas em 2012 volta a posicionar-se em 3º lugar.

Quadro 19. *Ranking* das freguesias onde ocorreram maior número de furto em residência registados pela P.S.P.

P.S.P.	2009	2010	2011	2012
1º lugar	Creixomil (n=55)	Azurém (n=31)	Creixomil (n=45)	Costa (n=39)
2º lugar	Urgezes (n=37)	Creixomil (n=28)	Costa (n=29)	Creixomil (n=36)
3º lugar	Azurém (n=29)	Fermentões (n=16)	Mesão Frio (n=20)	Azurém (n=23)
4º lugar	Costa (n=27)	Costa (n=17)	Fermentões (n=19)	Fermentões (n=16)
5º lugar	Fermentões (n=21)	Mesão Frio (n=14)	Urgezes (n=18)	Urgezes (n=14)
Total	169	106	102	128

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. de Guimarães.

As cinco freguesias com maior número de queixas registadas em 2012 detêm um peso global superior a 73%. Analisando o quadro 19 é possível observar que em 2009 no total global de 274 queixas de furtos dentro das 12 freguesias patrulhadas pela P.S.P., 169 crimes sucederam nas freguesias que ocupam os do *ranking* registando-se este fenómeno ao longo dos anos em análise. Sendo deste modo notório o elevado

número de ocorrências registadas nestas freguesias, de entre as restantes sete patrulhadas pela P.S.P..

➤ **Guarda Nacional Republicana**

No caso das freguesias patrulhadas pela G.N.R. as localidades retratadas não evidenciam um peso tão significativo em relação ao global dos crimes de furtos a residências.

Quadro 20. *Ranking* das freguesias onde ocorreram maior número de furtos a residências registados pela G.N.R.

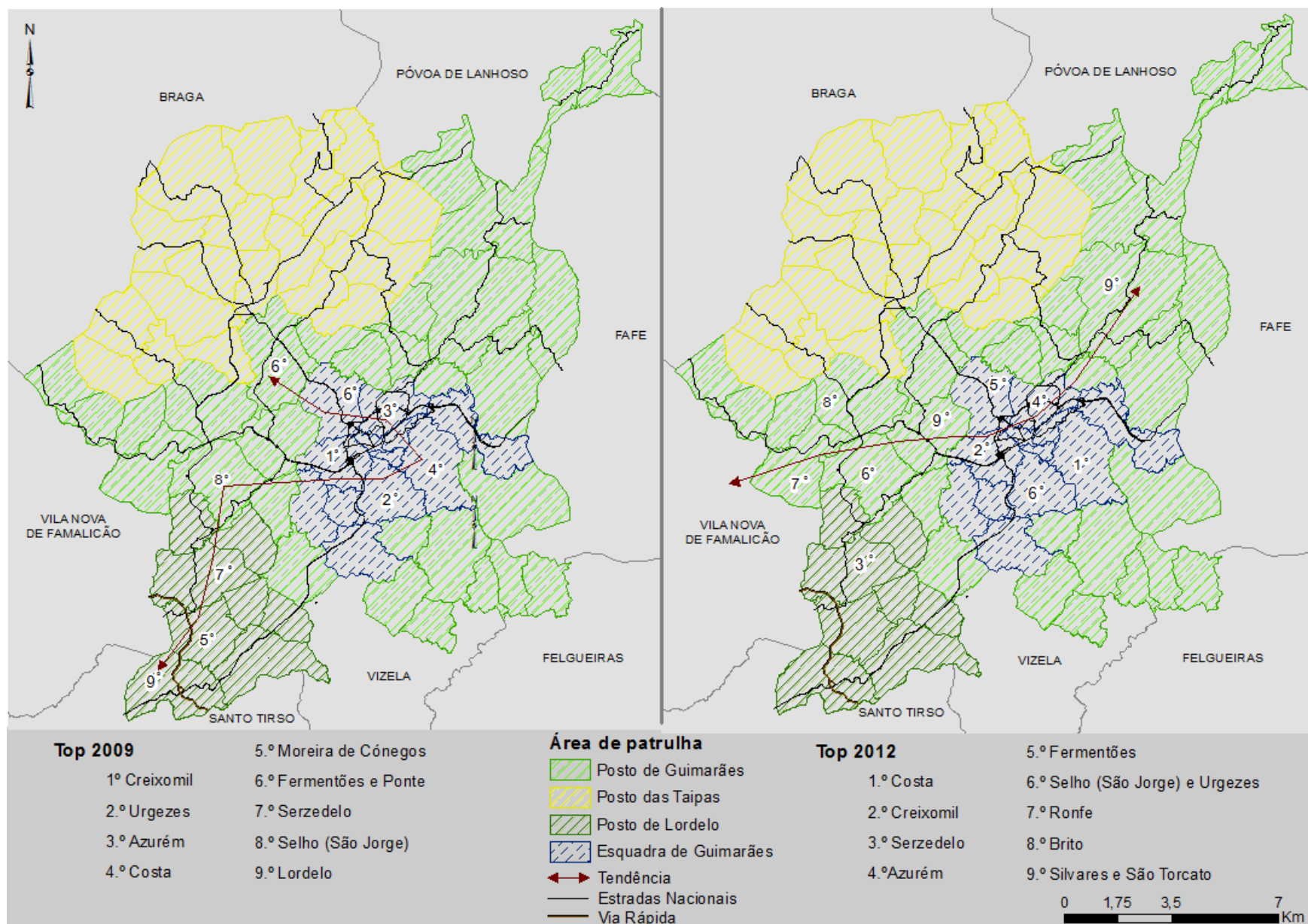
G.N.R.	2009	2010	2011	2012
1º lugar	Moreira de Cónegos (n=24)	Ponte (n=22)	Selho (São Jorge) (n=21)	Serzedelo (n=26)
2º lugar	Ponte (n=21)	Brito (n=20)	Lordelo (n=19)	Selho (São Jorge) (n=14)
3º lugar	Serzedelo (n=18)	Lordelo (n=19)	Silvares (n=17)	Ronfe (n=12)
4º lugar	Selho (São Jorge) (n=15)	Caldelas e Selho (São Lourenço) (n=17)	Brito (n=15)	Brito (n=11)
5º lugar	Lordelo (n=13)	Serzedelo (n=16)	Ponte (n=14)	São Torcato e Silvares (n=9)
Total	91	94	86	72

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela G.N.R. de Guimarães.

A única freguesia que vai ocupando os primeiros lugares ao longo dos 4 anos é Selho (São Jorge) que em 2009 ocupava o 4º lugar (n=15), passando para o 2º lugar em 2010, posição partilhada com a freguesia de Ponte (n=22). Em 2011 a freguesia de Selho (São Jorge) (n=21) está posicionada em 1.º lugar do *ranking*, passando em 2012 (n=14) para o segundo.

O grupo das cinco freguesias com maior número de registos/denúncias no conjunto dos dados da G.N.R. e da P.S.P., no ano de 2009 e em 2012 demonstra a existência de uma alteração do padrão do furto a residências (Figura 24).

Figura 24. Mapa de furto a residência por freguesia no ano de 2009 e 2012



Fonte: Elaboração própria a partir da C.A.O.P. e de dados fornecidos pelo Departamento de Geografia da Universidade do Minho, da G.N.R. e P.S.P.

Em 2012, as 10 freguesias com maior número de crimes (Figura 24) agregam um total de 58.471 vimaranenses – com base na população registada nos censos de 2011 – ou seja 37% do total da população, o que significa que os restantes 63% se distribuem por 59 freguesias (Anexo 13). As freguesias com maior número de habitantes à data dos censos de 2011 – Creixomil (n=9.641) e Azurém (n=8.348) – registam continuamente um elevado número de furtos a residências (Quadro 19). Este facto revela a existência de uma relação direta entre o número de habitantes e o número de furtos a residências, validando a terceira hipótese de trabalho da qual partimos. É nas freguesias que revelam uma maior concentração de população e de habitantes e uma variação positiva da sua população nas últimas décadas, que ocorreu o maior número de furtos a residências. Não é possível confirmar se tal aconteceu sobretudo nos lugares de construção habitacional mais recente.

A tendência verificada no ano de 2009 indica a existência de um padrão que engloba as freguesias do centro do município com um pendor para as freguesias do Sudoeste. Em 2012, os dados demonstram a existência de uma alteração no padrão da criminalidade, voltando-se do centro para as freguesias a Este do município. Tal facto deve-se à alteração das características sociais e económicas internas e externas ao município, e também poderá dever-se às dinâmicas de patrulhamento efetuadas pelas Forças de Segurança.

A alteração desta tendência verifica-se principalmente dentro das freguesias patrulhadas pela G.N.R., contribuindo de modo significativo as freguesias de Lordelo (n=13), Moreira de Cónegos (n=24) e Serzedelo (n=18) que em 2009 registavam valores tão elevados de crimes de furto a residência que lhes garantia a posição no top 5 das freguesias com mais crimes dentro da área da G.N.R. (Quadro 20). A tendência verificada acompanhava o sentido do interior do município de Guimarães em direção ao município de Santo Tirso. No ano de 2012 a tendência altera-se no sentido do município de Vila Nova de Famalicão, devido ao aumento de furtos a residências registados nas freguesias de Ronfe, Selho (São Jorge), Silvares e Brito.

A alteração do número de registos/denúncias de 2012, deve-se em primeiro lugar à diminuição drástica de furtos a residências verificada nas freguesias de Lordelo (n=7), Moreira de Cónegos (n=5) e Serzedelo (n=1). A alteração das técnicas de patrulhamento pode ser uma das explicações para a diminuição de furtos na área de intervenção do Posto de Lordelo. A outra explicação poderá estar relacionada com a diminuição da população residente, bem como o aumento da população desempregada

associado à perda do poder de compra (Anexo 12). Pelo contrário nas freguesias de Ronfe (n=12), Selho (São Jorge) (n=14), Silvares (n=9) e Brito (n=11), sentiu-se, em 2012, um aumento de furtos. A explicação para este fenómeno deve-se ao aumento do número de habitantes, ao aumento do desemprego, e em especial à alteração das instalações do Destacamento de Guimarães da freguesia de Oliveira do Castelo (centro da cidade) para São Torcato. A distância das Forças de Segurança, as boas acessibilidades (que permite um fuga rápida), associado ao aumento do desemprego (taxa de 14,26% em 2011) em especial no sexo masculino entre os 15 e os 34 anos (a taxa de desemprego registada no município de Guimarães em 2011 foi de 20,9%), e o crescente aumento da população, potenciaram a existência de oportunidades para o delito.

5.1.2.2. Análise aos crimes de furto em edifícios comerciais e/ou industriais

Os crimes de furto a edifícios comerciais e/ou industriais têm uma maior prevalência nas freguesias de São Paio, Creixomil, Oliveira do Castelo e Azurém, dentro da área da P.S.P. (Quadro 21). Este facto prende-se com a elevada oferta de bens e serviços proporcionados nas freguesias em causa.

Quadro 21. *Ranking* das freguesias onde ocorre maior número de furto em edifício comercial e/ou industrial registados pela P.S.P.

P.S.P.	2009	2010	2011	2012
1º lugar	Creixomil (n=21)	Creixomil (n=20)	Creixomil (n=22)	Creixomil (n=24)
2º lugar	São Paio (n=19)	Azurém e Costa (n=19)	São Paio (n=20)	Oliveira do Castelo (n=16)
3º lugar	São Sebastião (n=13)	Polvoreira (n=13)	Costa (n=14)	São Paio e Urgezes (n=14)
4º lugar	Candoso (Santiago) (n=11)	Fermentões (n=12)	Azurém (n=13)	Oliveira do Castelo (n=16)
5º lugar	Oliveira do Castelo (n=9)	Oliveira do Castelo, São Paio e São Sebastião (n=8)	Oliveira do Castelo e Urgezes (n=10)	Azurém (n=8)
Total	73	72	79	78

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. de Guimarães.

A freguesia de Creixomil destaca-se ao longo dos quatro anos em análise pelo elevado número de registos de furtos. Esta predominância poderá dever-se à localização

do “*GuimarãeShopping*”, bem como ao elevado número de lojas de serviços e comércio.

As freguesias de Silvares, Ponte e Selho (São Jorge) patrulhadas pela G.N.R. são as que detêm maior destaque de furtos a edifícios comerciais e/ou industriais ao longo de todos os anos em análise. Os parques industriais localizados em Ponte e Selho (São Jorge) influenciam a existência de um maior número de furto em edifício comercial e/ou industrial. O predomínio de um só tipo de ocupação numa área alargada segrega a estrutura morfológica, quebrando a existência de uma vigilância natural exercida em grande parte pelos residentes (Esteves, 1999).

Quadro 22. *Ranking* das freguesias onde ocorre maior número de furtos em edifícios comerciais e/ou industriais registados pela G.N.R.

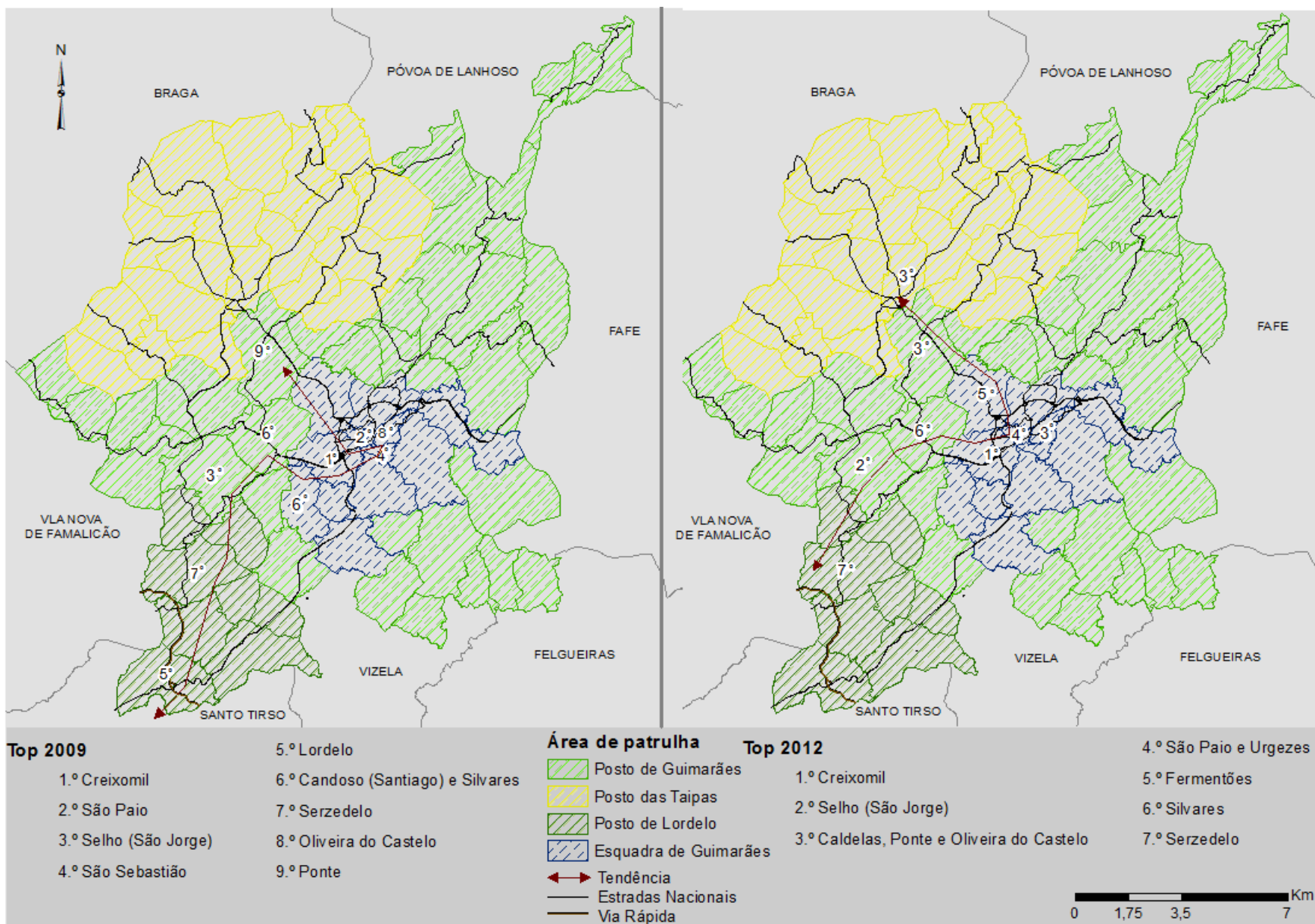
G.N.R.	2009	2010	2011	2012
1º lugar	Selho (São Jorge) (n=17)	Silvares (n=38)	Silvares (n=19)	Selho (São Jorge) (n=17)
2º lugar	Lordelo (n=12)	Selho (São Jorge) (n=26)	Ponte (n=16)	Caldelas e Ponte (n=16)
3º lugar	Silvares (n=11)	Ponte (n=22)	Selho (São Jorge) (n=15)	Silvares (n=9)
4º lugar	Serzedelo (n=10)	Lordelo (n=14)	Caldelas e Moreira de Cónegos (n=12)	Serzedelo (n=7)
5º lugar	Ponte (n=8)	Caldelas e Nespereira (n=12)	Ronfe (n=10)	Barco e Moreira de Cónegos (n=6)
total	58	112	72	55

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela G.N.R. de Guimarães.

Outro facto possível de análise prende-se com o pico de crimes na freguesia de Silvares em 2010. Uma das explicações mais plausíveis prende-se com a abertura do centro comercial “Espaço Guimarães” a 3 de novembro de 2009. Enquanto no de 2009 os crimes de furto a edifício comercial e/ou industrial se cifravam em 11, passando para os 38 em 2010, e voltando a descer em 2011 para os 19 furtos.

A união das cinco freguesias com maior número de registos de queixas/denúncias comprovam a existência de um padrão que parte do centro do município de Guimarães e que segue no sentido do município de Santo Tirso (Figura 25).

Figura 25. Mapa de furto a edifícios comerciais e/ou industriais por freguesia no ano de 2009 e 2012



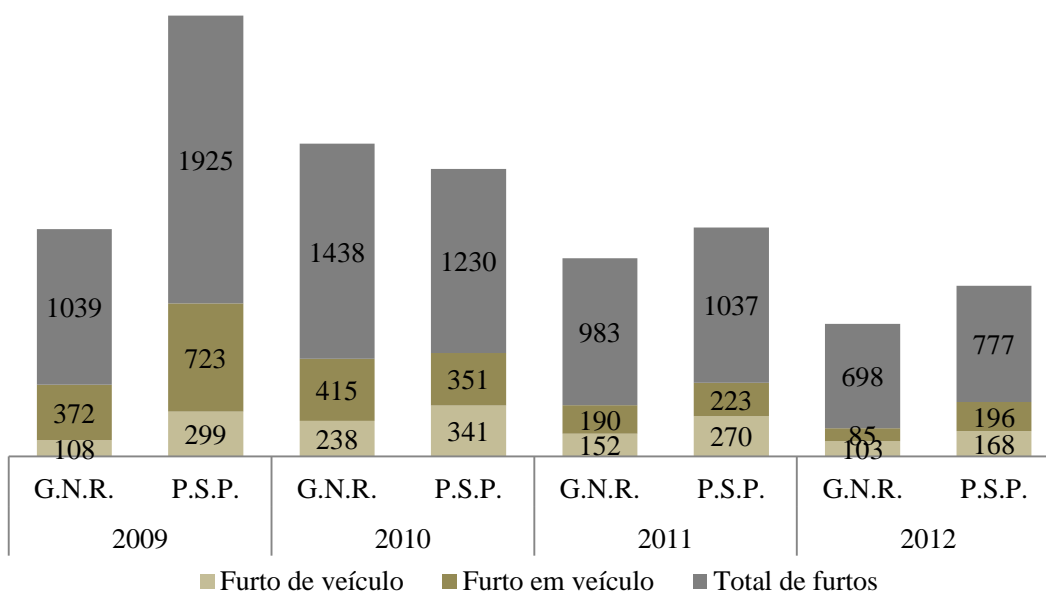
Fonte: Elaboração própria a partir da C.A.O.P. e de dados fornecidos pelo Departamento de Geografia da Universidade do Minho, da G.N.R. e P.S.P

As freguesias com maior número de registos de furtos a edifícios comerciais e/ou industriais são de um modo geral aquelas cuja oferta de bens e serviços é mais elevada. No entanto, temos de ter em consideração o facto de estarem servidas por uma boa rede viária, o que facilita ao delinquente a deslocação rápida entre as freguesias.

5.1.2.3. Análise aos crimes de furto em/de veículo motorizado

Como anteriormente foi mencionado, os crimes em veículo e a residência detêm um grande peso no total global de furtos. O número de registos de crimes de furtos de/em veículos motorizados foi baixando gradualmente ao longo dos quatro anos (Figura 24). Em termos globais, o município de Guimarães registou em 2009 a existência de 1.502 crimes de furto de/em veículos motorizados. Em 2010, o número de queixas registadas no município decaiu para as 1.345, voltando a baixar em 2011 para as 835 e em 2012 para as 552.

Figura 26. Crimes registados pela P.S.P. e G.N.R. por categoria e ano de registo da queixa-crime



Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela G.N.R. e P.S.P. de Guimarães.

A nível global, o município foi registando um decréscimo do número de queixas, mas em termos particulares, não sucedeu o mesmo. Entre 2009 e 2010, o número de queixas de furto de veículo motorizado registado pela G.N.R. aumentou das

108 para 238, voltando a descer em 2011 para as 152 queixas. O mesmo sucedeu nos crimes de furto em veículo registados pela G.N.R.: de 2009 para o ano de 2010 passaram das 372 queixas registadas para as 415, descendo no ano seguinte para as 190. Os registos apresentados pela P.S.P. sugerem uma tendência igual à registada pela G.N.R., existindo um aumento de crimes de furtos de/em veículos motorizados de 2009 para 2010 e nos seguintes anos os registos destas categorias de furto voltam a decair.

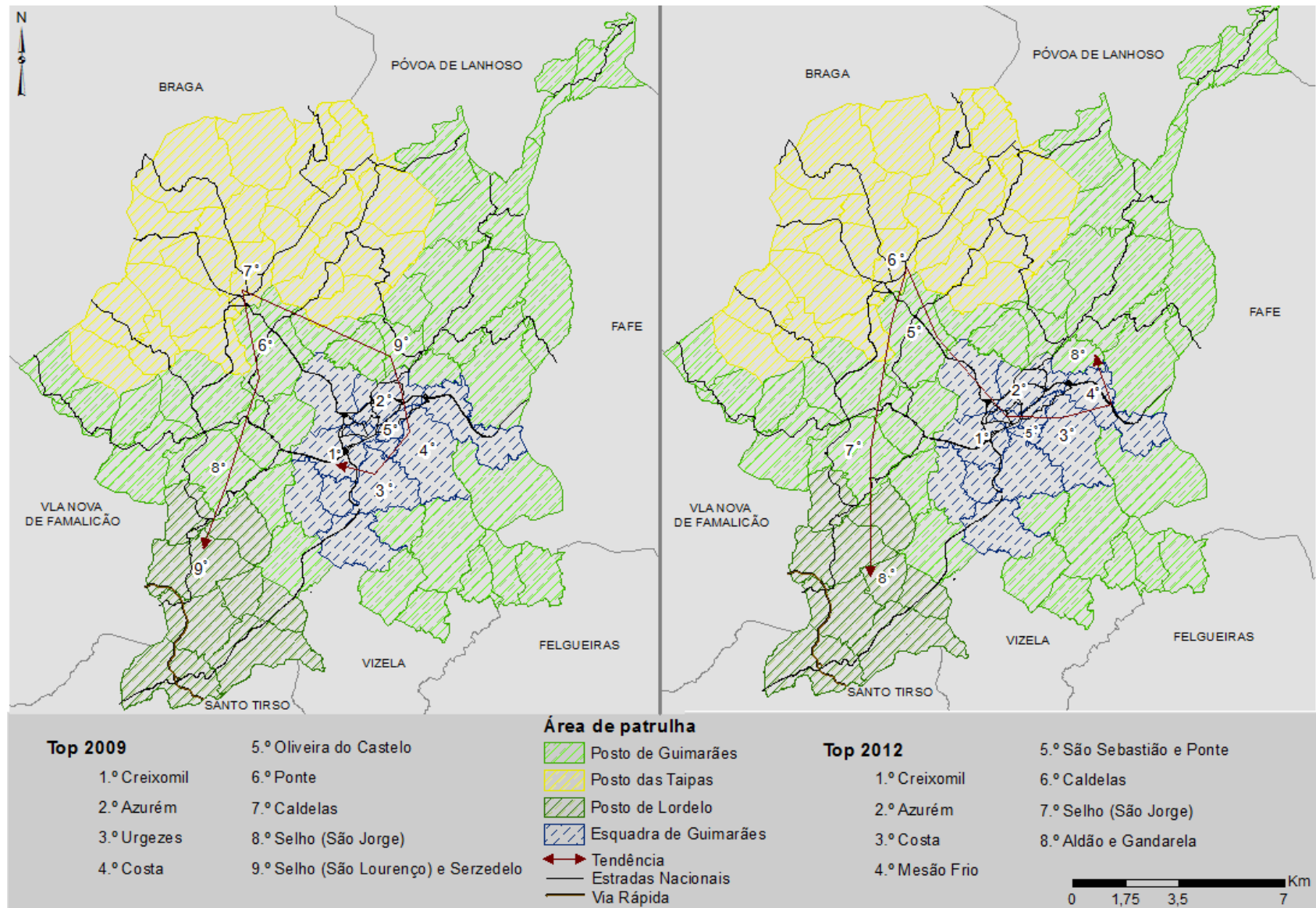
Desagregando a informação dos furtos de/em veículos motorizados até ao nível dos postos da G.N.R. que mais registo de queixas recebe, deparamo-nos com uma tendência da predominância dos registos dos crimes de furtos de/em veículos motorizados pelo posto da G.N.R. de Guimarães. Este posto apresentou sempre uma superioridade numérica de registos em todos os anos observados, em relação aos restantes dois postos.

Quanto ao crime de furto de veículo motorizado, os valores gerais entre o ano de 2009 e 2012 de queixas/denúncias são inferiores aos crimes de furto em veículo. No entanto, esta tendência geral, quando é analisada individualmente comprova a existência em 2012 de mais registos de furtos de veículos do que em veículos. No caso do posto de Lordelo já em 2010 existem mais registos de furtos de veículos (n=40) do que os registos de furtos em veículos (n=25). No posto das Taipas, em 2012, destacando-se 25 crimes tanto de furtos em veículos motorizados como de veículos motorizados.

Em termos gerais o número de queixas/denúncias de furto de/em veículo motorizado por freguesias assume um comportamento semelhante ao dos registos de furto em residência. Comprovando a influências direta entre o aumento da população residente e o número de desempregados no aumento da criminalidade, para além dos fatores assinalados anteriormente (Figuras 27 e 28).

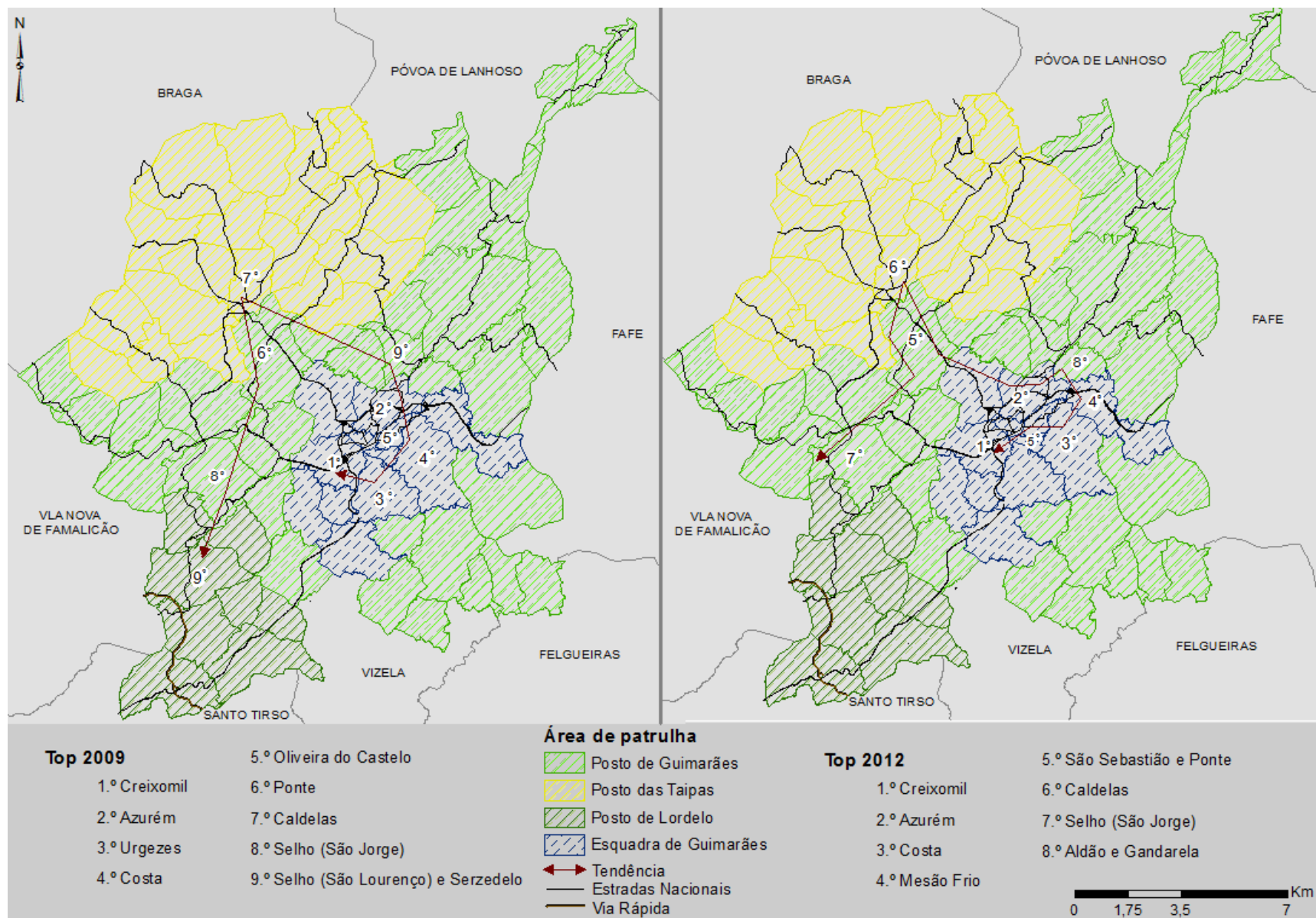
No caso dos furtos de veículos (Figura 28) a alteração da tendência entre 2009 e 2012, poderá estar relacionada com o aumento da terceirização do município de Vila Nova de Famalicão. O furto de veículos poderá ser na grande parte dos casos feito com o objetivo de praticar outros furtos em locais onde os alvos disponíveis estão em grande número (Quadro 5). Outro dado verificado prende-se com a relação existente entre o número de furtos de veículos e as redes viárias existentes. Nas freguesias onde existem estradas municipais existe uma maior propensão para os registos de furto de/em veículo motorizado.

Figura 27. Mapa de furto em veículo motorizado por freguesia no ano de 2009 e 2012



Fonte: Elaboração própria a partir da C.A.O.P. e de dados fornecidos pelo Departamento de Geografia da Universidade do Minho, da G.N.R. e P.S.P

Figura 28. Mapa dos furtos de veículos motorizados por freguesia no ano de 2009 e 2012



Fonte: Elaboração própria a partir da C.A.O.P. e de dados fornecidos pelo Departamento de Geografia da Universidade do Minho, da G.N.R. e P.S.P

5.1.2.4. Análise do crime de roubo por esticção

Um tipo de crime não está associado a um espaço específico do município, ainda que exista uma tendência para apresentar queixa quando se é vítima de crime às forças de segurança destacadas para o patrulhamento da freguesia/local em que se foi vítima. No caso específico do roubo por esticção aos transeuntes é notória a existência desta relação.

Nas Quadros 23, 24 e 25 é possível identificar um total de 83 vítimas residentes nas freguesias de patrulhamento da P.S.P., e dentro destas é possível determinar que 49 vítimas sofreram da subtração dos seus bens na freguesia onde residem, e as restantes 34 vítimas foram roubadas nas freguesias patrulhadas pela P.S.P. e residem também na mesma área de patrulha.

Quadro 23. Crimes de roubo por esticção declarados à P.S.P. entre 2009 e 2012, freguesia onde ocorreu o crime e freguesia de residência da vítima

2009		
Freg. do crime	Freg. da vítima	
Azurém	Fradelos	1
	Moreira de Cónegos	1
	Sem informação	1
Costa	Sem informação	3
	Sem informação e Cansoso (Santiago)	1
	São Torcato	1
Creixomil	Arões (São Romão)	1
	Azurém	1
	Balazar	1
	Creixomil	2
	Sem informação	4
	Urgezes	1
Fermentões	Fermentões	1
	Sem informação	2
Mascotelos	Mascotelos	2
Mesão Frio	Mesão Frio	1
	Sem informação	1
	São Paio	1

Oliveira do Castelo	Azurém	1
	Sem informação	1
	Oliveira do Castelo	1
	Serzedelo	1
	Urgezes	1
	Sande (Vila Nova)	1
Pencelo	Pencelo	1
Selho (S. Jorge)	Selho (S. Jorge)	1
São Paio	Fermentões e Ronfe	1
	São Paio	1
São Sebastião	Sem informação	1
	São Sebastião	1
	Serzedo	1
	Vermil	1
Urgezes	Creixomil	1
	Mesão Frio	1
(em branco)	Fermentões	1
	Sem informação	6

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. de Guimarães.

■ - Vítima residente em freguesia fora do município de Guimarães


Quadro 24. Crimes de roubo por esticção declarados à P.S.P. entre 2009 e 2012, freguesia onde ocorreu o crime e freguesia de residência da vítima (Continuação)

2010		
Freg. do crime	Freg. da vítima	
Azurém Azurém (Continuação)	Azurém	4
	Costa	1
	Creixomil	1
	Sem informação	5
Caldelas	Mesão Frio	1
Costa	Mesão Frio	1
	Sem informação	1
	Sem informação e Azurém	1
Creixomil	Costa	1
	Creixomil	10
	Fafe	1
	Golães	1
	Mascotelos	1
	Sem informação	6
	Ponte	1
	São Sebastião	1
	Abação (S. Tomé)	1
Fermentões	Creixomil	1
	Fermentões	1
	Sem informação	3
	Ponte	1
Mascotelos	Sem informação	1
	Pinheiro	1
Mesão Frio	Costa	1
	Mesão Frio	2
	Sem informação	1
Oliveira do Castelo	Azurém e Sem informação	1
	Mozelos e Travanca de Lagos	1
	Oliveira do Castelo	1
	Abação (São Tomé)	1
Pencelo	Sem informação	1
Polvoreira	Sem informação	1
Candoso (Santiago)	Sem informação	2

São Paio	Arcozelo	1
	Creixomil	1
	Sem informação	3
São Sebastião	Costa	1
	Polvoreira	1
	São Sebastião	1
	Sem informação	2
Urgezes	Sem informação	1
	Polvoreira	1
	São Mamede Este	1
	Urgezes	2
(em branco)	Coração de Jesus	1
	Sem informação	4
	Ronfe	1

2011		
Freg. do crime	Freg. da vítima	
Azurém	Azurém	1
	Caldelas	1
	Sem informação	2
Costa	Costa	4
	Sem informação	1
Creixomil	Creixomil	2
	Sem informação	2
	Candoso (S. Martinho)	1
	São Paio	1
	São Pedro de Veiga de Lila	1
Fermentões	Sem informação	1
Mascotelos	Sem informação	1
Mesão Frio	Sem informação	1
	São Torcato	1
Oliveira do Castelo	Mascotelos	1
	Sem informação	1
	Oliveira do Castelo	1
Polvoreira	Sem informação	1
Candoso (Santiago)	Sem informação	1
São Paio	Azurém	3
	Creixomil	1
	Sem informação	4


Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. de Guimarães.

 - Vítima residente em freguesia fora do município de Guimarães

Quadro 25. Crimes de Roubo por esticção declarados à P.S.P. entre 2009 e 2012, freguesia onde ocorreu o crime e freguesia de residência da vítima (Conclusão)

2011 (Conclusão)		
Freg. do crime	Freg. da vítima	
São Sebastião	Costa	
	Creixomil	
	Ruivães	
	São Paio	
	São Sebastião	
Urgezes	Urgezes	
(em branco)	Sem informação	
2012		
Freg. do crime	Freg. da vítima	
Costa	Costa	
	Fermentões	
	Sem informação	
	Polvoreira	
	Selho (São Jorge)	
Creixomil	Creixomil	
	Mesão Frio	
	Sem informação	
	Oliveira do Castelo	
	São Paio	
	Tagilde	
Oliveira do Castelo	Sem informação	
	Oliveira do Castelo	
São Paio	Creixomil	
	Sem informação	
	São Paio	
São Sebastião	Costa	
Urgezes	Sem informação	
	Urgezes	
(em branco)	Sem informação	

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. de Guimarães.

 - Vítima residente em freguesia fora do município de Guimarães

No caso da freguesia de Creixomil, existem 25 vítimas de crimes registadas ao longo dos 4 anos em análise, das quais 18 foram vítimas do crime de roubo por esticção na sua freguesia de residência, e as restantes 7 foram vítimas noutras freguesias patrulhadas pela P.S.P..

O total de vítimas que residem nas outras freguesias do município e sofreram de subtração dos seus bens através do roubo por esticção, são significativamente mais

baixas. São assinaladas em 4 anos 20 vítimas que residem no município de Guimarães, mas que não pertencem às freguesias de patrulhamento da P.S.P..

Quadro 26. Número de vítimas de roubo por esticção nas freguesias patrulhadas pela P.S.P. registadas entre 2009 e 2012

Freguesias patrulhadas pela P.S.P.	Freguesia da ocorrência do crime igual à freguesia de residência	Freguesia de residência diferente da freguesia de ocorrência do crime
Azurém	5	4
São Sebastião	3	1
São Paio	1	4
Oliveira do Castelo	4	1
Costa	5	6
Mesão Frio	1	3
Fermentões	4	2
Creixomil	18	7
Urgezes	6	1
Polvoreira	0	3
Mascotelos	2	2
Total	49	34

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. de Guimarães.

Existem apenas dois registos de queixas em que o crime e a vítima não estão abrangidos pela área de patrulha da P.S.P.. Este baixo número dá-nos a pista necessária para poder afirmar que a maioria das vítimas dos crimes de roubo por esticção apresenta queixa junto das forças policiais da sua área de residência, ou da área de residência onde ocorreu o crime.

As categorias dos roubos com maior número de queixas apresentam valores baixos, tendo em consideração o total da população do município de Guimarães (157.214 habitantes), e não podemos esquecer que de entre as vítimas nem todas são residentes no município o que baixa ainda mais as cifras dos crimes sobre os municípios.

5.1.3. Informações dos crimes de furto e roubo

Os crimes praticados estão inseridos num contexto temporal, local e por vezes social. As informações da ocorrência das infrações dão-nos pistas importantes da tendência existente no município para a ocorrência do tipo de delitos em estudo.

5.1.3.1. Mês

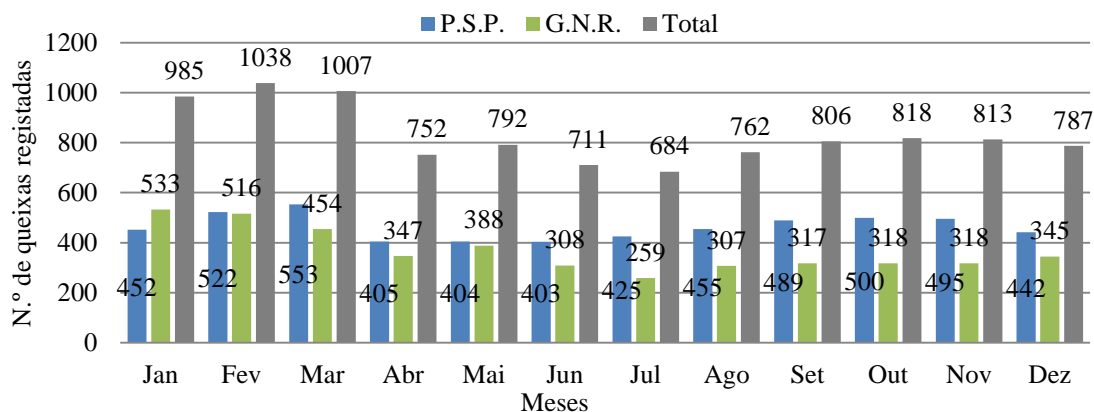
Em termos mensais no período decorrente dos quatro anos transatos, os crimes de furtos e roubos registados pela G.N.R. tem números diferentes dos registados pela P.S.P..

➤ Total de furtos e roubos

Os meses com maior número de queixas registadas pela G.N.R. são os de janeiro (n=533) e fevereiro (n=516), no caso da P.S.P. são os meses de março (n=553) e fevereiro (n = 522). Os meses com menos registos de queixas no caso da G.N.R. são agosto (n=307) e julho (n=259), no caso da P.S.P. são junho (n=403) e maio (n=404).

A tendência verificada pela G.N.R. entre o ano de 2009 e 2012 é uma quebra no número de queixas/denúncias entre os meses de janeiro até abril (Figura 29), seguindo-se uma subida no mês de maio. No entanto, nos meses de junho e julho volta a descer progressivamente o número de queixas, voltando a verificar-se uma propensão positiva no número de queixas entre os meses de agosto e dezembro.

Figura 29. Total de crimes de furto e roubo registados pela G.N.R. e P.S.P. entre 2009 e 2012 por mês da ocorrência do crime



Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

No caso da P.S.P. a tendência é diferente, o número de queixas são elevadas entre janeiro e março. Nos meses entre abril e junho o número de queixas desce, para voltar a registar-se um aumento do número de queixas entre julho e outubro. Nos meses de novembro e dezembro voltam a descer o número de queixas.

Ao comparar os dados em termos globais o município registou entre 2009 e 2012 e os meses de janeiro e março um pico quanto ao número de queixas. De março (n=1.007) para abril (n=752), o número de queixas diminui, mas no mês de maio

(n=792) voltam a subir. Entre os meses de junho (n=711) e julho (n=684) o número total de queixas atinge o número mais baixo, a partir de agosto e outubro o número de queixas vai subindo gradualmente para voltar a descer ligeiramente entre os meses de novembro e dezembro.

Uma das hipóteses levantadas para a existência de um pico de queixas entre janeiro (n=985), fevereiro (n=1.038) e março (n=1.007) prende-se com os períodos festivos celebrados no mês de dezembro e fevereiro. A saída de casa para passar as festas de Natal, Ano Novo e Carnaval com familiares, amigos ou em outros locais, associada ao menor número de horas de sol, ao ambiente frio e húmido que obriga ao aconchego da população nas suas residências resulta numa diminuição da vigilância natural dos espaços exteriores.

➤ Guarda Nacional Republicana

Outra tendência existente ao analisar os dados das queixas registadas prende-se com a diminuição em termos gerais do número de queixas de furtos entre os meses de março e julho (Quadro 27), comprovando a existência da influência atenuadora da vigilância natural exercida pelos vizinhos ou transeuntes.

Quadro 27. Categorias de furtos registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. por mês da ocorrência do crime

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Furto de metais não preciosos	10	7	3	3	4	0	2	2	2	1	1	2
Furto de oportunidade	2	3	3	0	0	1	2	2	1	2	1	2
Furto por carteirista	4	7	6	6	8	0	8	8	7	1	2	7
Furto em residência	107	138	108	78	98	93	50	85	82	77	106	85
Furto em edifício comercial e/ou industrial	64	76	86	50	74	51	29	53	35	48	58	62
Furto de veículo motorizado	75	78	66	59	52	43	31	32	52	44	29	37
Furto em veículo motorizado	163	147	94	99	86	60	59	72	71	72	64	75
Outros furtos	1	2	3	1	2	0	1	0	1	1	0	0
Furto sem identificação	71	40	46	40	51	44	66	31	36	38	35	60
Total de furtos	497	498	415	336	375	292	248	285	287	284	296	330

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela G.N.R. de Guimarães.

O furto em residência, e de/em veículo motorizado entre os meses de março e julho foram diminuindo gradualmente ao longo dos meses. Neste período temporal do

ano o número de horas diurnas são cada vez maiores e a temperatura vai aumentando gradualmente. Todos estes fatores favorecem o aumento da atividade social e o usufruto dos espaços ao ar livre, aumentando assim a vigilância existente nos espaços usados pela população, estando entre eles a residência (Quadro 27).

No mês de agosto a vigilância natural de uma forma tendencial diminui e uma das hipóteses levantadas para um aumento do número de queixas nestes meses está relacionada com o período de férias que abrange grande parte da população. A ausência das pessoas das suas residências por um tempo prolongado ou durante muitas horas do dia, fragiliza as naturais teias de vigilância e ´segurança` promovidas pela comunidade residente. Mas não são apenas residências furtadas mais em agosto, também os edifícios comerciais e industriais são alvo de furto, visto estarem encerrados devido ao período de férias dos funcionários.

➤ Polícia de Segurança Pública

Esta tendência tão acentuada verificada nos dados da G.N.R. não é tão evidenciada nos dados da P.S.P., pois as várias categorias dos crimes não demonstram uma inclinação tão prolongada no tempo (Quadro 28).

Quadro 28. Categorias de furtos registados entre 2009 e 2012 pela P.S.P. por mês da ocorrência do crime

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Furto de oportunidade	1	3	1	1	4	5	3	2	4	1	1	3
Furto de veículo motorizado	99	116	108	66	60	62	83	89	108	101	94	92
Furto em veículo motorizado	106	161	149	112	91	89	136	132	144	139	142	92
Furto de combustível	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Furto de metais não preciosos	0	2	1	1	0	3	1	0	0	1	0	1
Furto em residências	70	85	76	63	71	60	45	76	85	57	62	67
Furto em edifício comercial e/ou industrial	57	49	82	40	65	59	13	36	39	60	53	51
Furto em estabelecimentos de ensino	2	7	1	2	6	7	1	4	4	4	3	1
Furto em supermercado	3	8	6	9	3	10	2	4	8	4	2	5
Furto por carteirista	11	10	10	18	16	13	17	25	10	15	12	24
Outros furtos	63	41	66	61	49	48	51	42	41	58	54	46
Total de furtos	413	482	500	373	365	356	373	410	443	447	424	383

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. de Guimarães.

No furto em edifício comercial e/ou industrial a tendência de diminuição apenas se verifica entre maio e agosto. No caso de furto a residências o número de queixas ao longo dos meses vai oscilando, não apresentando nenhuma tendência de diminuição ou aumento de queixas.

No caso do furto de/em veículo motorizado a partir do mês de fevereiro até junho o número de queixas vai caindo gradualmente, mas a partir de junho até setembro o número de queixas registadas foi aumentando, em especial nos meses de julho, agosto e setembro (Quadro 28). Este facto poderá dever-se com afluência de um maior número de turistas à cidade, alargando a existência de alvos/vítimas neste tipo de crimes.

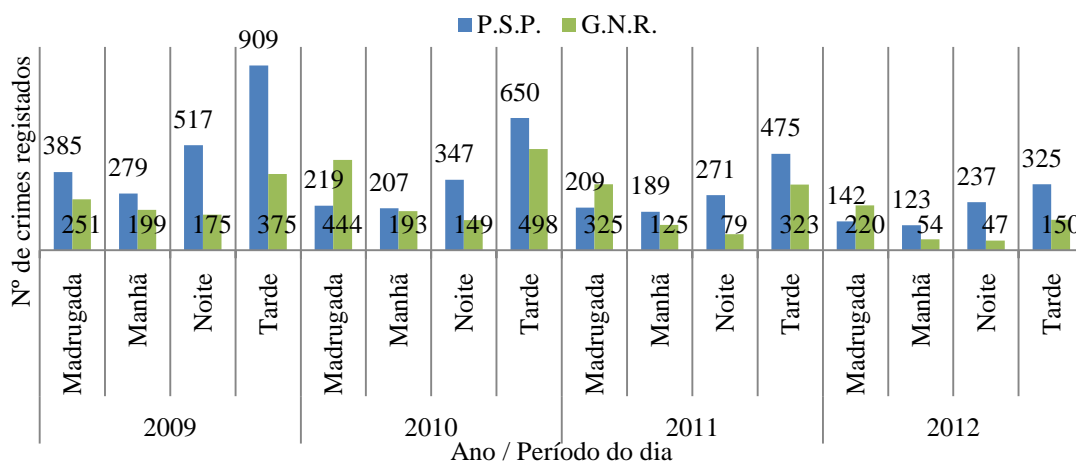
5.1.3.2. Período do dia

O dia está dividido em quatro períodos de análise, sendo que a madrugada corresponde ao horário das 00h às 08h:59m, a manhã ao horário das 09h às 12h:59m, a tarde entre as 13h e as 19h:59m e por fim a noite entre as 20h e as 23h:59m.

➤ Total de furtos e roubos

Na Figura 30 é possível analisar em termos gerais o período do dia que maior influência tem para a prática dos crimes. No caso dos crimes registados pela P.S.P. de Guimarães a ocorrência dos crimes é predominantemente no período da tarde seguido pelo período da noite. Os crimes registados pela G.N.R. têm uma predominância temporal nos períodos da tarde e de madrugada.

Figura 30. Crimes de furto e roubo registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por período do dia e ano de ocorrência do crime



Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

➤ Polícia de Segurança Pública

O número de furtos aumenta nos períodos temporais que representam, em grande parte, a ausência de pessoas nos espaços. No caso do furto em edifício comercial e/ou industrial são praticados maioritariamente entre os períodos da noite e de madrugada, períodos de tempo onde está encerrada a maioria dos edifícios (Quadro 29).

Quadro 29. Categorias de furtos registados entre 2009 e 2012 pela P.S.P. por mês da ocorrência do crime

	Madrugada	Manhã	Tarde	Noite	s.d.
Furto de oportunidade	2	3	19	6	0
Furto de veículo motorizado	182	103	439	352	6
Furto em veículo motorizado	264	165	597	465	2
Furto de combustível	1	0	3	0	0
Furto de metais não preciosos	2	2	3	2	1
Furto em residência	83	234	384	111	5
Furto em edifícios comerciais e/ou industriais	229	39	188	170	4
Furto em estabelecimentos de ensino	7	5	17	12	1
Furto em supermercado	4	8	39	15	1
Furto por carteirista	17	74	77	13	0
Outros furtos	72	119	278	139	12
Total de furtos	958	752	2.037	1.285	32

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. de Guimarães.

O furto em residência predomina nos períodos da manhã (n=234) e da tarde (n=384), em relação aos ocorridos durante a noite (n=111) e madrugada (n=83). Também no caso dos furtos em residências verifica-se uma relação entre a ausência de pessoas das habitações com a existência de uma maior tendência para os crimes de furto. Deste modo, os dados comprovam que dentro da jurisdição da P.S.P. a hipótese de trabalho relacionada com o preconceito de que, a maior ocorrência de crimes de furto e roubo em residência é durante a noite/madrugada, confirmasse nula. O furto/roubo em residência é predominante no período da manhã (n=234) e tarde (n=384), e em edifício comercial e/ou industrial de madrugada (n=229) (Quadro 28).

➤ Guarda Nacional Republicana

No caso dos dados da G.N.R. existe um grande número de crimes de furtos sem identificação do período temporal em que ocorreram, como é o caso do furto em residência (n=311), e os furtos em edifício comercial e/ou industrial (n=145). Apesar da cautela necessária ao analisar os números as evidências comprovam a relação existente

entre espaços vigiados com menos crimes e espaços não vigiados com tendência para ocorrerem mais crimes.

Os dados disponíveis demonstram a existência de um pico de furto em veículo motorizado durante o período da tarde (n=435), no furto de veículo motorizado os registos demonstram uma prevalência da madrugada (n=303) entre os anos de 2009 e 2012. O furto em edifício comercial e/ou industrial prevalece durante a madrugada (n=337), em detrimento da noite (n=33).

No furto em residência os registos apontam para um predomínio de ocorrência de madrugada (n=200) e de tarde (n=362). Perante esta situação a nossa hipótese de trabalho do predomínio de ocorrência de crimes de furto e roubo em residência ser durante a noite/madrugada, apenas se demonstra válida em relação a um período temporal, visto ser baixo o registo de crimes de furtos ocorridos de noite (n=71). No entanto, a hipótese de trabalho não pode ser corroborada devido ao facto de estarmos a trabalhar com uma margem de erro de 331 registos e tendo em consideração o padrão demonstrado pelos registos de ocorrências da P.S.P., decidi-mos também neste caso considerar como nula esta hipótese.

Quadro 30. Categorias de furtos registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. por mês da ocorrência do crime de furto

	Madrugada	Manhã	Tarde	Noite	s.d.
Furto de metais não preciosos	10	5	7	0	15
Furto de oportunidade	2	2	6	2	7
Furto por carteirista	3	19	30	8	4
Furto em residência	200	167	362	71	311
Furto em edifício comercial e/ou industrial	337	67	107	33	145
Furto de veículo motorizado	303	52	123	57	66
Furto em veículo motorizado	216	147	435	194	70
Outros furtos	4	0	1	1	5
Furto sem identificação	148	82	132	48	153
Total de furtos	1.224	541	1.203	414	776

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela G.N.R. de Guimarães.

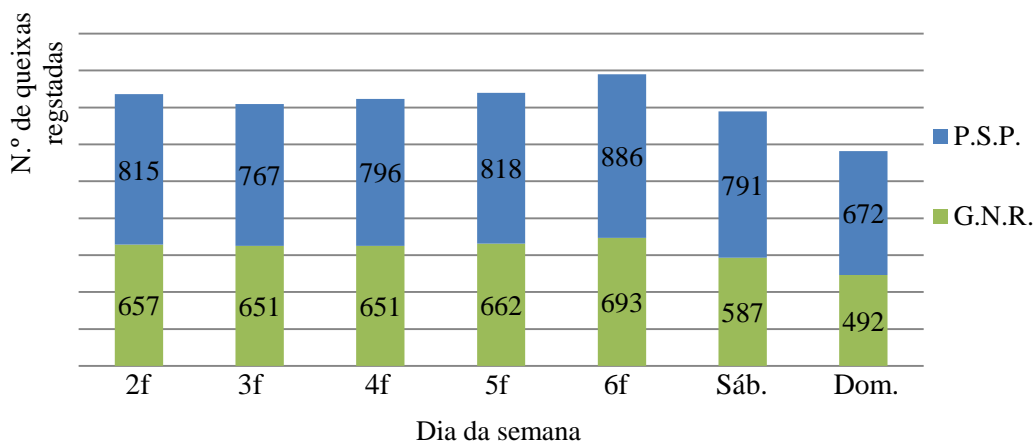
A generalidade dos crimes no município de Guimarães ocorre no período da tarde entre as 13h e as 19h:59m. Este padrão temporal deve-se em parte à ausência prolongada de indivíduos das habitações, ao estacionamento dos veículos em parques/ruas sem vigilância, à maior agitação nas ruas de pessoas a dirigirem-se para o local de trabalho, escola, serviços públicos, etc..

5.1.3.3. Dia da semana

Esta informação tal como as anteriores são importantes, dão-nos tendência dos crimes, e ajudam a perceber qual a influência do cidadão para determinar a diminuição ou o aumento do número de crimes.

Ao analisar o total de crimes de furto e roubo registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. presentes na Figura 31, podemos destacar a existência de um pico de crimes de roubo e furto ocorridos na sexta-feira, e um menor número de ocorrências ao domingo.

Figura 31. Total crimes de furto e roubo registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por dia da semana



Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

Ao particularizarmos a informação, percebemos a existência de algumas oscilações, entre os dias correspondentes à semana e aos dias de fim de semana. Entre os anos de 2009 e 2012 a P.S.P. tem um maior número de registos de ocorrências de furtos à sexta-feira, e roubos ao sábado. O dia com menos crimes de furtos registados é domingo, e de roubos é a quinta-feira (Quadro 31).

No caso da G.N.R., os crimes de furto também ocorrem em maior número à sexta-feira. Já os crimes de roubo têm o seu pico à quinta-feira. Os dias da semana com menor registo de ocorrência de furto é o domingo e no caso dos roubos é o sábado.

Quadro 31. Crimes de roubo e furto registados pela G.N.R. e P.S.P. por dia da semana

Dia da semana	Tipo de crime	P.S.P.	G.N.R.
Segunda-feira	Furto	732	614
	Roubo	83	43
Terça-feira	Furto	694	614
	Roubo	73	37
Quarta-feira	Furto	715	608
	Roubo	81	43
Quinta-feira	Furto	746	616
	Roubo	72	46
Sexta-feira	Furto	806	651
	Roubo	80	42
Sábado	Furto	683	561
	Roubo	108	26
Domingo	Furto	593	462
	Roubo	79	30

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

Apesar da uniformidade aparente, os dados revelam a existência de uma relação já anteriormente referenciada. Quanto mais pessoas há a circular nas ruas mais propensão existe para os crimes de roubo, em especial nas categorias de roubo a pessoas na via pública e no roubo por esticção (Quadro 32).

Quadro 32. Crimes de roubo por categoria no dia de sábado entre 2009 e 2012

Dia da semana / Roubo / categoria de roubo	P.S.P.
Sábado	108
Outros roubos	5
Roubo a ourivesarias	1
Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais	2
Roubo a pessoas na via pública (exceto esticção)	57
Roubo em residência	3
Roubo de viatura	2
Roubo em transportes públicos	1
Roubo por esticção	37

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. de Guimarães.

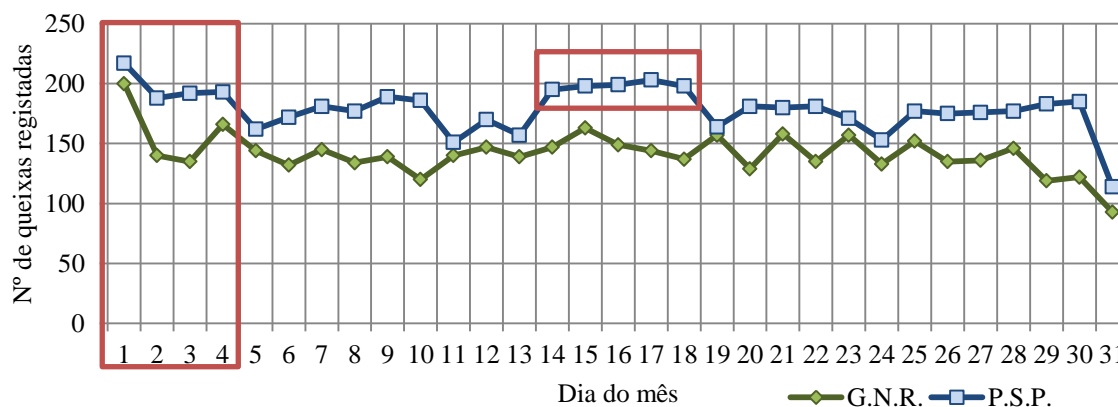
5.1.3.4. Dia do mês

O dia do mês em que ocorrem mais furtos pode-nos dar a relação existente entre a falta de dinheiro do criminoso e a sua necessidade de suprimir essa falha. Segundo Zaubermen (2010) os crimes contra a propriedade são praticados tanto nas sociedades mais ricas como nas mais pobres e a génese do crime diz respeito à

desigualdade criada dentro da mesma sociedade. Os ladrões agem perante dois fatores, a necessidade e a ocasião.

Analisando os dados em termos de dias do mês podemos verificar a existência ao longo dos 4 anos em análise de um ligeiro aumento de ocorrências na área da P.S.P. entre os dias 1 e 4 e mais tarde entre os dias 14 e 18 (Figura 32). Este facto poderá estar associado ao crime por necessidade sucedido em períodos de oportunidade (Zaubermen, 2010). O ditado popular refere em boa verdade que “a ocasião faz o ladrão”, e em muitos dos casos a criminalidade é explicada pela ausência de “guardiões”, a presença de bens de valor para o infrator, e a motivação para a subtração do objeto. A estrutura do processo é simples, no entanto o que determina o ato de subtrair é o carater e/ou necessidade do delinquente.

Figura 32. Total crimes de furto e roubo registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por dia do mês

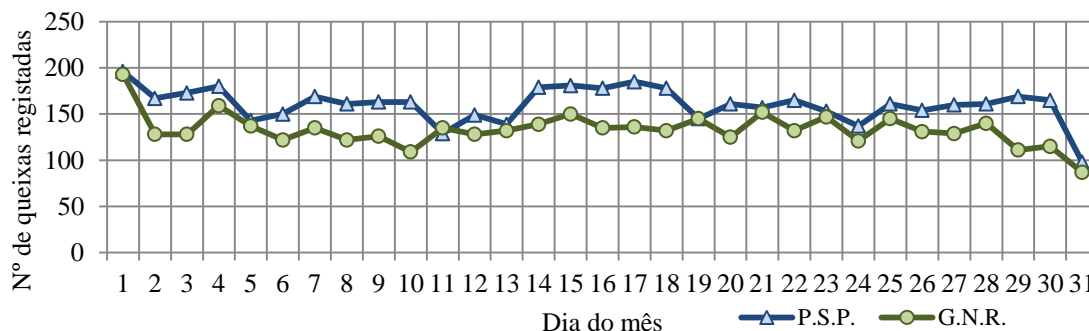


Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

Outro facto verificado é a baixa ocorrência de crimes no dia 31, este é justificado pela existência de 7 meses com 31 dias no ano (Figuras 32, 33 e 34).

No caso das ocorrências de furtos registados pela G.N.R. e P.S.P. não demonstram nenhuma tendência predominante, estas vão oscilando ligeiramente ao longo dos dias (salvo as exceções anteriormente abordadas). (Figura 33).

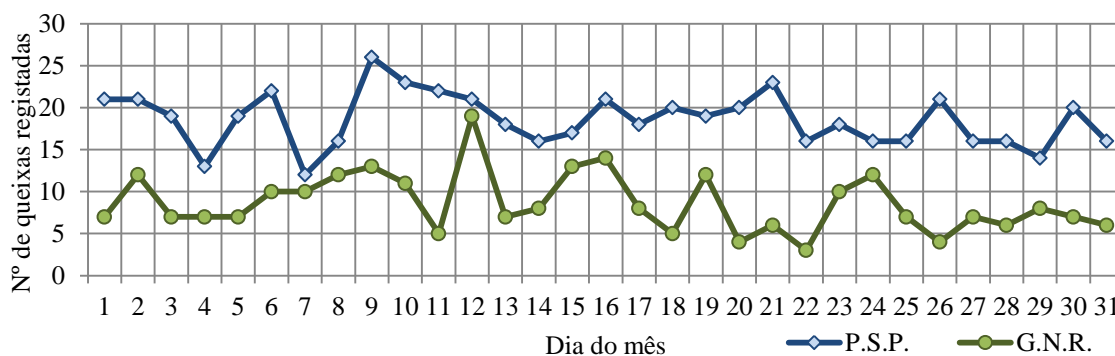
Figura 33. Total de crimes de furto registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por dia do mês



Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

Os crimes de roubo não registam qualquer homogeneidade e vão sofrendo oscilações em alguns casos acentuadas ao longo dos dias. Apesar dessa discrepância, é notória a existência de uma maior oscilação de queixas registadas nos primeiros 15 dias mensais no caso da P.S.P.. No caso da G.N.R. as oscilações são mais acentuadas entre os dias 11 e 25 (Figura 34).

Figura 34. Total de crimes de roubos registados entre 2009 e 2012 pela G.N.R. e P.S.P. por dia do mês



Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados fornecidas pela P.S.P. e G.N.R. de Guimarães.

5.1.4. Notas conclusivas

Ao longo deste capítulo cinco fomos analisando as características dos dados da nossa área em estudo sobre os crimes de furto e roubo, tendo em consideração as particularidades e limitações das duas bases de informação em estudo. Importa também salientar que todos os dados divulgados devem ser observados de forma cautelosa visto que em alguns casos se tratarem de dados provisórios.

As hipóteses que foram sendo levantadas ao longo do capítulo são corroboradas por muitos autores nos seus trabalhos realizados sobre este tema. De um modo geral fomos falando nas consequências da falta de vigilância natural nos furtos, em particular a residências, a edifícios ou de/em veículos.

Segundo Esteves (1999), a utilização dos espaços influencia a existência de um bom ou fraco controlo social. A autora retrata as características dos crimes anteriormente abordados e como são determinantes para a prática dos crimes de furto ou roubo.

Se existem espaços com predominância de um padrão de ocupação, como a residencial, a industrial, a de serviços ou a de comércio cria-se uma estratificação dos espaços e esta divisão espacial não é positiva. Quando se trata de uma área residencial, esta tem picos de ocupação, como o período da manhã antes de ir trabalhar e no fim do dia após o regresso do expediente. Se adicionarmos dos anteriores fatores a existência de uma reputação de rua/bairro de um elevado estatuto socioeconómico, o alvo torna-se ainda mais atraente. Segundo Esteves (1999) o elevado estatuto dos espaços residenciais “constitui bons alvos para a prática de assaltos a casas, durante a noite, ao passo que as áreas comerciais e de serviços são propícias aos roubos/furtos em estabelecimentos nas horas noturnas e aos roubos por esticção a transeuntes durante o dia” (Esteves, 1999: 122). No caso dos espaços ocupados pelas atividades ligadas ao comércio, indústria ou serviços, o pico de apropriação dos espaços acontece durante as horas de trabalho, o que corresponde a parte do período da manhã e da tarde. Durante a noite/madrugada apenas ficaram naquelas áreas alguns residentes que possam lá habitar (Esteves, 1999; Beato *et al.*, 2004).

No que se refere aos dados específicos do município de Guimarães corroboram as anteriores afirmações. A P.S.P. e a G.N.R. receberam maior número de queixas de furtos a edifícios comerciais/industriais no período da madrugada entre as 00h e as 08h:59m. No caso dos furtos a residência o predomínio é entre as 13h e as 19h:59m (tarde), período este associado à ausência de guardiões naturais. Outro dado ressaltado anteriormente prende-se com o elevado número de furtos ocorridos ao sábado. Segundo Esteves (1999) os assaltos a pessoas são predominantes nos espaços dedicados ao prazer/bem-estar, como parques, recintos desportivos, piscinas, etc., aos fins de semana e feriados, dias em que as pessoas usufruem de tempo para descontrair e se divertir.

Já mencionamos a importância da vigilância exercida naturalmente, mas o facto é que esta é preponderante no combate ao crime. Os atos predatórios exercidos pelos delinquentes ocorrem essencialmente quando se sucede a união de três fatores: a existência de um ofensor motivado; um alvo disponível; a ausência de guardiões. Quando Clarke e Felson mencionam guardiões não se referem aos elementos da força de segurança “que raramente estão por perto para descobrir os crimes no ato, mas antes os vizinhos, os amigos, os parentes, os transeuntes ou o proprietário do objeto visado” (Clarke e Felson, 1993: 3 citado por Beato *et al.*, 2004: 75). Os ofensores são motivados para a prática do crime quando existe um bem ou pessoa que ostente valor(es) atrativo(s) para correrem o risco de serem detetados durante/após a prática do crime. A estrutura organizacional dos espaços, a presença ou não de espaços verdes, a existência de grande número de habitações coletivas, a disposição dos imóveis é determinante para a prática de delinquência (Esteves, 1999). Se formos ter em consideração os dados anteriormente analisados, a incidência da criminalidade recai em grande parte sobre as freguesias com maior número populacional e com maior oferta de bens e serviços. O maior número de oferta é propiciador à existência de um maior número de crimes de furto e roubo sobre as pessoas que frequentam aqueles espaços.

Um dos motivos para a existência de um maior número de crimes nas áreas urbanas em detrimento das áreas rurais prende-se com a fragilidade do elemento social. “O problema da segurança nas cidades está relacionado com o enfraquecimento dos mecanismos habituais de controlo exercidos naturalmente pelas pessoas que vivem nos espaços urbanos” (Beato *et al.*, 2004: 74).

Zauberman no seu artigo “Os crimes contra a propriedade: Uma síntese dos trabalhos europeus” (2010) aborda o tema da criminalidade associando-o em parte às classes jovens desempregadas. Segundo o autor, a maioria dos criminosos são jovens do sexo masculino motivados pela necessidade de posse. Segundo Krystof Krajewski da universidade da Cracóvia (citado por Zauberman, 2010) na Polónia o ímpeto da criminalidade fez-se sentir a partir de 1997, 10 anos depois do *baby boom*. Um elevado número de jovens com uma frágil situação económica, ligada a uma elevada taxa de desemprego promoveu a existência de um elevado índice de criminalidade (Zauberman, 2010).

Atualmente a situação de Portugal apenas se assemelha à da Polónia em 1997 nas características da economia e no elevado número de desemprego jovem. Atualmente

o número de jovens é cada vez menor, e a taxa de natalidade está a baixar gradualmente. Para Michael Tonry (citado por Zauberman, 2010), sociólogo americano, a descida do número de jovens explica a queda generalizada dos crimes contra a propriedade por toda a Europa. A diminuição da população jovem entre os 15 e os 24 anos desde 1990, por toda a Europa tem sido um fator apontado para a diminuição do número de crimes (Zauberman, 2010). Assim sendo, poder-se-á dizer que a diminuição da população jovem aliada à forte emigração poderá ser um fator de peso para a diminuição do número de crimes de furtos sentidos na nossa área de estudo.

Outra característica presente ao longo da análise deste capítulo prende-se com a existência de um maior número de crimes de furtos/roubo na área patrulhada pela P.S.P.. Um dos fatores já anteriormente abordados é a existência de uma maior oferta de bens e serviços, bem como uma maior fragilidade das cadeias naturais de segurança. No entanto Zauberman (2010) comprova a existência de um outro fator preponderante relacionado com os laços familiares e as suas estruturas 'equilibradas'. Segundo o autor as taxas de variação da criminalidade são muitas vezes determinadas pelos laços sociais de controlo. "A evolução da sociedade sueca – passagem de uma sociedade tradicional rural na qual o controlo dos jovens é assegurado pela unidade da vida familiar, ao mesmo tempo unidade de produção e de socialização a uma sociedade industrial, e depois pós-industrial, em que esse controle, disperso entre muitas instâncias, dentre as quais a escola, seria menos eficaz, pois seria ao mesmo tempo mais formal e menos invasivo (...) em comparação geográfica com o Japão, onde o crescimento econômico do pós-guerra não foi de nenhuma maneira traduzida num aumento da curva das delinquências" (Zauberman, 2010: 225). A ausência dos laços relacionais entre as várias faixas etárias enfraquece o controlo familiar sobre os mais jovens. A quebra das relações familiares tradicionais, a ausência de laços de vizinhança, e o crescente sentimento de invisibilidade cultivado entre a população dos centros urbanos mais ativos, motiva o desenraizamento dos jovens aos espaços promovendo neles alterações morais e ideológicas, valorizando os bens materiais e a sua posse, e para tal muitas das vezes recorrendo aos crimes de furto como método de supressão dos ímpetos.

Capítulo 6. A percepção dos vimaranenses sobre o crime contra a propriedade

Nota introdutória

O questionário usado como fonte primária na presente investigação foi aplicado a 200 indivíduos de ambos os sexos de todas as idades e estratos sociais, todos eles residentes no município de Guimarães. O objetivo do nosso inquérito prendia-se com a percepção dos residentes em relação à problemática da criminalidade. Deste modo e tal como foi referenciado no capítulo quatro, a aplicação do inquérito foi realizada em sete farmácias: Farmácia Monteiro – freguesia de Caldelas, Farmácia Horus e Farmácia Barbosa – freguesia de São Paio, Farmácia Luísa Vasconcelos – freguesia de Lordelo, Farmácia São Torcato – farmácia São Torcato, Farmácia Castilho e Farmácia Confiança – freguesias de Selho (São Jorge).

Ao aplicarmos o pré-teste na Farmácia Monteiro no dia 23 de julho de 2013, entre as 15h e as 18h a um grupo de 10 utentes da farmácia, deparamo-nos com o facto de a esmagadora maioria dos inquiridos não saber distinguir a diferença entre o crime de furto e o de roubo, englobando em muitos casos os crimes de furto na categoria de roubos. A falta de conhecimento também foi detetada num estudo – Cartografia dos Medos – elaborado por Peixoto em 2003 na ilha de S. Miguel nos Açores em que fizeram um inquérito a 1.590 habitantes (Peixoto, 2012).

Para a obtenção da amostra pretendida (n=200) foram abordados 331 indivíduos correspondendo a uma taxa de recusas de 40%. A nossa amostra pretendia-se representativa da população vimaranense, mas admitimos a existência de uma margem de erro de 6,95%³ para um nível de confiança de 95%. O cálculo do intervalo de confiança foi feito a partir do número de residentes, determinado pelos censos de 2011 (158.048 habitantes).

³ O cálculo do intervalo de confiança da amostra foi realizado através da ferramenta *sample calculator* disponível em <http://www.surveysystem.com/sscalc.htm> (acedido em 12/9/2013).

6.1. Breve caracterização da amostra

Como já mencionamos, para a obtenção de 200 inquéritos válidos, abordamos um total de 331 indivíduos. De entre as respostas válidas, obtivemos 39,5% (n=79) homens e 60,5% (n=121) mulheres (Quadro 33).

Quadro 33. Sexo dos inquiridos

Sexo	Número de inquiridos	Percentagem de inquiridos
Masculino	79	39,5%
Feminino	121	60,5%
Total	200	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

As mulheres mostraram mais disponibilidade e interesse em responder ao inquérito, enquanto os homens se mostraram reticentes e pouco recetivos à resposta ao inquérito, afirmando em muitos casos que “Guimarães é seguro, não existem grandes problemas e eu sinto-me seguro”. Este tipo de postura foi recorrente entre os indivíduos abordados até aos 59 anos do género masculino, mostrando alguma resistência à participação no inquérito. “A socialização continua a condicionar significativamente os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. (...) Dentro do conceito de masculinidade ao nível das representações sociais, o homem não pode ter medo visto que o medo faz parte dos fracos” (Peixoto, 2012: 130/131). O Psicoterapeuta Abílio Monteiro afirma que de um modo geral os comportamentos dos indivíduos são moldados pela educação que recebem. “Um homem não chora` é um dos exemplos de condicionalismo psicológico exercido em especial sobre os rapazes, limitando a livre expressão dos sentimentos e de futuros comportamentos (Guerreiro, 2003).

Em termos globais não se destaca um grupo etário, em virtude da disponibilidade de tempo que existia por parte do utente enquanto aguardava pela vez para aviar a sua receita. Na maioria dos casos a recetividade para a aplicação do inquérito foi boa, apesar da inicial maior resistência à aplicação do inquérito por parte dos homens. Ultrapassadas as resistências iniciais, os inquiridos mostravam preocupação com a problemática, acabando por nos transmitir as suas histórias (Quadro 34).

Quadro 34. Idade e sexo dos inquiridos

Idade	N.º	%	Sexo	
			Feminino	Masculino
15-19	7	3,5	5	2
20-24	22	11,0	12	10
25-29	15	7,5	11	4
30-34	11	5,5	9	2
35-39	24	12,0	20	4
40-44	16	8,0	9	7
45-49	13	6,5	10	3
50-54	19	9,5	14	5
55-59	18	9,0	11	7
60-64	16	8,0	5	11
65-69	15	7,5	5	10
70-74	9	4,5	3	6
75 ou mais anos	15	7,5	7	8
Total	200	100,0	121	79

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

É de destacar a existência de 15 inquiridos com “75 ou mais anos”, em que dois dos inquéritos foram respondidos por pessoas de 80 anos, outros dois por pessoas com 82 anos, e a idade mais avançada correspondeu a 2 pessoas de 83 anos.

No caso do nível de instrução só um inquirido não sabia ler nem escrever e os restantes inquiridos distribuíram-se de modo mais ou menos equilibrado (Quadro 35).

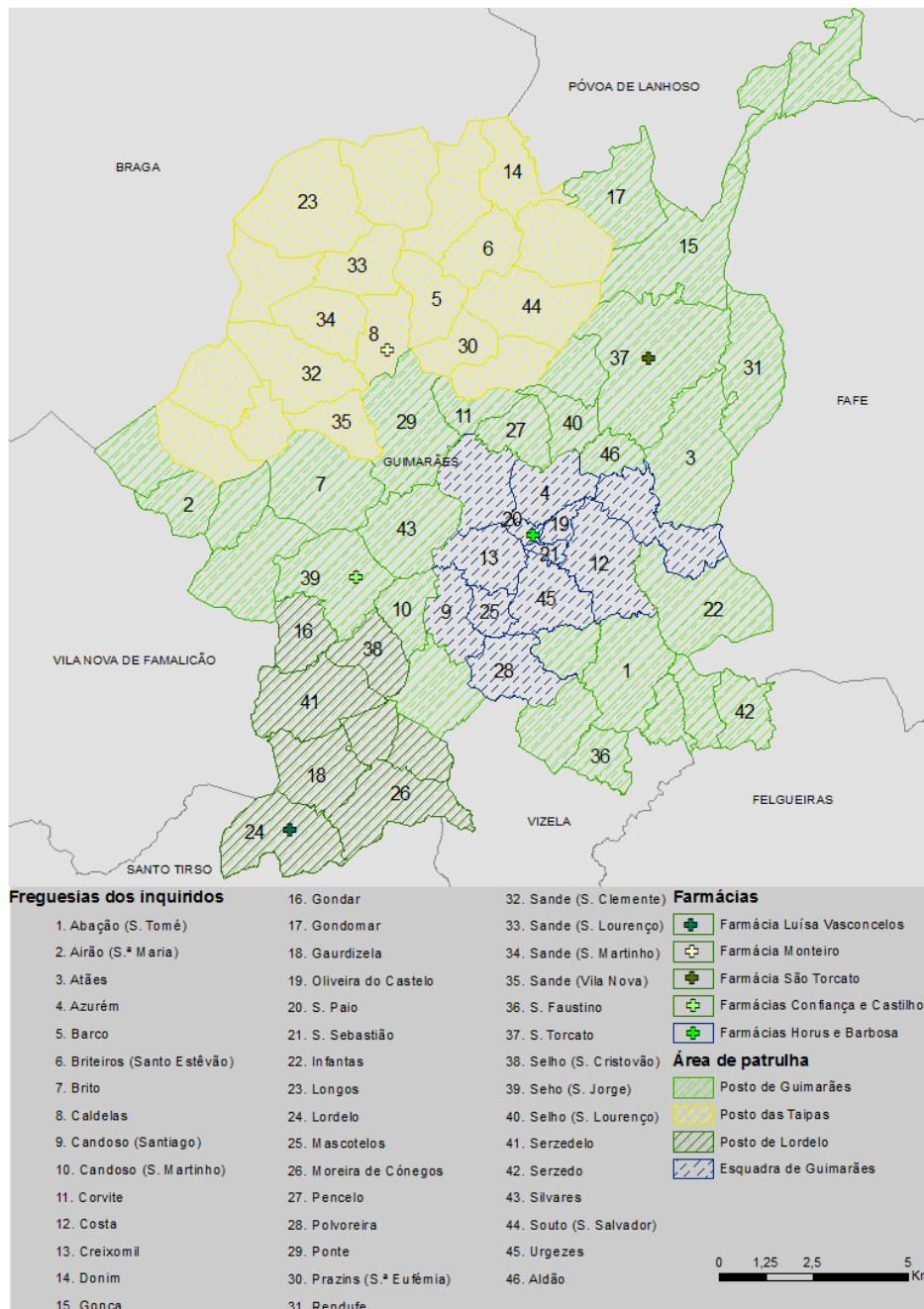
Quadro 35. Nível de instrução dos inquiridos

Nível de instrução	Número de inquiridos	Percentagem de Inquiridos
Não sabe ler nem escrever	1	0,5
1º Ciclo do ensino básico	58	29,0
2º e 3º Ciclos do ensino básico	42	21,0
Ensino secundário	54	27,0
Ensino superior	45	22,5
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Uma das condições para responder ao inquérito foi ser residente no município de Guimarães. Foi possível inquirir indivíduos residentes de 46 freguesias (Figura 35), sobretudo de perfil urbano ou de transição, em termos morfofuncionais, o que demonstra que o inquérito em análise conseguiu abranger mais de metade das freguesias que compõem o município.

Figura 35. Localização das farmácias e freguesia de residência dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria a partir da CAOP 2012, de informação disponibilizada pela G.N.R. e P.S.P., bem como das Páginas Amarelas on-line.

6.2. Identificação dos inquiridos vítimas de roubo e/ou furto

Neste subcapítulo exploram-se as características inerentes aos crimes de roubo e furto que foram identificados através dos inquéritos. A percentagem de indivíduos que já foram vítimas, conseguida através da pergunta “Já alguma vez na sua vida foi vítima de furto ou roubo?” cifou-se em 25% inquiridos que já passaram pela experiência de terem sido vítimas de roubo e/ou furto. A percentagem de vimeiraneses vítimas é

superior em comparação com a percentagem de vitimização na região do Minho obtida através no *Inquérito à Propensão para a Vitimização* de Peixoto (2012). O inquérito de vitimização incidia sobre quatro regiões, sendo que os Açores foi a região com maior percentagem de vítimas com 22,5% (n=1.310), seguida pela Beira Interior com 20% (n=1.600), pelo Minho com 18,1% (n=1.610) e Douro Litoral com 14% (n=1.610).

Do grupo de 50 inquiridos que já tinham sido vítimas, a maior parte da vitimização ocorreu uma vez ao longo da sua vida, com a identificação de 39 indivíduos (Quadro 36). Dos restantes 11 inquiridos em que a vitimização foi superior a uma vez: quatro responderam terem sido vítimas 2 vezes; dois inquiridos foram vítimas 3 vezes, e cinco responderam que foram vítimas mais de 3 vezes.

Quadro 36. Número de indivíduos que responderam "sim" à pergunta "Já alguma vez na sua vida foi vítima de furto ou de roubo?"

	1 vez	2 vezes	3 vezes	Mais de 3 vezes	Total
Furto	31	2	2	3	38
Roubo	8	-	-	1	9
Roubo/Furto	-	2	-	1	3
Total	39	4	2	5	50

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

É também possível identificar a existência de três indivíduos que nos responderam terem sido vítimas tanto de roubo como de furto, ocorrendo a duas vítimas o caso de uma vez terem sido furtadas e outra vez roubadas. No caso da terceira vítima, contabiliza-se a existência de três registos de furtos e de roubos, o que perfaz um total de seis crimes exercidos sobre a vítima ao longo da sua vida.

Individualizando a informação de forma a tornar mais fácil a leitura dos dados, há 41 indivíduos que foram vítimas do crime de furto e 12 que foram vítimas do crime de roubo (independentemente dos casos em que as vítimas já sofreram dos dois tipos de crime).

Quanto ao sexo dos inquiridos que já foram vítimas de roubo e/ou furto, de entre os 50 inquiridos, 62% são mulheres (n=31) e 38% (n=19) são homens. Em todos os casos de furtos, roubos ou as duas situações, o número de mulheres vítimas é superior ao número de homens (Quadro 37).

O maior número de mulheres vítimas pode suceder devido a dois motivos: o primeiro e mais evidente, é o menor número de homens inquiridos (121 mulheres e 79 homens). A segunda hipótese e talvez a mais plausível prende-se com a maior vulnerabilidade física das mulheres, podendo facilitar a existência de um maior número de furtos e roubos exercidos sobre elas. Além de usarem objetos mais visíveis e fáceis de roubar como é o caso da mala/carteira. Os delinquentes são na sua maioria homens entre os 20 e os 30 anos de idade, que usam da sua força e agilidade para intimidar a vítima (Giddens, 2008).

Quadro 37. Identificação por sexo das vítimas de roubo e/ou furto

			Número de vezes que foi vítima				Total
			1	2	3	+ de 3	
F	Tipo de crime	Furto	20	1		1	22
		Roubo	6	0		1	7
		Roubo/Furto	0	1		1	2
	Total		26	2		3	31
M	Tipo de crime	Furto	11	1	2	2	16
		Roubo	2	0	0	0	2
		Roubo/Furto	0	1	0	0	1
	Total		13	2	2	2	19

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

No caso dos 12 inquiridos que responderam que já foram vítimas de roubo, à pergunta “O que lhe foi roubado?”, em nove situações de roubo referenciaram a carteira/mala/documentos, em três foi-lhes roubado dinheiro e os restantes dez roubos relacionaram-se com a subtração de bens pessoais às vítimas (ouro, relógio, etc.).

À pergunta “Quando ocorreu?”, constatou-se que 12 roubos ocorreram durante o dia e dez durante o período da noite. Também era pedido para identificar o mês e o dia da semana do roubo. Mas em 15 casos os inquiridos não conseguiram identificar o mês nem o dia da semana da ocorrência do crime, o que se traduz num elevado número de roubos sem este tipo de identificação (Quadro 38).

Na pergunta “Sofreu ameaça de alguma arma?”, apenas um inquirido respondeu que sim, sendo utilizada para a coação uma arma de fogo. Quando se inquiriu se “Sofreu algum tipo de agressão?”, a maioria respondeu que não (n=8). Os que responderam ‘sim’, uma das vítimas indicou a existência de agressão verbal por parte do delinvente, e as outras 3 vítimas indicaram a existência de agressão física. De entre os

12 inquiridos/vítimas de roubo, apenas dois afirmaram ter reconhecido ou já terem visto o delinquente antes do crime de roubo.

Quadro 38. Características da ocorrência do crime de roubo

Características dos Roubos				
Quanto ao crime	N.º	Quanto à vítima	Sim	Não
O que foi roubado?		Sofreu ameaça de alguma arma?	1	11
Carteira /Mala /Documentos	9	Arma de fogo	1	-
Dinheiro	3	Faca, navalha, outro objeto cortante	-	-
Carro	-	Pau ou Ferro	-	-
Casa	-	Outra	-	-
Acessórios pessoais	10	n.s.	-	-
Quando ocorreu?		Sofreu algum tipo de agressão?	4	8
Dia	12	Verbal	1	11
Noite	10	Física	3	9
Dia da semana		Conhecia o delinquente?	2	10
2f	-	Informou as autoridades?	10	2
3f	-	O incidente não teve importância	-	1
4f	1	As F.S. não podiam fazer nada	-	-
5f	-	As F.S. não se iriam interessar	-	-
6f	3	Apresentar queixa obriga a despesas e maçadas	-	1
Sáb.	3	Havia pouca probabilidade de reaver os bens	-	-
Dom.	-			
n.s.	15			
Mês				
Jan.	2			
Fev.	-			
Mar.	-			
Abr.	-			
Mai.	1			
Jun.	-			
Juh.	1			
Ago.	1			
Set.	-			
Out.	1			
Nov.	1			
Dez.	-			
n.s.	15			

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

À última pergunta relacionada com o crime de roubo “Informou as autoridades?”, a maioria respondeu que sim (n=10). Os que disseram ‘não’ responderam que não o fizeram porque, num dos casos, “o incidente não teve importância”, e no outro a vítima respondeu que “apresentar queixa obriga a despesas e maçadas”.

Dos que responderam que ‘sim’ existe o relato de uma senhora de 72 anos residente em Selho (São Cristóvão), que mostrou uma postura interessante. Perante o facto de ter sido roubada ela dirigiu-se de imediato ao padre da freguesia e exprimiu a seguinte narrativa: “eu mal senti os rapazes da mota a roubarem-me a carteira, fui logo ao senhor padre falar com ele a explicar o que aconteceu. Depois quando estava a vir embora é que vi a G.N.R. a passar na estrada em frente à igreja e aí chamei-os (...) mas eles mandaram-me para o posto apresentar queixa”. O facto curioso desta narrativa é ser o padre a referência primária e só depois a G.N.R.. Este tipo de postura se for tomada em grande escala pode ser uma das explicações para a existência de muitos dos furtos/roubos não serem declarados às forças de segurança. Se a população, em especial a localizada em lugares em que o sacerdote exerce grande influência sobre os residentes/paroquianos, reporta os crimes ao padre pode existir um número mais ou menos significativo de casos de crimes que não vai além do conhecimento da esfera da comunidade.

Das 41 vítimas de furto, foi identificada a existência de 64 furtos, sendo que, 20 ocorreram durante o dia e 36 durante a noite. Para os restantes oito não foi identificado, por parte do inquirido, o período do dia em que aconteceu. Na maioria dos casos (53 furtos), não foi feita a identificação do dia da semana bem como do mês da ocorrência do crime, devido à situação reportar-se há muitos meses ou mesmo anos atrás. No entanto, foi possível identificar a quinta-feira e o sábado. Quanto ao mês de ocorrência é possível identificar que os meses de março, maio e junho foram os mais mencionados (Quadro 39). Das 41 vítimas de furto, 18 afirmam desconfiar da identidade do delinquente, em detrimento de 23 que não desconfiaram de ninguém. À pergunta “Informou as autoridades?” na maioria dos casos as vítimas responderam que sim. Das nove vítimas que não informaram as autoridades, seis referiram que o “incidente não teve importância”, duas que “as forças de segurança não podiam fazer nada” e uma vítima afirmou que “apresentar queixa obriga a despesas e maçadas”.

Quadro 39. Características da ocorrência do crime de furto

Características dos Furtos				
Quanto ao crime	N.º	Quanto à vítima	Sim	Não
Quando ocorreu?		Desconfiou de alguém?	18	23
Dia	20	Informou as autoridades?	32	9
Noite	36			
n.s.	8			
Dia da semana		O incidente não teve importância	-	6
2f	-	As F.S. não podiam fazer nada	-	2
3f	1	As F.S. não se iriam interessar	-	-
4f	-	Apresentar queixa obriga a despesas e maçadas	-	1
5f	3	Havia pouca probabilidade de reaver os bens	-	-
6f	2			
Sáb.	3			
Dom.	2			
n.s.	53			
Mês				
Jan.	1			
Fev.	-			
Mar.	5			
Abr.	2			
Mai.	4			
Jun.	1			
Juh.	4			
Ago.	1			
Set.	1			
Out.	1			
Nov.	2			
Dez.	-			
n.s.	42			

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

A motivação para a apresentação de queixa altera consoante a gravidade que a vítima atribui ao ato. Os que não apresentaram queixa porque consideraram o incidente sem importância, não sentiram vontade de reaver o objeto furtado ou necessidade de ajuda. A falta do sentimento de dever cívico de denúncia provoca a existência da discrepância de resultados entre a criminalidade real e a participada às autoridades (Lourenço e Lisboa, 1998).

6.3. Opinião/percepção dos inquiridos face à criminalidade no município de Guimarães

A terceira parte do questionário dizia respeito à percepção ou opinião dos inquiridos face à criminalidade (furtos/roubos) no município de Guimarães.

Perante a pergunta “Como pensa que têm evoluído os crimes de furto /roubo, nas ruas, residências, a veículos e nas lojas desde 2009 até à atualidade no município de Guimarães?”, dentro dos cinco níveis da escala de Likert usados, a maioria dos inquiridos respondeu que “aumentaram muito” ou “aumentaram ligeiramente” (Quadro 40). No caso dos furtos ou roubos nas ruas aos transeuntes, 39,5% dos inquiridos responderam que “aumentaram ligeiramente”, seguindo-se 29,5% que responderam que os crimes “aumentaram muito”. No caso dos furtos/roubos em residências, dos 200 inquiridos, 140 acreditam que os crimes aumentaram desde 2009, o que significa que 70% dos inquiridos acreditam num agravamento da criminalidade exercida sobre as residências, e no grupo destes 32,5% acreditam que os furtos e roubos “aumentaram muito”.

Quadro 40. Percepção dos inquiridos sobre a evolução dos crimes de furto e roubo desde 2009 até agora no município de Guimarães nas ruas, residências, veículos e lojas

	Aumentaram muito		Aumentaram ligeiramente		Estabilizaram		Diminuíram		Diminuíram muito		n.s./n.r.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ruas	59	29,5	79	39,5	38	19	4	2	-	-	20	10
Residências	65	32,5	75	37,5	37	18,5	5	2,5	-	-	18	9
Veículos	62	31	80	40	36	18	4	2	-	-	18	9
Lojas	60	30	76	38	39	19,5	3	1,5	-	-	22	11

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Segundo 71% dos inquiridos, os crimes de furto/roubo a veículos aumentaram desde 2009, e dentro destes, 31% acreditam que os furtos/roubos exercidos sobre veículos “aumentaram muito”. Quando se referem aos crimes de furto/roubos exercidos em lojas, 68% dos inquiridos acreditam num aumento deste tipo de crime desde 2009, contra apenas 1,5% que acredita terem diminuído os crimes em lojas.

De um modo geral, a maioria dos inquiridos acredita num aumento da criminalidade desde 2009 até à atualidade no município de Guimarães. No entanto, quando são questionados sobre a sua opinião em relação à segurança no município, a maioria dos inquiridos responde que este é “seguro” ou “pouco perigoso” (Quadro 42).

Os indivíduos questionados que sofreram de vitimização apresentam níveis de sentimentos de segurança superiores aos que não foram vítimas. A justificação da ‘desvalorização’ do risco por parte das vítimas poderá dever-se ao facto de estarem conscientes que existe o risco de serem furtadas e roubadas, mas apesar disso sentem-se seguras no município. No caso dos que não sofreram, qualquer tipo de vitimização tem o sentimento de angústia e incerteza mais agudizado, o que os leva a ter maior receio (Quadro 41).

Quadro 41. Sentimento de segurança face ao município dos indivíduos que já foram vítimas e dos que não foram

	Seguro	
	Vítimas %	Não Vítimas %
Dia	64%	57%
Noite	38%	34%
Semana	48%	45%
Fim de semana	42%	41%
No inverno	44%	39%
No verão	48%	46%

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013

Em 59% dos casos os inquiridos afirmaram sentir-se seguros de dia e apenas 35% asseguraram sentirem-se seguros de noite. A existência de 29% afirmarem que o município não é um espaço totalmente seguro à noite, bem como 24% a afirmarem tratar-se de um espaço perigoso conduz a um certo receio relativamente ao período da ‘noite’ (Quadro 42).

Quadro 42. Opinião dos inquiridos sobre a segurança do município de Guimarães, durante o período do dia, da noite, à semana ao fim de semana, no inverno e no verão

	Muito perigoso		Perigoso		Pouco perigoso		Seguro		Muito seguro		n.s./n.r.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dia	8	4	24	12	46	23	118	59	-	-	4	2
Noite	15	7,5	48	24	58	29	70	35	-	-	9	4,5
Semana	12	6	36	18	57	28,5	91	45,5	-	-	4	2
Fim de semana	11	5,5	43	21,5	58	29	82	41	-	-	6	3
No inverno	11	5,5	51	25,5	53	26,5	81	40,5	-	-	4	2
No verão	12	6	36	18	55	27,5	93	46,5	-	-	4	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Os autores Rêgo e Fernandes (2011) afirmam que o período do dia mais temido pelos indivíduos é efetivamente o noturno mas os registos comprovam que é durante este período que ocorrem menos delitos (salvo os crimes contra edifícios comerciais ou industriais que foram explorados no capítulo cinco da presente dissertação). A maioria dos furtos tem o seu pico durante o período do dia, como é o caso do furto em residência, furto feitos por carteirista, furto de oportunidade. O receio à noite deve-se segundo Painter “às estruturas ambientais e espaciais e o significado a elas associado altera-se à noite. A escuridão modifica fisicamente o espaço” (Painter, 1992: 185 citado por Esteves, 1999: 50).

Não só o período noturno altera a perceção de segurança, como também o que ouvimos, lemos e vemos altera a nossa postura, de tal forma que a maioria dos inquiridos optou por um nível intermédio perante a pergunta “Como pensa que tem evoluído a segurança do município de Guimarães, durante o período do dia, da noite, à semana, ao fim de semana, no inverno e no verão?” (Quadro 42), dizendo-nos que não sentem qualquer problema em circular no município, mas revelaram ser cautelosos nas respostas preferindo a opção “pouco perigoso” em detrimento da opção “seguro”. Devido aos muitos casos de crimes difundidos pelos órgãos de comunicação social local, bem como a opinião/experiências de familiares e amigos, os inquiridos foram mais prudentes nas respostas ou até mais pessimistas. Apesar das prudências apresentadas no discurso dos inquiridos podemos considerar como validada a nossa hipótese de trabalho de partida. Os vimaranenses na sua maioria dos casos acreditam que a criminalidade no município tem vindo a aumentar, mas esta não afeta o seu sentimento de segurança ao circular pelo município.

A tendência dos inquiridos para opinar de forma negativa, justificando-se com acontecimentos ou notícias que ouviram ser relatadas por terceiros. A comunicação social quer ela seja local ou regional influencia a imparcialidade na forma como difunde a informação (em especial a relacionada com crimes). Alia à “verdade dos acontecimentos” a sua perspetiva, que em alguns casos é de condenação da conduta ou criticando determinado ato, desencadeando esta postura a formação de um sentimento de receio por parte de quem ouve, lê ou vê este tipo de informação (Esteves, 1999; Medina, 2003; Giddens, 2008; Fernandes *et al.*, 2012; Oliveira *et al.*, 2012).

Quanto à pergunta “Na sua opinião quais as freguesias do município de Guimarães que considera mais perigosas para circular a pé ou de carro de noite ou de dia?”, 73,5%

dos inquiridos responderam que circulam a pé de noite ou de dia pelo município sem evitar espaços/locais ou até mesmo freguesias. Dos 26,5% dos inquiridos que consideram algum local/espço/freguesia perigosos para circular de dia a pé, 18% não identificam nenhum local em concreto, apenas referindo que tinham receio dos locais pouco movimentados (Quadro 43).

Quadro 43. Locais/espços/freguesias que os inquiridos consideram perigosos para circular de carro ou a pé de dia ou à noite

Dia a pé		Dia de carro	
Locais/espços/freguesias	Nº	Locais/espços/freguesias	Nº
Locais pouco movimentados	36	Locais pouco movimentados	3
Freguesias da cidade	3	Freguesias da cidade	1
Caldelas	1	Selho (São Cristóvão)	1
Creixomil	3		
Fermentões	1		
Lordelo	1		
Oliveira do Castelo	1		
Pencelo	1		
Sande (São Lourenço)	1		
São Sebastião	1		
Selho (São Cristóvão)	1		
Selho (São Jorge)	1		
Serzedelo	1		
Urgezes	1		
Noite a pé		Noite de carro	
Locais/espços/freguesias	Nº	Locais/espços/freguesias	Nº
Locais pouco movimentados e/ou sem iluminação	35	Locais pouco movimentados e/ou sem iluminação	3
Freguesias da cidade	4	Freguesias da cidade	1
Caldelas	1	Selho (São Cristóvão)	1
Creixomil	3	Fermentões	1
Fermentões	1	Pencelo	1
Lordelo	1		
Oliveira do Castelo	1		
Sande (São Lourenço)	1		
São Sebastião	1		
Selho (São Cristóvão)	1		
Selho (São Jorge)	2		
Serzedelo	1		
Urgezes	1		

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

O receio de circular de dia é maior entre as mulheres pois das 121 que responderam aos inquéritos 38 (31,4%) responderam que consideram alguns espaços perigosos para circular. Dos 79 homens que responderam, apenas 14 (17,7%) evitam ou têm receio de circular em determinados locais, espaços ou freguesias.

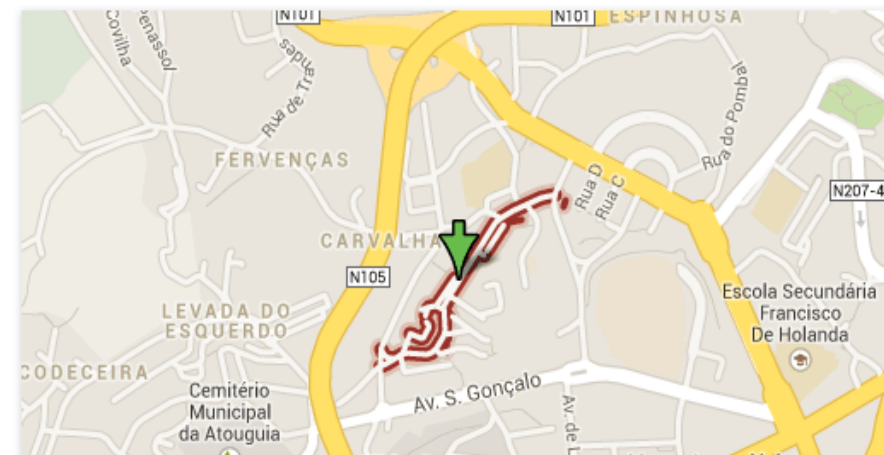
Dos 26,5% que receiam circular a pé à noite, 17,5% evitam circular em locais pouco movimentados e/ou sem iluminação, e 2% evitam passar pelas freguesias da cidade. O receio entre as mulheres prevalece superior com 32,2% a evitar algum espaço, enquanto entre a amostra masculina apenas 17,7% afirma considerar perigoso para circular.

Nos resultados obtidos após aplicação de um inquérito à população lisboeta, Esteves (1999), concluiu que as mulheres revelam um maior receio em relação à cidade. No entanto se o ambiente onde o inquirido vive for associado a criminalidade a sua imagem da insegurança será agravada. Segundo Giddens (2008: 226) “As áreas que sofrem maior privação material atingem geralmente elevados níveis de crime. (...) as minorias étnicas estarem desproporcionalmente concentradas em áreas do centro urbano parece ser um fator significativo do número elevado de vítimas no seu seio”. A freguesia de Creixomil foi assinalada como sendo das mais perigosas para circular de dia e de noite a pé. O receio dos inquiridos deve-se em especial ao bairro social lá localizado, que está associado a degradação social, à pobreza e especialmente às minorias étnicas que lá residem.

Os bairros sociais periféricos às cidades são, de um modo geral “zonas apontadas pelo rumor insegurizante como ‘hipermercados das drogas’, ‘bolsas de crime’, ‘sítios de marginalidade’ ” (Fernandes, 2004: 101). Segundo o que podemos verificar na Rua Associação Artística Vimaranesa – onde se localiza uma parte do bairro social – espelha os receios da população inquirida. É visível a degradação do espaço. Durante a noite alguns elementos da comunidade cigana estão acantonados no parque de estacionamento, existem carros em evidente estado de abandono, os edifícios encontram-se degradados, as árvores existentes provocam durante o período noturno muita escuridão na área, em especial junto dos passeios (Figura 36).

No caso de circular de carro à noite, 96,5% afirmam fazê-lo pelo município sem qualquer receio e 97,5% consideram não existir nenhum espaço perigoso para circular de carro de dia. A esmagadora maioria dos inquiridos afirma não ter receios, de circular à noite ou de dia de carro pelo município, por considerar que o facto de estar dentro do veículo é seguro. A circulação feita no interior do carro garante uma maior proteção, em especial dos crimes de *carjacking* (Esteves, 1999).

Figura 36. Creixomil - Rua Associação Artística Vimaranesa (14.10.2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de imagens recolhidas no local e do Google maps.

6.4. Perceção do sentimento de segurança dos inquiridos face à sua área de residência

A maioria dos inquiridos apesar de considerarem que a criminalidade tem vindo a aumentar desde 2009, sentem-se seguros tanto a circular no município bem como na sua área de residência.

De um modo geral 80% dos inquiridos sentem-se seguros na sua área de residência durante o dia, sendo que destes, 71% afirmam apenas se sentirem “seguros” *versus* 1,5% que afirmam sentirem-se “muito seguros”. Em relação ao período da noite, 73% dos inquiridos afirmam sentirem-se seguros na sua área de residência, e destes 1,5% afirmam sentir-se “muito seguros” (Quadro 41). No inquérito de vitimização concretizado em 1994 (a nível nacional) 69% dos inquiridos afirmaram sentir-se seguros na sua área de residência à noite. Dentro da região Norte 71% afirmaram sentir-se seguros, em detrimento de 29% que se sentem inseguros (Almeida e Alão, 1996).

O Quadro 44 revela-nos a existência de um sentimento de segurança por parte da maioria dos indivíduos face à sua área de residência, demonstrando que apesar de a criminalidade ter vindo a aumentar, o fenómeno não afeta visivelmente a rotina ou hábitos dos indivíduos. Os relatos do sentimento de segurança dos vimaranenses face à área de residência vão de encontro aos resultados dos estudos obtidos pelos inquéritos de vitimização realizados em 1994 (Almeida e Alão, 1996), aos inquéritos aplicados aos lisboetas por Esteves (1999) e também aos resultados obtidos pelos inquéritos aplicados por Peixoto (2012) às regiões dos Açores, da Beira Interior, do Douro Litoral e do Minho. Os autores são unânimes em afirmarem que a maioria dos inquiridos se sente seguro na sua área de residência.

Quadro 44. Classificação por parte dos inquiridos da sua área de residência no que concerne à segurança

	Muito perigoso		Perigoso		Pouco perigoso		Seguro		Muito seguro		n.s./n.r.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dia	2	1	9	4,5	29	14,5	157	78,5	3	1,5	-	-
Noite	6	3	10	5	38	19	142	71	3	1,5	1	0,5
Semana	2	1	10	5	35	17,5	150	75	3	1,5	-	-
Fim de semana	4	2	11	5,5	34	17	148	74	3	1,5	-	-
No inverno	4	2	12	6	35	17,5	146	73	3	1,5	-	-
No verão	2	1	11	5,5	37	18,5	147	73,5	3	1,5	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Em muitos casos, obtivemos narrativas dos inquiridos afirmando “que apesar da ladroagem que existe por aí, eu em casa fecho bem as portas e não há problema de me roubarem”. O facto é que do mesmo modo que os carros são vistos/sentidos como escudos protetores dos assaltos, também as residências são encaradas como tal. Outro facto comprovado através dos relatos dos inquiridos é a entre ajuda por parte da vizinhança. Muitos dos inquiridos e em especial os da classe etária superior aos 65 anos afirmam que se sentem seguros porque sabem que podem contar com os vizinhos para tomarem conta deles. Os laços de vizinhança promovem a existência de uma vigilância natural ativa influenciando a criação de um bem-estar e conforto para a comunidade daquela rua ou local.

6.5. Opinião dos inquiridos face à criminalidade bem como à sua prevenção

Na última parte do questionário deu-se a oportunidade ao inquirido de conceder a sua opinião perante o problema da criminalidade no município de Guimarães, bem como avaliar o trabalho das forças policiais.

À pergunta “Pensa que a criminalidade no município de Guimarães é um problema?”, 39% dos inquiridos respondeu que a criminalidade se trata de um problema “grave”, e 32,5% considera tratar-se de um problema “cada vez mais grave” (Quadro 42).

Quadro 45. Opinião dos inquiridos face ao problema da criminalidade no município

	N.º	%
Muito grave	11	5,5
Grave	78	39,0
Cada vez mais grave	65	32,5
Pouca importância	26	13,0
Sem importância	3	1,5
N.R./N.S.	17	8,5
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Apesar do sentimento de segurança declarado anteriormente, apenas 13% dos inquiridos consideraram que a criminalidade tem “pouca importância” e 1,5% defende a criminalidade como “sem importância”. Quando os inquiridos são confrontados com a

pergunta “Como classifica a atuação e o trabalho das forças policiais na prevenção e no combate ao crime no município?”, 47% dos inquiridos consideram tratar-se de um trabalho “razoável” e 30,5% mencionaram ser um “bom” trabalho (Quadro 43).

Quadro 46. Classificação por parte dos inquiridos da atuação e o trabalho das forças de segurança na prevenção e no combate ao crime no município

	N.º	%
Muito Bom	11	5,5
Bom	61	30,5
Razoável	94	47,0
Mau	20	10,0
Muito Mau	4	2,0
N.S./N.R.	10	5,0
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Com a última questão do questionário foram levantadas por parte de alguns inquiridos acusações à justiça portuguesa em especial ao trabalho dos magistrados. Uma senhora de 43 anos residente na freguesia de Caldelas (freguesia urbana) perante a pergunta “Como classifica a atuação e o trabalho das forças policiais na prevenção e no combate ao crime no município?” respondeu-nos que “os Juízes são os principais culpados. A G.N.R., ‘coitados’, prende os gatunos e no tribunal os Juízes mandam-nos embora. O mais certo é que os gatunos voltem a roubar! Os rapazes novos não têm dinheiro e têm de se virar por algum lado”.

Outra narrativa que vale a pena considerar correspondeu a uma senhora de 80 anos residente na freguesia de São Paio (freguesia urbana) que perante a mesma pergunta entristecida desabafou: “à quantidade de drogados que existe por aí – e à noite veem-se todos – é normal as pessoas serem roubadas. Os drogados precisam de comprar droga para alimentar o vício”. Segundo Peixoto (2012) o desabafo da senhora tem fundamento visto serem os toxicodependentes os indivíduos com maior propensão para a prática da criminalidade em especial de furtos e roubos.

O facto é que a população de um modo geral está atenta ao que se passa na sua comunidade e mostra-se exigente e bastante crítica perante posturas menos assertivas das entidades responsáveis pela segurança e bem-estar da comunidade.

6.6. Notas Conclusivas

A amostra obtida de 200 vimaranenses dispostos a responder ao inquérito permitiu-nos concluir que os níveis de sentimento de segurança face ao município são elevados. Existe uma consciência coletiva de que a criminalidade nas ruas, nas residências, aos veículos e às lojas tem vindo a aumentar desde 2009. No entanto esta consciência não abala o sentimento de segurança, mesmo entre os indivíduos inquiridos que sofreram de vitimização.

No grupo daqueles que identificaram um espaço/lugar ou freguesia como sendo perigoso para circular de carro ou a pé, correspondem na maioria dos casos a locais pouco movimentados de dia e pouco iluminados/movimentados de noite.

A área de residência é entendida como um espaço seguro independentemente da altura do ano, da semana ou do dia. Os níveis de sentimento de segurança na área de residência são sempre superiores a 70%.

Segundo 47% dos vimaranenses o trabalho das forças de segurança na prevenção e no combate ao crime é razoável e 12% considera-o mau ou muito mau. A população inquirida enuncia a falta de policiamento nas ruas. Giddens (2008: 224) afirma que a solução para amenizar o sentimento de insegurança passa por “técnicas policiais muito visíveis, como o policiamento das ruas”.

A população mostrou-se preocupada com o problema da criminalidade – 39% considera a criminalidade grave, 5,5% muito grave e 32,5% cada vez mais grave – mas esta preocupação não afeta na maioria dos casos as suas rotinas ou receios de estar ou passear pelo município. Os vimaranenses são críticos e exigentes em relação ao sistema judicial e em especial às forças de policiamento que patrulham o município.

Considerações Gerais

“As causas do crime estão ancoradas em condições estruturais da sociedade, incluindo a pobreza, a condição dos centros urbanos e a deterioração das circunstâncias da vida de muitos homens jovens.”

Giddens (2008: 240)

Quando partimos para esta investigação propusemo-nos perceber a realidade do município face ao crime contra a propriedade, em especial os crimes de furto e roubo e a percepção dos vimaranenses relativamente à problemática da criminalidade.

Assim, procuramos métodos de recolha de informação que permitissem a compreensão da realidade que nos propusemos tratar. A complexidade da problemática levou-nos à análise de 9.970 queixas ou denúncias de furto/roubo apresentadas entre o ano de 2009 e 2012 nos três postos da G.N.R. e na esquadra da P.S.P. no município de Guimarães. A informação observada a partir das queixas/denúncias permitiu-nos uma análise concreta da criminalidade declarada às autoridades.

O segundo elemento de estudo utilizado baseou-se na aplicação de 200 inquéritos à população vimaranense sendo aferida a sua percepção/opinião sobre os seus sentimentos de segurança enquanto munícipes. Este tipo de levantamento de informação oferece-nos a espontaneidade das respostas bem como a percepção da reação corporal perante às questões colocadas. Em muitos casos foram as expressões não-verbais que nos levaram a concluir alguns anseios e medos não declarados, em especial no grupo das mulheres.

Um tema tão complexo quanto é o da criminalidade em especial a relacionada com o furto e roubo requer uma análise de contextualização e explanação (Parte I). A criminalidade surge na atualidade como sendo um fenómeno com questões tão complexas que se torna comparável a questões de degradação ambiental, habitacional ou do congestionamento automóvel das cidades (Esteves, 1999). Os comportamentos desviantes dos delinquentes surgem em muitos casos como consequência da destruturação da sociedade. Laços familiares frágeis, comunidades que vivem sobre a síndrome do anonimato, infraestruturas degradadas ou abandonadas, ruas descuidadas e sujas, habitações degradadas e/ou desabitadas são as características influenciadoras da existência de um maior número de furtos ou roubos.

O município de Guimarães não apresenta nenhuma área com elevados índices de degradação morfológica ou habitacional e as situações que existem são pontuais e de fácil identificação, mas as cifras da criminalidade no município são elevadas. O que nos leva a crer que existe uma forte relação entre os grupos vulneráveis da sociedade (imigrantes ilegais, minorias étnicas, toxicodependentes e os desempregados em especial os jovens do sexo masculino) com o elevado número de alvos/vítimas disponíveis no número de crimes registados.

Os registos da PORDATA do desemprego no município de Guimarães assinalam a existência de um total desempregados em 1981 de 7,9% da população subindo para os 14,3% em 2011. A idade entre os 15 e os 24 anos registava em 1981, 10,9% de desempregados subindo para os 20,7% em 2011. Revelando a existência de um grande número de desempregados em especial entre os jovens. O desvio em relação às normas da sociedade surge como a necessidade de suprimir o apelo ao consumismo existente, em especial dos bens materiais (Lourenço, 2010b).

Ao longo da investigação foi possível verificar a existência de uma relação direta entre o número de habitantes residentes e o aumento da criminalidade. As freguesias com maior número de habitantes como é o caso de Creixomil (n=9.641) e Azurém (n=8.348) são as freguesias que mais se destacam dentro das várias categorias de furtos entre os anos de 2009 e 2012. No caso das freguesias que apresentam uma taxa de variação da população positiva de 2001 para 2011 também apresentam uma escalada crescente do número de furtos. A freguesia da Costa que apresentou em 2011 uma taxa de variação de 49,42%, encontra-se sempre entre o terceiro e primeiros lugares das freguesias com maior número de furtos. As evidências comprovam que as freguesias da cidade com maior número de população são as que exercem maior atratividade para a prática de furtos ou roubos. A nossa terceira hipótese de trabalho colocada no início da investigação e explorada no seu decorrer comprova-se como validada. Existe uma relação positiva entre o número de furtos/roubos exercidos, o grau de desenvolvimento urbano associado e o nível médio de rendimentos da população (Esteves, 1999).

Comparando o número de furtos ocorridos no município de Guimarães no ano de 2001 a 2011 é evidente a existência de uma escalada positiva do número de ocorrências. Os crimes de furto em residência subiram 60%, o furto em edifício comercial e/ou industrial subiu em 11,3%, o furto em veículo motorizado aumentou em 19%. Quando analisamos o número de registos da Guarda Nacional Republicana para o

município de Guimarães também é possível verificar o aumento de 17% do número de queixas/denúncias. No caso da Polícia de Segurança Pública, o número de crimes registados aumentou numa década em 22%. Os dados comprovam a existência de um aumento do número de crimes registados do ano de 2001 em relação a 2011. No entanto ao analisarmos os dados fornecidos pela G.N.R. e P.S.P. de Guimarães deparamo-nos com a diminuição descente do número de furtos e roubos entre os anos de 2009 e 2012.

Os fatos comprovam a existência de um peso determinante do município de Guimarães face ao número de crimes registados. Diante a primeira questão de partida colocada no início da dissertação “ Qual é a situação do município de Guimarães no que diz respeito ao crime contra a propriedade?”. Podemos afirmar perante os inúmeros dados explorados ao longo do terceiro e quinto capítulo, que apesar do decréscimo interno do número de crimes, o município exerce um peso relevante entre os municípios da NUT III Ave (Fafe; Póvoa de Lanhoso; Santo Tirso; Trofa; Vieira do Minho; Vila Nova de Famalicão e Vizela), bem como entre os restantes municípios a nível nacional.

Apesar do crescente número de furtos entre décadas, atenuado pelo menor registo de denúncias/queixas a partir do ano de 2011, podemos considerar que a criminalidade é um fenómeno que tem vindo a aumentar de intensidade, mas essa realidade não tem afetado as rotinas dos cidadãos vimaranenses. Segundo o inquérito aplicado a 200 vimaranenses, 70% dos inquiridos acreditam num aumento do furto em residência, no entanto cerca de 80% responderam sentir-se seguros na sua área de residência durante o período do dia e 70% durante a noite. Demonstrando assim a existência de uma consciência de que a criminalidade tem vindo a aumentar mas esta não lhes afeta as suas rotinas diárias. O que valida a nossa primeira hipótese de trabalho. Existe a crença num aumento da criminalidade mas os vimaranenses não alteraram os seus hábitos diários.

A segunda hipótese de trabalho está relacionada com a crença de que o maior número de ocorrências de furto e roubo em residência é durante a noite/madrugada. Nas ocorrências registadas pela P.S.P. de Guimarães é demonstrado que esta hipótese não se valida, visto que 86% dos crimes ocorrem durante a manhã (n=234) ou tarde (n=384). No caso da G.N.R. como existem 331 ocorrências de crimes de furto em residência sem registo de período do dia, levou-nos a considerar como não válida a segunda hipótese. Visto que o segundo período do dia com mais registos (madrugada = 200) e o terceiro

(manhã=167) tiveram diferenças de registros muito baixas entre si, tendo em consideração o total de ocorrências sem registros.

Apesar da realidade demonstrada através do inquérito aplicado aos vimaranenses é possível destacar a existência do sentimento de segurança em relação ao município. Os que foram vítimas apresentam uma maior convicção de que o município é seguro. Dos 200 inquiridos 73,5% afirmam circular pelo município sem receios, independentemente do período do dia ou do modo como o fazem.

O município é efetivamente um local seguro, a criminalidade existe mas no entanto não é a uma escala tão elevada que leve à alteração de rotinas dos cidadãos ou à constante preocupação com a segurança. Apesar do sentimento de segurança declarado, os vimaranenses mostram-se críticos com a atuação e o trabalho das forças de segurança. A presença física das autoridades é um fator essencial para a população, atenuando os seus anseios.

Um patrulhamento voltado para a relação de proximidade com os cidadãos aliado a uma morfologia cuidada do município pode vir a resultar na diminuição do sentimento de insegurança, e em última instância na diminuição efetiva do número de crimes.

Bibliografia

Livros e Artigos

A

ADORNO, S. (2002), Exclusão socioeconômica e violência urbana, *Sociologicas*, 8, 84-135. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a05.pdf>

ALVES, A.A.M.; ESPENICA, A.; CALDAS, E.C.; CARY, F.C.; TELES, R.T.; ARAÚJO, A.I.; MAGALHÃES, M.R. (1994), *Paisagem*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

ANDRADE, J. (2010), *Da Unidade e Pluralidade de Crimes*, Wolters Kuwer Portugal, Coimbra.

ARRABAÇA, P. (2003), *Formas Urbanas na Cidade Construída Agualva-Cacém, 1953 – 2001*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, Edição do Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

AUGUSTO, N.M. (2000), *Habitação social, da integração de isenção à aplicação da exclusão*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df3cd04e3f_1.PDF

B

BAILLY, A.S. (1981), La géographie de la perception dans le monde francophone: une perspective historique, *Revista Geographica Helvetica*, 1, 14-21. Disponível em <http://www.geogr-helv.net/36/14/1981/gh-36-14-1981.pdf>

BITENCOUT, C. (2007), *Teoria Geral do Delito*, Edições Almedina, Coimbra.

BRODEUS, J.P. (2002), *Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas*, EDUSP, Série Polícia e Sociedade v.4, São Paulo, Brasil.

C

CALDEIRA, T. (2000), *Cidades de muros – crimes, segregação e cidadania em São Paulo*, 3.^a Ed., Editora 34, São Paulo, Brasil.

CALLINICOS, A. (2004), *The Revolutionary Ideas of Karl Marx*, Bookmarks Publications Ltd, Austrália. Disponível em: http://miha.ef.uni-lj.si/_dokumenti3plus2/195099/Callinicos_-_Revolutionary_Ideas_of_Karl_Marx.pdf

COSTA, M.S. (2000), “Comentários”, in MARTINS, M. de L. (Coord.), *Crime e Castigo: práticas e discursos*, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, pp. 40-48.

CRESWELL, J. (1994), *Qualitative, Quantitative, and mixed methods approaches, Research Design*, 2ª edição. Disponível em <http://www.stibamalang.com/uploadbank/pustaka/RM/RESEARCH%20DESIGN%20QUA%20QUAN.pdf>

CROWE, T. (2000), *Crime prevention through environmental design: applications of architectural design and space management concepts*, 2ª edição, National Crime Prevention Institute, E.U.A..

D

DAVEAU, S. (1999), *Comentários e Atualização*, In RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S.; *Geografia de Portugal vol. III O Povo Português*, 3ª edição, Ed. João Sá da Costa Lisboa, Lisboa, pp.778-826.

DIAS, M.D.A. (2001), *Liberdade, Cidadania e Segurança*, Ed. Livraria Almedina, Coimbra.

E

ESTEVES, A.I.P. (1999), *A criminalidade na cidade de Lisboa – Uma geografia da insegurança*, Edições Colibri, Lisboa.

F

FELIX, S.A. (2009), “Crime, Medo e Percepções de insegurança”, *Revista Perspectivas*, 36, 155-173, São Paulo. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2750/2488>

FERNANDES, J.L. (2004), Base Ecosociais do Sentimento de Insegurança, *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, 93-112. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14472/2/35201.pdf>

FERNANDES, J.L.J.; VAZ, A.M.C.; BARROS, C.F. (2012), *A percepção da cidade nos espaços verdes da cidade de Coimbra*, Atas XIII Colóquio Ibérico de Geografia, Producción Unidixital, Santiago de Compostela.

FRAGOS, A. (2001), Crime e violência, In CARMO, H. (Coord.), *Problemas sociais contemporâneos*, Universidade Aberta, pp. 343-355.

G

GAUER, R. (2008), *Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos*, Ed. Edicurs, Porto Alegre, Brasil.

GERSÃO, E. (2000), “As razões de um colóquio sobre a criminalidade”, In MARTINS, Moisés de Lemos (Coord.), *Crime e Castigo: práticas e discursos*, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, pp. 7-10

GIDDENS, A. (2008), *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, 6ª edição, Lisboa.

GRAVATO, M.N. (2011), *Fundo de Financiamento das Freguesias 2011 – Região do Norte de Portugal: Evolução 2007 – 2011*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto.

GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; GERALDINE, P.; WATTS, M.; WHATMORE, S. (Eds.) (2009), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª edição, Blackwell Publishing, Malden.

H

HEITOR, T. (2007), Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas, *Revista Psicologia*, 2, 31-44, Lisboa.

HEITOR, T. (2009), *(In)Segurança em Zonas de Residências. O Espaço da Oportunidade*, In *Urbanismo Segurança e Lei*, VALENTE, M. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Edições Almedina, Coimbra.

HUTCHISON, R. (Ed.) (2010), *Encyclopedia of Urban Studies*, Sage Publications, Thousand Oaks.

J

JACOBS, J. (1992), *The Death and Life of Great American Cities*, 3ª edição, Vintage Books, New York.

K

KUNTZ, R. (1997), *Locke, Liberdade, Igualdade e Propriedade*, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/textos/kuntzlocke.pdf>

L

LEAL, J. (2007), *Crime no Feminino - Trajectórias Delinquentiais de Mulheres*, Ed. Almedina, Coimbra.

LEAL, J. (2010), “O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime”, *Revista Interface*, 23, 394-427, Porto Alegre.

LEMA, P.B. ; REBELO, F. (1996), *Geografia de Portugal – Meio físico e recursos naturais*, Ed. Universidade Aberta, Lisboa.

LOURENÇO, N., CABRAL, C., MACHADO, P. (2006), *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna. Relatório Final – Modelo e Cenários*, Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade de Lisboa, Lisboa.

LOURENÇO, N.; LISBOA, M. (1998), *Dez anos de criminalidade em Portugal - Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*, Ed. Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários, Lisboa.

LOURENÇO, N.; LISBOA, M. (2000), “*Dez anos de criminalidade em Portugal*”, in MARTINS, M. de L. (Coord.), *Crime e Castigo: práticas e discursos*, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, pp. 19-40.

M

MACHADO, P.; NEVES, A.V. (2011), *Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano. A prevenção do crime através do espaço construído*, Política de Cidades - 7, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Lisboa. Disponível em: http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/serie_polis/Documents/serie_politica%20de%20cidades_7.pdf

MACHADO, H. (2008), *Manual de Sociologia do Crime*, Edições Afrontamento, Porto.

MARQUES, T. (2005), *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa.

MARTINS, J. (2003), *O Crime de Dano e o Património Cultural*, Ed. Livraria Petrony-Editores, Lisboa.

MINAYO, M.C.; SANCHES, O. (1993), Quantitativo – Qualitativo: Oposição ou complementaridade?, *Cadernos de Saúde Pública*, 9, 239-262, Rio de Janeiro, Brasil.

MÓNICA, M. F. (1996), *A evolução dos costumes em Portugal, 1960-1995*; In BARRETO, A., *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 215-232.

N

NIKLAUS, J. (2012), The Influence of the Philosophy of Police Tactics on breaking down Social Barriers, *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, 5, 808-822. Disponível em <https://pi.library.yorku.ca/ojs/index.php/ijcst/article/viewFile/35153/31897>

O

OLIVEIRA, P.; GUIBENTIF, P.; GORJÃO, V. (2000), “*Representações sociais do crime e comunicação social*”, in MARTINS, M. de L. (Coord.), *Crime e Castigo: práticas e discursos*, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, pp. 53-64.

OSBORN, S.; SHAFTOE, H. (1995), Successes and failures in neighbourhood crime prevention, Joseph Rowntree Foundation, Housing Research 149, Finding, London. Disponível em: <http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/h149.pdf>

P

PAIN, R.; BARKE, M.; FULLER, D.; GOUGH, J.; MACFARLANE, R.; MOWL, G. (2001), *Introducing Social Geographies*, Arnold, Grã-Bertanha.

R

RÊGO, X. (2007), *A cidade, espaço produtor de desordem: relações entre a mobilidade residencial e o sentimento de insegurança no Centro/Baixa do Porto*, First International Conference of Young Urban Researchers. Disponível em: <http://conferencias.iscte.pt/viewabstract.php?id=114&cf=3>

RÊGO, X.; FERNANDES, L. (2012), “As falas do medo convergências entre as cidades do Porto e do Rio de Janeiro”, *Revista de Ciências Sociais*, 78, 51-65 , Brasil.

RIBEIRO, O. *et al.* (1991), *Geografia de Portugal*, vol. IV, A Vida Económica e Social, 1ª edição, Ed. João Sá da Costa Lisboa, Lisboa.

ROCHÉ, S. (2009), Politique et Administration dans la formulation d`une Politique Publique Le cas de la police de proximité, *Revue française de science politique*, 6, 1147-1174. Disponível em: http://graduateinstitute.ch/webdav/site/developpement/shared/developpement/mdev/soutienauxcours0809/hufty_Gouvernance/7.1.Roche.pdf

RODRIGUES, P. (2010) Criminalidade na Imprensa: Análise do Correio da Manhã, 2000-2007, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 64, 149-172. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2746/1/n64a8.pdf>

S

SILVA, I.P. (2006) Da Experiência Urbana à Construção Identitária dos Lugares, *Finisterra*, XLI, 81,171-188.

SOUZA, M.J.N.; COMPANS, R. (2009) Espaços Urbanos Seguros – A temática da segurança no desenho da cidade, *Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planeamento Urbano e Regional, 11, 9-23, Fabracor, Brasil.

SURETTE, R. (2007), *Media, Crime and Criminal Justice – Images, Realities, and Policies*, Ed. Fourth Edition, Wadsworth, U.S.A..

T

TUAN, Y.F. (1980), Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente, Difel, São Paulo.

Z

ZAUBERMAN, R.. (2010), “Os crimes contra a propriedade: uma síntese dos trabalhos europeus”, *Revista Dilemas de Estudos de Conflito e Controle Social*, 5-6, pp. 211-235. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas5-6Art9.pdf>

Publicações e Estatísticas

A

Associação de Apoio à Vítima (2002), *Projecto CÍBELE (2001-2002)*, Lisboa - Consultado em outubro 25, 2012, em http://www.apav.pt/pdf/cibele_portugues.pdf

Associação de Apoio à Vítima (2011), *Estatística do Crime contra o património 2004/2010* – Consultado em abril 23 em 2012, em http://www.apav.pt/portal/pdf/Crimes_contra_patrimonio_2004-2010.pdf

Associação de Apoio à Vítima e a INTERCAMPUS (2012), *Relatório de Estudo Criminalidade e Insegurança* - Consultado em setembro de 2012).http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Barometro_APAV_Intercampus_2.pdf

C

Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica (1966), *Trabalhos preparatórios do III Plano de Fomento*, Relatório do grupo de trabalho nº 8 - Habitação e urbanização – Consultado em janeiro 29, 2013, em http://www.dpp.pt/pt/base-dados/Arquivo-historico/Documents/III%20Plano%20de%20Fomento/ECPP-74_0001_capa-8.pdf

D

Direcção-Geral da Política de Justiça (2011), *Os números da Justiça 2010* - Consultado em abril 23, 2012, em http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/os-numeros-da-justica_1/downloadFile/attachedFile_f0/Os_numeros_da_Justica_2010.pdf

Direcção-Geral da Política de Justiça (2012a), *Crimes registados pelas autoridades policiais em 2010* - Consultado em abril 23, 2012, em http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/crimes-registados-pelas_1/downloadFile/file/Crimes_registados_20120329.pdf

Direcção-Geral da Política de Justiça (2012b), *Os números da Justiça 2011* - Consultado em janeiro 7, 2013, em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/os-numeros-da-justica6971>

E

European Crime Prevention Network (2010), *Portuguese national strategy on crime prevention. A review*. Ministry of Interior - Directorate-General of Internal Affairs - Consultado em outubro 13, 2012, em <http://www.eucpn.org/strategies/index.asp>

European Crime Prevention Network (2011), *Work programme 2011* - Consultado em outubro 13, 2012, em <http://www.eucpn.org/work-prog/index.asp>

I

Instituto Nacional de Estatística (2003), *Anuário Estatístico da Região Norte 2002*, Porto.

Instituto Nacional de Estatística (2011), *Estudo sobre o poder de compra concelhio 2009*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2012), *Anuário Estatístico da Região Norte 2011*, Porto.

M

Ministry of Justice (2005), *National Guidelines for crime Prevention through Environmental Design in New Zealand – Part 1: Seven Qualities of Safer Places*, Urban Design Protocol, Wellington, New Zealand. Consultado em abril 3, 2013, em <http://www.justice.govt.nz/publications/global-publications/n/national-guidelines-for-crime-prevention-through-environmental-design-in-new-zealand-part-1-seven-qualities-of-safer-places-part-2-implementation-guide-november-2005>

S

Secretary of State for International Development (2006), *Eliminating world poverty making governance work for the poor. A White Paper on International Development*, Crown Copyright, London – Consultado em janeiro 12, 2013, em <http://www.official-documents.gov.uk/document/cm68/6876/6876.pdf>

Sistema de Segurança Interna (2012), *Relatório Anual de Segurança Interna de 2012* - Consultado em abril 2, 2013, em http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-administracao_interna/documentos-oficiais/20130327-rasi-2012.aspx

U

United Nations office Drugs and Crime (2006), *Compendium of United Nations standards and norms in crime prevention and criminal justice*. Consultado em novembro 23, 2012, em http://www.unodc.org/pdf/criminal_justice/Compendium_UN_Standards_and_Norms_CP_and_CJ_English.pdf

Legislação

A

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1999.04.14, Colectânea de Jurisprudência – STJ, 1999, II, pág. 174.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1997.01.15, Colectânea de Jurisprudência – 1997 – I, p. 182.

Acórdão do Supremo tribunal de Justiça de 01.04.1998, Processo nº 116/98 – 3ª Secção.

C

Código Penal Português de 1852 - Consultado dezembro 19, 2012, em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1829.pdf>

Código Penal Português de 1886 - Consultado dezembro 19, 2012, em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1274.pdf>

D

Declaração Universal dos Direitos do Homem - Consultado em dezembro 29, 2012, em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidhdudh.html>

M

Manifesto de Saragoça (2006), Fórum Europeu para a Segurança Urbana - Consultado em janeiro 8, 2012, em <http://zaragoza2006.fesu.org/IMG/pdf/manifeste/Manifeste%20de%20Saragosse%20-%20PORTUGAIS.pdf>

World Wide Web

A

ALMEIDA, M.R.C.; ALÃO, A.P. (1996) Os Inquiridos de Vitimação do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, In Práticas e Processos da Mudança Social, III Congresso Português de Sociologia. Consultado a outubro 1, 2013, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR49253f37e581c_1.pdf

B

BEATO, C.; PEIXOTO, B.T.; ANDRADE M.V. (2004), “Crime, Oportunidade e Vitimização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 55, 73-90, São Paulo, Brasil.

Consultado em outubro 23, 2012, em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a05v1955.pdf>

C

CARNEVALLI, P.; ENDLICH, A. (2011), Sentimento de Insegurança Urbana nas Pequenas Cidades Brasileiras, *Revista Geográfica de América Central*, 47 Especial, 1-15. Consultado em setembro 13, 2012, em <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2126>

CARVALHO, N.V. (2006) As estatísticas criminais e os 'crimes invisíveis', *Portal dos Psicólogos*, pp. 1-16. Consultado em novembro 10, 2012, em http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0272

CUNHA, M; DURÃO, S. (2011) Os sentidos da segurança: ambiguidades e reduções, *Etnografia*, 1, 53-66. Consultado em outubro 13, 2012, em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/etn/v15n1/v15n1a03.pdf>

D

DINIZ, A. (2003) A geografia do medo: reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte, *Revista O Alferes*, 18, 119-133, Brasil. Consultado em setembro 14, 2012, em <http://www.criminologia-rsm.org/LinkClick.aspx?fileticket=tHmE8uMDLQA%3D&tabid=484&mid=1614>

DURÃO, S. (2011), "Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes", *Etnografia*, 15, 129-152. Consultado em maio 17, 2012, em <http://etnografica.revues.org/850>

F

FERNANDES, D. (2011), *Construir Segurança: prevenção do crime através da concepção do espaço*, *Infohabitar - Revista do Grupo Habitar*, n.334, Publicação deste artigo no Blog do Infohabitar. Consultado em maio 7, 2012, em <http://infohabitar.blogspot.pt/2011/02/construir-seguranca-prevencao-do-crime.html>

FERNANDES, E.J. (1997), *Segurança e sustentabilidade: Processos urbanos e criminalidade na cidade do Porto do século XX*, Dissertação em Engenharia Ambiental, Faculdade de Engenharia - Universidade do Porto. Consultado em maio 7, 2012 em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/11381>

FERNANDES, J. (2008), *A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo*, In I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais; AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural, pp. 423 – 447, Póvoa de Varzim. Consultado em setembro 13, 2012, em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13829/1/A%20desterritorializa%C3%A7%C3%A3o%20como%20factor%20de%20inseguran%C3%A7a.pdf>

FERNANDES, J.L. NEVES, T. (1999), Insegurança urbana e "espaços perigosos", *Revista OlhareSeguros*, 2, 9-13. Consultado em agosto 8, 2012, em http://sigarra.up.pt/fpceup/pt/publs_pesquisa.formview?p_id=18342

FERNANDES, L.; RÊGO, L. (2011), Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade, *Etnografia*, 15, 167-181. Consultado em outubro, 17, 2012, em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/etn/v15n1/v15n1a09.pdf>

FONSECA, M. (1984), "Notas para uma geografia do crime em Portugal 1950-1981", *Finisterra*, XIX, pp. 171-204. Consultado em novembro 23, 2012, em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1984-38/38_02.pdf

FREITAS, L.P.C. (2011), *Influência do desenho urbano na insegurança da cidade*, Dissertação de arquitetura, Universidade de Lisboa. Consultado em março 26, 2012, em <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/990070/1/dissertacao.pdf>

G

GUERREIRO, M. (2003) Há Emoções Fortes, *Jornal On-line Correio da Manhã*. Consultado em outubro 13, 2013, em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/ha-emoco-es-fortes>

L

LANÇA, F. (2013), Gastos de Portugal na justiça superam a média europeia, *Negócios online*. Consultado em março 12, 2013, em http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/gastos_de_portugal__na_justica_sup eram__a_media_europeia.html

LOCKE, J. (1764), *The Second treatise of Civil Government*, 6ª edição, Edição publicada na web eBooks @ Adelaide. Consultado em dezembro 29, 2012, em <http://ebooks.adelaide.edu.au/l/locke/john/181s/index.html>

LOURENÇO, N.; LISBOA, M. (1992), *Representação da Violência, cadernos do Centro de Estudos Judiciários*, nº2/91, Lisboa. Consultado em novembro 24, 2012, em http://repositorio-cientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/392/1/1992_Representacoes_Violencia.pdf

LOURENÇO, N.; LISBOA, M. (1996), "Violência, criminalidade e sentimento de insegurança", *Revista TEXTOS*, 2: 45-64, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa. Consultado em novembro 23, 2012, em http://repositorio-cientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/338/1/1996_Violencia_criminalidade.pdf

LOURENÇO, N. (2010 a), Cidades e Sentimento de Insegurança: Violência Urbana ou Insegurança Urbana?, In JUNIOR, E.A.P.; SILVA, J.F.; MARON, J. *Um Toque de Qualidade – Eficiência e qualidade na gestão do sistema de defesa social*. Superintendência de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social,

Gráfica Andorinha e Editora Ltda., Belo Horizonte, Brasil, pp. 15-37. Consultado em junho 20, 2012, em http://repositoriocientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/336/1/2010_cidades_sentiment_o_inseguranca.pdf

LOURENÇO, N. (2010 b), O custo social e económico do crime, *Pela lei e Pela Grei - Revista da Guarda Nacional Republicana*, 88, 50-55. Consultado em junho 20, 2012, em http://repositoriocientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/367/1/2010_Custo_Crime.pdf

M

MARNOCO e SOUZA, J.F. (1910) *História das Instituições do Direito Romano, Peninsular Português: prelecções feitas ao 2.º anno jurídico do anno de 1904 a 1905*, 3ª edição, França Amado, Coimbra. Consultado em dezembro 29, 2012, em <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bd000088.pdf>

MEDINA, J. (2003), Inseguridad ciudadana, miedo al delito y policía en España, *Revista Electrónica de Ciência Penal*, 05/03, 3-21, Espanha. Consultado em dezembro 29, 2012, em <http://criminet.ugr.es/recpc/05/recpc05-03.pdf>

N

NEVES, A.V. (2012), *A criminalidade de rua e o contexto*, actas VII do Congresso Português de Sociologia de 2012, Porto. Consultado em outubro 17, 2012, em http://www.aps.pt/vii_congresso/?area=016&tipo=atas3&pchave=Criminalidade+de+rua

NEWMAN, O. (1996), *Creating Defensible Space*, Institute for Community Design Analysis, U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research Washington, Washington, U.S.A.. Consultado em maio 7, 2012, em <http://www.huduser.org/publications/pdf/def.pdf>

P

PACHECO, F.; PACHECO, M. (2002), As reacções criminais do direito Penal Português na perspectiva de reintegração Social, *Análise Psicológica*, 3, 331-335. Consultado em maio 7, 2012, em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v20n3/v20n3a07.pdf>

PEIXOTO, A.C.R. (2012), Propensão, experiências e consequências da vitimização: representações sociais, Tese de Doutoramento em sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Lisboa. Consultado em outubro 1, 2013, em <http://run.unl.pt/handle/10362/7880>

R

RIBEIRO, V.P.R. (2012), Mobilidade e Acessibilidade da População aos serviços de Saúde: o acaso do município de Braga, Tese de doutoramento em Geografia, Universidade do Minho, Guimarães, Portugal. Consultado em julho 21, 2013, em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/22947>

ROUSSEAU, J. J. (1762) *Du Contract Social au Droit Politique*, obra disponível online na Biblioteca da *University of Toronto Libraries*. Consultado em dezembro 29, 2012, em <http://ia700509.us.archive.org/18/items/ducontratsoc00rous/ducontratsoc00rous.pdf>

S

SÁ, T. (2000), *Segurança e o seu sentimento na cidade*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia; Sociologia Portuguesa: Passados Recentes, Futuros próximos; Universidade de Coimbra. Consultado em junho 29, 2012, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc462900dd_1.PDF

SABOYA, R. (2007), “Jane Jacobs e os parques de bairro”, *Urbanidades*. Consultado em maio 7, 2012, em <http://urbanidades.arq.br/2007/09/jane-jacobs-parques-de-bairro/>

SABOYA, R. (2009), *Segurança nas cidades: Óscar Newman e os espaços defensáveis*, *Urbanidades*. Consultado em maio 7, 2012, em <http://urbanidades.arq.br/2009/11/seguranca-nas-cidades-oscar-newman-e-os-espacos-defensaveis/>

SANTOS, B. V. (1982) *O Direito e a Comunidade: as Transformações Recentes da Natureza do Poder do Estado nos Países Capitalistas Avançados*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 10, 9-40. Consultado em novembro 26, 2012, em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/O_direito_e_a_comunidade_RCCS_10.PDF

SEGAL, I.; WHINSTON, M.D. (2010), *Property Rights*, Stanford University e Northwestern University, Chicago – E.U.A.. Consultado em dezembro 29, 2012, em <http://faculty.wcas.northwestern.edu/~mdw054/papers/Segal%20Whinston%20HOE%20Property%20Rights%20Chapter%20Final.pdf>

V

VALENTE, M. (2004), Evolução sócio-jurídica da criminalidade, *Arquipélago • História*, 2ª série, 8, 281-307. Consultado em março 7, 2012, em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Manuel_Valente_p281-307.pdf

ANEXOS

ANEXO 1. Inquérito aplicado à população vimaranense



Local _____ Dia ___/___/___ Nº _____

O presente inquérito está a ser efetuado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Gestão e Planeamento do Território da Universidade do Minho.

1. Dados Pessoais

- | | | |
|------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 1.1.1 Freguesia: _____ | 1.1. Sexo (F/M) _____ | 1º Ciclo (até 4 anos) _____ |
| 1.1.2 Há quantos anos: _____ | 1.1. Idade: _____ | 2º Ciclo (até 6 anos) _____ |
| | 1.2. Que estudos têm? | Ensino Secundário _____ |
| | Não sabe ler nem esc. _____ | Ensino Superior _____ |

2. Vitimação Pessoal

2.1. Já alguma vez na sua vida foi vítima de um ato criminoso? S/N/NS/NR _____
 Se Sim, quantas vezes foi vítima: 1x _____ 2x _____ 3x _____ Mais de 3x _____

2.2. Foi vítima de Roubo _____ ou Furto _____

2.3. Se foi vítima de Roubo:

2.3.1. O que lhe foi Roubado? _____

2.3.2. Quando ocorreu? Dia ___/___/___ Noite ___/___/___
 Mês: _____/_____/_____

Dia da Semana ___/___/___

2.3.3. Sofreu ameaça de alguma arma? S/N _____
 ___/___/___

2.3.3.1 De que tipo? Arma de Fogo ___/___/___

Faca, Navalha, ou outro objeto cortante ___/___/___

Pau, Ferro ___/___/___

Outra _____/_____

2.3.4. Sofreu algum tipo de agressão física? S/N _____
 ___/___/___

2.3.5. Existiu agressão verbal? S/N ___/___/___

2.3.6. Conhecia ou alguma vez viu o delinquente? S/N ___/___/___

2.3.7. Informou as Autoridades? S/N ___/___/___

Se Não Porquê?

O incidente não teve importância ___/___/___

As F.S. não podia fazer nada ___/___/___

As F.S. não se iria interessar ___/___/___

Apresentar queixa obriga a despesas e maçadas

___/___/___

Havia pouca probabilidade de reaver os bens ___/___/___

___/___/___

O ladrão não seria apanhado ___/___/___

Os tribunais aplicam penas leves ___/___/___

Outras razões ___/___/___ Quais? _____

2.4. Se foi vítima de Furto:

2.4.1. Quando ocorreu? Dia ___/___/___ Noite ___/___/___
 Mês: _____/_____/_____

Dia da Semana ___/___/___

2.4.2. Desconfiou de alguém? S/N ___/___/___

2.4.3. Informou as Autoridades? S/N ___/___/___

Se Não Porquê:

O incidente não teve importância ___/___/___

As F.S. não podia fazer nada ___/___/___

As F.S. não se iria interessar ___/___/___

Apresentar queixa obriga a despesas e maçadas

___/___/___

Havia pouca probabilidade de reaver os bens ___/___/___

___/___/___

O ladrão não seria apanhado ___/___/___

Os Tribunais aplicam penas leves ___/___/___

Outras razões ___/___/___ Quais? _____

_____/_____/_____



2. Em relação ao município de Guimarães

2.1. Como pensa que têm evoluído os seguintes crimes desde 2009 até agora em Guimarães?

Furto/Roubos	Aumentaram Muito	Aumentaram ligeiramente	Estabilizaram	Diminuíram	Diminuíram muito	NS/NR
Ruas						
Residências						
Veículos						
Lojas						

2.2. Como pensa que é o município de Guimarães em relação ao crime?

	Muito perigoso	Perigoso	Pouco Perigoso	Seguro	Muito Seguro	NS/NR
Dia						
Noite						
Semana						
Fim se semana						
No Inverno						
No Verão						

2.3. Na sua opinião quais as freguesias de Guimarães que considera mais perigosas para:

2.3.1. Circular durante o dia?

A pé:

Freguesias: _____

De carro:

Freguesias: _____

3.3.2. Circular durante a noite?

A pé:

Freguesias: _____

De carro:

Freguesias: _____

3. Segurança na Área Residencial

3.1. Como classifica em termos de segurança a sua área de residência?

	Muito perigoso	Perigoso	Pouco Perigoso	Seguro	Muito Seguro	NS/NR
Dia						
Noite						
Semana						
Fim se semana						
No Inverno						
No Verão						

4. Opinião Pessoal

Pensa que a criminalidade no município de Guimarães é um problema:

Muito grave ___

Grave ___

Cada vez mais grave ___

Sem importância ___

NS/NR ___

Como classifica a atuação e o trabalho das forças policiais na prevenção e no combate ao crime no município?

Muito bom ___

Bom ___

Razoável ___

Mau ___

Muito mau ___

NS/NR ___

Obrigada!

ANEXO 2. Primeira carta enviada ao Comandante Territorial da G.N.R. de Guimarães



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Exmo. Senhor
Director da G.N.R. de Guimarães

Paula Cristina Almeida Remoaldo, Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade do Minho vem por este meio solicitar a V. Ex^a. informação sobre o tipo de registo e respectivas variáveis de que dispõem para a realização de uma tese de Mestrado a iniciar em finais de 2011, pela Dr^a. Sara Catarina Gomes Silva, nossa aluna da Universidade do Minho. A referida tese irá incidir sobre os varios tipos de criminalidade existentes no município de Guimarães, não interessando a identificação dos elementos que cometeram algum tipo de crime. O objectivo principal será aferir os padres espaciais da criminalidade.

Caso haja dúvidas sobre o que se pretende, estamos dispostas a realizar uma reunião com V. Ex^a., deixando, desde já, os contactos.

Paula Cristina Almeida Remoaldo
Universidade do Minho
Departamento de Geografia
Campus de Azurém
E-mail: cris.remoaldo@gmail.com
Telemóvel: 96 57 17 113.

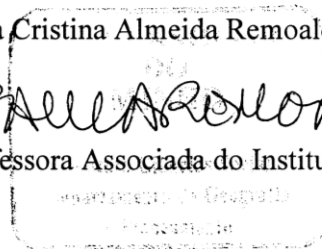
Sara Catarina Silva
E-mail: sara.catarina.g@gmail.com
Telemóvel: 91 31 69 597

Com os melhores cumprimentos.

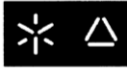
Guimarães, 13 de Outubro de 2011.

Paula Cristina Almeida Remoaldo

(Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais)



ANEXO 3. Insistência junto do Comandante Territorial da G.N.R. de Guimarães



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Mestrado em Gestão e Planeamento do Território

Ao Exmo.Sr. Comandante Territorial de
Guimarães
Quinta do Pinho, nº 80
S. Torcato
4800-875 S. Torcato - Guimarães

Com conhecimento ao Exmo. Sr.
Comandante do Comando Territorial de
Braga
Rua do Taxa
4710-448 S. Victor – Braga

Paula Cristina Almeida Remoaldo, Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade do Minho vem por este meio solicitar a V. Ex^a. acesso à base de dados existente na instituição que preside, nomeadamente os dados que se prendem com os artigos 203 (Furto), 204 (Furto Qualificado), 208 (Furto de uso de veículos), 210 (Roubo), 211 (Violência depois da subtracção), 213 (Dano qualificado) e 214 (Dano com violência) do Código Penal em vigor. Este tipo de pedido enquadra-se na realização de uma tese de Mestrado que está a ser iniciada no presente mês, pela Dr^a. Sara Catarina Gomes Silva, nossa aluna da Universidade do Minho. A referida tese irá incidir sobre os vários tipos de criminalidade existentes no município de Guimarães e os dados fornecidos serão tratados de forma confidencial. O objectivo principal será aferir os padrões espaciais da criminalidade.

Caso haja dúvidas sobre o que se pretende, estamos disponíveis para realizar uma reunião com V. Ex^a., deixando, desde já, os contactos.

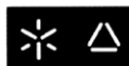
Guimarães, 12 de Março de 2012.

Paula Cristina Almeida Remoaldo
(Professora Associada da Universidade do Minho)

Paula Cristina Almeida Remoaldo
Universidade do Minho
Departamento de Geografia
Campus de Azurém
E-mail: cris.remoaldo@gmail.com
Telemóvel: 96 57 17 113.

Sara Catarina Silva (estudante de Mestrado)
E-mail: sara.catarina.g@gmail.com
Telemóvel: 91 31 69 597

ANEXO 4. Insistência junto do Comandante do Comando Territorial de Braga da G.N.R.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Mestrado em Gestão e Planeamento do Território

Ao Exmo. Sr.
Comandante do Comando Territorial de
Braga
Rua do Taxa
4710-448 S. Victor – Braga

Com conhecimento ao Exmo.Sr.
Comandante Territorial de Guimarães
Quinta do Pinho, nº 80
S. Torcato
4800-875 S. Torcato - Guimarães

Paula Cristina Almeida Remoaldo, Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade do Minho vem por este meio solicitar a V. Ex^a. acesso à base de dados existente na instituição que preside, nomeadamente os dados que se prendem com os artigos 203 (Furto), 204 (Furto Qualificado), 208 (Furto de uso de veículos), 210 (Roubo), 211 (Violência depois da subtracção), 213 (Dano qualificado) e 214 (Dano com violência) do Código Penal em vigor. Este tipo de pedido enquadra-se na realização de uma tese de Mestrado que está a ser iniciada no presente mês, pela Dr^a. Sara Catarina Gomes Silva, nossa aluna da Universidade do Minho. A referida tese irá incidir sobre os vários tipos de criminalidade existentes no município de Guimarães e os dados fornecidos serão tratados de forma confidencial. O objectivo principal será aferir os padrões espaciais da criminalidade.

Caso haja dúvidas sobre o que se pretende, estamos disponíveis para realizar uma reunião com V. Ex^a., deixando, desde já, os contactos.

Guimarães, 12 de Março de 2012.

Paula Cristina Almeida Remoaldo
(Professora Associada da Universidade do Minho)

Paula Cristina Almeida Remoaldo
Universidade do Minho
Departamento de Geografia
Campus de Azurém
E-mail: cris.remoaldo@gmail.com
Telemóvel: 96 57 17 113.

Sara Catarina Silva (estudante de Mestrado)
E-mail: sara.catarina.g@gmail.com
Telemóvel: 91 31 69 597

ANEXO 5. Declaração de Confidencialidade (G.N.R.)



Anexo B à Circular 001/CDF/DF/2009

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO DO ESTUDO/INVESTIGAÇÃO (a preencher quando se trata de solicitação em nome individual)

DISSERTAÇÃO DE Mestrado, com título provisório: ANÁLISE ESPACIAL DO CRIME NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

NOME DO ALUNO/INVESTIGADOR

SARA CATARINA GOMES DA SILVA

INSTITUIÇÃO PROPONENTE (a preencher quando se trata de solicitação em nome institucional/colectivo)

Universidade do Minho – Departamento de Geografia

ORIENTADOR DO ESTUDO/INVESTIGAÇÃO (se aplicável)

NOME : PAULA CRISTINA ALMEIDA REMOALDO

TÍTULO: PROFESSORA ASSOCIADA

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

Considerando que a instituição GNR, nas áreas que opera, é detentora de informação crítica que, pela sua relevância é obrigada a manter a confidencialidade, obrigação essa que é extensível a todo o seu pessoal (militar e civil) ou outras pessoas que, de algum modo, possam a ela ter acesso.

Sara Catarina Gomes da Silva

(Nome do aluno/ investigador)

Declara ter conhecimento do supra referido e conseqüentemente DECLARA e ACEITA, sob compromisso de honra, que:

1. Não divulgará nem fará uso, de qualquer tipo e por qualquer meio, de qualquer informação a que venha ter acesso, salvo e na medida em tal seja necessário para a realização do estudo/investigação com autorização expressa do Comandante da Doutrina e Formação.
2. Manterá sigilo sobre informações, materiais e toda a documentação técnica que façam parte do *know-how* da instituição ou que lhe tenham sido concedidos por terceiros, e que não fará deles qualquer tipo de utilização salvo para fins de desenvolvimento do estudo/investigação.



3. Não fará cópias não autorizadas, quer em formato físico ou electrónico, de manuais, livros, relatórios técnicos, dados, que a instituição GNR seja proprietária.
4. Garante o anonimato dos indivíduos alvo de observação bem como das respectivas Unidades objecto de análise.
5. Não procurará aceder a informação existente quer nas instalações da GNR quer nos seus sistemas informáticos, cujo acesso não lhe tenha sido expressamente concedido.
6. A não observância das obrigações estabelecidas nesta declaração determinará a imediata cessação de colaboração entre a GNR e o aluno/investigador, não obstante poderem ser accionados os procedimentos civis e criminais.

O ALUNO/INVESTIGADOR

Sara Catarina Gomes de Silva

O/A ORIENTADOR/A (se aplicável)

Paula Cristina Marques

Local e Data

Guimarães, 18/5/2012

ANEXO 6. Termo de Compromisso (G.N.R.)



Anexo C à Circular 001/CDF/DF/2009

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO DO TRABALHO/ESTUDO/INVESTIGAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE Mestrado, com título provisório: ANÁLISE ESPACIAL DO CRIME NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

NOME DO INVESTIGADOR (a preencher quando se trata de solicitação em nome individual)

SARA CATARINA GOMES DA SILVA

INSTITUIÇÃO PROPONENTE (a preencher quando se trata de solicitação em nome institucional/colectivo)

Universidade do Minho – Departamento de Geografia

ORIENTADOR (se aplicável)

NOME: PAULA CRISTINA ALMEIDA REMOALDO

TÍTULO: PROFESSORA ASSOCIADA

TERMO DE COMPROMISSO

Considerando que a instituição GNR, autorizou o estudo/investigação e prestou todo o auxílio para a sua concretização,

Sara Catarina Gomes da Silva

(Nome do aluno/investigador)

Compromete-se a:

1. Respeitar todas as normas e regras da Guarda Nacional Republicana enquanto Força Militar de Segurança.
2. Responder com prontidão a todas as questões colocadas pelo Comando da Doutrina e Formação sobre o decurso do estudo/investigação sempre que for solicitado.
3. Facultar ao Comando da Doutrina e Formação uma cópia em suporte digital (não editável) da versão final do estudo/investigação.

O ALUNO/INVESTIGADOR

Sara Catarina Gomes da Silva

O/A ORIENTADOR/A (se aplicável)

Local e Data

Guimarães, 18/5/2012

ANEXO 7. Primeira carta enviada à P.S.P. de Guimarães



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Exmo. Senhor
Director da P.S.P. de Guimarães

Paula Cristina Almeida Remoaldo, Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade do Minho vem por este meio solicitar a V. Ex^a. informação sobre o tipo de registo e respectivas variáveis de que dispõem para a realização de uma tese de Mestrado a iniciar em finais de 2011, pela Dr^a. Sara Catarina Gomes Silva, nossa aluna da Universidade do Minho. A referida tese irá incidir sobre os varios tipos de criminalidade existentes no município de Guimarães, não interessando a identificação dos elementos que cometeram algum tipo de crime. O objectivo principal será aferir os padres espaciais da criminalidade.

Caso haja dúvidas sobre o que se pretende, estamos dispostas a realizar uma reunião com V. Ex^a., deixando, desde já, os contactos.

Paula Cristina Almeida Remoaldo
Universidade do Minho
Departamento de Geografia
Campus de Azurém
E-mail: cris.remoaldo@gmail.com
Telemóvel: 96 57 17 113.

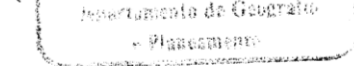
Sara Catarina Silva
E-mail: sara.catarina.g@gmail.com
Telemóvel: 91 31 69 597

Com os melhores cumprimentos.

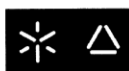
Guimarães, 13 de Outubro de 2011.

Paula Cristina Almeida Remoaldo

(Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais)



ANEXO 8. Insistência enviada à P.S.P. de Guimarães



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Mestrado em Gestão e Planeamento do Território

Ao Exmo. Sr.
Director da P.S.P. de Guimarães

ASSUNTO: Insistência de pedido.

Paula Cristina Almeida Remoaldo, Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade do Minho vem por este meio solicitar a V. Ex^a. resposta ao ofício que lhe foi dirigido, datado de 13 de Outubro de 2011, onde se solicitava informação sobre o tipo de registo e respectivas variáveis de que a P.S.P. dispõe para a realização de uma dissertação de Mestrado, que está a ser desenvolvida pela Dr^a. Sara Catarina Gomes Silva.

Não tendo tido resposta até ao momento, vimos por este meio solicitar o acesso à base de dados de que tivemos, entretanto conhecimento, existente na instituição que preside, nomeadamente os dados, POR FREGUESIA, que se prendem com os artigos 203 (Furto), 204 (Furto Qualificado), 208 (Furto de uso de veículos), 210 (Roubo), 211 (Violência depois da subtração), 213 (Dano qualificado) e 214 (Dano com violência) do Código Penal em vigor. Este tipo de pedido enquadra-se, como já foi mencionado, na realização de uma dissertação de Mestrado. A referida dissertação irá incidir sobre os vários tipos de criminalidade existentes no município de Guimarães e os dados fornecidos serão tratados de forma confidencial. O objectivo principal será aferir os padrões espaciais da criminalidade.

Caso haja dúvidas sobre o que se pretende, estamos disponíveis para realizar uma reunião com V. Ex^a., deixando, desde já, os contactos.

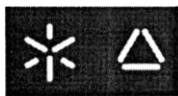
Guimarães, 6 de Julho de 2012.

Paula Cristina Almeida Remoaldo
(Professora Associada da Universidade do Minho)

Paula Cristina Almeida Remoaldo
Universidade do Minho
Departamento de Geografia
Campus de Azurém
E-mail: cris.remoaldo@gmail.com
Telemóvel: 96 57 17 113.

Sara Catarina Silva (estudante de Mestrado)
E-mail: sara.catarina.g@gmail.com
Telemóvel: 91 31 69 597

ANEXO 9. Primeira carta enviada ao presidente do Tribunal da Comarca de Guimarães



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Exmo. Senhor
Presidente do Tribunal da
Comarca de Guimarães

Paula Cristina Almeida Remoaldo, Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade do Minho vem por este meio solicitar a V. Ex^a. acesso à base de dados existente na instituição que preside, nomeadamente os dados que se prendem com os artigos 203 (Furto), 204 (Furto Qualificado), 208 (Furto de uso de veículos), 210 (Roubo), 211 (Violência depois da subtração), 213 (Dano qualificado) e 214 (Dano com violência) do Código Penal em vigor. Este tipo de pedido enquadra-se na realização de uma tese de Mestrado que está a ser iniciada no presente mês, pela Dr^a. Sara Catarina Gomes Silva, nossa aluna da Universidade do Minho. A referida tese irá incidir sobre os vários tipos de criminalidade existentes no município de Guimarães. O objectivo principal será aferir os padrões espaciais da criminalidade.

Caso haja dúvidas sobre o que se pretende, estamos dispostas para realizar uma reunião com V. Ex^a., deixando, desde já, os contactos.

Guimarães, 17 de Novembro de 2011.

Paula Cristina Almeida Remoaldo
(Professora Associada da Universidade do Minho)

Paula Cristina Almeida Remoaldo
Universidade do Minho
Departamento de Geografia
Campus de Azurém
E-mail: cris.remoaldo@gmail.com
Telemóvel: 96 57 17 113.

Sara Catarina Silva (estudante de Mestrado)
E-mail: sara.catarina.g@gmail.com
Telemóvel: 91 31 69 597

ANEXO 10. Resposta obtida do Tribunal à primeira carta enviada

S.  R.
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

Exma. Senhora
Professora Doutora
Paula Cristina Almeida Remoaldo
Universidade do Minho
Departamento de Geografia
Campus de Azurém
4800-058 GUIMARÃES

<i>Vossa Referência</i>	<i>Vossa Comunicação</i>	<i>Nossa Referência</i>	<i>Data</i>
		1308 /DVE	22/11/2011

Em resposta ao solicitado por Vossa Excelência, informa-se que pelo Exmo. Sr. Presidente desta Relação recaiu o seguinte despacho:

“Informe a Exma. Senhora Professora que o Tribunal da Relação de Guimarães não tem conhecimento e muito menos acesso – relativamente à mencionada base de dados.

Guimarães, 2011.11.21

O Presidente da Relação”

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário de Tribunal Superior,


(Jorge Santos)

./AS

ANEXO 11. Insistência ao Tribunal de Guimarães



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Mestrado em Gestão e Planeamento do Território

Exmo. Senhor
Presidente do Tribunal da
Comarca de Guimarães

Assunto: INSISTÊNCIA (já foram enviadas duas cartas em 2011 e não obtivemos resposta)

Paula Cristina Almeida Remoaldo, Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade do Minho vem por este meio solicitar a V. Ex^a. acesso à base de dados existente na instituição que preside, nomeadamente os dados que se prendem com os artigos 203 (Furto), 204 (Furto Qualificado), 208 (Furto de uso de veículos), 210 (Roubo), 211 (Violência depois da subtração), 213 (Dano qualificado) e 214 (Dano com violência) do Código Penal em vigor. Este tipo de pedido enquadra-se na realização de uma tese de Mestrado que está a ser iniciada no presente mês, pela Dr^a. Sara Catarina Gomes Silva, nossa aluna da Universidade do Minho. A referida tese irá incidir sobre os vários tipos de criminalidade existentes no município de Guimarães e os dados fornecidos serão tratados de forma confidencial. O objectivo principal será aferir os padrões espaciais da criminalidade.

Caso haja dúvidas sobre o que se pretende, estamos disponíveis para realizar uma reunião com V. Ex^a., deixando, desde já, os contactos.

Guimarães, 12 de Março de 2012.

Paula Cristina Almeida Remoaldo
(Professora Associada da Universidade do Minho)

Paula Cristina Almeida Remoaldo
Universidade do Minho
Departamento de Geografia
Campus de Azurém
E-mail: cris.remoaldo@gmail.com
Telemóvel: 96 57 17 113.

Sara Catarina Silva (estudante de Mestrado)
E-mail: sara.catarina.g@gmail.com
Telemóvel: 91 31 69 597

ANEXO 12. Taxa de desemprego nas freguesias de Guimarães segundo os censos de 2001 e 2011

	2001	2011
Guimarães	5,2	14,26
Aldão	5,4	12,83
Arosa	5,1	20,53
Atães	2	14,12
Azurém	8,7	15,36
Balazar	4,4	10,38
Barco	2,1	15,07
Brito	4,1	12,73
Caldelas	5,9	13,34
Calvos	4,1	13,90
Castelões	7	15,79
Conde	6,3	10,81
Costa	6,1	10,47
Creixomil	6,1	15,34
Donim	2,7	12,53
Fermentões	5,8	15,57
Figueiredo	5	14,41
Gandarela	1,5	10,45
Gémeos	3,9	14,86
Gominhães	5,5	14,64
Gonça	2,9	15,56
Gondar	4,8	19,16
Gondomar	1,3	17,62
Guardizela	5,1	13,72
Infantas	4,3	14,05
Leitões	1,1	10,18
Longos	2,9	9,38
Lordelo	3,9	14,93
Mascotelos	5,7	14,32
Mesão Frio	6,9	13,32
Moreira de Cónegos	4,2	14,25
Nespereira	3,8	14,71
Oleiros	3,8	11,87
Oliveira do Castelo	8,6	14,77
Pencelo	5,9	15,16

	2001	2011
Pinheiro	4,5	17,08
Polvoreira	4,1	15,24
Ponte	5,2	13,29
Rendufe	1,2	14,17
Ronfe	5,6	13,85
Briteiros (Salvador)	2,3	13,53
Prazins (Santa Eufémia)	4,4	11,52
Briteiros (Santa Leocádia)	6,9	11,06
Airão (Santa Maria)	4,2	15,02
Souto (Santa Maria)	2,7	12,53
Candoso (Santiago)	5,6	13,76
Briteiros (Santo Estêvão)	4,1	13,53
Prazins (Santo Tirso)	7,2	11,36
Sande (São Clemente)	4	11,20
Selho (São Cristóvão)	1,8	15,09
Vizela (São Faustino)	2,7	14,73
Airão (São João Baptista)	1,6	12,83
Selho (São Jorge)	5,4	14,12
Sande (São Lourenço)	3,8	14,73
Selho (São Lourenço)	4,7	13,65
Candoso (São Martinho)	6,6	18,32
Sande (São Martinho)	4,4	13,33
São Paio	10,7	20,06
Souto (São Salvador)	3,7	10,51
São Sebastião	7,8	16,48
Abação (São Tomé)	2,2	16,65
São Torcato	6,8	13,32
Serzedelo	5,8	16,93
Serzedo	0,9	10,53
Silvares	4	14,66
Tabuadelo	3,2	15,69
Urgezes	7,3	15,22
Vermil	3,2	14,88
Sande (Vila Nova)	5,8	11,99
Corvite		10,89

ANEXO 13. População residente por freguesia (N.º) no ano de 2001 e 2011, bem como a população desempregada em 2011 (N.º)

		2001	2011	
		População residente (N.º)	População residente (N.º)	População Desempregada (Nº)
Portugal			105.621,78	662.180
Guimarães			158.124	11.576
Posto de Guimarães	Aldão	903	1.293	93
	Arosa	604	499	39
	Atães	2.018	1.918	147
	Brito	4.440	4.939	327
	Calvos	970	1.082	82
	Castelões	356	310	18
	Gémeos	542	442	33
	Gominhães	500	511	41
	Nespereira	2.796	2.578	205
	Gonça	1.015	1.051	87
	Gondomar	680	495	34
	Infantas	1.866	1.764	136
	Pencelo	1.408	1.258	92
	Pinheiro	1.251	1.234	111
	Ponte	6.501	6.610	473
	Rendufe	775	712	51
	Ronfe	4.356	4.462	318
	Airão (Santa Maria)	1.816	1.686	123
	São Faustino	1.043	998	80
	Airão (São João Baptista)	893	827	48
	Selho (São Jorge)	4.945	5.625	419
	Selho (São Lourenço)	1.804	1.782	126
	Candoso (São Martinho)	1.550	1.340	120
	Abação (São Tomé)	2.256	2.252	199
	São Torcato	3.534	3.373	236
	Serzedo	1.463	1.202	66
Silvares	2.506	2.282	168	
Tabuadelo	1.698	1.555	128	
Vermil	1.337	1.144	86	
Corvite	-	883	50	
Posto das Taipas	Balazar	548	440	22
	Barco	1.374	1.510	113
	Caldelas	5.095	5.723	403
	Donim	959	833	47
	Figueiredo	466	436	32
	Leitões	574	568	29
	Longos	1.678	1.372	63
	Oleiros	501	462	26
	Briteiros (Salvador)	1.226	980	64
	Prazins (Santa Eufémia)	1.239	1.221	75
	Briteiros (Santa Leocádia)	891	819	44

População residente por freguesia (N.º) no ano de 2001 e 2011, bem como a população desempregada em 2011 (N.º) (Conclusão)

		2001	2011	
		População residente (N.º)	População residente (N.º)	População residente (N.º)
Posto das Taipas (Conclusão)	Souto (Santa Maria)	818	771	49
	Briteiros (Santo Estêvão)	1.324	1.292	89
	Prazins (Santo Tirso)	815	993	61
	Sande (São Clemente)	1.660	1.695	94
	Sande (São Lourenço)	1.270	1.097	81
	Sande (São Martinho)	2.814	2.533	162
	Souto (São Salvador)	913	830	45
	Sande (Vila Nova)	1.806	1.739	102
Posto de Lordelo	Conde	1.372	1.378	80
	Gandarela	1.137	1.074	60
	Gondar	2.777	2.868	286
	Guardizela	2.398	2.474	172
	Lordelo	4.476	4.287	309
	Moreira de Cónegos	5.635	4.853	344
	Selho (São Cristóvão)	2.534	2.380	186
	Serzedelo	3.904	3.680	316
P.S.P.	Azurém	8.278	8.348	658
	Costa	3.369	5.155	299
	Creixomil	9.415	9.641	768
	Fermentões	3.994	5.707	468
	Mascotelos	1.301	1.631	133
	Mesão Frio	3.906	4.173	303
	Oliveira do Castelo	3.463	3.265	223
	Polvoreira	3.702	3.495	276
	Candoso (Santiago)	1.911	2.163	160
	São Paio	3.835	2.896	260
	São Sebastião	1.841	1.976	136
	Urgezes	4.911	5.259	402

Fonte: Censos 2001 e 2011